

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

bibRIA

N.º 57

Janeiro, Fevereiro e Março

AVEIRO

1949

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

*Janeiro a Dezembro
1949/50*

biblioteca

UNIVERSIDADE
DE AVEIRO
SERVIÇOS DE
DOCUMENTAÇÃO

XV-XVI

VOLUME XV

AVEIRO

1949

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

PROFESSOR EFFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

bibRIA

A PROPÓSITO DO RIO ÁGUEDA

OS Aguedenses não gostam muito que se lhes diga que o seu rio Águeda não começa em Bolfiar, e que é aquele mesmo que desce do alto do Caramulo, nas Varzielas, e passa por São João do Monte: Parece-lhes que o nome *Águeda* só convém àquele rio mais caudaloso que resulta da junção do Alfusqueiro e do Agadão. Eles não têm razão e este assunto, já muitas vezes debatido, parece que devia considerar-se como definitivamente resolvido com aquele marco de pedra, em que se lê—Rio Águeda—mandado fincar em S. João do Monte pela J. A. das Estradas. Assim não sucede, porém, pois, de quando em quando, lá insiste o orgulhoso baarrismo no erro antigo. Justo é, portanto, que vamos também teimando em repor a verdade em seu lugar.

Vejam os que é que, nos fins do século x, no século xi e princípios do século xii, se chamava *rio Águeda*. Para melhor clareza siga, dentro destes três séculos, a ordem corográfica, em vez da ordem cronológica.

Em 1102 um certo presbítero, chamado Athan, fez doação à igreja de Santa Maria de Coimbra e ao célebre bispo Maurício, de uma vinha que possuía em Ois da Ribeira. E diz o respectivo documento:—«Est autem ipsa uinea cum suo pomerio in uilla Olis in ripa *Agade* et sunt termini eius in oriente Spinel et a meridiem Sancti Adriani». Quer isto dizer que naquela data, 1102, o rio que banhava Ois chamava-se Águeda, tal como hoje se chama (*Docs. Medievais portugueses*, pág. 68).

Em 1062 o Imperador Fernando de Leão, visavô do nosso Afonso Henriques, reconquistou aos mouros Viseu e Lamego, e dois anos depois reconquistou Coimbra. Recuperadas as terras até esta cidade, confirmou a doação que seu pai tinha feito ao bispo Crescónio, de vários bens, e entre eles Travassô: «...terciam partem de uilla *trauazolo* inter *agatham* et *naugam* (P. M. H., doc. ccccxxxvi).

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Em 1065 Recemundo fez larga doação ao Mosteiro da Vacariça. Entre os bens doados está o que ele tinha na vila Tarouquela *in ripa de accata* e outras propriedades «...quos nominauimus de ripa bona uauga usque *agata*...» (P. M. H., doc. ccccxlviij).

No inventário dos bens de Gonçalo Viegas em 1050, diz-se: «...et de alia parte *agada* casal de lausato...» P. M. H., doc. ccclxxviii). Este inventário repete-se em 1077, já em nome de um filho ou neto também chamado Gonçalo, e neste lê-se «In ripa de *agata* in uilla de abolfear auilar de abolfear ad integro.

Em 982 Fernando Sandines fez doação dos bens que foram de seu irmão Suario, ao Mosteiro de Lorvão. Estes bens foram *recardanes* cum suos viccos nominatos antolini e uentosa qui sunt in ripa de *agada* (P. M. H., doc. cxxxvi).

No ano de 1018—uma tal Fronila, com os filhos Cid e Ermesinda venderam a Toledo, abade da Vacariça, uma propriedade que tinham em Recardães «Circa riuum *Agata*» (P. M. H., doc. ccxxxviii).

No mesmo ano, a Ermesinda com seus filhos entrega em pagamento ao abade Emílio, do mesmo Mosteiro, uma propriedade no mesmo local «in *Agada* in loco predicto uilla recardañes (P. M. H., doc. ccxxxix).

Em 1114 Ermesinda Henriques doou ao Mosteiro de Pedroso a terça dos bens que tinha na Borralha: «...do ego inde et testo iii^o de tota mea ereditate quanta que ego habeo des Aue usque in *Agada* in ipsa uilla que dicitur Borrália...» (Doc. Medievals, doc. n.º 493).

Por estes documentos se vê que no século xi e principio do século xii o rio, desde a sua confluência com o Vouga até Bolfiar, chamava-se *Agueda*.

Em 1131 D. Afonso Henriques fez escritura de doação de sua vila de S. João do Monte a Mestre Garino onde se lê «...facio kartam de illa uilla que dicitur sancte Johanne cum omnibus terminis suis quomodo separatur de paramio et de cuvello et de macenere et de balasterio discurrente rivulo *agada*» (Chanc. Af. Henriques, doc. 34). E tendo caducado esta doação, D. Afonso Henriques coutou e doou aquela vila de S. João do Monte ao Mosteiro de Santa Cruz: «...et de ipsa mala ipsa aqua de iumquerio uadit ad aquam de *agade*...» (Chanc. Af. Henriques, doc. 119).

Estes dois últimos documentos também não deixam dúvidas de que o nome *Agueda* era dado ao rio em S. João do Monte, nas proximidades da sua nascente.

Podemos, pois, concluir com toda a segurança que o rio *Agueda* nasce na vertente sul do Caramulo, acima de S. João do Monte, perto de Varzielas, passa por aquela antiga vila e vai confluír no Vouga.

A PROPÓSITO DO RIO ÁGUEDA

E o Alfusqueiro? Este nome é dado ao rio que resulta da junção do rio de Cambra e do rio de Alcofra e que se chamavam no século XI e XII Cambar e Loandro ou Joandro.

Em 1146 Afonso Henriques coutou a Cidi Arias a vila de Alcofra: — «... et habit iacentia predicta uilla in loco qui vocatur Alcofra territorio Alafoen discurrente riuulo Joandro».

Nas *Inq. de Afonso III*, pág. 911, lê-se: «... Interrogatus de loco ubi jacet iste regalengus, dixit, quod inter ripariam de Ispario et deinde de estrada ad fundum quomodo vadit ad rivum de *cambar*».

Em 1002 Gundezindo Tunoiz e sua mulher Eldora venderam a Reinaldo e mulher Gudina a terça parte de dois casais em Cercosa, de um abaixo do Penedo e de outro em Paranhos: «... et auet iacentia in uilla cercosa subtus mons gabro discurrente riuulo *cambar* territorio Alaphoen...» (*P. M. H.*, doc. CLXXX).

Num outro documento de 1105 lê-se: «... hereditate quos fuit de Arias Eitaz et auet iacentia in uilla Cercosa subtus mons gabro discurrente ribulo *cambar* territorio Alahoen» (*Docs. Medievais*, doc. 204).

Não encontro o nome *Alfusqueiro* em documentos medievais, mas esta ausência não é argumento bastante para poder afirmar que o nome não venha da antiguidade, pois podem alguns existir, fora do meu conhecimento, em que ele venha mencionado; como ainda a sua falta pode justificar-se por serem os povoados das suas margens, até Destriz, todos de formação mais recente. Entretanto, presumo que o nome é de origem posterior ao século XII, talvez posterior à construção da ponte (a nova), quando o movimento para Alafões se tornou mais intenso, por ser aquele caminho mais curto que o do vale do Águeda. Depois sucedeu-lhe o inverso deste rio, que perdeu o nome desde a nascente até Bolfiar, guardando-o daqui à confluência; o Cambar manteve-o até perto de Destriz e perdeu-o daí à confluência.

A penetração árabe pelo vale do Alfusqueiro não deixou até nenhuns vestígios: Todos os nomes dos povoados são de origem acentuadamente portuguesa e recente — Cernada, Cambra, Préstimo, Lourizela, Vale Dégua, Além do Rio; e na margem direita — Casal, Varziela, Ventoso, Vilarinho (no alto) não oferecem dúvidas.

Não há em toda esta região um só monumento que ateste antiguidade. De alguns povoados conhecemos a fundação e sua época.

Diversamente acontece no Vale do Águeda. Neste, a penetração árabe deixou documentos incontestáveis. — Almeiar — Assequins — Alhandra — Alcafaz — Alcofra, são nomes árabes. E esta penetração explica-se porque se fazia pela rota da

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

antiga estrada romana que de Recardães seguia pela margem esquerda do Águeda para a travessia do Caramulo. A ponte romana em S. João do Monte não foi feita para fins particulares do povoado, mas para servir aos fins dessa mesma estrada.

Estes factos é que me fortalecem a opinião de que o caminho para o Caramulo pela travessia do Alfusqueiro, embora muito antigo, só adquiriu valor depois da reconquista, já mesmo muito a dentro da monarquia portuguesa, com a construção da ponte. Não sei mesmo se foi este caminho de Alafões que deu o nome à ponte e ao rio. E é de conjecturar que assim fosse, porque não é vulgar tomarem as pontes o nome dos rios que atravessam, mas do povoado, que no local delas eles banham, ou de algum acidente geográfico. Assim se diz ponte de Angeja; ponte de S. João de Loure; ponte da Fontainha; ponte de Vouga (de, não do) ponte de Bolfiar, etc. Mas como explicar *ponte do Alfusqueiro*? Não seria a ponte do caminho Alfusqueiro, isto é, do caminho que levava directamente a Alafões?

Diz o P.^o CARVALHO DA COSTA na sua *Corografia Portuguesa*, vol. II, pág. 106: «Tem mais a Villa de Vouga o lugar Dos Ferreiros, que é da freguesia de Santiago do Préstimo anexa à de S. Pedro de Val-Longo, junto ao rio do Alfusqueiro, na qual está uma grandiosa ponte de um só olhal, muito alta de pedra de cantaria, que do rio mal se chega com uma pedra acima, assentada em lagedo muito firme, e larga». E tratando da Vila de Assequins a pág. 99 acrescenta: «Fica esta vila menos de um quarto de legoa do lugar de Águeda para o nascente, junto ao rio Alfusqueiro que se mete no rio Sardão» (!). E a pág. 90: «Águeda foy antigamente cidade Episcopal, chamada Emineo, cujo primeiro bispo foi Possidónio pelos anos do Senhor de 589, está nas margens do rio Sardão com famosa ponte...». Quer dizer, por aquele tempo ainda o P.^o CARVALHO DA COSTA se não conformava em dar a Águeda o seu rio, pois, além de trazer o Alfusqueiro até às proximidades da vila, tirou ao Águeda o seu nome legítimo para lhe chamar *Sardão*.

O rio Águeda recebe na margem esquerda, lá para cima da ponte de Bolfiar, o Agadão. Rio muito menos extenso que o Águeda, sobreleva-o talvez no volume de águas e na própria largura. E esta deve ter sido a razão do aumentativo — Agadão. E porque os povos ribeirinhos de Águeda se foram esquecendo de chamar pelo verdadeiro nome ao seu rio, contentando-se em identificá-lo pelos nomes dos mesmos povos, o Agadão, depois fortalecido por igual nome da terra que banha, arvorou-se em chefe e estendeu-se até à ponte de Bolfiar, e disse aos aguedenses: — «entrego-vos o vosso rio muito maior. Até aqui mando eu, daqui para baixo

A PROPÓSITO DO RIO ÁGUEDA

é o vosso *Águeda*». E os aguedenses ficaram satisfeitos. O P.^o CARVALHO talvez tenha alguma razão em chamar ao rio Águeda rio *Sardão*. Realmente, nos fins do século XVI e princípios do século XVII, o Sardão, que não era mais que um prolongamento do burgo de Águeda, tinha adquirido certa importância e o povo chamava ao rio o rio de *Águeda* ou *rio do Sardão*. Em todos os tempos o povo conheceu os rios pelos nomes das povoações por onde eles passam. Este costume perdura ainda.

Mas os aguedenses são também muito orgulhosos da sua vila. O saudoso CONDE DA BORRALHA em várias publicações contou as razões históricas por que Águeda foi fraca através dos séculos. Contarei, se me for possível, como se originou e cresceu aquela justificada vaidade da nossa terra.

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA

bibRIA

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A TERRA DE LOUREIRO

A veneranda memória do ilustre filho de Loureiro
— D. Frei Caetano Brandão —

preito de admiração pelo seu talento e virtudes, e
serviços à Igreja Católica, sobretudo, como
Bispo do Pará e Arcebispo de Braga.

Ao Ex.^{mo} Sr.

Conselheiro Albino Soares Pinto dos Reis

homenagem de gratidão

do autor.

DUAS PALAVRAS bibliA

A PROVEITANDO a minha estadia em Contumil, da freguesia de Loureiro, onde fui passar alguns dias em casa do meu bondoso e respeitável amigo António da Silva Esparrinha, observei a prosperidade da terra que, na sua maior parte, assenta em terreno chão.

Vi então que o povo de Loureiro, modesto nos seus costumes, ama devotadamente a sua Igreja, e não passa a vida em ostentação e regalos, mas sim na cultura e amanho da terra de onde colhe abundância de alimentos que lhe dão saúde, alegria e riqueza.

Na minha leitura dos Anais do Município de Oliveira de Azeméis, em casa desse meu amigo, quando deparei com o nome da fecunda e fértil freguesia de Loureiro fiquei desapontado com a pequenez e pobreza da sua narração histórica.

Depois de conhecer directamente a pujança da terra que produz o necessário para o sustento da vida, e de ter verificado a actividade laboriosa e bem dirigida do seu povo, achei conveniente, para ciência do passado loureirense, trazer à luz da publicidade, além de alguns conhecimentos etimológicos, outros acontecimentos ocorridos — tanto sociais, como políticos e reli-

giosos — que mais tivessem influído na existência secular de Loureiro, terra antiga como se conclui pelos nomes de alguns dos seus lugares que marcam a sua dominação pelos povos dos tempos medievos, e o mesmo se verifica também de outros nomes pessoais que se lêem em documentos antigos respeitantes a Loureiro.

E daqui a organização destes «Breves apontamentos sobre Loureiro».

CAPÍTULO PRIMEIRO

Da etimologia de Loureiro e dos seus lugares, e vestígios dos seus dominadores nos tempos medievos. — Loureiro no principio do século XI. — Familia nobre em Loureiro no século XIV.

I

Etimologia de Loureiro e dos seus lugares, e vestígios dos seus dominadores nos tempos medievos.

Loureiro, como as demais terras da antiga Lusitânia, sofreu, nos tempos medievos, a invasão dos seguintes povos: romanos, germanos e mouros. Esses povos deixaram vestígios do seu domínio, que se revelam na etimologia dos nomes de várias povoações — umas pelos antigos nomes pessoais, e outras pelos nomes de aves, árvores, montes, vales, etc.

Isto posto:

A proveniência do nome de Loureiro (freguesia) e do nome dos seus lugares é, em resumo, como segue:

Loureiro ⁽¹⁾ (*Laurario* no século XI). Deriva do latim *laurus-i* — loureiro.

Louredo, como o anterior, provém de *laurum*, com o sufixo *edo*, de quantidade.

Ervedal ⁽²⁾ — de *ervedeiro*, que é o mesmo que medronheiro (ou local muito abundante de erva?).

Rua Nova ⁽³⁾ — de beco transformado em rua.

Arrota ⁽⁴⁾ — de terra rompida de novo para cultura e edificação de casas, unde-lugar.

(1) *Portug. M. Hist. — Dipl. et Chartae.* Doc. CLXVIII.

(2) *Ibidem*, pág. 291, em nota.

(3) *De caminho ladeado de casas.* CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, «Novo Dic.», vol. 11, pág. 639.

(4) *Tentativa*, já citada, vol. 11, pág. 252. «Novo Dic.» de CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, vol. 1, pág. 189.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Chão de Além ⁽¹⁾ — de terreno plano e regadio. O locativo *além* localiza-o distante do núcleo principal da povoação.

Contumil ⁽²⁾ — de *Guntimirus-i* — nome germânico e patronímico, que deu nome à povoação.

Coxo — de *coxê*, talvez.

Feital ⁽³⁾ — do latim *filectum-i*, e *filix*. Mata de feitos, planta arbustiva e parasita.

Forno — do latim *furnus-i* — forno de cozer pão, cal, telha, ou cerâmica.

Freixo ⁽⁴⁾ — do latim *fraxinus-i*. Freixo — árvore oleagínia.

Graciosa — de aspecto alegre pelas suas vistas do mar e da serra.

Igreja — nome tirado do templo principal.

Lumieira — do latim *luminaria-æ*.

Macieira — de local onde se praticava a cultura destas árvores frutíferas.

Minhoteira ⁽⁵⁾ — de sítio abundante de milhafres ou minhotos.

Outeiro ⁽⁶⁾ — do pequeno monte onde está situado. (Por *alteiro*, de alto).

Pinhal — do latim *pinetum-i* — mata de pinheiros, árvores coníferas.

Póvoa ⁽⁷⁾ — de *pobra* — do baixo latim *popula*, o mesmo que *populus-i* — lugar, sítio, povoado.

Quintã — de propriedade rústica com casas de habitação.

Tonce ⁽⁸⁾ — de *Tanus*.

Valverde — povoação que tomou o nome de vale verdejante.

Vidigueira — local abundante de vides, videiras.

NOTA. — A antiquíssima povoação de Tonce, no principio do século xi, teve o nome de *Tanus* e, no século xiv, aparece grafada: *Tonej*, *tonej*, *Teoti*, *Toote*, *Toonej*, *toonej*.

Isto consta do Documento n.º clxvii, já citado; e de outros documentos antigos transcritos no *Censual do Cabido da Sé do Porto*, págs. 262, 263 e 265.

- (1) Abade do Baçal, *Mem. Arq. Hist. de Bragança*, tomo x, pág. 109.
- (2) *Tentativa*, já citada, vol. II, pág. 51.
- (3) *Ibidem*, vol. II, pág. 123.
- (4) *Mem. Arq. Hist. de Bragança*, já citadas, tomo x, pág. 117.
- (5) *Ibidem*, vol. II, pág. 280.
- (6) *Dicionário*, já citado, vol. II, pág. 283.
- (7) *Tentativa*, etc., vol. II, pág. 33.
- (8) Doc. n.º clxvii. Vol. I, *Diplom. et Chartae*, pág. 103.

Loureiro no principio do século XI.

Portugal formou-se desde a cedência de um condado hespanhol, da Coroa de Leão, a Henrique, filho de Henrique de Borgonha e sua mulher Sibila, por D. Afonso VI, rei de Leão, em 1080, a quem prestou altos serviços na luta terrível contra os muçulmanos. Essa luta prosseguiu depois da morte do Condé D. Henrique, e só terminou pela conquista do Algarve em 1250, por D. Afonso III, o Bolonhês.

O mesmo Condado tomou o nome de Condado Portugalense ainda em vida de D. Henrique e, de Portugal, no tempo de seu filho D. Afonso Henriques que governou, com os títulos de infante e de príncipe, doze anos e, com o título de rei, quarenta e cinco.

A propósito e de propósito:

As Armas de Portugal, que definem a independência da Nação, tem 5 escudos em Cruz, em memória dos cinco chefes mouros vencidos em Ourique por D. Afonso Henriques.

A esses escudos se adicionam 7 castelos, representando os conquistados aos muçulmanos:

Por D. Afonso Henriques — Santarém, Lisboa, Alcácer do Sal, Beja e Palmela.

Por D. Sancho I — Silves.

Por D. Afonso III — Faro.

Antes, porém, do Condado Portugalense, a terra de Loureiro era habitada por algumas pessoas de qualidade e possuidoras de grandes herdades. Os nomes dessas pessoas são uma reminiscência dos povos da raça germânica (1). Isto se deduz da etimologia de alguns nomes de lugares da freguesia, como já advertimos, e de outros de pessoas que outorgaram alguns documentos públicos respeitantes a Loureiro.

Um desses documentos é do teor seguinte:

«Christus. In dei nomine ego godesteo ideo plaguit michi bone pacis uoluntas asto animo integroque consilio ut per scriptis facerem uobis gundisalbus fredenandiz et uxore ermesinda sicut et facio de ereditatem mea propria que abui in uilla laurario

(1) A Raça Germânica compreendia os seguintes Povos: Vândalos, Suevos, Alemães, Borguinhões, Francos, Saxões, Anglos, Hérulos, Lombardos, Godos, Dinamarqueses.

qui est inter uila tanuz et mazararia sup̄tus Kastro rekaredi territorio portugalense. uindo uobis ipsa ereditatem pro illa fidiaduria que uobis rouorauit et sacauit illo de uestros ferros et post hec fugalanise ipse querino et exsese ipse placitum et pro id accessit mici uoluntas ut pro ipsa actio concedo uobis ipsa ereditatem at integro per suis terminis antiquis quantum que ibidem podueritis inuenire que at prestitum omnis podueritis inuenire in ipsa mea ereditatem quantum me conpodet inter meis fratribus uel eredibus terras ruptas uel inruptas aruores fructuosas uel infructuosas pedras mouiles uel inmq̄uiles aquis aquarum et sesegas molinarum pascuis padulibus exitus montium accesum uel regresum omnia todum ad integro abeatis nos et omnis posteritas uestra usque in perpetum uindicetis.

Si quis tamen quod fieri non credimus aliquis omo proinde uos kalumiauerit que uobis a iudicio demendigare uel auctorgare noluerimus uel non poduerimus pariemus uobis ipsa ereditate dublata uel quantum a bobis fuerit meliorada, et nos perpedim auiturum.

Nodum die uel tempore sub die quod erit XV kalendas iuni. Era XXXI^a post Millesima.

Godesteo in anc Kartula uenditionis manu mea +.

gutier fredenandiz = tahl belasques — telo ermiariz heifreiro et ali plures.

donon presbiter — saracino — rando aluito presbiter goirigo et ali plures qui preses fuerunt.

(In verso membranae)

nos filiis iusorum que sumus de parte ermiario guntigicuit sumus aldereto ketenando uimara placitum fazimus uobis gundisalbo fredenandizi ut de odie die uel tempore quot est era millesima XXX^aIII^a quinto decimo kalendas iunias si egu ermiario ausos fuerit me ad alio domno perclamare in que gundisalbo fredenandizi illa manda ziti mandare que parient ilos prenominatos que super resonant IIII^{or} quatuor boues et desuper ipso ermiario cum omnem facultate et suo kanato.

nos prenominatos ketenando et uimara aldereto in anc placitum manus nostras rouora ++ uimus et fuit isto placitum escriptum in konzilio ante espasandos aba aketo sandizi zidi trastemirici moheibe presbiter zidi ermiarizi donan froiulfici gundino sentario ianardo carteniero sandino gesulfo brandila seioui sauarigu zidi quasi presbiter eos (1) noduit.» (Doc. n.º CLXVII do vol. Diplom. et Chartae, pág. 103).

Tem a nota de ser carta autógrafa, proveniente do Mosteiro de Moreira, e encontrar-se na Torre do Tombo.

(1) Cos — abreviatura de Cum eis (praesentibus).

SOBRE A TERRA DE LOUREIRO

Em português:

«Christo (Cristi Nomine Invocato).

Em nome de Deus, eu Godesteo apraz-me em consciência e por boa paz e vontade, com ânimo recto e inteira deliberação, fazer escritura (de venda) a vós Gonçalo Fernandes e a vossa mulher Ermesinda, como de facto vendemos, da minha própria herdade que possuo na terra de Loureiro, situada entre a Vila de Tonce (vila Tanuz) (1) e Macieira, à vista do Castro Recarei, em território portugalense.

Vendo a vós a dita herdade, por ali fideicomissária, que vos firmei (por contrato) e vos defendi, pelo mesmo sitio, das violências dos fiscaes (do Rei de Leão) e, depois disto, o direito da (vossa) própria reclamação. E, por assim o entender, entrego-vos pela própria acção a referida herdade, integralmente pelos termos antigos, e tudo quanto nela puderdes encontrar para utilidade do homem e, na dita herdade, ainda quanto couber em partilhas entre meus irmãos ou herdeiros, como (sejam) terras cultas ou incultas, árvores frutíferas ou infrutíferas, pedras soltas ou pedreiras, águas, assentos de moinhos, pastagens em lameiros, entradas e saídas dos montes. Tudo isto possuireis vós por inteiro, e toda a vossa posteridade para todo sempre.

Se, porém, o que não acredito, algum homem vos demandar (judicialmente) com o pretexto de que não podíamos, nem quiséramos vender a mencionada propriedade, e de nós não reclamarmos a vosso interesse, isto é, não defendermos o vosso direito, nós vo-la pagaremos em dobro, e bem assim os melhoramentos que nela continuamente tiverdes feito. — Escrita no tempo aprazado, a XV das Calendas de Junho. Era (1003 — anos de Cristo) aos dezoito de Maio.

Godesteo — corroboro com minha mão esta carta de venda + Gutier Fernandes. Tahl Belasques. Telo Ermiarís.

Efrem e muitos outros.

Donon — presbitero. Saracino. Rando. Alvito presbitero. Goirigo e outros que foram presentes.

No verso do pergaminho:

Nós descendentes (filiis ipsorum) dos contratantes, retro mencionados, da parte de Ermiário Godinho (herdeiro), de nomes — Aldereto, Ketenando e Guiomar, confirmamos (esta

(1) A vila Tanuz (Tonce) devia ter sido urbana que não rústica ou frutuária, e possuidora de palacete habitado por senhorio. Isto deduz-se do facto das pessoas nobres, adiante nomeadas, terem sido senhoras de Tonce.

carta de venda) a vós Gonçalo Fernandes, hoje, dia designado com tempo (aprazado), aos 18 de Maio de 1005 (anos de Cristo).

Se algum dos descendentes (herdeiros de Ermiário Godinho), acima referidos, ousar anular (protestar) esta carta (manda) que outorguei a Gonçalo Fernandes, pague (de pena) aos herdeiros, acima nomeados, quatro bois com seus bens e agências.

Nós Ketenando, Guiomar e Aldereto, supramencionados, subscrevemos, de comum acordo, esta carta com as nossas mãos. E foi esta decisão tomada em acordo ante os presentes: Aba. Aketo. Sandizi. Zidi. Transtemieri. Moheibe — presbítero. Zido Ermiariz. Donan. Froiulfci. Gundino. Sentario. Ianardo. Cartiniero. Sendino. Gesulfo. Brandila. Seioi. Savarigu. Zido — quasi presbítero, perante os signatários deste documento, o redigiu.»

NOTA. — Apreciado o diploma transcrito, no seu contexto, infere-se que o mencionado Godesteo era uma personagem celibatária. Houve outro com idêntico nome que foi abade do Convento da Vacariça e do de S. Salvador de Bouças (1).

Outrossim: a palavra *eos* no final do diploma é a abreviatura de *com os*, equivalendo a *cum eis* (presentibus), do latim consueo, is, ère. Traduzi: perante os signatários deste documento por julgar, deste modo, o seu sentido (significação) in loco.

Declaração oportuna: não foi possível ficar a tradução do documento, acima transcrito, conforme as palavras do texto, devido à incorrecção dos notários redactores do documento original por falta de conhecimentos gramaticais, e à pouca atenção e escrupulo dos copistas quando dos traslados dos manuscritos em latim bárbaro, popular ou castrense.

III

Família nobre em Loureiro no século XIV.

Como já disse anteriormente, pessoas poderosas e com grandes herdades habitaram a terra de Loureiro no princípio do século XI.

E no segundo e terceiro quartel do século XIV, uma família nobre e também poderosa, descendente de Estêvam Perez, Meirinho-mor (2) de Aquém Douro que habitou a mesma terra de Loureiro, possuiu, nesse tempo, o domínio do lugar de Tonçe, acrescido de outros direitos, padroado, herança e propriedades na Igreja de Válega que, certamente, lhe vieram transmitidos por direito de sucessão como bens patrimoniais.

Essa família, como é de crer, pertencia à classe formada ao tempo por gente livre e cristã.

(1) *Tentativa Etimológico-toponímica*, já citada, vol. II, pág. 263.

(2) Meirinho-mor — magistrado judicial que protegia a Igreja e Mosteiros. *Hist. da Igreja em Portugal*, de FORTUNATO DE ALMEIDA, vol. I, pág. 226.

SOBRE A TERRA DE LOUREIRO

Assim o atestam:

a) A sua nobreza. — Dos descendentes do supradito Estêvam Perez — tinham uns, o título de cavaleiros (1), e outros, o de escudeiros, como se vê da Resenha dos nomes das pessoas que seguem:

— Estevam Perez, Cavaleiro da Ordem Militar de Cristo, do lugar de Tonce.

Foi sua filha:

Aldonça Esteves, dona de Tonce.

Casou com

Afonso Rodrigues, Cavaleiro da Ordem Militar de Cristo.

Filhos:

João Afonso
Afonso Rodrigues { Escudeiros.

A mesma Aldonça Esteves, depois de viúva, casou com

Martim Martins, Cavaleiro da Ordem Militar de Cristo.

Filha do 2.º casamento:

Sancha Martins, dona de Tonce.

Casou com

Martim Gonçalves de Paiva, Cavaleiro da Ordem Militar de Cristo.

b) A sua acção de cedência dos direitos, privilégios e regalias na Igreja de Válega.

Desta acção fala, além de outros, o documento a seguir transcrito:

«Donatio patronatus ecclesiae sanctae Mariae de Valega pro capitulo

Sabham quantos este stromento uirem e leerem ouuirem que eu Sancha Martinz molher de Martim Gunsaluis de Panha cavaleyro filha que foy de Martim martinz do auelaal cau-

(1) Os Cavaleiros eram obrigados a proteger os peregrinos que demandavam os Santos Lugares (Terra Santa) e combater os infiéis.

leyro e de Aldonça steuez dona de Tooncj mulher que foy do dicto Martim martinz e filha que foy de Steuam perez do dicto logo de tooncj caualeyro. da mha liure uoentade sem constringimento nemhuu e ueendo e consijrando o seruiço de deus e prol de mha alma e en Remijmento de meus peccados. outorgo e ey por firme e por stauil pera todo sempre a doaçom que ffez a dicta Aldonça steuez mha madre com outorgamento de affonso rrodriguez caualeyro que foy seu marido. ao Cabidoo da see do Porto de todo o derycto e padroado e natureza e erança que a dicta Aldonça steuez auya na Egreia de santa Maria de Válega. e outorgo a en todo assi como na dicta doaçom he contheudo e outrossy eu Sancha martinz de susso dicta outorgo e ey por firme e por stauil pera todo sempre. a outorgaçom e doaçom que Martim gonsaluz de panha meu Marido ffez por mjm e em meu nome, com meus Irmaaons Ioham aFfonso e AFfonso rrodriguez ao Cabidoo do Porto de todo o derycto e padroado e natureza e erança que eu e eles auiamos na dicta Egreia de Válega e outorgo a en todo assi como em ela he contheudo. A qual outorgaçom e doaçom elès de susso dictos ffezerom na see de Coymbra dez e noue dias de Dezembro Era de Mil e Trezentos e sateenta e Dous anos...» (Censual do Cabido da Sé do Porto, pág. 265).

Em resumo:

«Doação do Padroado da Igreja de Santa Maria de Válega ao Cabido (da Sé do Porto).

Saibam quantos este instrumento virem, lerem e ouvirem, que eu Sancha Martins, mulher de Martim Gonçalves de Paiva, cavaleiro, filha que fui de Martim Martins, do Avelal, e de Aldonça Esteves, dona de Tonce (de Loureiro), mulher que foi do dito Martim Martins e filha que foi de Estêvão Peres, do dito lugar de Tonce, cavaleiro: da minha livre vontade, sem constringimento nenhum, e vendo e considerando o seruiço de Deus e salvação da minha alma, e em remissão de meus peccados, outorgo e tenho por firme e por estável, para todo sempre, a doação que fez a dita Aldonça Esteves, minha Mãe, com outorgamento de Afonso Rodrigues, cavaleiro, que foi seu marido, ao Cabido da Sé do Porto, de todo o direito e padroado e natureza e herança que a dita Aldonça Esteves havia na Igreja de Santa Maria de Válega; e outorgo-a em tudo, assim como na dita doação está confido. Outro sim: eu Sancha Martins, já referida, outorgo, e tenho por firme e estável para todo sempre, a outorgação e doação que Martim Gonçalves de Paiva, meu Marido, fez por mim e em meu nome, com meus irmãos — João Afonso e Afonso Rodrigues, ao Cabido do Porto, de todo o direito e padroado, e natureza e herança que eu e eles havíamos na dita Igreja de Válega, e outorgo-a em tudo, assim

SOBRE A TERRA DE LOUREIRO

como nela está contido. A qual outorgação e doação eles sobre-ditos fizeram na Sé de Coimbra, a 19 de Dezembro de 1372 (1334 anos de Cristo).

NOTA. — O facto, a seguir referido, terá relação com a Família Aldonça?

Eis o relato:

Consta, por documentos históricos, que o rei D. Afonso III esteve em Loureiro (1). Presume-se que por ali passou em visita aos progenitores de Aldonça Esteves, dona de Tonce.

Ora:

Tendo sido Loureiro, outrora, falha de comodidades e sem vias de comunicação, como explicar a vinda de D. Afonso III à terra de Loureiro nos fins do século XIII?

Em Loureiro não deixou D. Afonso III de ter pousada e receber hospedagem com os seus fidalgos em casa de família nobre. E da história de Loureiro não consta outra família de nobreza antiga, de tão grande distinção e nomeada, senão a de Aldonça Esteves, dona de Tonce, filha de Estêvão Perez, cavaleiro da Ordem Militar de Cristo, do lugar de Tonce, sendo de presumir que a vinda de D. Afonso III, a Loureiro, tivesse sido uma visita afectuosa aos progenitores de Aldonça Esteves, já referida, como agradecimento e retribuição de outras já feitas pelos mesmos.

E demais eram raras as senhoras, no século XIII, com o tratamento de Dom (2).

É de supor, portanto, que os mesmos progenitores fossem aparentados de D. Afonso III por afinidade do sangue. E isto se pode presumir pelo nome de Aldonça, de distinta linhagem, em Loureiro, como memória subsistente do nome da Rainha D. Doce, ou Aldonça, irmã do Rei de Aragão, que casou em 1174 com D. Sancho I, bisavô de D. Afonso III.

Seria assim?

CAPÍTULO SEGUNDO

DE ACONTECIMENTOS EM LOUREIRO SUBORDINADOS A DIFERENTES ÉPOCAS

Loureiro e as Ordens militares e religiosas. — Antigas contribuições à Sé do Porto e ao Estado. — Igreja de Loureiro e seus Párocos na ordem civil e eclesiástica no decorrer dos sistemas governativos ou políticos da Nação. — Reconstrução da velha Igreja e sua descrição depois de reconstruída.

I

Loureiro e as Ordens militares e religiosas.

a) Loureiro e a Ordem dos Templários. A Ordem dos Templários, ou os Cavaleiros do Templo, estabelecida na

(1) Livro Preto de Grijó, folhas 19, citado no Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. IX, pág. 51.

(2) Tentativa, já citada, vol. II, pág. 309.

Palestina em 1118, entrou em Portugal no ano de 1125, tendo sido seu primeiro Mestre D. Guilherme Ricardo. Esta Ordem dos Templários teve um casal em Loureiro (1). Foi extinta em 1311 pelo Papa Clemente v, no concílio de Viena, e seus bens transferidos para a Ordem militar de Cristo, fundada por D. Diniz em 1318, e confirmada por Bula do Pontífice João xxii, successor do Papa Clemente v, em 1319.

b) Loureiro e a Ordem militar de Cristo. Esta Ordem, de que foi seu primeiro Mestre D. Gil Martins, recebia da Igreja de Loureiro e da de Avanca, de que era Padroeiro o Reitor desta, 125 ducados de ouro (2), no tempo de D. Manuel I. Foi decretada a sua extinção em 5 de Agosto de 1833.

NOTA. — O referido casal era um pequeno povoado de Loureiro, como indica o próprio termo — Casal, que não — casa de familia.

Os moradores desse Casal (povoado) pagaram à Ordem do Templo determinadas e sabidas rendas, em ser, que consistiam em trigo, centeio, milho, cevada, vinho, cera, galinhas e frangãos (3). Ignora-se a quantidade.

Nesses tempos recuados, os moradores do dito Casal eram caseiros enfiteutas com o domínio útil que pagavam à Ordem do Templo rendas sabidas em reconhecimento do domínio directo do seu senhorio.

Que nome tem, hoje, esse povoado que, outrora, foi da Ordem do Templo?

Ao povo de Loureiro compete a averiguação e reconhecimento.

bibliotheca

Antigas contribuições à Sé do Porto e ao Estado.

A Igreja de Loureiro pagou à Sé do Porto, nos tempos medievos, direitos com o nome de Censos para sustentação do Bispo e do seu Cabido, sendo dois terços para o Bispo e um terço para o Cabido.

A mesma Igreja, nesses tempos, pagou também ao Estado, por espaço de três anos, uma contribuição suplementar com o nome de *taxação eclesiástica* para defesa da Pátria. Esta contribuição deve ser considerada como um imposto de guerra.

(1) *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, pág. 72.

(2) Bula do Papa Leão x — «Dudum certus ex causis», de 7 de Agosto de 1520.

(3) *Hist. da Igreja em Portugal*, já citada, livro 2, pág. 170, que menciona a espécie de rendas que recebia a Ordem militar de Cristo, já possuidora dos bens da Ordem do Templo, desde o ano de 1319, sendo de presumir que o supradito casal continuasse a pagar à Ordem militar de Cristo renda igual à da Ordem do Templo, que era preciso, nessa época, para ocorrer às enormes despesas da descoberta e conquista das costas de África empreendidas pelo Infante D. Henrique, filho de el-rei D. João I.

Provas justificativas:

a) Censos da Igreja de Loureiro à Sé do Porto:

— Ecclesia. Sancti Iohanis. de Loureyro —
De cera. mediam libram.
De mortuariis. L. solidos.
Item tria. bracialia. uel. xxvii. solidos. (1)

b) Taxação da Igreja de Loureiro ao Estado:

O Pontífice João xxii, em 1320, concedeu a el-rei D. Diniz, por três anos, a décima parte das rendas eclesiásticas do seu Reino para subsídio da guerra com os mouros, excepto as igrejas da Ordem de São João do Hospital.

Daí a taxação da Igreja de Loureiro em 45 libras (2), moeda do tempo.

III

Igreja de Loureiro e seus Párocos na ordem civil e eclesiástica, no decorrer dos sistemas governativos ou políticos da Nação.

A Igreja de Loureiro, desde o seu início, observou sempre as determinações dos seus Bispos, a par das evoluções da política do Estado — tanto no regímen do absolutismo e do constitucionalismo como, presentemente, do republicano.

Testemunham o facto:

1.º — A Igreja de Loureiro no regímen do absolutismo.

a) O Reverendo Pároco, com o título de Cura, era de apresentação do Reitor da freguesia de Avanca (3).

b) Pela fertilidade do solo de Loureiro que produz mais que bastante para o sustento dos seus habitantes, passaram a meeiros, eclesiásticamente, à Avanca e Loureiro, em pensão de frutos e dinheiro, os seguintes lugares de Loureiro:

— Igreja (Loureiro), Louredo, Ervedal, Rua Nova, Arrota, Chão de Além, Contumil, Coxo, Feital, Forno, Freixo, Graciosa, Lumieira, Macieira, Minhoteira, Outeiro, Pinhal, Póvoa, Quintã, Tonce, Valverde e Vidigueira.

c) Passaram também a meeiros a Ul e Loureiro, nas mesmas condições dos anteriores, mais os seguintes lugares de Loureiro:

— Adães, Avenal e Sobral.

(1) *Censual do Cabido da Sé do Porto*, pág. 547.

(2) *Hist. da Igreja em Portugal*, tomo 2, pág. 615.

(3) *Descrição da Cidade do Porto*, por AGOSTINHO R. DA COSTA, pág. 139.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

2.º—A Igreja de Loureiro no Padroado Real, durante o regimen do constitucionalismo, desde os princípios do século XIX.

a) Pelo Decreto de 5 de Agosto de 1833 ficou a Igreja de Loureiro do Padroado Real.

b) Pelas Portarias do Governo de 20 de Junho de 1851 e 28 de Agosto de 1852, e Decreto do Bispo do Porto—Dom Jerónimo José da Costa Rebelo, de 6 de Setembro de 1852, deixaram de ser meeiros a Avanca os lugares de Loureiro, acima referidos, tendo assim voltado, civil e eclesiásticamente, á posse legítima e definitiva de Loureiro (1).

c) Pelo Decreto do Governo, de 20 de Junho de 1903, e Provisão do Bispo diocesano, de 22 de Dezembro, do mesmo anno, foram desanexados da freguesia de Loureiro os seus lugares de Adães, Avenal e Sobral, meeiros a Ul e acima nomeados, e incorporados definitivamente na freguesia de Santa Maria de Ul.

Segue a transcrição do Decreto do Governo:

— «Tendo subido à Minha Real Presença a representação em que alguns moradores dos lugares do Sobral, Adães e Avenal, meeiros eclesiásticamente das freguesias de Santa Maria de Ul e S. João de Loureiro, concelho de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro, diocese do Porto, pedem a anexação, in totum, para os efeitos eclesiásticos, á primeira daquelas freguesias; Mostrando-se do respectivo processo que a providência reclamada, tendente a fazer cessar uma anomalia de que resultam graves inconvenientes, é de grande vantagem para o bem estar espiritual e comodidade temporal dos habitantes dos ditos lugares que ficam mais próximos da paróquia de Ul, sem que daí resulte prejuizo para a freguesia de S. João de Loureiro; Considerando que os sobreditos lugares, com outros da primeira das aludidas freguesias, constituem já para os efeitos administrativos uma paróquia civil; Conformando-Me com os pareceres das superiores auctoridades, eclesiástica e administrativa, e com a consulta unânime do Supremo Tribunal Administrativo; e Usando da autorização concedida na Carta de Lei, de quatro de Junho de mil oito centos e cincoenta e nove e no artigo terceiro, parágrafo quarto, número três do Código Administrativo: Hei por bem determinar que pelos meios competentes se proceda, para os efeitos eclesiásticos, a desanexação dos lugares do Sobral, Adães e Avenal, da freguesia de S. João de Loureiro, de que eram meeiros e á sua completa anexação á de Santa Maria de Ul, ambas do concelho de Oliveira de Aze-

(1) L.º das Visitações Pastorais de Loureiro, arquivado na residência do Abade da mesma freguesia, pág. 165.

SOBRE A TERRA DE LOUREIRO

mêis, distrito de Aveiro, diocese do Porto, de modo a ficarem constituindo paróquia independente aqueles lugares e os que já pertenciam no todo à freguesia de Ul.

O Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça o tenha assim entendido e faça executar. Paço em 20 de Junho de mil novecentos e três. Rei. Artur Alberto de Campos Henriques. Está conforme. Direcção Geral dos Negócios Eclesiásticos em 20 de Julho de 1903. — Miguel Maria Candido.»

Transcrição da Provisão do Bispo do Porto:

«D. António José de Sousa Barroso, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo do Porto, Prelado Assistente ao Sólido Pontifício, do Conselho de Sua Magestade Fidelíssima, Par do Reino, etc.

Fazemos saber que, pela Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e 2.ª Repartição, nos foi dirigido um officio em data de 20 de Julho de 1903, remetendo-Nos por cópia o Decreto de 20 de Junho do corrente ano, cujo teor dum e doutro é pela forma seguinte:

Officio. «Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Snr.: Tenho a honra de enviar a V. Ex.^{cia}, para seu conhecimento e devidos efeitos, a inclusa cópia conforme ao Decreto, de 20 de Junho ultimo, pelo qual foi determinado que pelos meios competentes se proceda para os efeitos eclesiásticos à desanexação dos logares do Sobral, Adães e Avenal da freguesia de S. João de Loureiro, de que eram meeiros, e à sua completa anexação à de Santa Maria de Ul, ambas do Concelho de Oliveira de Azemeis, distrito de Aveiro, dessa Diocese, de modo a ficarem constituindo paróquia independente aqueles lugares e os que já pertenciam no todo à freguesia de Ul. Deus Guarde a V. Ex.^{cia}. — Direcção Geral dos Negócios Eclesiásticos em 20 de Julho de 1903. Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Snr. Bispo da Diocese do Porto. Miguel Maria Candido.»

Decreto. Já supra transcrito.

Em virtude dos documentos transcritos:

Havemos por bem determinar que do dia primeiro de Janeiro próximo em diante todos os fogos dos lugares do Sobral, Adães e Avenal que, até ao presente, eram meeiros entre as freguesias de Santa Maria de Ul e S. João de Loureiro, concelho de Oliveira de Azemeis, ficarão pertencendo para os efeitos eclesiásticos, total, única e exclusivamente à freguesia de Santa Maria de Ul, pelo que retiramos e cassamos ao Reverendo Pároco presente ou futuro, colado ou encomendado, de

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Loureiro, toda e qualquer jurisdição paroquial que sobre os ditos fogos tem exercido, e a transferimos toda para o Reverendo Pároco de Ul, ficando em tudo o mais subsistindo os anteriores limites entre as duas freguesias.

Esta Nossa Provisão, depois de registada, será remetida ao Reverendo Vigário da Vara do 4.º Distrito da Feira para dar immediato conhecimento aos dois Reverendos Párcos, e com o Visto a entregará ao Reverendo Pároco de Loureiro para a registar no livro competente e com preferéncia no das Actas das Sessões da Junta, na primeira das quais a apresentará para conhecimento da mesma Junta. — Este Reverendo Pároco, com a nota de assim ter cumprido, entregará a Provisão antes do dia primeiro de Janeiro ao Rev.º Pároco de Ul, o qual, procedendo do mesmo modo que o de Loureiro, a arquivará no cartório da sua paróquia.

Dada no Porto e Paço Episcopal, sob Nosso Sinal e Selo de Nossas Armas aos 22 de Dezembro de 1903.

+ Antonio, Bispo do Porto.»

IV

Reconstrução da velha Igreja e sua descrição depois de reconstruída.

A velha Igreja de Loureiro já ameaçava ruína nos fins do século XIX e, cada vez mais, no começo do século XX.

Era de urgente necessidade a construção de uma nova Igreja no mesmo local da velha, já danificada pelo tempo.

E o povo de Loureiro, de crença firme e com verdadeiro amor à sua terra, acolheu com entusiasmo a ideia da construção de uma outra Igreja.

E daí a organização de uma Comissão de entre os paroquianos sob a presidência do zeloso Abade para angariar donativos para o custeio da obra empreendida e deliniada pela mesma Comissão.

E assim:

a) Antes da reconstrução. Os habitantes da freguesia, de acordo e com autorização do seu Abade-Reverendo Manuel da Silva Laranjeira, deliberaram demolir a velha Igreja e, a seguir, reconstruí-la com a necessária segurança, amplitude e maior grandeza, como convinha à honra da terra. Assim cumpriram.

E, para o seu fim alvejado, a Comissão promoveu Cortejos de Oferendas que devem ser considerados «Cortejos de Amor de Deus». Revestiram esses Cortejos grandiosidade e religiosidade do bom povo de Loureiro para com a

sua Igreja — Casa de Deus, onde os fiéis se reúnem para tributarem homenagem a Deus e louvores a seus santos.

Nesses Cortejos tomaram parte bastantes carros alegóricos que despertaram brio e entusiasmo não somente nos moradores da freguesia, mas também no das terras vizinhas e próximas.

b) Reconstrução. Principiaram as escavações para os alicerces da nova Igreja em 18 de Setembro de 1924 e, depois de reedificada, foi aberta ao culto em 24 de Junho de 1929 (1).

Este empreendimento, levado a efeito, só manifestou que os habitantes de Loureiro, com o seu generoso e ilustrado Abade, tem gravado no seu coração a ideia de Deus e os nobres sentimentos da Religião Católica.

E deste modo foram obedecidas e respeitadas as ordens do Reverendo Abade em benefício da Igreja e honra da freguesia de Loureiro.

c) Descrição depois de reconstruída. A Igreja de Loureiro com o seu frontispício revestido de azulejos de relevo, incluindo a fachada da torre em toda a sua altura, é grande e de aspecto imponente no seu conjunto. E o interior da mesma, modelado pelo estilo de D. João v, desperta devoção, e infunde respeito pela sua grandiosidade.

Chamam a atenção:

1) A Capela-mor, iluminada por quatro janelas (duas de cada lado) que inclui:

a) Altar dourado com Sacrário dourado.

b) Camarim com um Painel, representando o Orago — S. João Baptista a baptizar Cristo. À direita do Camarim está colocada a Imagem do Orago e, à esquerda, a de S. António.

c) Quatro janelas (duas de cada lado) como já se advertiu.

d) Porta que dá para a sacristia da Igreja, do lado sul.

2) O Interior do Corpo da Igreja que põe à vista:

a) Seis janelas (três de cada lado).

b) Dois Altares colaterais: À direita, um com as Imagens de Nossa Senhora e de Santa Teresa; e à esquerda, outro com as Imagens de S. José, Senhora de Fátima e S. Filomena.

c) Dois Altares laterais: Um, do lado do Evangelho com a Imagem do Senhor Crucificado, que é de vulto;

(1) Livro das Visitações, já citado, pág. 273.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

outro, à esquerda com as Imagens do Coração de Jesus, S. Sebastião e Santa Luzia.

d) Um coro e dois púlpitos.

e) Portas: A principal ao fundo da Igreja, e a travessa do lado norte.

f) As paredes em volta da Igreja, incluindo a Capela-mor, revestidas de azulejos, também de relevo, até metro e meio de altura.

3) Dependências da Igreja, a seguir à Sacristia, no sentido poente:

a) Casa da cera.

b) Casa das Associações de devoção e beneficência.

NOTA. — Essas dependências comunicam com o interior da Igreja — cada uma por sua porta e, com as mesmas, por portas interiores.

A sacristia e a Casa das Associações tem cada uma a sua porta para o exterior, e também a sua janela.

É na sacristia da Igreja onde se guardam as vestimentas sacerdotais e as alfaías da Igreja.

NOTA APENDICULAR

No *Livro das Visitações Pastorais da freguesia de Loureiro*, desde 1698 a 1870, encontram-se censuras dos Visitadores diocesanos as faltas dos comendadores, ou administradores perpétuos, temporários, ou usufrutuários, da Igreja de Loureiro e de suas Capelas, no provimento das necessidades desta Igreja e Capelas, a que eram obrigados para decência das mesmas. E, a seguir a essas censuras, lêem-se as ordens terminantes ao Reverendo Pároco para officiar ao respectivo beneficiado, participando as faltas e a necessidade de as remediar em prazo determinado sob pena de pesadas multas para a Sé e Meirinho, e ainda de sequestro nos seus bens.

A avaliar pelas censuras, determinações e ordens desses Visitadores, deduz-se que os comendadores, ou outros beneficiados com os mesmos encargos, pouco ou nada se interessavam com as supraditas necessidades, mas apenas com a recepção das rendas em frutos, pensões e outros direitos ou bens.

Era este o espírito da época, bem pouco propício para a Igreja, e nada para os seus párocos.

E assim, o Reverendo Pároco tinha de viver contristado por ver a Igreja e Capelas da sua freguesia em deplorável estado por culpa dos beneficiados que comiam as rendas da Igreja sem consciência e sem vergonha!

SOBRE A TERRA DE LOUREIRO

Comprovam o facto, além de outras, a Visitação a seguir transcrita:

«Visitação da Igreja de São João de Loureiro em 27 de Setembro de 1698.

O D.^o Carlos da Rocha Pereira, Cônego prebendado na Sé do Porto e Visitador no espiritual e temporal desta Comarca da Feira pelo II.^o Senhor Bispo Dom Frei José de Santa Maria...

Faço saber que visitando a Igreja de São João de Loureiro, no espiritual e temporal, em presença do Reverendo Pároco e maior parte dos fregueses, ordenei o seguinte...

Achei por vista de olhos necessitar-se muito de um Retabulo na Capela-mor; e é tão antiga esta necessidade, como são as repetidas Visitas em que se tem mandado fazer, sendo que as Rendas sempre foram em augmento, e as obras á Igreja necessarias em diminuição, pelo que mandò se satisfaca com o dito Retabulo, sob pena de vinte mil reis para Sé e Meirinho dentro em um ano, os quaes se haverão pelos frutos desta Comenda, para que o Reverendo Pároco, sob pena de obediencia, notifique ao Rendeiro principal desta Comenda, para que logo avise ao Comendador com o treslado deste Capitulo para dar satisfação, na forma que se lhe tem mandado, pela fabrica não ser sufficiente para a dita obra, e com certidão desta diligencia que atenderá ao pé desta Visitação.

Se, depois de feito o aviso a dois meses, se não der principio á dita obra, o Reverendo Pároco faça sequestro, em termo, na mão do Rendeiro desta freguesia em quantia sufficiente para a dita obra, e remeterá certidão ao Reverendo Promotor da Justiça para requerer execução da pena e se mandar fazer o dito Retabulo por conta da dita renda.

O Reverendo Pároco leia e publique e passe certidão — tudo na forma do estilo.

São João de Loureiro, 27 de Setembro de 1698.

E eu Pantalião da Silva Vasconcelos, notario Ajudante e Secretario da Visitação a escrevi.

Carlos da Rocha Pereira». (*L.^o das Visitações Pasto-
raes de Loureiro*, págs. 7, v., e 8).

CAPÍTULO TERCEIRO

DAS CAPELAS DE LOUREIRO, SUA SITUAÇÃO
E MODIFICAÇÕES NO DECORRER DOS ANOS

I.ª)

A de Nossa Senhora da Lumieira

«Da milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Lumieira, na freguesia de São João de Loureiro.

O Santuário de Nossa Senhora da Lumieira está situado em distância de dois tiros de espingarda da Paroquial Igreja de São João de Loureiro, que é anexa à freguesia de Avanca: e é tão antigo este Santuário que pelos anos de mil seiscentos e oitenta, pouco mais ou menos, se acharam uns Estatutos de uma Irmandade de Clérigos, que neles há, donde se viu que já haviam sido reformados, e deles constava o foram haverá quinhentos anos, ou quinhentos e tantos, e ainda hoje persevera a mesma Irmandade na referida Casa da Senhora. Porém, como esta Ermida era tão antiga, estava tão danificada que se temia que, qualquer dia, cairia de todo: o que vendo em Visita o Ilustríssimo bispo do Porto, o Sr. Dom Fernando Corrêa de Lacerda, mandou que os fregueses de São João de Loureiro, aos quais pertencia, a reedificassem e, não o querendo fazer, se demolisse e arrasasse. Em observância deste mandado do Ilustríssimo Bispo, o Reitor que era naquele tempo da freguesia de Avanca, Francisco Guedes de Sousa, instou com os fregueses que quizessem reedificar a Casa da Senhora e que, para isso, elle lhe daria alguma ajuda, o que não pôde acabar com eles. E, nestes termos, lhes disse: «que a Ermida senão havia de arruinar e arrazar no seu tempo: que desistissem dela e que elle a reedificaria á sua custa», o que eles alegremente aceitaram (mas tudo isto foi maravilha da Senhora, porque nunca fariam cousa que luzisse). Á vista desta desistência, mandou o Reitor fazer novamente com toda a perfeição e grandeza, como ao presente se está vendo, porque é uma formosa Igreja com Capela-mor e três Altares, púlpito, duas Sacristias, caixões de pau preto e grade — tudo bronzado; e deu para a Irmandade todo o necessário por uma só vez somente e os Irmãos dela, que hão-de ser duzentos Eclesiásticos a lhe fazerem, todos os anos, um Offício por sua alma. A Imagem da Senhora é de vulto e terá quatro para cinco palmos de estatura: não tem vestidos, nem lhe eram precisos por ser de

SOBRE A TERRA DE LOUREIRO

perfeitíssima escultura de pedra: e é a mesma da fundação porque não consta que houvesse outra: não se sabe se appareceu, ou se se mandou fazer. Também não consta quem fosse o primeiro que mandou fazer a primeira Casa da Senhora, nem do motivo que houve para ali lhe dedicarem aquele Santuário. Está muito bem estofada e recolhida em um nicho do Retábulo e fechada com vidraça, porque em tudo mostrou o tal Reitor, a generosidade do seu ânimo e grandeza da sua devoção: e assim é esta Santíssima Imagem muito venerada: está na Capela-mor: nos dois Altares colateraes está, em um, São Francisco e, no outro, São José. Tem este Santuário três portas com a principal, e um grande tabuleiro com três escadas em esquadria: tudo se vê obrado com grande perfeição e aceio e não pequena grandeza.

Tem também a Senhora um grande rocio ao redor da sua casa com muitos arvoredos de várias árvores e, nesta grande praça, ha todos os meses feira a seis de cada mês e, fóra desta hão mais duas no ano — uma na primeira oitava da Páscoa, e outra em quatorze de Setembro, aonde correm mercadores de todo o Reino; e para estas feiras mandou fazer o Reitor, por seu zelo e devoção da Senhora, uns alpendres para os mercadores se recolherem com suas fazendas, de que paga cada um seiscentos reis por cada feira, que renderão cada ano vinte cinco mil reis pouco mais ou menos; e os esterços das feiras se recolhem para esterçar uma quinta que o Reitor mandou tapar pegada á Ermida da Senhora, aonde têm umas casas nobres e pombal, e toda é murada em altura de dez palmos, e tinha já para ela encaçada uma agua que já entrava dentro, a qual, com a sua morte, se não acabou, e está o cano, já hoje, danificado.

Deixou o mesmo Reitor na referida Igreja da Senhora uma missa quotidiana e, para esse efeito, lhe avinculou todos os seus bens de raiz que possuia que são estes da Ermida, e outra quinta que possuia na freguesia de Avanca que rende em dinheiro, cada ano, trinta e cinco mil reis, e umas escrituras de pão de renda; e, por sua morte, deixou por Administrador dela a seu sobrinho Pedro Teixeira Cabral de Azevedo, de Vila Real, e a missa se continua.

Obra esta Senhora muitas e grandes maravilhas, e assim é muito frequentado aquele Santuário pelos seus devotos que a vão buscar e pedir-lhe o remédio de seus trabalhos e necessidades; e, no dia da sua festividade é muito grande o concurso de gente, e então vão muitos a pagar-lhe os seus votos e promessas e outros a oferecer-lhe o que podem. E assim é muito o que estas cousas rendem ao Pároco.

Desta Senhora nos deu notícia o Pároco de Avanca que existe ao presente, que não nos declarou e o fez por intervenção de um Cónego do Convento de Grijó. (*Santuário*

Mariano de Frei AGOSTINHO DE SANTA MARIA. Livro v, título XI, pág. 525). Lisboa, 1716.»

NOTA. — Numa cópia idêntica, escrita no *Livro das Visitações Pastorais de Loureiro*, págs. 267 e 268, lê-se no final da mesma: «E mais nada constava do dito Livro, que fielmente copiei. Serém, 18 de Novembro de 1820. Frei Matias das Dores. E eu Agostinho António Tavares, actual Cura desta freguesia de São João de Loureiro, o lancei neste Livro para memória desta fundação, e para se saber qual é o Vinculo desta Capela, e quem são os possuidores dele que actualmente é o Morgado de São João da Madeira.»

2.ª)

*Capela de Santo António da Graciosa
com sua Nota Histórica*

a) Sua edificação. No princípio do século XVII, como é de crer, foi edificada a Capela de S. António na povoação da Graciosa e, no dia da sua inauguração, transferida para a mesma, a Imagem de Santo António, da antiga Ermida, do lugar de Tonce.

b) Suas imagens. Esta Capela tem só um Altar com a Imagem de Santo António, de pedra, de um metro de altura e a de São Pedro, do lado esquerdo, e a do Coração de Jesus entre as duas.

Na parte lateral, à esquerda, vê-se outra pequena Imagem de Santo António também de pedra, e a da Senhora da Conceição, de barro. Tem quatro frestas (duas de cada lado), e do lado direito uma sacristia com janela, e uma porta de saída.

Foi mandada reedificar no ano de 1789, e prover de vestimentas e outras alfaias para a celebração do Santo Sacrifício da Missa (1).

Nota Histórica. O Santuário primitivo de Santo António, da freguesia de Loureiro, foi uma Ermida, da invocação do mesmo Santo, no lugar de Tonce, que esteve aberta ao culto, desde tempos recuados, até ao seu abandono nos meados do século XVIII. É de crer que essa Ermida tivesse sido fundada a impetração dos progenitores de Aldonça Esteves, dona de Tonce, os quais, além de nobres Cavaleiros da Ordem militar de Cristo, foram também senhores de Tonce. E isto no reinado de D. Sancho II, quando da canonização de Santo António em 1232, no Pontificado de Gregório IX. Esta suposição deduz-se do facto de, já nessa época, ter o povo grande fé e devoção nos altos merecimentos do imortal tau-maturo português.

(1) *L.º das Visitações Pastorais*, já citado, a pág. 120.

Fazem referência à primitiva instituição da Ermida de Santo António e sua estabilidade no lugar de Tonce até aos meados do século XVII:

a) *Catálogo dos Bispos do Porto* por D. RODRIGO DA CUNHA, de 1623 (II Parte), pág. 387.

b) *Anacrisis Historial* por MANUEL PEREIRA NOVAIS, de 1690 (II Parte), vol. IV, pág. 201.

c) *Corografia Portuguesa* do P.^o ANTÓNIO DE CARVALHO DA COSTA, de 1707, pág. 169.

3.^a)

Capela de N.^a Senhora da Esperança da Quintã

A Capela de N.^a Senhora da Esperança, outrora Ermida, está situada em lugar vistoso, denominado Quintã, com frente para um caminho pouco transitável. Próximo da Capela vê-se erecto um Cruzeiro de pedra, com a data de 1910, para as procissões religiosas.

Esclarecimentos necessários e oportunos.

a) Imagem de N.^a Senhora da Esperança coectânea da de Santo António na primitiva Ermida de Tonce.

Quando da inauguração da medieva Ermida de Tonce, com a invocação de Santo António, nos meados do século XIII, também na ocasião foi colocada na mesma Ermida, em Altar próprio, a Imagem de Nossa Senhora da Esperança.

b) As Imagens de Santo António e de N.^a Senhora da Esperança, transferidas da Ermida de Tonce para novas Ermidas de sua invocação.

Apesar da transferência da Imagem de Santo António da sua primitiva Ermida de Tonce para a sua nova Ermida no lugar da Graciosa, nos meados do século XVII, a Imagem de N. Senhora da Esperança continuou na Ermida de Tonce com o título de N.^a Senhora da Esperança, de Tonce⁽¹⁾, até à sua transferência definitiva para nova Ermida, de sua invocação, mandada edificar no lugar da Quintã no primeiro quartel do século XIX, e inaugurada com a celebração da primeira Missa, no dia 23 de Setembro de 1821, mediante um Breve Pontifício conseguido pelo Reitor de Lordelo, Reverendo Boaventura José de Brito⁽²⁾.

c) Reforma da Ermida da Quintã e sequente descrição. Como a Ermida da Quintã fosse acanhada, um devoto

(1) *Livro das Visitações Pastoraes de Loureiro*, págs. 64 e 107, v., referentes aos anos de 1746 e 1779.

(2) *Ibidem*, pág. 146.

de N.ª Senhora da Esperança, de nome Custódio José dos Santos Coimbra, mandou reformá-la à sua custa no ano de 1906, tendo ficado, desde esse ano, transformada em Capela, com a mesma invocação.

O mesmo devoto, para educação e instrução religiosas, avivar a fé e aumentar a devoção dos fiéis, mandou ainda acrescentar um púlpito e coro, fazer abertura de uma porta, do lado esquerdo, para sacristia, a qual ainda não tem porta por capricho tolo do dono do terreno pegado à Capela, em não ceder terreno para a construção da necessária sacristia.

Mais outros melhoramentos:

Mandou pintar no frontal da banquetta do Altar, da mesma Capela, as seguintes imagens:

— A de Santo António, segurando uma cruz com a mão direita;

— A de Santa Ana, apertando um ramo de flores com a mão direita;

— A de Santo Amaro, discípulo de S. Bento, empunhando um báculo com a mão esquerda, e com a direita livre para espargir bênçãos pelos monges beneditinos a seu cuidado.

Esta Capela rústica foi construída, no lugar da Quintã, por iniciativa e sentimentos religiosos dos habitantes do mesmo lugar que a dedicaram à excelsa Mãe de Deus com o título de «Nossa Senhora da Esperança».

NOTA. — O supramencionado nome — Quintã, povoação de hoje, teve, em tempos recuados, as denominações de «quintam de João Dipres», e de «quinta», como consta de documentos autênticos.

E assim:

— Faz referência à primeira — um «Manuscrito da Torre do Tombo, publicado no *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, n.º 7 — Julho de 1908, que diz: «...Aldeia de Loureiro e sua freguesia, 49 (vizinhos), com a quintam de João Dipres».

— Faz referência à segunda denominação — o *Livro das Visitações Pastorales de Loureiro*, pág. 146, que diz: «Aos vinte e tres de Setembro de mil oito centos vinte e hum se celebrou a primeira Missa em hum Oratorio na Quinta chamado do Ribeiro sita na Rua nova desta freguesia de São João de Loureiro por hum Breve, que para isso alcançou o Reverendo Reitor de Lordelo — Boaventura José de Brito. Do qual fiz este Assento que assinei. Loureiro, era ut supra. O Cura Agostinho Antonio Tavares».

Do exposto vê-se:

a) «Quintam de João Dipres» foi, nesse tempo (1527), uma grande quinta, como indica o próprio termo — quintam por quintão — grande quinta, e seu senhorio — João Dipres, que era certamente estrangeiro.

Um dos escultores do altar mor da Sé Velha de Coimbra, gótico, era justamente um João de Ypres. Até que ponto as duas personagens podem coincidir, não é fácil, por enquanto, verificar-se.

b) Antes do século XIX, não existiu, em Loureiro, povoação com o nome de Quintã. Nesse tempo o local da Quintã, depois povoação, era uma propriedade rústica com casa de habitação denominada quinta, então uma parte do lugar da Rua Nova.

E a quinta, a que se alude, com novas edificações nos tempos contemporâneos, constituiu um agregado de casas, de proprietários diversos, tendo assim formado uma povoação que tomou o nome de Quintã.

CAPÍTULO QUARTO

DA DISTRIBUIÇÃO DE PODERES COM SUBORDINAÇÃO DE AUTORIDADE, QUER NA IGREJA QUER NA POLÍTICA, REFERENTE À FREGUESIA DE LOUREIRO

Sua submissão e subordinação às Instituições Eclesiástico-diocesanas e sujeição às Instituições Politico-administrativas. — Sua população. Seus melhoramentos.

Uma digressão. Enquanto a humanidade existir, haverá sempre governantes e governados, superiores com súbditos e subordinados e, como consequência evidente e inevitável para o bem comum, autoridade com direito de se fazer obedecer e respeitar para ter a sujeição, submissão e subordinação dos povos dentro das normas e prescrições dimanadas do Poder legislativo que tem o cuidado da comunidade. De contrário, seria impossível a vida do homem sobre a Terra, tanto no espiritual como no temporal.

I

A Igreja de Loureiro, da jurisdição do Bispo do Porto, a que sempre tem estado submetida e subordinada.

1.º — A freguesia de Loureiro na hierarquia eclesiástica:

a) O Bispo do Porto, para o bom governo da Diocese, além da sua cúria episcopal, conserva delegados seus nos distritos eclesiásticos denominados comarcas eclesiásticas (hoje vigairarias). A Igreja de Loureiro foi da Comarca eclesiástica da Feira ⁽¹⁾ desde tempos remotos até aos princípios do século xx, e actualmente é da Vigairaria de Oliveira de Azeméis.

b) Os párocos de Loureiro tinham o título de Curas, e eram de nomeação do Bispo, quando encomendados; e de apresentação do Reitor de Avanca, quando para a colação, precedendo sempre informação do Bispo sobre a idoneidade do opositor.

c) Relação dos nomes dos Curas de Loureiro no tempo do Padroado do Reitor de Avanca.

Em 1689 — Manuel Gomes.

» 1701 — João de Barros Nogueira.

» 1702 — António Pinheiro Enes.

(1) *L.º das Visitações Pastorais de Loureiro*, pág. 16 e seguintes.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- Em 1703 — Manuel Gomes.
» 1705 — Manuel Dias Antão.
» 1707 — Manuel Soares.
» 1710 — Manuel Marques Rodrigues.
» 1723 — Fernando Pereira de Pinho.
» 1730 — Gabriel Dias de São Francisco.
» 1734 — Marçal Gomes de Carvalho.
» 1744 — Manuel de Almeida Valente.
» 1746 — António Correia Alves.
» 1752 — Manuel da Silva Pereira.
» 1756 — Manuel Soares dos Anjos.
» 1769 — José Pinto Ferreira.
» 1772 — Manuel José da Silva Figueiredo.
» 1780 — Joaquim da Silva.
» 1807 — Manuel da Silva Costa.
» 1817 — Agostinho António Tavares.
» 1840 — Manuel José da Silva Soares.

d) Relação dos nomes dos Párcos de Loureiro no tempo do Padroado Real.

Francisco Joaquim da Costa (colado).
Francisco José Nunes (encomendado).
António de Oliveira Amaral (colado).
Serafim Leite da Silva (encomendado).
Manuel Marques Capeleiro (encomendado).
Joaquim Manuel Marques de Pinho (colado).
Manuel da Silva Laranjeira (actual pároco encomendado).

2.º — A freguesia de Loureiro na política:

a) Pertenceu a freguesia de S. João de Loureiro ao antiqüissimo Concelho de Bemposta, que, de princípio, foi da comarca da Feira, a seguir, da de Esgueira e, actualmente, da de Oliveira de Azeméis. Nos tempos longe idos, compreendia onze freguesias, incluindo a de Loureiro, tais eram ⁽¹⁾: Loureiro, Bedóido, Avanca, Pereira (S. Viel), Madail, Pindelo, Souto, S. Félix, Espargo, Gandra, Cabanões. Assim o confirma o «Registo das cidades, vilas e logares que ha em a comarca da Estremadura» feito por ordeim do rei (D. João III) em 1527, que diz: «... Aldea de Loureiro e sua fregesia, 49 (visinhos ou fogos), com a quimtam de João Dipres» ⁽²⁾, como já se notou.

(1) *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XII, pág. 277.

(2) Manuscrito da Torre do Tombo, publicado no *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, n.º 7 — Julho de 1908. *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIV, pág. 136.

SOBRE A TERRA DE LOUREIRO

b) Extinto o Concelho de Bemposta por Decreto de 24 de Setembro de 1855, passou Loureiro, desde então, para o Concelho de Oliveira de Azeméis, criado por Alvará de 5 de Janeiro de 1779, passado em nome da Rainha D. Maria I (a Piedosa).

E assim, Loureiro teve de acatar e considerar não só o Decreto do Bispo do Porto referente à sua Igreja, mas também a Reforma Política Administrativa dimanada do Governo.

Em tempo. O lugar de Contumil, de Loureiro, foi abrangido pelo Foral de Bemposta e Figueiredo, outorgado em Lisboa pelo Rei D. Manuel I, a 15 de Agosto de 1514. Esse Foral mencionava, então, os casais e foreiros de Contumil (1).

II

Sua população.

Números estatísticos (2)

Em 1527	49 fogos	
» 1623		324 almas
» 1707	210 fogos	
» 1788	502 »	1608 almas
» 1864		2192 »
» 1878		2283 »
» 1900		2668 »
» 1918	709 fogos	220 »
» 1928	700 »	2900 »
» 1938	716 »	3000 »
» 1947	746 »	3200 »

III

Seus melhoramentos.

A terra de Loureiro, pela sua importância, possui e goza bastantes melhoramentos.

São eles:

1.º — Mercantis (feiras e mercado).

Para transacções mercantis em Loureiro realizam-se, desde séculos, feiras e mercado em local e dias determi-

(1) *Anaes do Município de Oliveira de Azeméis*, pág. 318.

(2) *Anais*, já citados, págs. 156 e 315; *Catálogo dos Bispos do Porto*, pág. 387; *Corografia Portuguesa* do P.º AGOSTINHO REBELO DA COSTA, pág. 169; *Descrição da Cidade do Porto*, pág. 129, e Livros do Registo paroquial desde o ano de 1918 a 1947.

nados. Esse local é a povoação da Lumieira, e os dias como segue:

a) Mercado mensal no dia 6 de cada mês, não sendo dia santo de Preceito.

b) Feira anual na Oitava da Páscoa (Feira da Lumieira da Páscoa).

c) Feira anual de 14 de Setembro (Feira dos Poldrões) (1).

NOTA — O dia 6 de cada mês, ainda que coincidisse com dia santo de Preceito, foi sempre o dia do mercado até o ano de 1690. Nesse ano de 1690, o Visitador Diocesano, na sua Visita Pastoral à Igreja de S. João de Loureiro no dia 24 de Maio, determinou que, quando o dia 6 coincidisse com dia santo de preceito, fosse transferido o mercado para o dia, ou dias imediatos que não fossem dias santos de preceito (2). E esta determinação, desde esse dia, tem sido cumprida religiosamente.

Mais: A feira anual, de 14 de Setembro, em Lumieira de Loureiro, teve de começo o nome de «Feira dos Poldrões», por o artigo mais importante, que nela se mercadeja, serem potros ou poldros. Porém o povo feirante, na sua inconsciência deturpou a expressão *Poldrões* para *Perdões*, como seja crível haver ali uma Feira de Perdões!

Uma Feira de Perdões na terra de Loureiro não deixaria de ter a sua graça!!! Irribus!

2.º — Industriais.

Conta a freguesia de Loureiro dois estabelecimentos fabris, de onde deriva a produção dos meios necessários para a vida dos seus proprietários e operários.

São eles:

a) Fábrica de curtumes. Foi criada no ano de 1925 por Joaquim Maria de Oliveira, que continua actualmente seu director. Emprega 20 operários, e fabrica especialmente — acamurçados, atanados, carneiras, pelicas, seleiro, solas, etc.

b) Fábrica de serração de madeira. Foi criada em 1942 por Amadeu Soares de Amorim e seu irmão António Soares de Amorim que, passados três anos, cedeu àquele a sua cota parte. Teve o seu início, oficial, em 20 de Janeiro de 1943. Conta 9 operários, mas pode dar trabalho a 17.

É seu único proprietário e director o supradito Amadeu Soares de Amorim.

3.º — Correio.

Para o serviço de correspondência pública e particular:

a) Estação do correio com telefone no lugar de Lumieira.

b) Caixa postal nos lugares seguintes: Contumil, Macieira, Outeiro, Pinhal, Tonce, Vidigueira e Loureiro.

(1) Poldrões — gado novo da espécie cavalari: potro. (Do latim rústico — *pottrum*).

(2) Livro das *Visitações Pastoraes*, já citado, pág. 1, verso.

4.º — Escolas primárias oficiais.

Para o ensino das crianças — tanto no intelectual como no moral:

a) No povoação da Lumieira — uma do sexo masculino e outra do feminino.

b) Na povoação de Contumil — uma para os dois sexos (Escola mixta).

5.º — Registo Civil (Posto de).

Este Posto tem por fim registar os factos mais importantes da vida do povo da terra, como sejam — nascimentos, casamentos e óbitos. Desde a sua criação até ao presente, tem exercido o cargo de Ajudante — António Rodrigues de Pinho, professor primário da freguesia. Está o Posto situado no lugar da Rua Nova.

6.º — Artísticos (Filarmónica).

Algumas pessoas de Loureiro, apreciadoras de música e amigas da sua terra, querendo mais um outro melhoramento para a sua freguesia, sugeriram a instituição de uma filarmónica. E esta sua ideia causou viva sensação nos habitantes de Loureiro pela importância do novo melhoramento que logo aplaudiram sem divergências de opinião.

E daí:

a) A criação da Filarmónica em o ano de 1899, tendo por organizadores — João Valente Queirós, Manuel Alves de Oliveira Figueiredo e Manuel Maria Gonçalves, sob a direcção de Manuel Pedro, de Pardilhó, seu primeiro Instrutor e Regente.

b) A sua estreia no dia 6 de Janeiro, do ano seguinte, tendo ido percorrer os lugares da freguesia a dar a cada uma das suas Casas as Boas Entradas do Novo Ano e as Boas Entradas da Nova Filarmónica para adquirir donativos para pagamento do seu instrumental. Conta actualmente 28 componentes.

Actualmente é seu Regente — José Rodrigues de Pinho, de Válega.

CAPÍTULO QUINTO

DE PERSONAGENS DE LOUREIRO

Conta a freguesia de Loureiro dois Homens notáveis — um, o Bispo no último quartel do século XVIII; outro, como Estadista na primeira metade do século XX.

Seguem os nomes:

1.º — D. FREI CAETANO BRANDÃO, professo da Terceira Ordem da Penitência, no Colégio de S. Pedro, em Coimbra.



Formou-se em Teologia na Universidade de Coimbra. Pelo seu carácter elevado, prestígio moral e intelectual, foi eleito Bispo do Pará em 1782, e Arcebispo de Braga em 1789.

SOBRE A TERRA DE LOUREIRO

Passou a sua vida na prática da Religião e da Caridade, exortando o povo ao cumprimento dos seus deveres, tanto na Igreja como fora dela.

E assim dão testemunho da sua fé, piedade e devoção, a sua actuação religiosa, escritos e benemerências, a seguir transcritas (1):

- a) Quando Religioso e Sacerdote:
— Leitor (Mestre) de Teologia em Évora;
— Orador sagrado de grande nomeada.

b) Quando Bispo do Pará:
— Pastoral sobre a educação das crianças;
— Circulares e avisos pastorais;
— Instruções aos visitantes diocesanos e ao clero;
— Fundação, edificação e dotação de um hospital destinado a doentes pobres, mediante esmolos conseguidas a seu pedido.

c) Quando Arcebispo de Braga:
— Pastoral contra as máximas do filosofismo francês;
— Instituição de três escolas para meninas aprenderem a fiar e costurar em roupas brancas;
— Fundação do Seminário dos Órfãos de S. Caetano.

Advertência. Na casa onde nasceu Caetano Brandão, a Junta da Freguesia deve mandar colocar uma lápide evocativa com a seguinte inscrição:

«In Nomine Domini.
Nesta casa nasceu, em 11 de Setembro
de 1740, Caetano Brandão que
foi Bispo do Pará, e depois Arce-
bispo de Braga, onde faleceu.
Homenagem
da
Junta da Freguesia de Loureiro
1949»

2.º — Conselheiro ALBINO SOARES PINTO DOS REIS.
— Cursou a Universidade de Coimbra, onde se formou em Direito.

Amigo da sua terra de Loureiro e do seu concelho, tem defendido sempre os interesses da mesma terra e concelho, e contribuído com a sua influência política para os seus pro-

(1) Tomo IV, Parte IV da *Hist. da Igreja em Portugal*, já citada, págs. 87, 362, 363, 364 e 365.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

gressos. Pelo seu prestígio pessoal e político tem sido levado a exercer os seguintes cargos públicos:

- Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis;
- Governador Civil de Coimbra;
- Juiz do Supremo Tribunal Administrativo;
- Ministro do Interior;
- Presidente da Assembleia Nacional.

NOTA FINAL

Para não avolumar este breve estudo sobre Loureiro não demos maior desenvolvimento à biografia de D. Frei Caetano Brandão, mas lembramos ao leitor curioso as Memórias da Vida do Venerando Arcebispo D. Frei Caetano Brandão por ANTONIO CAETANO DO AMARAL, onde encontrará a história da vida desse grande Arcebispo que foi, como o seu predecessor D. Frei Bartolomeu dos Mártires, honra da Pátria e glória da Igreja. Dessa obra é extraída a gravura que acima reproduzimos.

bibRIA

P. JOÃO DOMINGUES AREDE.

TALÁBRIGA E A DESCOBERTA DA ARA DE ESTURÃOS

É BEM conhecida a identificação que, pelo menos, desde o século XVI até nossos dias, os eruditos têm feito de Aveiro com Talábriga, antiga cidade lusitano-romana que a obra designada por *Itinerário de Antonino* menciona como existente na via militar romana de Lisboa a Cale.

PLÍNIO (séc. I de C.), na sua *História Natural*, não nos deixa dúvida nenhuma de que na Lusitânia, ao sul do rio Douro, existiu a cidade de Talábriga, a mesma do Itinerário. A identificação referida baseou-se apenas nos textos dos autores antigos porque mais nenhuns elementos havia.

A interpretação que alguns investigadores deram ao texto da obra *Histórias dos Romanos (Romanorum Historiarum — De rebus hispaniensibus)* do historiador grego APIANO DE ALEXANDRIA (séc. II de C.) dá como tendo existido outra Talábriga ao norte do rio Douro, na região dos Brácaros.

Apareceu, porém, em 1902 ou 1903 um elemento arqueológico importante referente a Talábriga; foi uma ara votiva de granito dedicada ao *genio* Tiauranceaico, encontrada no altar-mor da igreja paroquial de Esturãos (ou Estorãos), concelho de Ponte de Lima, cedida algum tempo depois ao Museu Etnológico Português pelo pároco José Fiuza da Rocha, em consequência das diligências feitas pelo ilustre investigador e arqueólogo Dr. FÉLIX ALVES PEREIRA.

A inscrição da referida ara mostra-nos que a ofertante se chamava *Camala* e era *talabrigense*, isto é, da cidade de Talábriga. Esta ara veio aumentar as divergências que havia entre os eruditos acerca da situação de Talábriga ou do número de cidades diferentes com esta designação.

Não pretendo nesta ocasião intrometer-me no litígio, mas apenas registar aqui alguns pormenores acerca da descoberta da *ara de Esturãos*.

A primeira pessoa que escreveu acerca desta ara foi o Dr. FÉLIX ALVES PEREIRA, que a estudou e descreveu num

artigo que publicou em *O Archeologo Português*, vol. XII, ano de 1907, págs. 36 e segs., no qual afirma que a inscrição desta ara dava-nos pela primeira vez, em monumento lapidar autêntico, uma referência ao oppidum pre-romano Talábriga, mencionado na literatura antiga e no *Itinerário*.

E mais diz: — «*Temos, pois, em região dos Gróvios nova lápide com onomástico pessoal de tronco celta; uma observação porém devo fazer: é que não eram oriundos dessa região os dedicantes nela residentes, senão da Lusitânia*».

Manifesta pois a opinião de que o oppidum ou pólis Talábriga de onde se dizia natural a dedicante era a cidade do mesmo nome referida no *Itinerário*, e situada na Lusitânia.

Em 1909, o Dr. FÉLIX ALVES PEREIRA voltou a referir-se à ara de Esturãos no *Almanaque Ilustrado de Ponte do Lima*. Foi por intermédio desta publicação que eu, em 13 de Abril de 1927, estando acidentalmente nesta vila, tive conhecimento da descoberta desta ara. Este facto interessou-me muito, e logo resolvi ir ver o local onde tinha sido achada a ara e informar-me das condições em que tinha sido encontrada.

A segunda pessoa que escreveu acerca da ara de Esturãos foi o sábio arqueólogo Dr. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS que em 1913 publicou a respeito dela um breve estudo de carácter filológico e religioso, na sua importante obra *Religiões da Lusitânia*, vol. III, págs. 199 e 200.

Assim, depois de transcrever a epigrafe, diz:

«Creio que é a primeira vez que nas inscrições peninsulares aparece precedido do substantivo *Genius* um nome divino e adjectival em — *aicus*; como este Génio o é verosivelmente de uma localidade, corrobora-se assim de algum modo o que eu havia escrito no vol. II, pág. 312: isto é, que as divindades cujos nomes acabavam em — *aicus* deviam ser *Genii loci*.»

Querendo efectivar a resolução que tinha tomado quando li o *Almanaque Ilustrado de Ponte do Lima*, parti no dia seguinte de Ponte de Lima para a aldeia de Esturãos, distante uns dez quilómetros desta vila, e lá obtive as informações que desejava.

Quando regresssei a Aveiro, onde residia e onde residio ainda hoje, publiquei no semanário aveirense *O Debate*, n.º 230, 231 e 232, respectivamente de 5, 12 e 19 de Maio de 1927, três artigos sob o título *Talábriga e a ara de Esturãos*, nos quais dava notícias da minha excursão a Esturãos e das informações que aqui tinha obtido acerca da dita ara.

TALÁBRIGA E A ARA DE ESTURÃOS

A estes artigos se referiu o excelente trabalho *Estação luso-romana do Cabeço do Vouga*, publicado em 1941 no *Arquivo do distrito de Aveiro*, vol. VIII, e em separata (1).

Porém, aquele jornal que já há muitos anos deixou de se publicar, é actualmente de difícil aquisição, e como neste *Arquivo* já por vezes têm sido feitas referências à ara de Esturãos, vou reproduzir aqui os três artigos mencionados, dos quais constam alguns pormenores da descoberta desta ara. Antes, porém, declaro que não admito a identificação de Aveiro com o oppidum Talábriga.

TALÁBRIGA E A ARA DE ESTURÃOS

I

«Encontrando-me em Ponte do Lima a passar as férias da Páscoa de 1927, veio-me parar às mãos acidentalmente o *Almanaque Ilustrado de O Comércio do Lima*, relativo ao ano de 1909 e que, a páginas 273 e seguintes, inseria um artigo cujo título me chamou a atenção: — *Ara celtibérica da época romana* — com o sub-título: — *Um novo «Génio»* — da autoria do Dr. FÉLIX ALVES PEREIRA. Para mais, na página em que começava o artigo, estava intercalada uma figura, na qual entre outras se lia a palavra *Talabrigensis*.

Tratava-se claramente de um monumento que dizia respeito à história de Aveiro, — minha terra — nas relações que possivelmente tenha com a velha cidade de Talábriga, e foi com verdadeira sofreguidão que li as dez páginas pelas quais se estende o referido artigo, cuja doutrina é um resumo de um outro artigo sobre o mesmo assunto, publicado em 1907 em *O Archeologo Português*, vol. XII, pelo mesmo autor.

O assunto é a descoberta de uma ara de granito, votada a uma divindade ibérico-romana, na igreja paroquial de Esturãos, concelho de Ponte de Lima, sendo ofertante uma mulher da antiga Talábriga. A descoberta de tal pedra foi feita em 1902 ou 1903 pelo pároco da freguesia, reverendo José Fiuza da Rocha, que a cedeu, passados alguns anos, talvez em 1909, ao Museu Etnológico Português, onde se encontra hoje, sendo um dos monumentos de maior valor arqueológico que tal museu possui.

Não quis, porém, o abade José Fiuza da Rocha ficar sem uma lembrança de tal monumento, e, por isso, mandou tirar

(1) ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL, *Estação luso-romana do Cabeço do Vouga* — I — *Terraço subjacente à ermida do Espírito Santo, ou da Vitória*; Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1941; 94 págs.

uma cópia exacta de gesso da face que continha a inscrição, para ficar na igreja. Assim está descrita a ara em questão: — «O cipo é o maior que possui o referido museu. A altura total é de 1^m,07, e a largura a meio do corpo é de 0^m,44. A epigrafe occupa um campo de 0^m,62 × 0^m,44 e os caracteres têm de alto a média de 0^m,065. As molduras expressas estão por assim dizer esboçadas, e a base, muito volumosa, grosseiramente desbastada, afigura-se ter tido o destino primitivo de ficar enterrada no solo, colocado o monumento no lugar próprio. Na face superior da ara há uma cavidade, que mede nos lados 0^m,10 e de fundo 0^m,06. Creio não ser *foculus*, mas encaixe adequado a segurar a base de qualquer remate que o cipo suportasse: uma estátua ou busto do Génio. Há no Museu Etnológico mais exemplares deste facto. Nas faces laterais da ara não há nenhum símbolo ou emblema.

A leitura do texto faz-se sem difficuldades, mas as letras são um pouco toscas e desiguais».

Ora a inscrição diz:

CAMALA . AR
QVI . F . TAL
A B R I G E N
SIS . GENIO . T
IAVRANCEAI
CO . V . S . L . M

que corresponde ao seguinte:

*Camala Arqui filia Talabrigensis Genio Tiaura-
nceico (ou Tiaurauceico) votum solvit libens merito*

cuja tradução é:

*Camala, filha de Arquio, de Talábriga, cumpriu
de boa vontade e com razão o voto que havia feito ao
Génio Tiauranceaico.*

Este monumento é, pois, dedicado a uma divindade ou génio que, pelo nome, deve ser ibérico, embora escrito em caracteres latinos, e que portanto não fazia parte das divindades propriamente romanas.

Esta ara, à qual muito sucintamente o sr. Dr. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS se refere no seu livro: *Religiões da Lusitânia*, vol. III, págs. 199 e 200, e da qual diz ser uma das

TALÁBRIGA E A ARA DE ESTURÃOS

melhores jóias epigráficas do Museu, é, segundo os estudos do Dr. FÉLIX ALVES PEREIRA, do século III ou IV depois de Cristo.

Não se sabe qual o *oppidum* ou terra que tal génio tutelava mas não restam dúvidas de que era uma terra do norte do actual Portugal, atendendo ao local em que foi encontrada a ara.

Aquele senhor, a lápide interessou-o principalmente sob o ponto de vista religioso e filológico, pois que vem trazer mais um *génio* novo e mais um elemento de estudo para a linguagem ibérica. A mim, interessou-me principalmente por ser o único monumento lapidar autêntico relativo ao *oppidum* pre-romano Talábriga, conhecido através da literatura antiga e do *Itinerário*, e que, conforme alguns afirmam, ocupava o lugar que aproximadamente hoje ocupa a cidade de Aveiro, e atestando o facto de uma dama de origem celta e natural de Talábriga ter vindo no século III ou IV desta cidade para uma povoação da Galécia, a cujo *génio* dedicou o altar ou ara em questão. E interessou-me mais porque nunca li, nem ouvi, nenhuma referência a tal monumento, feita por qualquer aveirense quando sobre Aveiro ou Talábriga têm escrito, donde concluo que é desconhecido dos aveirenses aquele monumento. Veja-mos como foi descoberto.»

II

«Como bom aveirense que me prezo de ser, interessando-me por tudo o que possa dizer respeito à minha terra, que é, na opinião de alguns, a velha Talábriga, resolvi visitar o local onde a lápide foi encontrada, e possivelmente colher mais alguns informes que esclarecessem o caso. E assim, no dia 14 de Abril, dia seguinte ao da leitura do *Almanaque*, parti de automóvel com mais quatro amigos para Esturãos, a entrevistar o abade Fiuza da Rocha.

Atravessada a velha ponte sobre o Lima, formada de duas partes, uma do século XIV, da arcaria ogival, e outra



Ara celtibérica da época romana referente à cidade de Talábriga e encontrada em Esturãos

Publicada em *O Arqueólogo Português*, vol. XIII, e *Religiões da Lusitânia*, vol. III.

romana, o automóvel rodou rapidamente pela formosíssima estrada de Ponte de Lima a Viana do Castelo, na margem direita do rio, estrada cujas belezas tão bem cantadas foram pelo illustre escritor D. ANTÓNIO DA COSTA. A alguns quilómetros, uma transversal desta estrada, atravessando a freguesia de Moreira, conduz-nos, sempre pelo meio de várzeas feracíssimas e paisagens verdejantes, à freguesia de Esturãos. Termina a estrada junto de uns rústicos casais cujos habitantes, talvez surpreendidos pela presença de um elegante automóvel, nos olhavam entre respeitosos e desconfiados.

Apeámo-nos e seguimos a pé por uma antiga estrada de lages de granito, já desgastas pelo uso e pelo tempo; passá-mos uma velha ponte coberta de musgos e denegrada pelos séculos, ponte de três arcos de volta inteira e pelos quais passa, murmurando, o ribeiro de Esturãos.

Está a ponte abandonada a todos os prejuízos dos homens e da natureza, e mais aos desta do que aos dos homens, mostrando já as pedras dos pilares desconjuntadas pelas raízes de alguns carvalhos que neles se instalaram e ameaçam arruiná-los, se um machado salvador não se levantar a cortar-lhes cerce o tronco.

Mais algumas dezenas de metros andados e encontrámo-nos junto da residência paroquial, mesmo fronteira à igreja de Esturãos, estendendo-se esta freguesia já pelo sopé da serra de Arga.

Fizemo-nos anunciar ao reverendo abade Eiuza, homem erudito e de cabelos brancos, que imediatamente nos appareceu no patamar elevado da sua antiga residência, caracteristicamente portuguesa, e entre amável e sorridente nos convidou a entrar, ao mesmo tempo que inquiria sobre o motivo da nossa visita.

Sentámo-nos e disse-lhe: — Desejava saber em que local, data e condições tinha sido achada a ara de Esturãos, hoje no Museu Etnológico Português. Interessa-me saber isto porque a velha pedra refere-se à antiga cidade romana ou prè-romana Talábriga que, na opinião de alguns eruditos, tem como actual representante a cidade de Aveiro, minha terra natal e de alguns de meus antepassados.

Respondeu o velho abade: —

«Tenho nos arquivos da igreja uma memória escrita por um meu antecessor aí pelo ano de 1730, em que ele lançou as tradições desta freguesia que faz remontar à época de S. Martinho de Dume, que morreu arcebispo de Braga, parecendo que o movimento religioso neste sítio foi desenvolvido pelos beneditinos. É tradição oral e escrita que no lugar de Ramila é que se fundou a igreja paroquial. O abade que escreveu as tradições da freguesia, disse que trinta anos antes

de ele escrever, um lavrador tinha descoberto uma pedra larga e comprida no dito lugar de Ramila, e tendo conhecimento disto, os homens do velho lugar — que é junto do lugar de Gafarim, disseram que aquêla pedra era sinal certo do que constava da tradição, isto é, que naquele sítio esteve a igreja paroquial, e que de lá foi mudada para onde hoje está, porque na Ramila os cadáveres não se consumiam, conservando-se inteiros por mais de cinco anos.

O que posso afirmar é que a actual igreja foi edificada com material que tinha servido a outra. É natural que dela apenas alguns materiais tivessem sido aproveitados, porquanto o pórtico da igreja actual tem uns simples colunelos de estilo manuelino, o que condiz com a data da reconstrução em 1590, data que se lê no cimo do arco da capela-mor. Tem hoje a igreja três naves; mas quando reconstruída neste último ano só tinha duas, sendo-lhe posteriormente acrescentada a terceira.

Em 1902 ou 1903, tendo eu mandado fazer obras no altar-mor que era de pedra e no qual eu queria substituir a velha pedra do altar da igreja de Ramila que tinha um bocado partido, talvez desde a sua mudança para aqui, verifiquei com surpresa que o interior do altar era de areia e de cascalho solto, no meio do qual estava colocada a ara em questão. Houve, pois, o propósito evidente de preservar a ara de qualquer injúria ou mau destino, guardando-a num local sagrado como era o altar-mor da igreja.

Mandei então tirar a ara que pesava cerca de quatrocentos e oitenta quilogramas, do sítio em que se encontrava, e, lendo a inscrição que continha, resolvi colocá-la no adro da igreja a servir de pé à mesa formada pela antiga lage de granito do altar-mor, com a inscrição voltada para a fachada direita da igreja.

Tendo-se tornado público o achado, o reverendo Padre Cunha Brito convenceu-me a ceder a ara ao Museu Etnológico Português, o que de facto fiz, mas exigindo que ficasse na igreja uma cópia em gesso da inscrição.

A ara foi arrancada do seu novo lugar, e por ela e para a substituir, mandei fazer um outro pedestal igual em dimensões e forma ao que se tirava, e que é o que hoje sustenta a antiga pedra do altar.»

E mudando de tom, convidou-nos a visitar a igreja e o adro.

III

«A velha igreja de Esturãos, com as naves apoiadas em colunas românicas algo toscas, estando algumas da nave esquerda terrivelmente gastas na base, provando bem a grande antiguidade da igreja que àquela deu origem, é sin-

gela e com a nave central à altura da capela-mor, defeito que o actual pároco queria tirar-lhe, mas que o Dr. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS impediu de fazer, alegando que não se devia alterar o primitivo plano da igreja. Por isso lá continua o tecto da capela-mor à mesma altura do tecto da nave central. De passagem direi que descobri no capitel de uma das colunas uma inscrição que suponho ser uma data, e de que o próprio pároco ignorava a existência.

Conduzidos à sacristia, lá vimos, eu e os meus companheiros, a cópia de gesso em tamanho natural da face da ara que tem a inscrição, mas já rachada no canto superior direito. Saindo para o adro da igreja, vimos a nova base da antiga pedra do altar, em substituição da ara, mas sem inscrição alguma.

Uma pergunta me ocorreu imediatamente: — Então não há a certeza do ponto onde esteve primitivamente a ara?

A esta pergunta o pároco respondeu: — «Não há. Poderia ter vindo do lugar de Ramila para aqui, acompanhando a mudança da igreja, ou ter existido sempre aqui onde nos encontramos.

Porém, de qualquer maneira, a ara deve ter existido sempre dentro do terreno actualmente ocupado pela freguesia de Esturãos, que tira o nome de Asturianos, antigos habitantes desta região, segundo a tradição.»

Neste momento pensava eu nas razões que teriam levado a ofertante da ara a vir de uma cidade da Lusitânia para uma povoação da Galécia, e arrisquei ainda uma pergunta: —

Podera admitir-se que uma talabrigense, no século III ou IV, tivesse vindo para estes sítios por motivo religioso ou de saúde, e que, em acção de graças, tivesse mandado construir e dedicado a ara em questão ao génio Tiauranceaico, que poderia ser uma divindade de saúde?

— «Sim, senhor. Tanto mais que ainda hoje o povo chama à serra de Arga que perto de nós está, Montanha Santa, não tendo esquecido a tradição dos numerosos ermitérios e casas de oração que noutros tempos povoaram as suas encostas, avultando o Monastério Máximo, *sito in illo altissimo monte Agra.*»

Dei por finda a entrevista, e apresentámos os nossos melhores agradecimentos ao ilustre abade de Esturãos que amavelmente nos acompanhou ao automóvel que perto nos aguardava.

Já o sol no seu giro estava prestes a desaparecer por detraz das agudas cristas da serra de Arga, enchendo com uma poalha de ouro o vale rico e formoso do Lima, encanto do grande jardim de Portugal, que é a província do Minho.

O automóvel, caminhando velozmente, em breve galgou os dez quilómetros que nos separavam de Ponte de Lima,

mas não tão depressa que eu não tivesse tempo de pensar que Aveiro teria grande satisfação em possuir aquela ara, se lhe tivesse sido dada ocasião de a adquirir, por ser o único documento lapidar conhecido que diz respeito a Talábriga, que alguns afirmam ser a moderna Aveiro, mas que, não a podendo ter, ao menos poderia possuir no seu museu, tão pobre de antiguidades, uma cópia de gesso ou pedra, e uma boa fotografia da referida ara. Convenci-me até de que o meu amigo e ilustre director do Museu de Aveiro, Dr. Alberto Souto, ao tomar conhecimento desse desejo, não deixará, por certo, de tomar as providências necessárias para que nele figurem os dois documentos que atrás indico, embora alguém diga, e com fundamento, que Aveiro não é a antiga Talábriga.»

Aveiro, Dezembro de 1948.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

bibRIA

RAMBÓIA NO AREAL

REGIÃO DO VOUGA

DESDE tempos imemoriais (quando os rios eram, à falta de outras, estradas de Deus ao serviço do caminho dos homens) até ao presente, é tradicional o ajuntamento de muito povo da redondeza e de longes terras no areal do Vouga, em Almeiar, próximo da Ponte da Rata, nas tardes quentes dos domingos de Agosto.

Todo esse mundo de gente ali ia e ali vai ainda para se divertir, o areal fica em festa e transforma-se em romaria, e com mais ou menos povo ou cenas que de ano para ano possam variar (e mais ou menos literatura na descrição), se o engenheiro e a arte me ajudarem pintarei o quadro de usanças etnográficas com realidade, «mostrando» ao leitor uma dessas tardes festivas e coloridas da região.

Também antigamente, e ainda há dezoito anos atrás, constituía hábito de muita gente de Ílhavo ir «a banhos» para Almeiar, que as águas do Vouga, de S. Pedro do Sul para baixo, muito bem faziam às doenças da pele.

Era no último domingo de Agosto. A tarde ia quente. Soalheira. Os campos largos do Almargem e de Alquerubim, de Picão, de Pinheiro e de S. João de Loure, e por aí abaixo até Angeja, ainda traziam milhos por ceifar, os azevens verdes e mimosos salpicados de flores amarelas dos pampilhos.

Nos montes, ao redor, os píncaros nostálgicos dos pinheiros e eucaliptos, nimbados de luz doirada, erguiam-se para o azul das alturas.

Por toda a vasta largueza da paisagem, nas planuras e nas elevações, as pinceladas bucólicas do casario rural:— Ali, Almeiar (*Almenara*) e, em relevo de vanguarda, uma casa «assolarada» de azulejos verdes com medieva escada de granito e portão de ferro com pilastras também de granito. Para

lá, ao cimo da montanha, estende-se a freguesia de Travassô (*Travasolo*). Mais além, ao fundo, na esteira multicolor da planície, a famosa Pateira de Fermentelos (*Foramontanelos*). A Nascente espreitam, de longe, torres das igrejas de Segadães (*Segadanes*) e Trofa (*Tarafa*). Ao Norte a grande e espalhada freguesia de Alquerubim (*Al-Corbin*), que vai de Pardos e Calvães até ao distante lugar de Paus (*Paoos*), já a caminho de Albergaria-a-Velha. E para Poente Carcavelos, Ponte da Rata e, nas alturas, Eirol (*Eyrool*), com a sua igreja de Santa Eulália embrulhada em alvura de cal. Vasto miradouro de grandioso cenário!

Era no último domingo de Agosto. Andavam catigas no ar quente daquela tarde. As uvas amaduravam nos vinhedos. Pombas mansas voavam perto.

dlin... dlin... dlin...

Dacolá, das cordas de uma viola, vinham sons alegres, cantantes, repenicados. Era a viola do Remígio.

Já tinham batido cinco horas. O Sol declinava, ainda alto. O Ceu sem nuvens, translúcido. A luz clara, fluído de oiro e rosas. O ar tremia como os corações moços. O areal cheio de gente... e o rio, além, água esverdeada e transparente, deslizava, muito sereno e muito suave, por entre margens arrelvadas, com amieiras, freixos e salgueiros, a projectarem caprichosos e trémulos rendilhados de amenas e aveludadas sombras que se estendiam e alongavam sonhadoras sobre a mansidão poética do rio, que na monotonia e suavidade do seu deslizar parecia transportar todas as saudades do pitoresco da paisagem, dos montes altivos e agrestes, dos vales acidentados e profundos, das várzeas multicores e cultivadas... e das alíciantes localidades que para trás deixara: Valongo, Macinhata, Sarnada, Paradela, Cedrim, Ribeiradio, Arcozelo, Quintela, Vila Chã, Pinheiro de Lafões, Oliveira de Frades, S. Vicente, Vouzela, S. Pedro do Sul... e outras mais por aí arriba. Serra arriba...

dlin... dlin... dlin...

Isto era no areal, aquela viola cantante de sons repenicados do Remígio...

Dois barcos mercanteis, um abarrotado de molhinhos de carqueja, outro a transbordar com grossas achas de lenha

de pinheiro — os compridos mastros deitados por cima das cargas — ali estavam encostados à margem esquerda, talvez à espera de maior volume de água para descerem rumo a Aveiro, empurrados à vara, que o rio de há muito anda assoreado... aqui e além bucólicos ilhotes de areia branca, como seios, em faiscações luminosas, a darem-se à superfície... E esses barcos quando subiram o rio, no seu habitual roteiro económico e comercial, transportaram sal, tijolos e telhas, das marinhas e das cerâmicas da cidade da beira-mar para localidades que ficam no interior, lá para riba, na vizinhança das serras.

A Poente do areal de Almeiar, do lado da estrada, tascos de vinho e de petiscos, com tabuletas de tábua que anunciavam em tinta roxa de escrever, rabiscado à mão:

à leitão asado e bom binho

E na rampa a descer, e no próprio areal, estacionavam modestas carripanas de burros, alguns automóveis, dois motocicletos, muitas bicicletas.

Nas margens do caminho em rampa, e sempre por aí abaixo, mulheres amilhadas no chão junto de canastras, de tabuleiros, cestos e açafates com fruta, pão de trigo, tremoços, cavacas, roscas, figos secos do Algarve em ceiras de palha trançada, e doces vários... e toca a vender ao povinho que mercava, que punha e embrulhava as «mercias» nos lenços das mãos... Homens e mulheres — a maior parte gente rural, lavradores e moços e moças de toda a redondeza — grupos por aqui e por acolá «à palra» ou a cantar e a bailaricar, braços e mãos ao alto, os dedos a esturlicar, os corações festivos, os corpos em saracoteios:

«ó vira do vira,
 ó vira virou...
 as voltas do vira
 sou eu que as dou.»

Rambóia, gentes, rambóia!...

Outros, de mais longe, trouxeram as suas merendas, e... depois de um banho ligeiro e refrescante (mesmo em ceroulas ou cuecas) no rio esverdeado e transparente, de areias brancas com faiscações luminosas... agora desenca-

lorados, toca a sentarem-se no arrelvado da margem esquerda, à sombra acolhedora das velhas amieiras.

Também por ali andavam a passear, na tarde quente daquele último domingo de Agosto, senhoras e cavalheiros de localidades próximas, e das vilas de Águeda e de Albercaria-a-Velha, e da cidade de Aveiro, com vestidos da moda e fatos janotas. Figurinos de bom tom na paisagem rural.

As freguesias de Alquerubim, Segadães, Trofa, Ois da Ribeira, Espinhel, Travassô, Requeixo, Eirol, Eixo, S. João de Loure e ainda outras, estavam largamente representadas por seus filhos e residentes. E gente de Ílhavo, ali a banhos, distinguia-se pelo seu linguajar de pronúncia característica. Via de regra gente modesta que, todos os anos, por aquele tempo, se acomodava por salas e alpendres dos lavradores de Almeir.

dlin... dlin... dlin...

O areal, muito animado. As merendas ruidosas, com risadas cascalhantes, falatório malicioso, picheiras e garrações e cabaças e pipinhos com vinho, e cestos com apetitosos farnéis, nacos de pão e de carne nas mãos (leitão, chouriço de fumeiro, galinha assada), queixadas a mastigarem à disputa, copos cheios e vasilhas empinadas nas guelras sequiosas, a pinga escorruptichada com volúpia de crentes, os pescoços espichados... e, depois, alentados «ahs» de satisfação física e espiritual, os olhos vermelhuços a lacrimejarem... e os beijos molhados eram limpos às costas das mãos! — «Pois atão como é, home de Deus!»... «Raios te comam, que nunca aprendes»...

A seguir, um interregno de segundos de hesitação entremeado de graçolas pesadas e maliciosas que provocam risotas descaradas, e outra vez o ataque ao chouriço e ao leitão (enquanto dura, vida doce) que... «de tão bem assadinho tinha a pele a estalar», e havia recheio, «home de Deus!» um nadinha apimentado — muito apetitoso! Mesmo bom a valer...

Era no último domingo de Agosto. As uvas amaduravam nos vinhedos. As largas planícies dos campos ainda traziam milhos por ceifar. Pombas mansas voavam perto, silhuetas aladas a bordarem a porcelana azul do céu.

Calor. Vinho. Mulheres. Alegria. As faces das pessoas, coradinhas. Os olhos a lacrimejarem, do picante do vinhinho... E viva deus Baco!

As raparigas azougadas, provocantes. Os rapazes atrevidotes. E, acolá, cantigas ao desafio com muitos apreciadores à roda, a gozarem aquilo:

ó — i — ó — ai...

«diz vosmecê qu'eu tenho rapaz,
digo eu que vosmecê tem rapariga...
e tamãe digo que ti Russo no é capaz
de lhe fazer inchar a barriga...»

As últimas palavras da quadra uma larga risota dos assistentes aplaudiu o improvisado da moçoila rimadora à «deixa» do outro, e algumas vozes disseram alto:

— Ai o raio da cachopa, que lh'atirou mesmo a matar.

— Pois não querem lá ver... a rapariga sabe daquilo! Sim, senhor! Ora vai-te!...

— Coitado do ti Russo...

— Olha quem ela é!... a Amélia Fanata! Cachopa remexida, frescalhona e reinadia, que tem muito jeito «p'rás repostas», toda a gente o diz! mail-o Joaquim Russo, do Fial... Sim, senhor! Pois atão quem houvera de ser, senão ele. Home levado dum raio p'rás mulheres!... e já vai nos sessenta! Mas não parece, assim todo lampeiro, os olhitos pequenos e piscos... Femeeiro a valer, lá isso é qu'ele é!... Pelo que dizem, tem mais de meia dúzia de filhos arredios, um de cada barriga. Homemzinho dum raio!...

— E além, vai ajuntamento grande e anda poeira no ar... Vosmecês estão a ver, gentes?!... Que diacho será aquilo?!...

— Aquilo é rambóia, gentes, é rambóia.

dlin... dlin... dlin...

Isto é a viola do Remígio da ti Eduvigés acompanhada da harmónica do Zé da Angélica. Os dois tocadores estão rodeados de muito povo em meio do areal. O Remígio sempre com a ponta do cigarrito dos fortes ao canto da boca a chamuscar os pelitos do bigode ralo. É hábito. Parece que assim toca melhor. E o Zé da Angélica, cada safanão que dá ao fole da harmónica, cerra os olhos, a sentir aquilo... e a camisa de riscado, espipada da calça, sai-lhe para fora do colete curto. Dois artistas. Dois boémios... O Remígio cultiva umas territas, tem umas leiras e uns pinhaizitos. E o Zé da Angélica, esse é moleiro, de uma família de moleiros. O pai já era moleiro e o avô também moleiro, sempre atrás dos burritos com as taleigas da moenda dos fregueses. Mas gente boa, gente boa...

RAMBÓIA NO AREAL

A tarde ia quente. Soalheira...

Ao som dos simpáticos instrumentos as raparigas e rapazes bailaricavam, encalorados e luxuosos, agitados e suarentos — elas e eles aos pares, muito agarrados e excitados... pelo calor, pelo vinho, pelo contacto dos corpos... a carne em desejos sensuais, as barrigas coladas, os seios das cachopas oferecidos e amarrotados contra os peitos deles... moços de trabalhos agrícolas, caixeiros de tascos e de lojas, aprendizes de trolhas e de ferreiros provincianos, e alguns estudantes em férias que queriam gozar — tudo domingueiramente enfarpelado nas roupas de «benza-a-Deus», muitos deles com raminhos festivos nos chapéus... e, elas... cachopas da vida rural, a cheirarem a fenó e a alecrim, morenas e roliças, muito afogueadas, os cabelos escuros e fartos, os penteados já em desalinho a caírem sobre os pescoços e os ombros, os olhos húmidos e lânguidos de volúpia, os lábios a tremer, as carnes moças a tremer, os corpos bamboleantes e unidos em saracoteios ritmados e sensualões, bailaricavam ao som da harmónica do Zé da Angélica e da viola do Remígio.

dlin... dlin... dlin...

Isto é rambóia, gentes, é rambóia! Os corações andam aos pulos. O sangue moço anda aos pulos. Os seios esmagados, a entregarem-se em fúria e desejo. Sensualismo a transbordar. E, às vezes, ao dar da meia volta...

— Seu atrevido! — berrou alguém em meio da confusão do bailarico. Era uma mocetona corada e trigueiraça, os olhos largos e pestanudos, as sobrancelhas escuras e fartas, o nariz um nadinha arrebitado, um «buçozinho» no lábio superior... tudo a lembrar boa mistura de sangue sarraceno, sangue da moirama de outrora.

— Vá agarrar lá nisso da sua avó... ora o atrevido! Pois quem é que você pensa qu'eu sou?!... Olhe que nem todas são no mesmo, ouviu?...

E com tais palavras a mocetona trigueiraça e corada, de olhos largos e pestanudos, muito formalizada e parecendo não ter gostado da brincadeira, compunha nervosamente o cabelo em desalinho e gesticulava...

dlin... dlin... dlin...

Rambóia, gentes, rambóia!...

— Ó menina dos olhos grandes, não seja tão arisca — disse um dos estudantes que andava em cabelo, folião e galhofeiro, apertando muito a si a cachopa com quem bailava.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Ouviram-se risos. Ditos maliciosos...

Então uma mulher de idade — chaile pelas costas e lenço escuro de ramagens na cabeça grisalha — de entre as pessoas que à roda presenciavam, falou alto: — «que não havia direito de se fazer aquilo, grande pouca vergonha!»

Era a ti Ana do Castorino, viúva do ti «Sabastião» que Deus haja, que morreu de um tumor maligno na véspera da Senhora das Febres, já lá iam cinco anos...

Foi quando um homem novo e sardento, talvez parente ou conterrâneo amoroso da cachopa trigueiraça, avançou resolutamente e de olhos em chispas para o atrevido.

Grande confusão, socos, reboliço, pancadaria grossa. Tudo parou de dançar. Há correrias. Uns afastam-se e outros aproximam-se. O barulho generalizou-se. Todos dão e apanham. Todos querem molhar a sopa. Mulheres berram. Outras gritam «ai Jesus, aqui d'el rei!» Já deu um fanico numa rapariga histérica que outra amparou, levando-a para longe dali. Vêem-se marmeleiros no ar. Um rapazola está com a cabeça a esguichar sangue, mas continua assanhado. Outro, ajudante de trolha, já tem um grande lenho na cara. O homem novo e sardento, que foi o rastilho do barulho, traz o casaco todo rasgado nas costas e a camisa de riscado fora das calças. Os chapéus dos homens, pelo chão, andam pisados pelo reboliço. Uma rapariga foi a correr à borda do rio, muito aflita, buscar uma caneca de água para refrescar a testa do seu primo António, que está p'rá-li caído no areal sem dar acordo de si e até parece morto...

— Grande pouca vergonha! — fala alto a ti Ana do Castorino. E uma mulher de Ílhavo diz para outra, sua conterrânea, que está afastada de si, na pronúncia interessante dos «íbalhos»:

— Ah, cachopa!... tir-te daí... olha c'os estipores dos homes trazem o mäfarrico no corpo, credo!...

Foi quando um dos estudantes, que trepou a um muro próximo, berrou lá de cima, com gestos teatrais e cómicos, para o povo do barulho:

— *Attention, messieurs, attention! Cherchez l'amour... messieurs!* — substituindo assim o velho lugar comum do *cherchez la femme*.

— Grande pouca vergonha! — diziam ainda os olhos da ti Ana do Castorino. E o ti Venâncio, lavrador já cansadote, sério e rico (tinha duas juntas de vacas no curral e boa adega de mil e tal almudes) conversava com o Dr. Angelino e o

RAMBÓIA NO AREAL

industrial Ribeiro da Silva — ambos de Águeda — e olhava despreocupadamente, de largo, a harmónica do Zé da Angélica e a viola do Remígio, que recomeçava:

dlin... dlin... dlin...

Isto é rambóia, gentes, é rambóia! *Cherchez l'amour, messieurs, ici et partout. L'amour, c'est la vie!*...

Ora, foi precisamente ao findar do barulho que apareceram no areal, a dirigirem-se para o ajuntamento que rodeava a viola e a harmónica, o ti Augusto Pintassilgo e o Júlio da Bouça.

Aquele trazia o seu conhecido e famoso bombo das romarias e rambóias, ao qual atirava pancadas rijas que ressoavam com estrondo:

bum... bum — bum — bum...

E o Júlio, aparelhando ao lado do ti Pintassilgo, tocava o tradicional ferrinho:

tim... tim — tim — tim...

Estes bombo e ferrinho e aquelas harmónica e viola completavam-se. Faziam um quarteto necessário ao ritmo musical de certas cantigas e danças em voga e, sem esses instrumentos, as festas do mundo rural da região perdiam carácter, porque a toada e harmonia da música pareciam estar em concordância com a garridice da indumentária das gentes e com a ancestralidade dos sangues a reviver costumes e velhas usanças.

Seis horas. A roda do Sol tinha descido mais na tarde quente daquele último domingo de Agosto.

Os dois barcos mercanteis lá estavam, parados e quietos, os mastros deitados ao comprido sobre a carqueja e as achas de lenha. Perto dos barcos, um dos barqueiros, de indumentária característica, assava sardinhas em brasas vivas e ia-as comendo sobre nacos de broa.

No rio, p'ra riba e p'ra baixo, senhoras e rapazes de Aveiro passeavam em bateiras chatas, empurradas à vara. Ainda havia homens de ceroulas compridas e de troncos nus a tomar banho, e viam-se-lhes os peitos cabeludos, as barrigas que pareciam pandeiros, os umbigos à mostra. Mulheres, pelo meio do rio assoreado, arregaçavam as saias acima dos

joelhos, a verem-se as coxas, com o pretexto de banharem as pernas, mas, na verdade... para bem as mostrarem aos olhos concupiscentes dos homens.

Rapazitos, que andavam nus em pelo, davam grandes saltos dos ramos altos das amieiras das margens. Outros esforçavam-se por aprender a nadar. Crianças, também nuazinhas e pelas mãos das mães, recebiam «machucos», choramingavam e ficavam depois por ali a chapinhar pelas bordas, na água verde e transparente do rio, que deslisava suavemente... aqui e além vagos murmúrios—rocegar da corrente nos ramos dos salgueiros tombados na água... que por vezes reflectia a porcelana do céu distante.

Murmúrios! Vagos e suaves murmúrios da água do rio ao cair sereno da tarde, por entre rendilhados de sombras! Cicios que ora pareciam querençosos ecos de velhas e saudosas lendas perdidas em mundos quiméricos, ora nostálgicas baladas de sonho, ora génios que habitassem o próprio rio e pretendessem traduzir as suas dores, arroubos e encantamentos nas avé-marias de GOUNOD e de SCHUBERT, nas sinfonias de BEETHOVEN, nas marchas guerreiras e nos nocturnos de CHOPIN.

E, logo, quando todos já tenham partido e as aves recolhido aos ninhos, quando o areal e tudo ao redor seja sossego, e os casais durmam, e já se não ouça o coaxar das rãs e nem o latir monotonico dos cães... então dos esconderijos mais sombrios das margens, dos tufos arrelvados, dos frondosos ramos do arvoredado, surgirão os duendes do rio, que principiarão por entoar cânticos aos deuses dos mitos, e bailarão sobre as águas verdes à luz morna e opalizada da Lua, e os rouxinóis boémios, de guitarras de ambar nas pequeninas almas de grandes trovadores, cantarão nos bucólicos salgueiros as nostálgicas melodias do luar de Agosto ao ritmo dos bailados dos duendes, e ouvir-se-ão baixinho—como música ao longe—as frutas dos pastores das serras longínquas... desde a Gralheira e para lá da Gralheira... por onde o rio passa a sonhar!...

Música ao longe! Frutas acompanhadas de harpas mágicas e de mágicos violinos—com PAGANINI a reger—em prelúdios de amor!

Amor!... Amor dos corações enamorados das que foram virgens e se perderam nas românticas e sensuais tardes de Agosto ao som de harmónicas e violas cantadeiras... e na suavidade do veludo quimérico e emotivo das noites de prazer, cheias de silêncios místicos, e grandes, e fundos... quando na mornidão do ar andam delírios de sonhos e essên-

RAMBÓIA NO AREAL

cias vagas e... sobre a Terra, em ânsias de fecundação e Vida, vagas silhuetas de faunos de olhares lúbricos.

Noites de amor! Noites de enlevo! De enlevo e de expectativa! De desilusão e de angústia!

Noites de preces rezadas em rosários de lágrimas diante do altar da Virgem, as mãos erguidas a implorar, a implorar!:

«Minha Nossa Senhora!»

«Virgem Santíssima, valei-me!»

dlin... dlin... dlin...

Desceu mais ainda a roda do Sol, mas os grupos continuavam por todo o areal. E o vinhinho era o rei e a alegria do povo... deste bom povo português.

Nos montes, ao redor, os pinheiros e eucaliptos pareciam agora ourelados de uma luz azul-violeta.

Na estrada nacional passavam carros de burros, automóveis e gente alegre. Ouviu-se um apito agudo do combóio do Vale do Vouga ao entrar no túnel de Eirol, depois seguiu para Travassô, Cabanões, Casal d'Alvaro, Agueda, Sarnada e outras estações e apeadeiros, até Viseu... sempre a contornar montes e vales aos zigue-zagues, a bordejar cenários policrómicos da paisagem aliciante da região.

Lá para baixo, além, ao fundo daquele caminho do areal, por entre arvoredos e sítios escondidos, andam parzinhos felizes que se apertam e beijam doidamente, todos entregues ao deus Amor.

Amor! — ai — la — ri — lô — lê...

«Aaaa... lecrim...
aalecrim aos... molhos...
por... cau... sa de ti...
cho... ram os... meus... olhos...»

Assim cantava, em toada arrastada, um grupo alegre de raparigas e de rapazes numa «dança de roda» (que ainda se dança na região), todos de mãos dadas e, no remate de cada cantiga, os pares enlaçavam-se e rodopiavam, voltando depois a darem-se as mãos.

Ainda bem não tinha acabado o rodopio com a modinha do alecrim e já uma das cachopas do ruidoso grupo, em voz

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

de bom timbre, deu início a outra, logo acompanhada por todos em vozes que se iam alteando:

Ora ponh' aqui,
ora ponh' aqui o seu pézinho...
chegadinho,
chegadinho ao pé do meu...
e ao tirar,
e ao tirar o seu pézinho...
ai Jesus,
ai Jesus, que lá vou eu...

E terminada esta, outra logo a seguir, de toada lenta e monótona:

Óóó... re — ma — dor...
reee... ma li — gei — ro...
p'róóó... teu bar — qui — nho...
ser o pri — mei... ro.

E... se tu foo... res,
ooo... ven — ce — dor...
eeeu... te da — rei,
o meeu... a — mor. (1)

Amor!

fffggg... fffggg...

Quase ao findar desta cantiga e do correspondente bailaricar, dois foguetes de «três respostas», não longe dali, subiram alto, no espaço, e estralejaram.

O Remígio repenicou nervosamente as cordas da viola e mordeu rijo a ponta do cigarrito dos fortes.

O Zé da Angélica, a espremer para trás e para diante o fole da harmónica, atirou o nariz p'ró ar na direcção dos foguetes e teve um sorriso enigmático e bregeiro, de quem sabia daquele segredo... ..daquele código... de que o ti Pintassilgo e o Júlio da Bouça, que trocaram significativos olhares, também sabiam...

E ao longe — como um eco de saudade e de malícia perdido na distância — parecia ouvir-se ainda, «ao desafio», a voz irónica e fresca da Amélia Fanata:

«e tamãe digo que ti Russo no é capaz
de lhe fazer inchar a barriga...»

(1) As cantigas que registo cantavam-se e ainda se cantam na região.

RAMBÓIA NO AREAL

— Dois foguetes!... Ai, aquilo foi ali p'rás bandas da Ponte da Rata! Ali parece que há coisa... ó ti Venâncio?!...

A esgueirar-se, muito disfarçadamente, a caminho da estrada que ia dar à Ponte da Rata, de chaile novo de merino a cair dos ombros, o olhar rasteiro, bem penteadinha e sapatos de *chagrin*... lá ia a sonsinha da Rosa do Pinheiro no seu passinho de arvéola...

— Boa lasca... Boa febra... E, ali onde a vê, parece que não quebra um prato... — disse, a medo, o ti Venâncio, que era homem sério e já cansadote...

— Mas onde diabo irá o raio da cachopa assim naquele jeito e tão bem penteadinha?!...

O maroto do Zé da Angélica e o ti Pintassilgo deviam saber da marosca...

Aveiro. Março, 1949.

LAUDELINO DE MIRANDA MELO
bibRIA

A SANTA INQUISIÇÃO NO DISTRITO DE AVEIRO

(Continuado do vol. XIV, pag. 316)

1720 — Feira — Fernando de Magalhães de Meneses, solteiro, fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, natural e morador na quinta do Covo, no concelho da Feira, bispado do Porto; filho de António de Magalhães de Meneses e de D. Ana Barbosa; (não tem os restantes elementos genealógicos). Era irmão inteiro de Gaspar de Magalhães de Meneses, familiar do Santo Offício. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 19-9-1720. M. 4, n.º 72.

Obs. — Tem juntas as diligências de D. Luísa Joana de Sousa, natural da vila de Trofa, bispado de Coimbra, para o efeito de casar com este familiar, aprovadas em 14-8-1722. Era filha de Bernardo de Carvalho de Lemos e de D. Maria Madalena de Sousa de Meneses, senhores da vila de Trofa; neta paterna de Hierónimo de Carvalho de Vasconcelos e de D. Hierónima de Lemos; neta materna de Manuel de Sousa de Meneses, da casa de Pentieiros, freguesia de Esturãos, arcebispado de Braga, irmão inteiro de Garcia de Sousa de Meneses, deputado do Santo Offício na Inq. de Coimbra, e de D. Margarida de Sousa de Vasconcelos, da casa de Figueiredo das Donas, no concelho de Lafões, bispado de Viseu.

1763 — Oliveira de Azeméis — Fernando José de Sousa da Silva, alferes, casado, proprietário, natural e morador na freguesia de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, comarca eclesiástica da Feira, bispado do Porto; filho do ajudante Cipriano de Sousa e Silva e de Clara de Pinho; neto paterno de António de Sousa e de Luísa da Silva; neto materno de Fernando de Pinho e de Isabel Dias. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 15-11-1763. M. 1, n.º 112.

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

1686 — Aveiro — Fernão Lopes, clérigo, natural de Aveiro, filho de Manuel Domingues e de Isabel Fernandes; neto paterno de Domingos Gonçalves e de Isabel Fernandes; neto materno de João André e de Isabel Fernandes. Inq. de Goa. Provisão de notário do Santo Officio em 15-3-1686. M. 2, n.º 48.

1651 — Esmoriz — Fernão Pereira Soares, clérigo, abade de S. Lourenço do Douro, bispado do Porto, bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, natural de Santa Maria de Esmoriz, terra da Feira; filho de João Martins do Ferrapo e de Maria Soares; neto paterno de Pedro Mateus e de Maria Jorge; neto materno de Bento Rodrigues Soares e de Luísa Soares. Inq. de Coimbra. Provisão de comissário do Santo Officio em 9-12-1651. M. 1, n.º 21.

1633 — Eixo — Fernão Soares, criado do bispo inquisidor geral, natural de Cascais; filho de António Soares e de Catarina Serra; neto paterno de Francisco Soares e de Catarina de Araújo, naturais da vila de Eixo, neto materno de Luís Serra e de Maria Fernandes, naturais de Cascais. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 1633. M. 1, n.º 15.

1738 — Feira — Francisco de Almeida Cabral, casado, cirurgião, natural da Vila da Feira e morador no Porto; filho de André da Silva e de Rosa Maria da Fonseca; neto paterno de Domingos da Silva e de Maria de Freitas; neto materno de António Rodrigues, o Bucho, por alcunha, e de Joana da Fonseca. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 13-5-1738. M. 57, n.º 1124.

1748 — Feira — Francisco Álvares da Costa, solteiro, negociante, natural de Sanfins, concelho da Feira e morador em Pinheiro de Ázere, bispado de Viseu; filho de Simão Álvares e de Maria da Costa; neto paterno de Simão Manuel e de Maria Álvares; neto materno de Dionísio da Costa e de Maria de Resende. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 9-3-1748. M. 69, n.º 1282.

1773 — Oliveira do Bairro — Francisco António da Cruz, casado, que vive de suas fazendas, natural e morador de S. Miguel de Oliveira do Bairro, bispado de Coimbra; filho de António Francisco Teixeira e de Bárbara da Conceição; neto paterno de Gaspar Francisco e de Isabel Fernandes; neto materno de Miguel João e de Esperança João. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 12-2-1773. M. 119, n.º 1781.

1772 — Águeda — Francisco António Laré, solteiro, natural e morador de Santa Eulália-de Águeda, no bispado de Coimbra; filho de João António Laré e de Luísa Joana; neto paterno de João Laré e de Águeda Maria; neto materno de Manuel Ferreira e de Maria Francisca. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 13-1-1772. M. 116, n.º 1755.

1721 — Aveiro — Francisco Caetano Cabral Rangel, solteiro, superintendente da caudelaria da comarca de Coimbra, natural de Góis, morador em Aveiro; filho do sargento-mor da comarca de Coimbra, Manuel de Castanheda Cabral de Mune e Horta, familiar do Santo Ofício, e de D. Maria de Quadros Rangel; neto paterno do capitão Francisco Cabral Belo e de Maria Castanheda de Mune; neto materno de António Rangel de Quadros e de D. Ana da Veiga Cardoso. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 29-8-1721. M. 44, n.º 908.

1691 — Águeda — Francisco da Costa, casado, ourives do ouro, natural de Águeda e morador em Lisboa; filho de Diogo Jorge e de Maria da Costa; neto paterno de Manuel Afonso e de Guiomar Jorge; neto materno de João da Costa e de Maria do Vale. Inq. de Lisboa. Não consta se lhe foi concedida ou negada a carta de familiar do Santo Ofício. As diligências correram em 1691. M. 24, n.º 641.

1731 — Feira — Francisco da Costa, solteiro, negociante, natural e morador do lugar de Silvares, concelho da Feira; filho de Manuel da Costa e de Domingas Fernandes; neto paterno de António da Costa e de Natália Nunes; neto materno de António da Fonseca e de Maria Fernandes. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 9-3-1731. M. 50, n.º 1021.

Obs. — Tem juntas as diligências de Maria da Silva; solteira, natural e moradora da freguesia de Macinhata da Seixa, da terra da Feira, para o efeito de casar com este familiar, aprovadas em 30-7-1734.

1762 — Albergaria-a-Velha — Francisco Dias de Oliveira, natural de Albergaria-a-Velha, termo de Aveiro, e morador no Rio de Janeiro; filho de Miguel Dias e de Maria João; neto paterno de João Dias e de Maria Domingues; neto materno de António Fernandes e de Antónia Henriques. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 29-1-1762. M. 91, n.º 1535.

1733 — Sangalhos — Francisco Fernandes Maia, solteiro, natural de Sangalhos, bispado de Coimbra e morador no Recife do Meio, capitania de Pernambuco, no Brasil; filho

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

de António Fernandes Maia e de Isabel Rodrigues; neto paterno de António Fernandes Maia e de Domingas João; neto materno de Manuel Rodrigues e de Catarina Dias. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 11-12-1733. M. 53, n.º 1065.

Obs. — Tem juntas as diligências de D. Maria Correia de Melo, natural e moradora na vila de *Goiana*, bispado de Pernambuco, para o efeito de casar com este familiar, aprovadas em 22-5-1745. Ela era filha do coronel Pedro de Albuquerque e Melo e de Maria Correia de Paiva; neta paterna do capitão João Gomes de Melo e de D. Filipa de Freitas; materna do sargento-mor Diogo de Paiva Baracho e de D. Maria Correia Gomes Sarmento.

1734 — Aveiro — Francisco Ferreira de Araújo Brasão, casado, juiz de fora que foi do concelho e Ducado de Lafões, ouvidor no concelho de Sever, da Provedoria de Esgueira, natural de Braga e morador em Aveiro; filho de Domingos Ferreira Braga e de Mariana de Araújo; neto paterno de André Fernandes e de Margarida Francisca; neto materno de Domingos Rodrigues e de Domingas de Araújo. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 25-8-1734. M. 54, n.º 1080.

Obs. — Casado com Arcângela Micaela Maria, viúva, natural de Aveiro; filha de Manuel Domingues, barbeiro, e de Ana de Azevedo; neta paterna de António Domingues e de Luísa Fernandes; neta materna de António Dias e de Luísa Fernandes.

1692 — Esgueira — Francisco de Figueiredo, solteiro, natural de Azurva (?), freguesia de Esgueira, morador em Goa; filho de João Figueira da Silva e de Madalena de Figueiredo; neto paterno de Manuel Marques e de Catarina Figueira; neto materno de Pedro de Figueiredo Barbosa e de Maria de Sá. Inq. de Goa. Provisão da guarda dos cárceres da Inquisição de Goa, em 22-3-1692. M. 23, n.º 596.

1692 — Aveiro — Francisco Gomes de Góis, casado, licenciado, juiz de fora na vila de Caminha, natural de Aveiro; filho de João Gomes de Tomar e de Maria André; neto paterno de João Luís e de Andresa Gomes; neto materno de André Fernandes e de Catarina Gaspar. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 16-7-1692. M. 21, n.º 558.

Obs. — Casado com Maria da Cunha de Almeida, natural de Aveiro, filha de Domingos da Cunha e de Domingas de Almeida; neta paterna de Domingos Dias e de Joana da Cunha; neta materna de Pedro de Almeida e de Maria Nunes.

1767 — Feira — Francisco Gomes Nunes, negociante, solteiro, natural de Vila da Feira, bispado do Porto, e morador

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

em Coimbra; filho de Lourenço Gomes e de Maria Nunes; neto paterno de José Gomes e de Preciosa Fernandes; neto materno de António Nunes Cabreiro e de Maria Nunes. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 25-8-1767. M. 103, n.º 1619.

1703 — Oliveira de Azeméis — Francisco Lopes de Oliveira, negociante, natural de Oliveira de Azeméis, concelho da Feira, morador em Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel, filho de João Manuel e de Antónia de S. João; irmão inteiro de Domingos de Oliveira Rosa, familiar do Santo Ofício; neto paterno de João Mannel e de Maria Bastos; neto materno de Pedro Lopes e de Domingas João. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 7-10-1703. M. 29, n.º 710.

1623 — Aveiro — Francisco Marques, casado, morador em Aveiro, filho de Domingos Marques e de Bárbara Gonçalves; neto paterno de Marcos Gonçalves e de Francisca Antónia; neto materno de João Gonçalves e de Maria Gonçalves. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 1623. M. 3, n.º 123.

1785 — Silva Escura — Francisco Martins da Silva, solteiro, negociante, natural e morador na freguesia de Silva Escura, concelho de Sever, bispado de Viseu, filho de Domingos de Oliveira e de Mariana Martins; irmão inteiro de Diogo Martins da Silva, familiar do Santo Ofício. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 23-8-1785. M. 125, n.º 1876.

1754 — Oliveira de Azeméis — Francisco de Matos Curveira de Barredo Vasconcelos, solteiro, natural de Oliveira de Azeméis, concelho da Vila da Feira, bispado do Porto, que vive de sua fazenda; filho de Francisco Xavier de Matos Curveira, familiar do Santo Ofício, e de D. Maria Josefa de Barredo Alcoforado. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 17-12-1754. M. 82, n.º 1423.

1644 — Esgueira — Francisco Pires, casado, cavaleiro professo de Santiago, piloto da carreira da Índia, natural de Esgueira e morador em Lisboa; filho de Manuel Mateus, o Mole, de alcunha, e de Maria Francisca; neto paterno de Pedro Mateus e de Maria Esteves; neto materno de Francisco Pires e de Isabel Mateus. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em Setembro de 1644. M. 17, n.º 494.

Obs. — Casado com Maria Gonçalves, natural de Lisboa, filha de Mateus Gonçalves e de Maria Dias; neta paterna de Miguel Gonçalves e de Maria Roiz, a Galega, de alcunha; neta materna de Manuel Dias, o Pardinho, por alcunha, e de Bárbara Lopes.

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

1683 — Aveiro — Francisco da Rocha Araújo, natural de Aveiro, morador em Lisboa; filho de João Rocha e de Maria da Silva; neto paterno de Filipe Rocha e de Antónia Gaspar; materno de Manuel Domingues e de Isabel Rebelo. Inq. de Coimbra. Apurou-se ter parte de cristão novo e por isso não foi admitido. As diligências decorreram em 1683. M. 136, n.º 2049.

1728 — Aveiro — Francisco da Rosa Nunes, solteiro, natural e morador de Aveiro; filho do licenciado Manuel da Rosa e de Maria da Conceição; neto paterno de António Migueis e de Maria Rosa; neto materno de Tomás Nunes e de Antónia Cruz; sobrinho de Tomás Nunes da Cruz, irmão da mãe do habilitando e familiar do Santo Officio. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 5-3-1728. M. 47, n.º 972.

1746 — Ul — Francisco da Silva, mercador de panos de linho, natural de Santa Maria de Ul, concelho da Bemposta, bispado do Porto, comarca de Esgueira, e morador na vila de Redondo, bispado de Évora; filho de Domingos da Silva e de Domingas Fernandes; neto paterno de Pedro Fernandes e de Maria Fernandes; neto materno de Manuel Jorge e de Maria Fernandes; irmão inteiro de Manuel da Silva, familiar do Santo Officio na Inquisição de Évora. Inq. de Évora. Carta de familiar em 31-1-1746. M. 67, n.º 1253.

Obs. — Tem juntas as diligências de Eufrásia Maria, natural da freguesia de Santa Susana, concelho de Moura, para o efeito de casar com este familiar, as quais foram reprovadas em 18-3-1760, por cristã nova e *mulatise* em grau proibido.

1740 — Sever do Vouga — Francisco Tavares Coelho, casado, proprietário, natural da freguesia de Sever, bispado de Viseu; filho de António Coelho Tavares e de Maria da Mota; neto paterno de António Coelho Tavares e de Antónia André; neto materno de Pedro Francisco e de Ana da Mota. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 1740. M. 60, n.º 1165.

Obs. — Casado com Francisca Teresa da Cruz, natural do lugar de Cogulo, freguesia de Pessegueiro; filha de Pascoal Rodrigues e de Catarina Francisca; neta paterna de João Francisco e de Marta João; neta materna de Manuel Francisco e de Domingas Nunes.

1737 — Aveiro — Francisco Teixeira Pimentel, solteiro, natural e morador de Aveiro; filho de Estêvão Teixeira Pimentel e de Antónia Pereira da Silva; neto paterno de Pedro Tavares Pacheco e de Joana de Lima Pimentel; neto

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

materno de Manuel de Bastos e de Isabel da Silva. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 26-11-1737. M. 57, n.º 1123.

Obs. — Tem juntas as diligências de D. Teresa Josefa de Lima Pimentel, natural e moradora de Aveiro, para o efeito de casar com este familiar, aprovadas em 14-3-1744. Ela era irmã inteira de José Barreto Ferraz, familiar do Santo Officio e prima direita de seu futuro marido o dito familiar Francisco Teixeira Pimentel.

1754 — Paus — Francisco Teixeira Veloso da Fonseca Machado, solteiro, capitão, morador em Lisboa e natural do lugar de Fial, concelho de Paus, na comarca de Esgueira; filho de Francisco Teixeira da Fonseca e de Catarina Dias da Costa; neto paterno de Manuel Teixeira da Fonseca e de Maria Brandão; neto materno de Simão Dias da Costa e de Catarina Gonçalves. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 20-12-1754. M. 82, n.º 426.

1739 — Feira — Francisco Xavier de Campos, solteiro, mercador, natural de Santa Maria da Arrifana, concelho de Vila da Feira, bispado do Porto e morador em Lisboa; filho de Manuel Gonçalves e de Antónia Coelho; neto paterno de Manuel Gonçalves e de Catarina Fernandes; neto materno de António Fernandes e de Antónia Coelho. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 13-4-1739. M. 59, n.º 1149.

1663 — Feira — Gaspar de Magalhães, clérigo, abade de Paços de Brandão, terra da Feira; filho de Gaspar de Magalhães e de Maria Fernandes; neto paterno de Gaspar Jorge de Magalhães e de Filipa de Magalhães; neto materno de Fernão Gonçalves e de Águeda Fernandes. Inq. de Coimbra. Provisão de comissário do Santo Officio em 11-5-1663. M. 2, n.º 95.

• 1695 — Oliveira de Azeméis — Gaspar de Magalhães e Meneses, solteiro, natural e morador da Quinta do Covo, freguesia de Vila Chã, terra da Feira; filho de António de Magalhães e Meneses e de D. Angela Tinoco; neto paterno de Gaspar Ribeiro de S. Paio e de D. Antónia de Meneses; neto materno de Manuel Tinoco Barbosa e de Antónia do Rego Barbosa. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 28-3-1695. M. 6, n.º 149.

1642 — Arrancada — Gaspar dos Reis Vidal, casado, natural do lugar de Arrancada e morador em Aveiro; filho de Tomé João e de Maria Vidal; neto paterno de João Gonçalves e de Maria Mateus; neto materno de Marçal Vidal e

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

de Maria Dias. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 23-6-1642. M. 2, n.º 74.

1725 — Tabueira — Doutor Geraldo Pereira Coutinho, lente de véspera em Leis na Universidade de Coimbra, natural de Tabueira, do concelho de Esgueira, bispado de Coimbra, morador em Coimbra, familiar do Santo Offício; filho de Nuno Álvares Pereira e de D. Inês Micaela Coutinho; neto paterno de Sebastião de Almeida Cassalho e de D. Maria de Oliveira; neto materno de Álvaro Cerveira de Azambuja e de D. Filipa Coutinho. Inq. de Coimbra. Provisão de deputado em 9-2-1725. M. 1, n.º 7. Tinha carta de familiar desde 30-10-1698.

Obs. — Tem juntas as diligências de Dona Aldonça Maria Pereira de Lacerda, natural de Valença do Minho, moradora em Guimarães, para o efeito de casar com este familiar, aprovadas em 17-4-1706; filha de Manuel Pereira de Lacerda, cavaleiro de Cristo, fidalgo da Casa Real, governador que foi de Paraíba e de Valença do Minho, mestre de campo, e de D. Margarida de Moraes; neta paterna de Luís Pereira de Lacerda e de Antónia de Moraes; neta materna de António Rodrigues de Moraes e de Maria Pinheiro.

O habilitando, quando se fez familiar, estava solteiro e já era doutor e colegial do Real Colégio de S. Paulo, e opositor às cadeiras de Leis na Universidade de Coimbra.

1713 — Aveiro — Gonçalo Moreira, solteiro, natural e morador de Aveiro; filho de Manuel Francisco Moreira e de Antónia Baptista; neto paterno de Francisco Filipe Moreira e de Luísa Simões; neto materno de Manuel Rodrigues Arteiral, o Velho, e de Brites André. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 23-5-1713. M. 6, n.º 110.

1680 — Águeda — Gregório Simões de Carvalho, casado, fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo, natural de Águeda e morador em Goa; filho de João Simões de Carvalho e de Violante de Araújo; neto materno de Gaspar Rego e de Maria de Araújo. Era sobrinho do Dr. António Simões de Carvalho, deputado do Santo Offício e irmão de seu pai. Não vimos os nomes de seus avós paternos. Inq. de Goa. Carta de familiar em 2-3-1680. M. 1, n.º 17.

Obs. — Casado com D. Jerónima Pereira, filha do desembargador Pedro Álvares Pereira e de D. Apolónia de Alentor, natural de Salamanca.

1656 — Arrancada — Heitor Pinto de Almeida, casado, natural de Arrancada, do concelho de Vouga, comarca de Coimbra, morador na Póvoa de Varzim; filho de João Cer-

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

veira de Morais e de Maria Pinto de Macedo; neto paterno de Cristóvão Ribeiro e de Maria Pinto de Macedo; neto materno de Bernardo Gabriel de Almeida e de Maria de Macedo. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 4-4-1656. M. 1, n.º 7.

Obs. — Casado com Mónica Cardia de Macedo, filha de António Cardia e de Maria de Faria Grangeira; neta paterna de António Cardia e de Catarina Gonçalves Laranja; neta materna de António de Macedo Grangeiro e de Catarina de Faria, todos da Póvoa de Varzim.

1752 — Aveiro — Francisco José Ferreira da Costa, casado, bacharel em Cânones, natural do Salvador, N. S.ª da Oliveira, bispado da Guarda e morador em Aveiro; filho de Manuel Pires Amador e de Leonor Ferreira; neto paterno de António Pires Amador e de Isabel Lourenço; neto materno de Maria Rodrigues Gomes e de Leonor Ferreira Esteves. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 30-12-1752. M. 77, n.º 1365.

Obs. — Casado com Antónia Josefa Rita Joaquina, natural de Arrifana, no condado da Feira; filha de António Leite Gomes e de Joana Maria Angélica; neta paterna de José Leite Gomes e de Antónia Nunes; neta materna de João dos Santos e de Sebastiana dos Santos.

1612 — Aveiro — António de Almeida da Costa, morador na vila de Aveiro, casado com Maria de Morais; filho de Brás Nunes da Costa e de Filipa de Almeida, ele natural de Aveiro, vereador e juiz, ela natural da Beira; neto natural paterno de Brás Nunes da Costa, que foi cónego da Sé de Coimbra, por alcunha o Cónego Fidalgo, e de uma mulher solteira, lavradeira, de nome Margarida, natural de S. Martinho do Bispo; neto materno de Lopo Vaz de Almeida de Castelo Branco e de Inês da Costa. Não diz se lhe foi concedida provisão de familiar, nem o fim para que se fez a diligência, que decorreu em 1612. Inq. de Coimbra. M. 5, n.º 188 a 214.

1606 — Arouca — António de Carvalho, natural de Arouca, morador em Lisboa, à Porta do Mar, na casa dos bicos, casado com Leonor de Almeida, e nascido pelos anos de 1561; filho de Bernardo de Carvalho, sargento-mor e vereador em Arouca, e de Isabel da Fonseca; neto paterno de João Rodrigues de Carvalho e de Maria Dias; neto materno de João Pinto, homem nobre e rico, e de Breitiç Machada. Leonor de Almeida era filha de Diogo de Almeida e de Maria Brandoa, moradores em Arouca; neta paterna de Duarte de Almeida e de Isabel Zuzarte; neta materna de Manuel Brandão e de Isabel Pires, tudo gente limpa e nobre. Inq. de Lisboa. Não diz se foi concedida carta de familiar, ou não, sabem-

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

do-se apenas que as diligências decorreram em 1606. M. 4, n.º 142 a 164.

1622 — Aveiro — António Davenal, morador na vila de Aveiro, freguesia de S. Gonçalo, casado com Maria Nunes; filho de Pedro Gonçalves, morador no lugar de Avenal, e de Maria Mateus; neto paterno de João Gonçalves e de Margarida Anes; neto materno de Francisco Anes e de Maria Afonso. Maria Nunes era filha de Manuel Nunes e de Maria Lopes; neta paterna de Pero Anes e de Antónia Pires; neta materna de e de Maria Nunes. Decorreram as diligências em 1622; não diz o inventário se foi concedida ou negada a carta de familiar. Inq. de Coimbra. M. 31, n.º 31 a 50.

1692 — Luso — António Duarte de Matos, clérigo, bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, cônego da Sé de Olinda, Vigário Geral do bispado de Pernambuco, natural da Lameira de Santa Eufémia, freguesia de N. S.ª da Natividade, de Luso; filho de Filipe Duarte, do mesmo lugar de Lameira, e de Ana Fernandes, natural de Enxofens, freguesia de Murtede, tudo no bispado de Coimbra; neto paterno de Manuel Duarte, do lugar da Lameira, e de Isabel André, de Vila Nova de Monsarros; neto materno de Jorge Fernandes, natural de Enxofens, e de Ana Fernandes, de Vil de Matos, freguesia de Barcouço, tudo no bispado de Coimbra. Inq. de Coimbra. Provisão de comissário do Santo Officio em 23-4-1692. M. 31, n.º 810 a 817.

1773 — Aguada de Cima — Frei António da Encarnação, padre mestre e religioso da Ordem de S. Francisco da Província do Brasil, lente de Teologia no seu convento do Recife de Pernambuco, natural do lugar de S. Martinho, freguesia de Santa Eulália de Aguada de Cima, bispado de Coimbra; filho de Simão Álvares e de Maria Francisca; neto paterno de Amaro Pires e de Maria Tomás; neto materno de Francisco João e de Maria Francisca, natural da freguesia das Talhadas, e os restantes do lugar de S. Martinho. Provisão de qualificador do Santo Officio em 6-8-1773. Inq. de Lisboa. M. 41, n.º 978.

1793 — Feira — António Francisco Alves, clérigo, presbítero secular, coadjutor da igreja de Fermedo, terra da Feira, natural de Milheirós de Poiars, da Feira. O habilitando era irmão inteiro de Mariana Alves, mulher do familiar do Santo Officio José Fernandes, morador em Santiago de Riba Ul. Inq. de Coimbra. Provisão de notário do Santo Officio em 26-11-1793. M. 197, n.º 2945.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

1704 — Paradela — António Henriques, natural do lugar de Paradela, concelho de Sever, bispado de Viseu, casado com Maria Francisca; filho de Francisco Henriques e de Maria Rebela, nascidos e moradores em Pessegueiro, do mesmo concelho; neto paterno de Henrique Francisco, natural de Crestelo, freguesia de Pessegueiro, e de Marta Francisca, natural de Macida, bispado de Coimbra; neto materno de Miguel Joaquim e de Anastácia Manuel, nascidos e moradores no lugar de Pessegueiro. Maria Francisca era natural de Paradela e filha de João Francisco e de Domingas de Bastos, nascidos e moradores no mesmo lugar; neta paterna de António Francisco e de Maria Francisca; neta materna de Custódio de Bastos e de Isabel Domingues, todos de Paradela. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 6-6-1704. M. 44, n.º 1013.

1787 — Feira — António José Gomes, natural de Vide, freguesia de S. Martinho da Gândara, terra da Feira; filho de Agostinho António e de Maria Gomes, nascidos e moradores na mesma freguesia; neto paterno de António Manuel e de Maria Francisca; neto materno de João Gomes e de Maria da Silva, do lugar do Porto do Carro, todos da mesma freguesia. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 29-11-1787. M. 195, n.º 2902.

1694 — Aveiro — António Leitão, mercador em Aveiro, casado com Maria da Cruz; filho de João Leitão e de Maria João; neto paterno de Francisco Leitão e de Isabel Fernandes; neto materno de Miguel Fernandes e de Maria João, todos da freguesia de S. Miguel de Aveiro.

Maria da Cruz era filha de Miguel Gonçalves, da freguesia de S. Miguel de Aveiro, e de Ana Ferreira, do lugar de Sá, freguesia de Santa Cruz da mesma vila de Aveiro; neta paterna de Pedro Gonçalves e de Sebastiana Francisca, da sobredita freguesia de S. Miguel; neta materna de Miguel Duarte, da mesma freguesia de Santa Cruz de Aveiro, e de Catarina Francisca, de S. Pedro do Sul, bispado de Viseu. Foram aprovadas as diligências em 1694, mas não consta a data da carta familiar. Inq. de Coimbra. M. 27, n.º 736 a 746.

1802 — Fiães — António Luís Nunes, negociante estabelecido na Calçada dos Clérigos, da cidade do Porto, natural da freguesia de Fiães, terra da Feira, casado com Ana Joaquina; filho de Luís António e de Teresa Conversão; neto paterno de Manuel António e de Maria Coelho, ambos de Fiães; materno de avós incógnitos.

Ana Joaquina era natural de S. Martinho da Gândara, filha de Salvador da Silva e de Isabel de Oliveira, ambos da

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

mesma freguesia de S. Martinho da Gândara; neta paterna de Manuel da Silva e de Rosa Maria, ambos da referida freguesia; neta materna de João da Silva e de Maria de Oliveira, ambos da freguesia de Válega. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 17-8-1802. M. 202, n.º 3017.

1689 — Cambra — António Machado Botelho, clérigo, prior da igreja de N. S.ª da Purificação de Vila Chã, concelho de Macieira de Cambra, bispado de Coimbra, natural de Lafões, bispado de Viseu. As diligências começadas em 1689 foram mandadas suspender em 1690. Inq. de Coimbra. M. 33, n.º 840 a 849.

1809 — Arouca — António Manuel de Oliveira Arouca, negociante, natural da freguesia de S. Bartolomeu de Arouca do bispado de Lamego e morador no Porto; filho de Manuel de Oliveira, natural de Valadares, e de Maria Dias, do lugar de Friães, de Arouca; neto paterno de José de Oliveira e de Ursula, ambos de Valadares; neto materno de José Dias e de Maria Monteiro, de Friães, Arouca. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 1-2-1809. M. 204, n.º 3059.

1673 — Esgueira — António de Miranda Pereira, capitão de ordenanças no Couto de Barrô de Aguada, comarca de Esgueira, natural de Pombal. Os ascendentes são de Pombal e de Santarém. Casou com Florência de Almeida Pessoa, filha de Miguel de Almeida de Mancelos e de Maria das Neves Pessoa, nascidos e moradores em Águeda; neta paterna de Miguel de Mancelos e de Joana de Almeida, nascidos e moradores em Espinhel; neta materna de António Homem Pessoa, advogado em Coimbra, e de Isabel Francisca, nascidos em Freixomil e moradores em Coimbra. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 31-10-1673. M. 15, n.º 511 a 517.

1708 — Mealhada — António Nogueira, mestre correeiro, natural do lugar da Mealhada, freguesia de S. Vicente de Vacariça, bispado de Coimbra, morador em Lisboa, na freguesia da Madalena, casado com Helena da Cruz; filho de António Ribeiro Henriques e de Antónia de Seixas; neto paterno de Cristóvão Fernandes e de Maria Antónia; neto materno de Francisco Nogueira e de Maria de Seixas, todos da Mealhada. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 11-6-1708. M. 51, n.º 1102.

1687 — Feira — António Nunes de Freitas, presbítero na paróquia de Santa Maria de Sandim, onde nasceu; filho de Manuel Fernandes Martins e de Cecília Nunes, nascidos e

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

moradores em Sandim, terra da Feira; neto paterno de Manuel Martins e de Isabel Amador, ele de Sandim e ela de Framil, freguesia de Canedo, da Feira; neto materno de Domingos Fernandes e de Cecília Nunes, ele de Vila Maior e ela de Crestuma, moradores em Sandim. Inq. de Coimbra. Diligências pedidas em 1687, para se provar a pureza de sangue do requerente, posta em dúvida por seus inimigos para o impedir de paroquiar. M. 212, n.º 3149.

1675 — Agueda — António de Pinho, morador na cidade da Baía, Brasil, natural de Agueda, casado com Maria de Araújo; filho de Francisco Jorge e de Catarina de Pinho, ambos de Agueda; neto paterno de Baltasar Jorge e de Antónia Fernandes, moradores na vila de Trofa; neto materno de Francisco Martins e de Clara de Pinho, ambos do lugar de Agueda. Maria de Araújo era filha de um ourives da prata natural do Brasil e morador na Baía. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 29-8-1675. M. 16, n.º 540 a 548.

1639 — Recardães — António Pinto Basto, morador na Quinta da Borralha, termo de Recardães, casado com Leonor Gomes; filho de Sebastião Rodrigues e de Branca Pinto, moradores em Agueda; neto paterno de Sebastião Rodrigues e de Inês Luís; neto materno de Pedro Martins e de Isabel Pinto. Leonor Gomes era de Recardães. Não consta o fim a que se destinaram as diligências, nem se foram concluídas ou não, sabendo-se apenas que decorriam em 1639. Inq. de Coimbra. M. 7, n.º 298 a 316.

1694 — Esgueira — António Pinto Leitão, nascido e morador na vila de Esgueira, casado com Mariana da Costa Bombarda; filho do licenciado Pedro Leitão Pinto, natural de Mogofores, e de Beatriz Godinha, da vila de Esgueira; neto paterno de António Leitão, natural de Avelãs de Caminho, e de Maria Pinto, natural de Agueda; neto maternó de António Duarte Ferreira, natural de Mourisca, e de Maria Gomes Godinha.

Obs. — O avô paterno do habilitando era irmão inteiro de Angela Leitoa, avó do reitor de Fermelã, comissário do Santo Officio; a avó materna era irmã inteira de Pedro Godinho Barbosa, avô de Agostinho Coelho de Figueiredo, familiar do Santo Officio.

Mariana da Costa Bombarda era filha de João Gomes Bombarda e de Isabel da Costa, naturais de S. Miguel de Aveiro; neta paterna de André Gonçalves Loureiro, natural da freguesia da Apresentação de Aveiro, e de Maria Gomes; neta materna de André Nunes da Costa e de Maria Pacheco, naturais de S. Miguel de Aveiro, tudo no bispado de Coimbra.

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 10-9-1694. M. 29, n.º 775 a 782.

1707 — Feira — António Pinto Tavares, *tratante*, nascido e morador do lugar de Framil, freguesia de S. Pedro de Canedo, termo da Feira; filho de António Tavares, também *tratante*, natural do dito lugar de Gramil (em Canedo não há lugar de Gramil, mas sim de Framil; todavia, no Inventário das Habilitações do Santo Officio vem Gramil) e de Maria Pinta, do mesmo lugar; neto paterno de Diogo Fernandes, *tratante*, e de Guiomar Tavares, nascidos e moradores no lugar de Sandim de Baixo, freguesia de N. S.ª do Rosário, concelho da Feira; neto materno de Domingos Gonçalves, lavrador, e de Maria Pinta, naturais do lugar de Carvoeiro, freguesia de S. Pedro de Canedo. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 26-1-1703. M. 41, n.º 963.

1623 — Arouca — António do Rego Correia, morador em Arouca, casado com Maria da Silveira de Vasconcelos; filho de António Lopes do Rego e de Brites Jorge; neto paterno de João Lopes do Rego e de Isabel Fernandes; neto materno de Pedro Anes Neto e de Brites Jorge, todos da vila de Vouzela, concelho de Lafões.

Maria da Silveira de Vasconcelos era filha de Inácio de Almeida Cabral e de Isabel Mendes de Bulhão; neta paterna de Duarte de Almeida Cabral e de Isabel Jusarte; neta materna de Cristóvão Mendes de Vasconcelos e de Maria da Silveira de Bulhão, todos da vila de Arouca. As diligências decorreram em 1623, mas ignora-se o seu resultado final. Inq. de Coimbra. M. 3, n.º 118 a 141.

1820 — Paradela — António Rodrigues Baptista, nascido e morador no lugar de Paradela, da freguesia de N. S.ª da Assunção de Espinhel, no bispado de Aveiro; filho de José Rodrigues Baptista e de Ana Bernarda; neto paterno de António Baptista Marques e de Maria Rodrigues; neto materno de António Rodrigues e de Isabel Francisca, todos nascidos e moradores no dito lugar de Paradela. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 26-6-1820. M. 206, n.º 3070.

1800 — Feira — António Rodrigues Ferreira, natural da freguesia de S. Martinho da Gândara, terra da Feira, negociante estabelecido em Ovar e nascido em 1769, ajustado em 1815 para casar com Ana Maria de S. José; filho de João António e de Maria Francisca, ambos do lugar de Troncal, de S. Martinho da Gândara, terra da Feira; neto paterno de António Jorge, do lugar de Valverde, freguesia de S. João de Loureiro, concelho da Bemposta, e de Teresa Francisca,

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

do lugar de Crasto, da freguesia de S. Martinho da Gândara; neto materno de Salvador Rodrigues e de Antónia Francisca, ambos da citada freguesia de S. Martinho da Gândara.

Ana Maria de S. José era natural de S. Miguel do Souto, terra da Feira, filha de Manuel Rodrigues de Oliveira e de Paula da Silva, ambos da mesma freguesia; neta paterna de José Rodrigues e de Rosa Gomes, ambos do lugar de Cabomonte, de S. Miguel do Souto; neta materna de Manuel Francisco e de Ana da Silva, ambos do lugar de Quintã, freguesia de S. Martinho da Gândara, concelho de Oliveira de Azeméis. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 9-5-1800. M. 201, n.º 3000.

1695 — Águeda — António Rodrigues Velho, negociante, natural de Santa Olaia de Águeda, bispado de Coimbra, morador na cidade da Baía, casado com Teodósia Ribeira; filho de António Fernandes e de Maria Rodrigues, ambos de Santa Olaia de Águeda; neto paterno de Pedro Velho e de Simoa Fernandes, ambos de Águeda; neto materno de Pedro Gonçalves de Carvalho, da freguesia do Carvalhal da Portela, no bispado de Coimbra, e de Maria Nunes, natural de Águeda. A mulher do habilitando era do Porto, e as diligências foram interrompidas em 1695 por o habilitando haver falecido. Inq. de Coimbra. M. 214, n.º 3166.

1684 — Arouca — António Serpe Cardoso, clérigo, morador na vila de Arouca, natural de Boças, freguesia de S. Miguel de Oliveira, no concelho de Ferreiros de Tendais, bispado de Lamego. Todos os ascendentes do habilitando eram da terra dele. Inq. de Coimbra. Provisão de comissário em 4-8-1684. M. 21, n.º 634 a 646.

1662 — Oliveira de Azeméis — António Soares Homem, morador em Oliveira de Azeméis, casado com Inocência de Pinho; filho de André Homem Soares e de Antónia Barbosa, moradores em Oliveira de Azeméis; neto paterno de Cristóvão Tavares e de Leonor de Pinho, moradores em Vila Chã de Cambra; neto materno de Jorge de Oliveira e de Mónica Barbosa, moradores em Ossela.

Inocência de Pinho era filha de Francisco Dias de Pinho e de Maria de Resende, moradores em Oliveira de Azeméis; neta paterna de Francisco Dias e de Hierónima de Pinho; neta materna de Domingos de Bastos e de Helena Henriques, todos moradores em Oliveira de Azeméis. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 12-10-1662. M. 12, n.º 431 a 452.

1697 — Bemposta — António Tavares, contratador dos panos e proprietário, nascido e morador na Quinta do Barral,

freguesia de Bemposta, bispado de Coimbra, casado com Isabel da Silva, de quem enviuvou, passando a segundas núpcias com Isabel Pereira da Silva; filho de Domingos João e de Maria da Fonseca, ambos de Bemposta; neto paterno de Domingos João e de Domingas Heitor, ambos da freguesia de Ul; neto materno de Pedro Tavares e de Catarina da Fonseca, ambos da Quinta do Barral, de Bemposta.

Isabel da Silva era filha de Pedro Manuel e de Maria Domingues, ambos do lugar de Bolfeta, freguesia de Palmaz, bispado de Coimbra; neta paterna de Pedro Manuel, do lugar de Bolfeta, e de Maria Fernandes, do lugar de Silvaes; neta materna de Manuel Domingues, de Bolfeta, e de Brites Fernandes, de Silvaes.

Maria Domingues, mãe do habilitando, era irmã inteira de frei Gregório da Assunção, clérigo e religioso de Santo António dos Capuchos, e qualificador do Santo Offício.

Isabel Pereira da Silva era natural da vila de Pereira Jusã, filha de Bernardo Pereira de Andrade, homem nobre da mesma vila, natural do lugar de Contumil, freguesia de S. João de Loureiro, e de Luísa Pais, da freguesia de Válega da dita vila de Pereira Jusã; neta paterna de Francisco da Cunha Pereira, homem nobre, natural de Sobreiro, freguesia de Palmaz, e de Maria de Andrade, do lugar de Contumil, da freguesia de Loureiro; neta materna de Manuel Pais da Silva, do lugar de Degareci, da freguesia de Válega, e de Isabel Valente, natural da freguesia de Válega, da vila de Pereira Jusã.

O habilitando teve um filho natural de Maria, solteira, do lugar do Carvalhal, da freguesia de Junqueira, bispado de Viseu; neto materno de Pedro Inácio de Sousa Marrão, natural do Porto e vigário de Oliveira de Azeméis, e de Domingas Fernandes, solteira, do dito lugar de Carvalhal. Foram aprovadas as diligências em 1697 mas não consta em que data foi concedida a carta de familiar do Santo Offício. Inq. de Coimbra. M. 38, n.º 925.

1671 — Arouca — António Tavares, nascido e morador no lugar de Eiriz, freguesia de S. Salvador do Vale de Arouca, bispado de Lamego, casado com D. Maria de Berredo; filho de Gonçalo Teixeira e de Maria Tavares, nascidos e moradores em Eiriz.

O habilitando era irmão inteiro do licenciado Sebastião Tavares, comissário do Santo Offício e prior de Travanca, termo de Coimbra (?).

D. Maria de Berredo era natural de Lamego, filha de Manuel Cabral de Castelo Branco, natural de Lamego, e de Filipa Soares de Carvalho, de vila da Feira; neta paterna de Luís de Gouveia de Castelo Branco e de Maria Cabral,

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

naturais de Lamego; neta materna de Diogo Leite de Miranda, natural da Feira, e de Maria Cardoso Coelho, de Lamego. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 12-6-1671. M. 14, n.º 502 a 510.

1678 — Feira — António Tavares Pinto, nascido e morador em Vila da Feira; filho de Francisco Tavares Rocha, da freguesia de Santo Tirso de Riba Ave, e de D. Maria Lobato, natural de Vila da Feira; neto paterno de Manuel da Rocha Tavares, de Santo Tirso, e de D. Marta da Cunha, da freguesia da Sé, Porto; neto materno de Manuel Godinho Homem, natural da Feira, e de Vitória Pinto, da mesma vila. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 24-3-1678. M. 20, n.º 602 a 611.

1600 — Aveiro — António Tenreiro Beirão, nascido e morador em Aveiro, homem abastado, casado com Vitória Luís; filho de Francisco Jorge Beirão e de Maria Dias; neto paterno de Gil Afonso e de Paula Tenreiro; neto materno de Pero Dias da Calçada e de Mecia Afonso.

Vitória Luís era filha de Luís Dias e de Isabel Pacheca; neta paterna de Diogo Gonçalves e de Isabel Dias; neta materna de Bastião Gonçalves, o Parisco, por alcunha, e de Mónica Pacheca. As diligências decorriam em 1600, mas não consta o resultado a que chegaram. Inq. de Coimbra. M. 5, n.º 188 a 214.

1738 — Anadia — Aires de Sá e Melo, fidalgo da Casa Real, natural da vila de Anadia, bispado de Coimbra, morador na sua quinta da Várzea, termo de Coimbra, casado com D. Sebastiana Inês de Melo; filho de Lourenço Aires de Sá e Melo e de D. Maria Inês de Sá e Melo, moradores na vila de Anadia e ele familiar do Santo Offício. D. Sebastiana Inês de Melo era filha de António Luís de Melo e Sousa, também familiar do Santo Offício. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 13-5-1738. M. 1, n.º 11.

1707 — Feira — Baltasar Pereira do Rosário, natural da freguesia de Paçô de Brandão, terra da Feira, casado com Isabel Coelho; filho de António Pereira de S. Paio, clérigo, natural de S. Paio da Portela, concelho de Penafiel, e de Isabel Fernandes, natural da mesma freguesia de Paçô de Brandão; neto paterno de Baltasar Gonçalves e de Filipa Jorge, ambos da freguesia de S. Paio da Portela, lugar do Barreiro, concelho de Penafiel; neto materno de Manuel Fernandes, de S. João de Ver, e de Margarida Gonçalves, de Paçô de Brandão. Foram aprovadas as diligências mas não

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

consta se lhe foi concedida a carta de funções no Santo Officio. Inq. de Coimbra. M. 5, n.º 89.

1731 — Esgueira — D. Angélica Violante de Moura Coutinho, casada com o familiar do Santo Officio Baltasar de Sousa Colmieiro Teles Távora, fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo na Ordem de Cristo, nascido e morador em Bragança, era filha de Tomé de Moura Coutinho de Almeida, e de D. Josefa Jacinta Cardoso Soares de Castelo Branco, nascidos e moradores na vila de Esgueira, freguesia de Santo André, no bispado de Coimbra; neta paterna de Manuel de Sequeira Coutinho, natural da vila de Tentúgal, e de D. Angélica de Almeida de Eça, natural de Esgueira; onde eram moradores; neta materna de Bento Pacheco Soares, natural de Angeja, e de D. Teresa Coelho do Amaral, natural de Esgueira, onde eram moradores. Esta senhora foi pedida em casamento no ano de 1738. Seu marido recebeu a carta de familiar do Santo Officio em 6-4-1731. Inq. de Coimbra. M. 6, n.º 100.

1607 — Aveiro — Barnabé Topete Sotomaior, comendador de S. Miguel da vila de Aveiro, na Ordem de S. Bento de Avis, morador em Lisboa, casado com D. Maria Amado; filho de Pedro de Alva Sotomaior e de Catalina Chamico Topete Sotomaior; neto paterno de Francisco de Alva Sotomaior e de Catalina de Melgar, neto materno de Fernando Topete Sotomaior e de Isabel Correia da Silva, todos da vila de Valença, da Ordem de Alcântara, reino de Castela. Eram todos fidalgos; a mulher era de Vila Franca de Xira. O processo está incompleto. As diligências decorreram em 1607, na Inquisição de Lisboa. M. 1, n.º 2.

1615 — Aveiro — Bartolomeu Lopes, clérigo de missa, nascido e morador na vila de Aveiro; filho de António Lopes e de Antónia Dias, ele natural de Bemposta, bispado de Coimbra, carpinteiro, e ela de Aveiro; neto paterno de Lopo Alvares e de Isabel Pires, ambos da vila de Bemposta; neto materno de João Dias e de Maria Dias, ambos de Aveiro. Foram aprovadas as diligências em 1615 mas não consta a data em que foi concedida a carta de familiar. Inq. de Coimbra. M. 1, n.º 4 bis.

1629 — Aveiro — Bartolomen Urbano, clérigo morador na vila de Aveiro; filho de Francisco Enes Urbano e de Isabel de Pinho, ele de Aveiro e ela de Águeda; neto paterno de Bartolomeu Francisco Urbano e de Maria Afonso, ambos de Aveiro; neto materno de Diogo Gonçalves e de Guiomar de Pinho, ambos de Águeda. Está muito incompleto o processo. As diligências decorreram em 1629, mas não consta

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

se foi concedida ou negada a carta de familiar do Santo Officio. Inq. de Coimbra. M. 1, n.º 22.

1692 — Eixo — Bento de Almeida Cabral, morador na sua quinta de Oliveirinha, freguesia de Santo Isidro de Eixo, bispado de Coimbra, casado com Isabel da Silva; filho do licenciado Luís Cordeiro Matoso e de Antónia Soares, ambos da freguesia da Sé de Coimbra; neto paterno de Gaspar Cordeiro e de Ana Matoso, ambos do lugar de Espinhal; neto materno de António Lourenço e de Luísa Gomes, ambos da freguesia da Sé de Coimbra.

Isabel da Silva era filha de João Tenreiro e de Catarina da Silva, ambos de Oliveirinha, freguesia de Eixo; neta paterna de António Delgado e de Isabel Francisca, ambos de Aveiro; neta materna de Sebastião da Silva e de Isabel Vieira, ambos do lugar da Granja, da freguesia de Eixo, tudo no bispado de Coimbra. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 28-2-1692. M. 3, n.º 52.

1805 — Cucujães — Bento José Gomes Leite, negociante, natural de S. Martinho do Couto de Cucujães, terra da Feira, ajustado em 1807 para casar com Maria Josefa; filho de Manuel Gomes Leite e de Damásia Gomes, ambos de Cucujães; neto paterno de Manuel Gomes e de Custódia Teresa, ambos de Vendas, S. João da Madeira; neto materno de Miguel Gomes e de Teresa Gomes, ambos de Vila Nova, freguesia de Cucujães.

Maria Josefa era filha de José Francisco e de Ana Maria, ambos do lugar de Vila Nova, freguesia de Cucujães; neta paterna de Bernardo Francisco e de Maria Ferreira, do lugar da Ínsua, freguesia de Cucujães; neta materna de Cipriano Gomes, do lugar de Salgueiro, freguesia de Santiago de Riba Ul, e de Maria Josefa, do referido lugar de Vila Nova. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 31-1-1805. M. 17, n.º 248.

(Continua)

FRANCISCO MARQUES RODRIGUES

BIBLIOGRAFIA

O ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congêneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

MANUEL MENTARFA — *O marco miliário da milha XII*. Porto, Imprensa Portuguesa, 1948.

É um opúsculo de 82 páginas, formado por uma colectânea de artigos que o autor publicou no jornal «Correio de Azeméis» em defesa de um marco miliário romano existente em Oliveira de Azeméis.

Este marco — o marco miliário da milha XII — foi encontrado em 1790 nos alicerces da velha igreja paroquial de Ul, quando se procedia à sua demolição, e daqui foi trazido há anos para Oliveira de Azeméis por iniciativa do falecido Dr. Bento Carqueja, e no átrio dos Paços do Concelho desta vila ficou guardado até ao ano de 1945.

Neste ano, a Câmara Municipal mandou retirá-lo de lá e colocá-lo em estado de abandono na praça pública fronteira. Nestas circunstâncias, a inutilização ou desaparecimento de tão interessante reliquia histórica e arqueológica eram quase certos.

MANUEL MENTARFA lutou tenazmente para que o marco miliário fosse respeitado e salvo, e conseguiu o que tanto desejava, pois a Câmara Municipal fez colocar novamente o marco no átrio dos Paços do Concelho, nos fins do ano de 1947.

Diz o autor que o cipo da milha XII «foi ignóbilmente sepultado nos alicerces da velha igreja de Ul demolida em 1790». Julgo que foi isto a salvação de tal documento arqueológico.

Também a ara romana de Esturãos, concelho de Ponte de Lima, se salvou por ter sido enterrada no altar-mor da igreja paroquial desta freguesia, onde foi encontrada há perto de cinquenta anos.

Mas quantos séculos esteve o referido marco enterrado nos alicerces da antiga igreja de Ul? Sem dúvida, tantos quantos os que durou a igreja demolida em 1790. E quem sabe se já teria estado enterrado nos alicerces da igreja que a precedera?

O autor relaciona também o marco miliário de Ul com a discutida via militar romana de Lisboa a Braga e com a cidade luso-romana de Talábriga situada nesta via, e que os historiadores e investigadores dizem ter sido subjugada por Décimo Júnio Bruto pelo ano de 132 antes de Cristo, após uma sucessão de revoltas contra o domínio romano. O *oppidum* que Bruto subjugou neste ano nada tem que ver com Talábriga, mencionada no *Itinerário* de ANTONINO PIO.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Na inscrição do marco miliário de UI, agora existente em Oliveira de Azeméis, encontra-se isolado o número XII que se diz ser a *milha XII*.

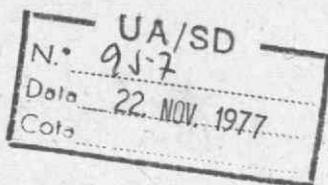
Ora os números que medem as distâncias em milhas costumam ser acompanhados das letras M. P. que significam *milia passuum* ou milhares de passos. Tal inscrição, porém, como está transcrita no opúsculo, não as tem já, se é que alguma vez as teve. Mas, mesmo que seja XII a indicação da milha XII, não ficamos sabendo qual era a povoação que, a partir de UI, estava à distância de doze milhas, ou dezoito quilómetros aproximadamente.

Que prazer teria tido frei BERNARDO DE BRITO, se tivesse encontrado o marco miliário de UI, quando por volta do ano de 1600 andou na região de Albergaria-a-Velha e Oliveira de Azeméis à procura de antiguidades romanas! Ele que, não as tendo encontrado, as inventou!

MANUEL MENTARFA, com a sua oportuna e patriótica campanha em prol do marco miliário de UI, conseguiu salvá-lo de uma destruição iminente. Merece, pois, os louvores de todos os portugueses, que poderão agora admirar e venerar um monumento histórico com cerca de dois mil anos de existência.

F. F. N.

bibRIA



COUTO DE AROUCA — MOLDES —

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA
LIDOS NO PRIMEIRO CENTENÁRIO
DA SUA INDEPENDÊNCIA
— 30 DE JUNHO DE 1946 —

É SEMPRE grato ao meu espírito ver que os povos se interessam pelo passado, porque «desnaturado é o filho que, após chegar à plena consciência da sua personalidade, se não interessa pela vida de quem lhe deu o ser e porventura pela vida de todos os que o antecederam» (1); eis a razão porque aceitei o amável convite do Rev.º Reitor desta freguesia para dizer alguma coisa desta terra.

Fazer a história de Moldes é fazer, um pouco, a do Couto de Arouca e do seu Mosteiro, a da freguesia de S. Pedro até 1742 e depois a de S. Bartolomeu até 1846, ano em que esta freguesia de Santo Estêvão de Moldes foi criada.

Era no vale de Moldes, como veremos, que viviam os Senhores dos dois vales, de Moldes e de Arouca, constituindo o limite sul do território chamado Anégia. Tem-se afirmado que Arouca foi a antiga cidade Araduca, mas CLÁUDIO PTOLOMEU, na sua *Geografia*, diz que na província tarraconense, entre Douro e Minho, havia, entre outras cidades, Araduca (2), seguindo a mesma opinião LEITE DE VASCONCELOS (3) e CONTADOR DE ARGOTE sustenta que a Araduca teve assento perto de Guimarães, no seu tratado *Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani* (4).

(1) DR. ANTÓNIO BAIÃO, *Ocidente*, vol. xv, pág. 145.

(2) DOM RODRIGO DA CUNHA, *Catálogo dos Bispos do Porto*.

(3) *Religiões da Lusitânia*, vol. II.

(4) FREI FORTUNATO DE S. BOA VENTURA, *Mem. para a Vida da Beata Mafalda*.

Nas actas do concílio de Lugo (569), realizado na dominação dos suevos, publicadas por LOAISA (1593), aparece *Arouca* como uma das seis paróquias do Bispado de Lamego (1); no *Liber Fidei*, de Braga, que descreve o mesmo concílio, Arouca é denominada *Atavoca*, *Auroca* e *Auraca* (2) devendo remontar o seu espírito cristão ao tempo dos romanos.

PINHO LEAL (3) afirma que quando os mouros invadiram a península, havia aqui duas paróquias cristãs: S. Pedro e Santo Estêvão; esta designação de Santo Estêvão não pode ser verdadeira, porque o culto de Santo Estêvão só começou no século XI e em Arouca no século seguinte, havendo, sim, em Moldes a igreja de Santa Maria de Oliveira, porque Monio Viegas filho de Egas Moniz, o Gasco, e de sua mulher Toda Ermiges, casado com Doroteia Osoris, na era de 1169 (A. C. 1131) fazem uma doação aos monges beneditinos de Paço de Sousa de várias propriedades e entre elas «zin terra de Arouca tredecim caales et media de ipsa Ecclesia de Sancta Maria de Olivaria». Este padroado, bem como os outros doados, foi confirmado ao Mosteiro de Paço de Sousa por Gregório X na sua Bula *Religiosam vitam*, da era 1333 (A. C. 1295), já não se falando daquele padroado na Concórdia de 5 de Julho de 1614, feita entre os monges de Paço de Sousa e a Companhia de Jesus (4).

O CONDE DE SAMODAES escreveu sobre Moldes: Esta freguesia é anterior à monarquia e tão devota a Nossa Senhora, que sustentou em juízo que o seu patrocínio devia ser Santa Maria e não Santo Estêvão, mas perdeu a questão por motivo de padroado (5).

Do período da dominação romana citaremos especialmente o lugar de *Paços*, restos do *Palatium*, habitação do Senhor que governava os vales de Moldes e Arouca e o lugar de *Fuste*.

No tempo dos godos o rei Ordonho II mandou regressar à sua igreja o Bispo de Lamego, que procurou cobrar o que lhe tinham usurpado por causa do seu desterro, demandando um fidalgo, Senhor da terra, que vivia no «Palatium de Molides» para lhe entregar as propriedades; falecido o fidalgo, a demanda foi continuada pelos seus dois filhos, Loderigo e Vandilo, que, provando que o padroado e as terras lhes pertenciam por seus antepassados, fizeram concerto com o Bispo, dando-as à Igreja, para nelas se fundar um Mos-

(1) PINA MANIQUE, *Em prol da emancipação da Beira-Douro*.

(2) VITERBO, *Elucidário, voc. Cidade, II*.

(3) *Portugal Antigo e Moderno*.

(4) FREI ANTÓNIO MEIRELES, *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa*.

(5) *O Culto de Maria Santíssima na Diocese do Porto*.

teiro (1), junto ao monte Fuste, ao correr do rio Alardo (2), da invocação dos mártires S. Cosme e S. Damião, para frades e freiras; os túmulos de Loderigo e Vandilo estiveram, posteriormente, colocados da parte de fora da igreja, que tinha três naves, sobre cachorros, na parede do côro das religiosas (3); os seus descendentes venderam o mosteiro a outro fidalgo chamado Dom Ansur, Senhor da Anégia, largo território constituído pelos actuais concelhos de Arouca, Cinfães, Castelo de Paiva, Penafiel e Marco de Canavezes (4) e a sua mulher Dona Ejeuva (5); era filho de Goesteu Ansuris, que passa por ser o façanhudo herói da discutida canção do «figueiral figueiredo» (6), senhor de baraço e cutelo, o que representava a maior jurisdição, intitulado-se Fâmulos de Deus (7); ampliaram o edifício do Mosteiro e entregaram-no ao Abade Hermenigildo, da Ordem de S. Bento, agora sob a invocação dos apóstolos S. Pedro e S. Paulo e dos mártires S. Cosme e S. Damião (8), fazendo-lhe ampla doação «per riu de Molides et Romariz Castro et cum Cartimir» aos 7 dos idos de Setembro da era 989 (A. C. 951), dentro da qual ficava a vila de S. Pedro (9).

Toda Goesteis, neta de Dom Ansur, governava Moldes na era 1060 (A. C. 1022) e na era 1098 (A. C. 1060) faz testamento, deixando a seu sobrinho Froila Godesteis, também governador de Moldes, o Mosteiro de Arouca com suas pertenças e todas as propriedades, estando presente o meirinho e Garcia Moniz, bisavô de Egas Moniz, em nome do rei da Galiza (10); este Garcia Moniz, na era 1106 (A. C. 1068), doa ao rei da Galiza, Garcia, várias propriedades e entre elas a «herdade que foi de Zoleima no rio de Moldes», dando-a o rei na era 1108 (A. C. 1070) a Afonso Ramires, dizendo que os avós de Garcia Moniz tinham possuído muitos desses bens (11). O Abade Hermenigildo na era 1092 (A. C. 1054) fez testamento a favor de D. Gontina Eris, dando-lhe o Mosteiro de Arouca e várias herdades em Vilar, Cartemir e Moldes (12),

(1) *Manuscrito do Mosteiro.*

(2) Frei BERNARDO DE BRITO, *História da fundação e dedicação do Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca.*

(3) *Dicionário Geográfico de D. João V*; D. JOAQUIM DE AZEVEDO, *História Eclesiástica do Bispado de Lamego.*

(4) *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* — Minho.

(5) Frei BERNARDO DE BRITO, *loc. cit.*

(6) *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* — «Moldes e Garcia Moniz»

(7) VITERBO, *Elucidário.*

(8) Frei BERNARDO DE BRITO, *loc. cit.*

(9) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 3, Maç. I, n.º 1.

(10) *Index dos Documentos do Mosteiro de Arouca.*

(11) *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, *loc. cit.*

(12) *Index dos Documentos do Mosteiro de Arouca.*

declarando esta, por carta da era 1123 (A. C. 1085), que se não partisse, entre seus herdeiros, o Mosteiro de Arouca (1).

D. Gontina Eris, filha de Erão e de D. Adosinda, era casada com Egas Ermigis, Senhor de Arouca desde Afonso vi de Leão, era 1118 (A. C. 1080) (2) e tia, por afinidade, de Egas Moniz; tinha o direito de padroado da «Ecclesia de Santa Maria de Olivaria»; ela e seus herdeiros de um lado e do outro Afonso Frade, seu irmão Godino Presbítero e todos os frades de S. Pedro de Arouca, levaram a questão perante um tribunal formado de diferentes autoridades e filhos de homens bons, que prestaram juramento segundo a lei dos godos, alegando D. Gontina que a igreja em questão se chamava de Santo Estêvão desde a sua origem e não de Santa Maria, afirmando os frades que a Igreja de Santa Maria, assim chamada no testamento de Gondulfus, era a mesma que neste último tempo se chamou de Santo Estêvão, porque Gondulfus Abade deixou em testamento, na era 963 (A. C. 925), metade da Igreja de Santa Maria do rio de Moldes; depois desta era vieram os sarracenos, despovoando-se o território e destruíram a igreja; voltaram os cristãos à povoação, restauraram a igreja pondo nela reliquias de Santa Maria e Santo Estêvão; segunda vez foi erma na era 1013 (A. C. 975), voltando novamente os cristãos na era 1039 (A. C. 1001) e cada um dos povoadores pegou naquela herdade que era sua ou alheia e desde então foi chamada de Santo Estêvão. Reunido o tribunal, presidido por Cidi Fredaris, como representante do Alvazir Dom Sisnando, em 7 dos idos de Dezembro da era 1129 (A. C. 1091), decidiu a favor dos frades a 4 das nonas de Janeiro da era 1129 (A. C. 1091), obrigando D. Gontina e seus herdeiros a não mais inquietarem os frades, sob pena de pagarem 40 talentos de ouro, outro tanto ao Senhor da terra e a metade da Igreja em dobro e ficar esta sempre ao Mosteiro (3).

Conhecendo este documento, VITERBO fez notar que, nesta região, pelo menos, o ano eclesiástico não começava em 1 de Janeiro, mas sim em 26 de Março e era conhecido por *ano da paixão* (4).

Por este documento se vê que os sarracenos entraram nesta região depois de 963, certamente com a vinda de Almançor, em 975, para a sua primeira campanha e que a abandonaram em 1039; não obstante a pequena demora, deixaram aqui vestígios bem nítidos, como sejam acrescentar

(1) *Idem.*

(2) *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa* — Prova n.º 24; Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 3, Maç. 1, n.º 21; *Idem* — Gav. 3, Maç. 4, n.º 5.

(3) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 3, Maç. 1, n.º 7.

(4) VITERBO, *Elucidário*.

COUTO DE AROUCA

ao nome de uma pessoa falecida — que Deus levou ou que Deus tem em sua companhia —, a forma como as mulheres se sentam no chão e o beijar o pão, que caiu ao chão, depois de o apanhar (1).

A Igreja de Santa Maria de Oliveira foi do padroado de várias pessoas; D. Gontina Eris teve, como vimos, uma questão com os frades de S. Pedro de Arouca, resolvida a favor destes em 4 das nonas de Janeiro da era 1129 (A. C. 1091); Onega Ermigis casada com Gavino Froilas, irmã de Egas Ermigis que, como dissemos, era casado com D. Gontina Eris, doou na era 1143 (A. C. 1105) «à Basílica de S. Pedro fundada no território de Lamego, no vale de Arouca, por sua alma aos frades e freiras que nele forem, ao correr do rio Molnes as herdades: em Molnes metade do casal de Lever, a metade do casal de Dona Eleuva (Ejeuva, mulher de Dom Ansur), meia ração da já chamada *Igreja de Santo Estêvão*, as terras de Frogianes (Friães) e Vila Bona (Vila Boa), governando Arouca Dona Gontina e Egas Moniz» (2); Edrónio doa na era 1157 (A. C. 1119) ao Mosteiro a parte que lhe pertencia nas Igrejas de Santo Estêvão e S. Jacob de Crasto (1) (ponto de referência na demarcação do Couto, dado a Monio Rodrigues, para «monasterium quod vocatur sanctus Petrus de Arauca» por D. Afonso Henriques em Abril da era 1170 (A. C. 1132) (3); Arias Lubereis e seu irmão Eronio Lubereis doam ao Mosteiro, na era 1157 (A. C. 1119), quanto tinham em S. Jacob de Crasto e Santo Estêvão (1) e finalmente Eru Suaris doa ao mesmo Mosteiro, na era 1189 (A. C. 1151), a parte que tinha nas mesmas Igrejas e uma herdade em Moldes (4).

Todo o padroado da antiga Igreja de Santa Maria de Oliveira passou para o Mosteiro de Arouca, muito depois da composição dos frades com Dona Gontina, pois em Julho da era 1244 (A. C. 1206), Pedro João doa, por sua alma, à Abadessa e Convento, que já só era habitado por freiras, várias propriedades e à Igreja de Santo Estêvão, *debaixo da administração do mesmo Convento*, um casal em Vila Mediana (5); esta Vila Mediana, mais tarde Vila Meã, a quem a Rainha Santa Mafalda chamou Burgo Novo na sua Carta de Povoação dada em Maio da era 1267 (A. C. 1229) (6), não tendo esta

(1) ANTÔNIO CAETANO DO AMARAL, *Memória IV para a História da Legislação e Costumes de Portugal*.

(2) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 3, Maç. 1, n.º 4. *Documentos Medievais Portugueses*, vol III, n.º 178.

(3) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 3, Maç. 1, n.º 49.

(4) *Index dos Documentos do Mosteiro de Arouca*.

(5) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 3, Maç. 1, n.º 76.

(6) *Idem* — Gav. 3, Maç. 3, n.º 44.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Carta de Povoação sido citada por HERCULANO nem GAMA BARROS, passou a chamar-se Burgo de Vila Meã, como se vê no Tombo da Igreja do Salvador, feito em 1496, novamente Burgo Novo no Foral de Arouca dado por D. Manuel em 13 de Dezembro de 1513 (1) e hoje simplesmente Burgo.

O lugar de *Fuste* devia ter tido uma grande importância, porque deu o seu nome a uma serra limitada pelos rios Paiva, Sul, Vouga e Arda até Pousa Foles, hoje Bouça de Mançores; pelo cadastro de D. João III, em 1527, tinha 18 vizinhos ou 80 habitantes; por um estudo nosso (2) ficou provado que a formação montanhosa, constituída pelas serras de S. Macário, Arada, Manhouce, e Freita ou S. Pedro-o-Velho, a que o Prof. AMORIM GIRÃO (3) chamou *Maciço da Gralheira* deverá chamar-se *Maciço de Fuste* em homenagem ao lugar que lhe deu o nome e à verdade histórica; ainda em 1406 se fazia referência à Albergaria do Monte Fuste (4). Neste lugar de Fuste há um monte chamado *Marmoiral*, cujo nome deve estar em relação com qualquer monumento de carácter funerário desaparecido.

No princípio do século XI nasceu, em Moldes, Crescónio filho de Moqueime Crescónio e de Lovesenda, neto de Erigo e como diz D. JOAQUIM DE AZEVEDO (5) irmão de D. Eugénia, mãe de S. Teotónio, da maior nobreza de Portugal, chegando a ser um dos homens mais notáveis do seu tempo; na escritura de 4 dos idos de Agosto da era 1132 (A. C. 1094) diz ser irmão de Gavino Froilas (6), tendo no ano de 1048 feito doação de si e dos seus bens, situados os do pai em Moldes e os da mãe em Figueiredo, ao Convento de Arouca, segundo o uso da época; no ano de 1052, no tempo do Abade Dom Godinho, toma o hábito de S. Bento no mesmo Convento (7). Conhecida a santidade da sua vida foi, no ano de 1092, eleito Bispo de Coimbra pelo clero e pelo povo e confirmado pelo Arcebispo de Toledo em concílio geral dos Bispos provinciais celebrado em Santa Maria de Fuselis, a que também assistiu el-rei; sagraram-no o Arcebispo de Toledo, Dom Bernardo, Legado da Sé Apostólica e os Bispos de Tui, Dom Oderico e de Orense, Dom Pedro, assistindo o clero e o povo (8). Foi o segundo Bispo daquela cidade, depois da sua restau-

(1) Arquivo da Câmara Municipal.

(2) «Maciço de Fuste, sua razão histórica», in Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. XI.

(3) *A Bacia do Vouga*.

(4) ALFREDO PIMENTA, *Leituário da Sé de Lamego*.

(5) *História Eclesiástica do Bispado de Lamego*.

(6) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 3, Maç. I, n.º 5.

(7) Frei ANTÓNIO BRANDÃO, *Crónica do Conde D. Henrique*.

(8) GAMA BARROS, *História da Administração Pública*, vol. II. *Port. Mon. Hist. — Dipl. et Chart.*, n.º 775.

ração por Fernando Magno, no ano de 1064, cuja jurisdição, entregue a Dom Sisnando, chegava até ao Douro «*Ex Lameco usque ad mare, per aquam Durii*» (1).

Gavino Froilas que foi casado com Onega Ermigis, governou Moldes na era 1111 (A. C. 1073) e juntamente com seu cunhado Egas Ermigis nas eras 1123 e 1124 (A. C. 1085 e 1086) (2); sentindo-se chegado ao fim da vida manda recado a Dom Crescónio, que vem rapidamente, mas encontrando-o já morto «*trata das coisas da sua alma e do seu testamento com tanto cuidado, como se não tivera outra ocupação em todo o seu bispado*» (3), sendo Dom Crescónio herdeiro de Gavino Froilas e por escritura de 4 dos idos de Agosto da era 1132 (A. C. 1094) dá estes bens ao Mosteiro de S. Pedro de Arouca e ao seu Prior Godino «*in Ribulo Mollides, in villa Foste, et in villa Ficcilanis et in S. Stephano de Ribulo Mollides*» (3).

Além do bispado de Coimbra, parece ter Dom Crescónio governado também o de Lamego «*Domini Cresconii gloriosi Episcopi Colimbriensis, sive Lamacensis*» (4), mas passou necessidades pelo que o Conde Dom Raimundo, quando foi a Coimbra, na era 1132 (A. C. 1094), fez-lhe doação do Mosteiro da Vacaíça, confirmada pelo Papa Honório II (5); faleceu em 19 de Junho do ano de 1098, sendo sepultado na Igreja de S. João de Almedina, em Coimbra.

Tem-se discutido, desde Frei ANTONIO BRANDÃO, o ano em que D. Afonso Henriques toma o título de *Rei* ou como tal é tratado pelos seus subditos; fazem referências a Moldes os dois mais antigos documentos em que tal título lhe é dado; são duas doações de Toda Viegas à Basilica de S. Pedro de Arouca de propriedades em «*Molides um casal, Vila Spino inteira, Vila Fuste dois casais, Palácios inteiro, Astrufo, Frojanes um casal, Barrio dois casais*», feitas nas calendas de maio da era 1172 (A. C. 1134) e a 18 das calendas de Julho da mesma era, isto é, seis anos depois da batalha de S. Mamede (6), «*Reinando Ildefonso, filho do Conde Henrico e da Rainha Tarasia, neto do magno rei Afonso*. Em Braga, João Arcebispo, confirma; Menendes, a quem pertence o lugar da diocese, confirma» (7).

(1) Frei ANTONIO BRANDÃO, *Crónica do Conde D. Henrique*.

(2) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 3, Maç. 1, n.ºs 5, 8 e 21.

(3) Frei ANTONIO BRANDÃO, *loc. cit.*

(4) D. RODRIGO DA CUNHA, *Catálogo dos Bispos do Porto*.

(5) Frei LUCAS DE S. TOMÁS, *Benedictina Lusitana*.

(6) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 3, Maçs. 1 e 4 n.ºs 15 e 41.

(7) Súmulas feitas pelo paleógrafo Januário Luis da Costa, em 1834, a pedido das freiras do Mosteiro de Arouca para as acções que intentaram contra os foreiros por falta de pagamento dos foros; era, em 1845, paleó-

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Moldes foi sempre incluído em todas as doações ao Mosteiro de Arouca desde D. Ansur na era 989 (A. C. 951) (1); D. Afonso I, estando em Arouca em Abril da era 1170 (A. C. 1132) fez doação e couto a Monio Rodrigues, mulher e mãe Toda Viegas, para o Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca de largo território «...ad fontem de gamarone et inde per arrugium illum de toeraz et inde per paviolam et inde ad bauzam de gidinum et inde rivulum de sendino et inde per pinnam amarelam et inde illam freitam...», bem como em Fevereiro da era 1181 (A. C. 1143) (2).

D. Afonso III, em Coimbra, aos 20 de Outubro da era 1295 (A. C. 1257), doou a Dona Maior Martins Abadessa e ao Mosteiro de Arouca «totam meam terram de Arouca», alargando consideravelmente as doações anteriores, ficando Moldes rodeada de terras doadas (3). Para a execução desta doação, ordenou o mesmo rei ao Abade de Pedroso que viesse a Arouca demarcar o couto (4) e o Papa Inocêncio III, numa bula da era 1295 (A. C. 1257), recebeu o Mosteiro debaixo da sua protecção confirmando os bens presentes e futuros estando entre eles Santo Estêvão (5).

D. João III deu ao Mosteiro de Arouca o privilégio de ninguém poder caçar no monte da Senhora Dámoa, em Fuste, Casais do Espinheiro, Adaúfe, Chãos, Granja, Aldeia de Povos e Penso (6). D. João IV, em 1656, contou ao Mosteiro de Arouca o rio de Moldes até ao porto de Serra de Água e os montes da Senhora Dámoa até Penso, para ninguém caçar nem pescar (7).

Alguns lugares têm desaparecido, como o Lagoeiro, próximo de Moldes e a Pirraça, junto ao Outeiro; outros têm mudado de nome como o Outeiro Meão de Cima que no princípio do século XIX passou a chamar-se Aldeia e o Outeiro Meão de Baixo a ser somente Outeiro Meão; a Póvoa do Souto passou a ser simplesmente Póvoa (8).

Pelo primeiro cadastro oficial, mandado fazer por D. João III, em 17 de Julho de 1527, verifica-se que Moldes

grafa da Câmara Municipal do Porto, elaborando nesse ano o Índice circunstanciado das Inquirições da Comarca dentre Douro e Minho. Foi nomeado paleógrafo em 20 de Setembro de 1816.

(1) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 3, Maç. 1, n.º 1.

(2) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 3, Maç. 1, n.ºs 24 e 49.
Dr.ª ABIAH REUTER, *Chancelarias Medievais Portuguesas*, vol. I, n.ºs 42 e 121.

(3) Livro I das Doações de D. Afonso III, fol. 21 v.

(4) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 1, Maç. 1, n.º 12.

(5) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 1, Maç. 4, n.º 5.

(6) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 1, Maç. 3, n.º 49.

(7) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 1, Maç. 3, n.º 3.

(8) Livro do Registo dos óbitos da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres de Moldes.

LOUTO DE AROUCA

teve os seguintes vizinhos: Moldes 43 — Fuste 18 — Pedroção 5 — Boucedoga 6 — Bestelo 5 — Adufe 15 —, num total de 92 ou cerca de 400 habitantes; os concelhos de Arouca e Vila Meã tinham 739 vizinhos ou cerca de 3.000 habitantes (1).

Resta dizer alguma coisa sobre a origem da palavra *Moldes*: escreveu-se Molides na era 989 (A. C. 951) (2), Molves na era 1120 (A. C. 1082) (3), Mollites nas eras 1132 (A. C. 1094) e 1152 (A. C. 1114) (4), Mollides na era 1129 (A. C. 1091) (5) e Moldes nas eras 1020 (A. C. 1082) (6) e 1152 (A. C. 1114) (7).

Julgamos que o nome veio de Riu de Molinus (rio de moinhos), nome primitivamente dado à corrente que atravessa o vale e vai lançar-se no Paivó (Paviola) (8), e este ao Paiva (Pauia) (9), havendo vários documentos que se referem a «sesegas molinarum», entre eles a doação que Adosinda fez a Gavino Froilas e mulher Onega Ermigis em 12 das calendas de Dezembro da era 1116 (A. C. 1078) (10), isto é, aos sítios em que os moinhos se achavam situados.

MUDANÇA DA MATRIZ

A Capela de S. Bartolomeu foi matriz, pelo menos, nos primeiros tempos do abadessado de Dona Luca Rodrigues, mudando-a para a Igreja do seu Mosteiro pelo que D. João, Bispo de Lamego, no ano de 1290 mandou que, no termo de cinco dias, a Abadessa «restituisse a esta Capela a pia de baptizar, donde a tinha tirado e lhe apresente clérigos que curem as almas e não o fazendo manda aos fregueses que lhe não paguem os dízimos e primícias» (11). Não durou esta situação muito tempo porque a Abadessa questionou esta ordem do Bispo, D. João, terminando em 1294 pela autori-

(1) JOÃO TELLO DE MAGALHÃES COLLAÇO, *Cadastro da População do Reino* (1527).

(2) Cartório do Mosteiro de Arouca—Gav. 3, Maç. 1, n.º 1. *Documentos Medievais Portugueses*, vol. III, n.º 178.

(3) Frei ANTÓNIO BRANDÃO, *Crónica do Conde D. Henrique* — Escritura V.

(4) *Idem, ibidem* — Escritura VI. *Documentos Medievais Portugueses*, vol. III, n.º 479.

(5) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 3, Maç. I, n.º 7.

(6) Frei ANTÓNIO BRANDÃO, *Crónica do Conde D. Henrique* — Escritura VI.

(7) *Documentos Medievais Portugueses*, vol. III, n.º 481.

(8) Frei ANTÓNIO BRANDÃO, *Crónica do Conde D. Henrique* — Escritura V.

(9) *Idem, ibidem* — Escritura VI.

(10) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 3, Maç. 4, n.º 45.

(11) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 2, Maç. I, n.º 5.

zação para a Abadessa «pôr a pia baptismal e sinos na Igreja do Mosteiro ou outro lugar decente à vontade dela e Convento», custando esta transigência ao Mosteiro «a cedência ao Bispo e Cabido do casal de Vila Chã, meio casal de Avioso... dois casais em Carvalhais e o casal de Cornas» (1). A Capela de S. Bartolomeu foi reconstruída por Dona Milícia de Melo, Dona Abadessa Donatária perpétua de 1528 a 1561 (2).

Por um breve do Papa Clemente XII, de 8 de Março de 1737 (3) foram as freiras autorizadas a mudarem novamente a matriz da Igreja do seu Mosteiro para a Capela de S. Bartolomeu e a mudarem o orago da freguesia que era S. Pedro desde, pelo menos, o concílio de Lugo (569), para S. Bartolomeu; esta mudança do Sacrário e pia baptismal somente se efectivou em 1742 (4), não a contento do povo, particularmente dos habitante de Moldes, que apresentaram embargos terminando pela seguinte escritura: «Saibão quantos este publico instrumento de Escritura de transação e amigavel composição, ou como em direito melhor lugar haja e dizer-se possa que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e quarenta e sete annos e nos nove dias do mes de Julho do dito anno nesta villa de Arouca em hua das Grades do Real Mosteiro desta dita Villa Freguezia, e concelho onde Eu Tabalião ao diante nomeado fui adonde perante mim Tabalião e das testemunhas tudo ao diante nomeado e no fim escritas e assinadas apparecerão partes presentes e outorgantes, a saber da parte de dentro da dita Grade a Muito Veneranda Madre Dona Abadessa Donataria Dona Bernarda Pimentel, e mais Senhoras Deputadas ao diante asinadas e Madres da Ordem, e da parte de fora o Muito Reverendo Padre Mestre Frey Bernardo da Sylva confessor do dito Real Mosteiro e o Muito Reverendo Padre Mestre Frey Sebastião de Almeida Feytor e Procurador Geral do dito Real Mosteiro Religiosos da mesma Ordem de S. Bernardo, e com elles da outra parte o Doutor Domingos Gomes do Valle Quaresma, e o Doutor Andre Pereyra Lopes Godinho Procuradores dos ditos Parochianos desta dita Freguezia, e Manuel Gomes Ferreyra da Costa, e o Padre Luis do Valle Quaresma e Domingos Gomes Coelho do Lugar de Bustello e o Padre Manuel Gomes do Valle Quaresma do Lugar de Passos, e outros mais freguezes desta Freguezia ao diante e no fim desta Escritura asinados, e por huns e outros foi dito que elles trazião varios pleitos, e demandas assim no

(1) *Idem* — Gav. 2, Maç. 1, n.º 6.

(2) *Dicionário Geográfico de D. João V.*

(3) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 1, Maç. 6, n.º 11.

(4) *Idem* — Gav. 2, Maç. 1, n.º 11.

Eclesiastico, como no secular sobre a mudança, e constituição da nova Parrochia da Igreja de Santa Maria para a de São Barthollameu pelas ditas Senhoras alcansarem hum Alvará do Excelentissimo Bispo Defunto para a dita transmutação e constituçam E porquanto elles Parrochianos alcansarão Despacho do Vigariô Geral deste Bispado porque se embargarão os dizimos pelo fundamento que alegarão, e por não consentirem na tal mudança nem a aprovarem, porque se suquestarão os dizimos de que rezultou aver apelação que está pendente e varias forças, e as ditas Senhoras alcançarão hua tuitiva do Dezembargo do Paço athe decizão das ditas cauzas, por virtude da qual veyo o Doutor Provedor desta Comarca fazer restituição dos ditos dizimos, que com effeito se fez debayxo dos protestos nos termos que diante do mesmo Doutor Provedor se fez asinado pelos mesmos Parrochianos que não duvidarão na sollução dos dizimos, antes sim pagarão muitos e outros pedirão espera, porque as ditas Senhoras se ouverão por restituídas; e porque as demandas sem fim são incertas, e causão odios e querem todos viver em pas estão contratados e concertados por este contrato de transacção e amigavel composição em que sem embargo de que na Escri-tura que o Convento fez para a dita mudança restringir a obrigação e paramentar a Igreja, pondo que seria somente pro hac vice, de hoje em diante ellas ditas senhoras Madres se obrigarião a toda a Igreja e fabrica della na forma que erão obrigados a Igreja antiga sem os Parrochianos serem obrigados a couza algũa mais que a concorrerem com os dizimos para o dito Real Mosteiro por este parrochiar paramentar e fabricar a dita Igreja, e logo pela dita Veneranda Madre Dona Abbadeça e mais religiosas foi dito que ellas por quererem pas com seus freguezes, e pelas mesmas rezões dos fins das cauzas serem insertos se obrigavão a fabricar a Igreja de Sam Bartholomeu de tudo o que lhe for necessario na forma que fabricavão a Igreja donde se fes a mudança a respeito dos freguezes não terem obrigação algũa para a dita Igreja, e outro sim porque as ditas Senhoras queriam ouvesse pas em tudo estavão para mover pleito aos ditos parrochianos sobre os dizimos dos Olivais na forma das tres sentenças conformes que tem o dito Real Mosteiro as quais sentenças não tem elles parrochianos duvida a dar cumprimento como com effeito se obrigão a dar de hoje em diante, e que quanto aos Olivais velhos, que são izentos pela dita sentença nesses fará o Real Mosteiro proposta pela sua parte, e os parrochianos outra pela sua parte a respeito da reforma das Oliveyras para se averiguar se se reputão Olivais velhos, ou novos, e pelo que elles dixerem e asentarem a mais votos estará o Mosteiro e parrochianos, e os tais votos darão cinco Letrados, e que isto se decidirá athe o são Miguel que vier, e que nesta

forma Ellas Senhoras Madres Abadessa e mais Religiozas dixerão perdoavão os dizimos vencidos the o presente que vem a ser os do Azeite isto no cazo em que se averigue pelos ditos votos dos Letrados se devião pagar ao dito Real Mosteyro, E que enquanto as Custas pertencentes aos Escrivaes dos pleitos assim na Curia Patriarcal, como no Porto, as pagará o dito Real Mosteiro, não estando pagas por hua ou outra parte, e por assim estarem ajustadas estas partes dixerão huns e outros que pela sua parte dezistião das ditas demandas e pleytos que trazião tanto no Juizo Ecleziastico, como no secullar; E que não duvidavão que este contrato se julgue por sentença querendo qualquer destas partes: E que no cazo que algũas dellas queyrão se julgue e queyra sentença então a tire a sua custa e que este mesmo no cazo que se não chegue a julgar por sentença então querem que valha e tenha o mesmo efeito que a sentença. Em firmeza do que dixerão huas e outras partes se obrigavão a cumprir tudo o ajustado neste contrato por suas pessoas e bens em seus nomes e de seus Erdeiros, e Sucessores, obrigação que os procuradores dos Parrochianos fizerão em seus nomes, e de seus constituintes que presentes não estavam, e da mesma sorte ella dita Veneranda Mãre Abadessa e mais Religiozas que em seu nome e de seu Mosteiro se obrigavão por suas pessoas e rendas, e dizimos, que especialmente epotecavão a segurança de todas as referidas obrigações, e que nesta Escritura se obrigavão contra o que de parte a parte dixerão que não querião ser ouvidos e contra esta escritura em ninhum do Mundo. Em fe e testemunho de verdade assim o dixerão, quizerão, e outorgarão, e rogarão, a mim Tabalião nesta nota lhe escrevesse este instrumento do theor de qual mandarão dar todos os trezados em publico necessarios. E eu Tabalião como pessoa publica aceitante e estipulante assim o fiz aceytey, e estipuley em nome das partes não presentes que toca e tocar possa tanto quanto com direito posso e devo, em rezão de meu officio a que tudo forão testemunhas presentes o Licenciado Domingos Ferreyra Brandão da Cavada de Rossas, e o Reverendo Abbade do Salvador Joze Soares de Albergaria e Albuquerque todos pessoas contheudas de mim Tabalião Agostinho Lopes de Souza Tabalião que o escrevi e perante partes e testemunhas o li na forma da Ley, e declararão de parte a parte só querião que esta escritura vallesse, e não outra qualquer que em contrario se ache feita; porque só querião que a obrigação desta vallesse, e não outra qualquer que em contrario se ache feita; porque só querião que a obrigação desta vallesse sobredito o declarei e perante as mesmas partes o Li na forma da Ley: Dona Bernarda Pimentel, Dona Abadessa / Dona Anna de Almeйда Prioressa / Dona Magdalena Thomazia de Castro subprioressa / Dona Maria de Berredo Madre

COUTO DE AROUCA

da Ordem / Dona Maria de Sequeyra Madre da Ordem / Dona Monica Pimentel Madre da Ordem / Dona Anna de Mascarenhas de Albuquerque Madre da Ordem / Dona Jozefa Luzia de Souza Deputada / Dona Josefa Telles Deputada / Marianna de Jesus Maria de Vasconcelos Deputada / Luzia Thereza Deputada / Frey Bernardo da Sylva Confessor / Frey Sebastião de Almeyda Feytor / Joze Soares de Albergaria e Albuquerque / Domingos Ferreyra Brandão / Andre Pereira Lopes Godinho / Manuel Gomes Ferreyra da Costa / o Padre Domingos Gomes Coelho / o Padre Manuel Gomes de Nossa Senhora / Domingos Gomes do Valle Quaresma / Manuel Gomes do Valle Quaresma / Francisco Valente da Sylva Nogueyra desta villa / Domingos Gomes / Luiz do Valle Quaresma / Miguel Teyxeyra / De Antonio Dias do Lugar de Crasto hua Crus / De Rafael da Sylva do Lugar de Passos hua Crus / De Bernardo Rodrigues do Lugar da Cella hua Crus / De Antonio Alves do Lugar de Penso hua Crus / Manuel de Pinho da Lage / De Joze Vaz do Lugar de Friaes hua Crus / Manuel Tavares de Villar.

Joze Alberto da Motta Escrivao dos prazos mais contratos e autoridades do Real Mosteiro desta Villa de Arouca apresentado e juramentado pelo mesmo por especial Privilegio que para isto tem. Certifico que tresladei esta escritura da propria nota onde foi estipullada por me ser mostrada em fé do que me asino de meu sinal razo de que uzo nesta Villa de Arouca aos honze dias do mes de Mayo de mil sete centos, e setenta e oito. Sobredito Joze Alberto da Motta que o escrevi e asiney. Joze Alberto da Motta» (1).

A grande maioria dos outorgantes desta escritura é de Moldes, donde deve ter partido a opposição à mudança da matriz seguida dos embargos dos dízimos. O Dr. Domingos Gomes do Vale Quaresma vivia em Fuste, em 1774, com o irmão António Gomes do Vale Quaresma, monteiro-mor; o Dr. André Pereira Lopes Godinho vivia, no Bairro, com seu irmão Dr. António Pereira Lopes Godinho, que foi testemunha no Processo de Beatificação da Serva de Deus Mafalda.

O livro de notas que continha esta escritura não se encontrou no arquivo de Arouca quando este recolheu ao de Coimbra; alguém devia ter interesse no seu desaparecimento.

Num manuscrito, que relata esta questão, descrevem-se as Capelas, que interessam a Moldes, da maneira seguinte: «fora da vila, coisa de meia légua, está uma Capela da Senhora da Mó que algum dia se chamou a Senhora das Neves mas

(1) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 2, Maç. 1, n.º 14.

por um milagre que fez é que puseram o nome a Senhora da Mó. Milagre primeiro: que estando um homem do lugar de Moldes cativo em terra de moiros, temendo o senhor de quem ele era escravo que fugisse, por cuja causa sempre andava a falar nesta Senhora, temeu uma noite que lhe fugisse e o meteu dentro de um caixão de pedra e lhe pôs uma cobertura por cima e para melhor segurança mandou deitar um págem em cima para guardar; o cativo encomendou-se à Senhora e logo sonhou que estava ao pé da Capela, onde neste tempo acordou o que estava em cima do caixão e lhe perguntou se na sua terra havia sinos; ele lhe respondeu que sim, pois cristão eu ouvi-os nesta vila que aqui fica abaixo, até agora foste tu escravo, agora sou eu teu, e tirou de dentro milagrosamente uma mó e umas cadeias de ferro, onde o moiro foi preso por mão do cristão; desta sorte é que tem a invocação a Senhora da Mó; estas cadeias dizem que uns Lucas de S. Pedro as tomaram, por serem naquele tempo poderosos e as mandaram desfazer em ferragens para uma casa que fizeram, e dentro de poucos anos chegaram a tal estado que nada têm de seu, só a graça de Deus; e ainda há quem diga que indo descuidado, acha a mó e o caixão no monte, mas quem os procura não os acha. Esta Senhora tem feito muitos milagres, como haverá coisa de seis anos, pouco mais ou menos. Milagre segundo: que arguindo uma filha de António de Almeida Brandão, homem mercador, chamada Luísa Teresa, que uma filha de Manuel de Sousa, ferreiro, moradores todos no enxido (1) desta vila, que ela falava desonestamente com um sujeito sacerdote, o que era mentira, começou a dita Maria a pedir à Senhora da Mó que lhe desse o pago, dentro de quinze dias tolheu de pés e mãos de tal sorte que não comia pela sua mão e pedindo a mãe da doente que lhe perdoasse aquele testemunho, que assim lho mandava pedir a sua filha, ela lhe respondeu que sim e pediu à Senhora lhe desse saúde, que prometia de ir à sua Capela em romaria sem fala; chegando à Capela, ao pé do altar, foi a Senhora e lhe botou a sua coroa, que tinha na cabeça, sobre o altar e tornando para a sua casa, a dita moça já estava melhor e em breves dias sarou a moça doente.

Tem mais o seguinte: estando a Senhora na cidade do Porto em casa de Manuel José de Miranda para fazer milagre nele, que estava sem esperanças de vida, lhe deu saúde e neste tempo foram à sua Capela umas pessoas, cujas eram

(1) Eixido, Exido ou Ixudo; segundo VITERBO no seu *Elucidário*, é cerrado, quintalzinho, hortejo ou conchouso contíguo ou não longe da vivenda e para o qual há fácil entrada. Chamou-se Rua do Enxido à actual Rua do Bêco e ligava a vila com a Rua do Corregedor, actual Rua Direita.

Bárbara da Conceição e Páscoa solteira da rua da Gualva, todos desta vila, que suposto sabiam que lá não estava a Senhora, sempre queriam fazer a sua romaria e indo pela Capela dentro viram a Senhora a passear pelo altar e pôr-se em seu lugar, onde ela costumava estar.

Esta Capela fica em um alto de um monte, que dizem os marinheiros a vêem dos mares e quem está ao pé dela descobre muitas terras, como é o Porto. Aveiro, o Buçaco e a Senhora da Lapa; as costas desta Capela ficam ao nascente, a porta principal para o poente e a travez está para o norte; também tem a sua Capela-mor, onde estão a Senhora e Santa Bárbara, tendo esta Capela sido mandada fazer pelas freiras no seu princípio e algum dia administravam o Santíssimo Sacramento, sendo horas de missa, isto era aos da Cella de Moldes. Festeja-se a 8 de Setembro e é de confraria, sendo as freiras obrigadas a orná-la, como consta da Bula de União» (1).

Junto desta Capela fazia-se, antigamente, «uma feira que já hoje se não faz e ainda se vêem os vestígios onde os mercados situavam as suas lojas» (2).

Nesta Capela existe um ex-voto com a seguinte inscrição: «Milagre que fez Nossa Senhora no ano de 1027 indo um homem desta villa de Arouca arranjar seu negócio foi tomado dos moitos adonde este foi reconduzido à moirama fazendo-lhe vários delitos, o meteram dentro de uma caixa preso com uma corda e lhe poseram por cima da dita caixa uma mó de um moinho e um negro sobre a mó para o matarem no outro dia; apegando-se ele àquela Senhora e rezando pelos nós da corda com tanta devoção que a mesma Senhora prometeu que ele apparecesse no outro dia de madrugada ao pé da sua Capela mesmo como estava arranjado para padecer com o moiro, caixa e mó e perguntando o moiro, por ouvir tocar os sinos por em moirama os não haver, fez ao moiro sua admiração por pensar que inda estava em moirama, perguntou o moiro: portuguesito em tua terra há campanha, diz há, disse o moiro, pois em tu terra estemos o que te peço que não me fazas como eu te queria fazer; este milagre posto em painel no ano de 1827 sendo mordomo António Teixeira Vaz Teles e Meneses da quinta de Valdasna da vila de Arouca o mandou fazer».

A confraria a que se refere este manuscrito ainda existia em 1826 porque «João José do Bêco deve à confraria da Senhora da Mó — cento e vinte reis» (3).

(1) *Manuscrito do Mosteiro.*

(2) *Dicionário Geográfico de D. João V.* 1747.

(3) Livro do lançamento da décima de 1826.

Os habitantes de Moldes defenderam sempre e defendem ainda hoje a tradição, porque o monte no qual está situada a Capela, que acabamos de descrever, é conhecido em todo o vale de Moldes por *Monte da Senhora Dámoa*, nome que também sempre deram e dão ainda à mesma Senhora, como no tempo de D. João III (1), certamente porque nos meados do século XI, se denominava Monte Amua (2).

Continua o manuscrito referido com a descrição das Capelas: «tem mais a Capela de Santo Estêvão em o lugar de Moldes que fica desviado da vila cousa de um quarto de legoa; esta freguesia que é de S. Pedro, está na vila de Arouca, mas algum dia eram duas, uma em Santo Estêvão e a outra em S. Pedro e se uniu tudo a uma que vem a ser a de S. Pedro da vila de Arouca; esta união foi por causa de uma peste, que nesta terra houve, então foi que as freiras pediram bula de união; desta Capela não sei mais, só que tem uma relíquia de um osso do mesmo Santo, que está em um fecho de pau, está metida em um cofre, também de pau; está esta Capela com as costas para o nascente e tem a porta para o poente e uma travez para o norte; tem sua galilé e não tem mais que o altar-mór em a Capela-Mór e tem seus mordomos que fazem sua festa no dia do Santo. Tem mais a Capela de Santa Catarina desviada da vila coisa de três quartos de legoa; esta Capela está em o lugar de Fuste, que tem seus mordomos; as freiras são obrigadas a fazer esta Capela e a orná-la; tem as costas para o nascente».

Além das Capelas citadas há outra em Bostelo, chamada da Senhora da Guia, construída por 1750 mas não acabada, o que levou o Dr. Manuel de Paiva Crasto, Visitador do distrito do Douro a capitular, em 24 de Outubro de 1757, o seguinte: «Os moradores de Bostêlo, Adaufe e os mais Lugares vizinhos que concorreram para se fazer a Cappela Nova de Bostêlo, estando esta quasi acabada esquecidos de seu primº fervor e zello, não cuidaram em lhe dar fim, sendo esta tão precisa e necessaria pª della se administrarem os Sacramentos, Mando que acabem e deem fim a esta obra no termo de seis mezes pena cada hum de cinco testões pª a fabrica della, e o Rev Parº findo dito termo sendo aqueles rebeldes executarã as ditas condemnações procedendo contra elles athé de participantes e absolvendo-os satisfazendo; e querendo voluntariamente cumprir se procederã a finta na forma do estilo segundo suas possibilidades com assistencia do Rev. Parº» (3).

(1) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 1, Maç. 3, n.º 49.

(2) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 3, Maç. 4, n.º 36.

(3) Livro das Visitações da freguesia de S. Bartolomeu.

Sobre a Capela de Santa Catarina, o mesmo visitador, em 31 de Maio de 1762, capitulava: «Fuy informado q. algúas pessoas particulares dyspenderam de sua casa vinte e quatro mil reis na fabrica da Capella de San^a Catharina, á qual estão obrigados os Moradores do m^o lugar ou de Pedrogão e os de Boucedegum; e porque é justo se lhes satisfaça aquella despeza, o Rev. Par^o admoestará os habitadores dos ditos lugares, p^a q. se fintem com a sua ajuda (?), segundo as suas possibilidades, até á sobredita quantia, recusando-se alguns pagar, procederá com censuras, e os absolverá, satisfazendo. De hoje para todo o sempre p.^a tudo o q. for da d^a Capella» (1).

Dom Manuel de Vasconcelos Pereira, Bispo de Lamego, na sua Provisão de 18 de Novembro de 1774, chamava a atenção das freiras para a sua obrigação de pôr uma Bula em Santo Estêvão de Moldes (1).

O Dr. Gemiano Vaz Henriques de Almeida, Chantre da Sé de Lamego, em 27 de Outubro de 1825, capitulava: «Sou informado que na Capela de Santa Catarina de Fuste em véspera da sua festa se repartem esmolos, depois do sol posto a pobres, de pão e vinho dentro da Capela, ate pondo o mesmo pão e vinho sobre o Altar, praticando-se o mesmo na Capela de Santo Estêvão de Moldes, seguindo-se daqui o virem de noite homens e mulheres com toques e cantigas para distantes lugares, do que se seguem distúrbios com ofensas a Deus e por isso proibo, etc.» (1).

Na Capela de Santo Estêvão houve um altar dedicado a Nossa Senhora dos Prazeres que teve irmandade, sobre a qual o Dr. Luís António de Carvalho, Visitador do Distrito do Douro pelo Rev. Bispo de Lamego, Dom Feliciano de Nossa Senhora, que foi Juiz Delegado da Sagrada Congregação dos Ritos no Processo de Beatificação da Serva de Deus Mafalda, em 10 de Dezembro de 1750, capitulava: «Mando que nenhũa mulher acompanhe os defuntos confrades e outros quaisquer que vierem sepultar-se à Igreja desta freguesia da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres de Moldes e dos mais lugares distantes desta freguesia não sendo os enterros a horas em que possam recolherem-se com de dia às suas cazas com pena de excomunhão maior nem o Rev^o Parocho o consinta» (2).

Desta Irmandade resta um livro de registo de óbitos dos irmãos de 9 de Junho de 1773 até 23 de Fevereiro de 1825; do mesmo consta o «Inventário dos utensílios da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres» feito em 10 de Junho de 1869, pelo qual se vê que os irmãos usavam «opas brancas

(1) Livro das Visitações da freguesia de S. Bartolomeu.

(2) Livro das Visitações da freguesia de S. Bartolomeu.

com capotilhos azuis» e que tinha um esquite para os seus mortos (1).

Possuímos, por amável oferta de um amigo, um ex-voto representando um padre deitado na cama, estando outro à cabeceira, de sobrepeliz e estola; aos pés da cama, sentado, um médico vestido de preto com capa, calção, meias e sapatos, gola e punhos de renda; à direita, duas mulheres e um homem ajoelhados a rezarem à Senhora dos Prazeres que se vê no canto superior direito.

Tem a seguinte inscrição:

M. Q. FES N. S. DOS PRAZERES AO RDº P LUIS DO VALLE QUARESMA DA / TORRE DO VALLE DE MOLDES Q. ACHANDOSSE EM GRANDE PERIGUO DE MO/RTE COM HŪAS SEZOIS MALIGNAS SE VALEU DO PATROCINIO DA DIª SENHORA 1718.

A actual Igreja de Moldes tem uma orientação inversa à descrita, que é explicada pela inscrição existente sobre a porta principal, hoje voltada a nascente:

MDCCCLX

Restaurada em 1846 a instâncias do Reitor Joaquim José Gomes Coelho do Vale, de Bustelo: P. António Gomes do Vale Quaresma e P. Custódio Rodrigues. E feita de novo em 1860 à custa dos mesmos e dos mais parochianos.

PROCISSÕES DE PENITÊNCIA

Várias foram as epidemias que assolaram Portugal, desde o princípio da nacionalidade, mas a de 1348 atacou todas as nações e segundo a Crónica Alcobacense (2) matou duas partes dos homens; parece referir-se a esta peste um pedido da Abadessa do Mosteiro de Arouca a D. Pedro I, para que por falta de homens, devido à peste, isente de servir nas galés os da barca chamada *do condado*, que o Mosteiro tinha em Lisboa, de cujos rendimentos recebia a terça, o que o rei satisfez pela Carta Régia de 15 de Dezembro de 1361 (3); aquela peste manifestou-se com maior intensidade na Terra

(1) No «Inventário de todos os bens pertencentes à Igreja de Santo Estêvão» de 30 de Julho de 1858 declara-se que a cruz paroquial é da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres bem como a campainha.

(2) *Port. Mon. Hist. Scrip.*

(3) GAMA BARROS, *História da Administração Pública em Portugal.*

de Santa Maria⁽¹⁾, concelho pegado ao de Arouca, sendo natural que se fizesse sentir aqui com a mesma intensidade; continuaram os surtos epidémicos até fins do século xv, para os quais o povo simples não conhecia melhor remédio do que as Procissões de Penitência, ordinariamente votadas pelo Senado, com graves penas pecuniárias aos faltosos.

Não podia Arouca faltar a esses votos e assim vemos Moldes, como parte integrante da freguesia de S. Pedro, mais tarde de S. Bartolomeu, tomar parte em vários: Em 13 de Dezembro de 1496, o padre João da Mota, Abade da Igreja de S. Salvador do Vale de Arouca, requeria ao Juiz Ordinarío, por ordem de Dom Bernardo Coutinho, Bispo de Lamego, para lhe fazer «Tombo e Inventário de todas as herdades, casais e propriedades da dita Igreja e Benefícios» no qual há um capítulo com o seguinte «Titulo das Forarias e direitos que pertencem á dita Igreja» constando dele: «Item nesta terça feira (é a terça feira das ladainhas de Maio) das Ladainhas vem o Clamor do Mosteiro a S. Domingos por obrigação, tendo o Abade da dita Igreja de S. Salvador de mandar o cálix, a vestimenta e corregimento para dizer a missa e o Capelão do Mosteiro lhe há-de dizer a missa por obrigação e costume. Item no mesmo dia de S. João e S. Paulo vem o Clamor do Mosteiro a S. Domingos, freguesia de S. Salvador e o dito Abade da dita freguesia de lhes mandar a vestimenta e aparelhos para o Capelão do dito Mosteiro dizer missa. Item este mesmo dia os moradores da terra de Alvarenga são obrigados de vir ao dito S. Domingos em Clamor».

No «Livro dos Capitulos de 1774» apparecem-nos as «Obrigações da freguesia de S. Bartolomeu» seguintes: «No dia 26 de Junho — Vai um Clamor á Capela de Santo Estêvão de Moldes; principia-se na Igreja e vai pelo Terreiro⁽²⁾ até ao Olival da Costa e aí se acaba; vai outra vez principiar ao pé de Santo Estêvão. É em honra de S. Paio. Em nota: Claro que esta procissão ia á Capela de S. Domingos; esta hoje se acha demolida e como pretendem fazê-la, deve lá ir porque há voto, como consta do Tombo da Igreja de S. Salvador... Na 5.ª sexta feira de quaresma vai-se a Santo Estêvão de Moldes, onde se faz um Clamor, no fim das confissões que, neste dia, se fazem na dita Capela».

Clamor, segundo a Constituição do Bispado de Lamego de 1682, «é o costume de o pároco ir acompanhado dos seus fregueses a certas Ermidas, Igrejas ou lugares, nos dias que para isso, por antigo costume tem avisado, o que deu prin-

(1) DUARTE NUNES DE LEÃO, *Crónica de D. Afonso IV*.

(2) Hoje, Largo de Santa Mafalda.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

cípio algum voto ou pura devoção, para rogarem a Deus, Nosso Senhor, pelos frutos».

Todos estes Clamores tinham como ponto obrigatório a Capela de S. Domingos, que pertence à freguesia de S. Salvador do Burgo, não pertencendo nunca às freiras, como foi confirmado pelo Acórdão da Relação do Porto em 30 de Julho de 1799, mas alguém *isolou* a Capela, não podendo seguir o povo hoje pelo caminho antigo, mas sim pela estrada e por um caminho particular enquanto lhe não fôr garantido o caminho a que tem direito.

DIVISÃO DA FREGUESIA DE S. PEDRO

Agravaram os habitantes de Moldes, para a Relação e Casa do Porto, da mudança da matriz da Igreja do Mosteiro para a Capela de S. Bartolomeu em 1742, alegando que a Capela de Santo Estêvão tinha sido Igreja e pediram a divisão da freguesia, não o conseguindo porque as freiras se opuseram e obtiveram deferimento; estava iniciado o movimento de independência, novamente levantado e requerido em 1820, época considerada favorável por causa do movimento político, pelo que as freiras apresentaram ao Juiz Ordinário o seguinte requerimento: «Dizem a Madre D^a Abb^a e mais Releg^{as} do Real Most^o desta Villa de Arouca, q^o p^a bem da Sua Justiça precisam justificar o seguinte: 1.^o Que os Lugares do Lonho, Sardão de Telhe e Bouceguedim, q^o são os mais distantes da Igre^a Parochial desta mes^a Villa, não distão della mais q^o huma Legoa, e nem tanto, sendo q^o os dois prim^{os} apenas se compoem de hum só morador cada hum delles, e o Terceiro terá quando muito sete moradores. 2.^o Que da dita Igreja á Capela de Santo Estêvão de Moldes não é hum quarto de légoa. 3.^o Que a Capela de Santo Estêvão não tem capacidade p^a Igreja, nem he das Supp^{tes}. 4.^o Que as Supp^{tes} não percebem dizimos alguns de Azeite desta freg^a sendo q^o nella se lavra bastante. 5.^o Que as Supp^{tes} proveem de tudo o q^o he necessario á dita Parochial, e dão alem de algumas esmolas particulares, hũa esmolla diaria e constantemente a todos os pobres que em hora determinada a precurão no Celleiro do mes^o Most^o. P. ao Snr Juiz Ordinario se sirva mandar q^o D. justifiquem o exposto e depois se lhes passe o seu competente Instrumento. E R M.». Teve o seguinte despacho «D. Justifique. Arouca 16 de Janr^o de 1821 frra» (1), rubrica do vereador mais velho Manuel Ferreira, que já tinha servido em 1820, por o Juiz Ordinário desse ano, Manuel

(1) Manuscrito do Mosteiro.

COUTO DE AROUCA

Gomes do Vale Quaresma, de Moldes, não querer servir certamente por causa do movimento de independência iniciado.

Em 19 de Janeiro do mesmo foram inquiridas as testemunhas indicadas pelas freiras, estando presente José de Almeida Ferraz, Inquiridor do juízo, seguintes: Rev. José Bernardo Teixeira de Carvalho, da vila de Arouca, José Bernardo Pereira de Vasconcelos, viúvo, da Quinta do Outeiral (mais tarde inimigo figadal das freiras), Rev. António José Alves Pinto de Carvalho e Silva, presbítero secular e orador evangélico. desta vila de Arouca, e Rev. Bernardo Fernandes de Pinho, desta vila, que foram unânimes em afirmar que os lugares do Lonho, Sardão de Telhe e Bouceguedim são os mais distantes e remotos da Igreja paroquial desta vila, dos quais não dista a referida Igreja mais do que uma légua, sendo os dois primeiros compostos de um só morador, em cada um deles e o terceiro de seis ou sete; que a Capela de Santo Estêvão não dista mais de um quarto de légua da dita Igreja; que não tem capacidade nem decência para Igreja; que as suplicantes não recebem dízimos de azeite e que provêm de tudo o que é necessário à Igreja paroquial ⁽¹⁾.

O lugar do Sardão de Telhe desapareceu, formando-se outro, mais ao sul, chamado Ponte de Telhe, numa bellissima curva do rio Paivó, que separa a freguesia de Moldes da de Janarde, então do concelho de Alvarenga, anexado a Arouca em 25 de Abril de 1835; durante as invasões francesas havia neste local uma ponte de pau e como fosse considerado ponto estratégico para a defesa do concelho, conjuntamente com Quintela, da freguesia de Chave e Ponte do Carvalho da freguesia de Santa Marinha de Tropêço, Manuel de Sequeira e Almeida, Coronel da cavalaria, Inspector das Ordenanças das Três Províncias do Norte e Partido do Porto, aquartelado em Alvarenga, em 16 de Abril de 1809 ordenou ao Capitão das Ordenanças do Couto de Malta — Manuel Joaquim de Sousa Brandão «que oito homens de espingarda ou dez com um cabo fossem para a Ponte de Telhe, que serão rendidos de 24 em 24 horas e V. Mercê irá pôr-lhe uma carreira, que possa abrir e fechar, quando necessário seja, mandando apenas os carpinteiros precisos» ⁽²⁾.

Como esta ponte fosse a mais favorável, pela sua situação geográfica, para a passagem dos homens e das mercadorias vindas da serra, formou-se junto um lugar, que se tem desenvolvido consideravelmente, passando a ser ao que PIRENNE chamou um «nódulo de trânsito».

(1) Manuscrito do Mosteiro.

(2) Manuscrito particular.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Não conseguiram os habitantes de Moldes a sua independência, pelo que, como protesto, deixaram de pagar às freiras os foros, que em 1823 representaram ao rei, pedindo autorização para o Corregedor de Lamego fazer arrecadar às suplicantes o que se lhes estava devendo, pedindo até, em caso de parecer necessário, auxílio militar para cooperar nas operações de justiça, visto não só os povos mas também as justiças da terra se terem declarado contra a cobrança, ameaçando revoltas e achando-se os caseiros sublevados; satisfazendo o pedido, publicou o rei o Aviso de 12 de Março de 1824 (1).

Em 1824 o Padre António Gomes Coelho e os seus três irmãos Dr. Manuel Gomes Coelho, José e João, filhos de José Gomes Coelho, do lugar de Bustélo, Juiz Ordinário durante a primeira invasão francesa, falecido em 1821, acusado pelo Capitão das Ordenanças do Couto de Malta, Manuel Joaquim de Sousa Brandão, de lhe não prestar auxílio para a remessa de todo o trigo, milho e centeio deste concelho, para os exércitos português e inglês, que libertaram a cidade do Porto, foi pela Câmara do Porto mandado prender e remeter para a Relação da mesma cidade e mandado soltar em 27 de Maio de 1809, pelo Governador depois de ter apresentado um atestado, honrosíssimo para si e para o povo de Arouca, de Luís Paulino de Oliveira Pinto, encarregado da defesa desta vila, no qual diz: «não posso dispensar-me de agradecer ao Snr. Juiz, Ilustre Camara e mais membros da Justiça desta vila, o bem que se prestarão ao Real Serviço do Príncipe Nosso Senhor, aprontando-se a todas as minhas requisições para a sustentação das tropas. A fidelidade, que os povos dessa vila e concelho manifestarão pelo seu legitimo Soberano os honra de presente, e os fará celebrados no futuro; eu me lisongei assás de ter parte na honra que eles grangearão» (2); apresentou mais um atestado das pessoas gradas da terra e outro do pároco José Vicente de Vasconcelos Nobre, que lhes fazem os maiores elogios (3); juntaram-se aos Gomes Coelhos o Capitão António Gomes de Vale Quaresma do Outeiro, Manuel Teixeira de Brites de Friães, que em 23 de Abril de 1830 se achava preso nas cadeias da Relação do Porto por ter seguido o partido de D. Pedro e o Padre José Alves, de Paços, requerendo, em nome dos seus conterrâneos, ao Bispo de Lamego, a divisão da freguesia com o fundamento da distância e por não poder um só pároco acudir, como deve, aos enfermos

(1) Acção das freiras contra José Alves de Paços de Moldes — 1824.

(2) Documento particular.

(3) *Idem.*

COUTO DE AROUCA

com os sacramentos; ouvida a Dona Abadessa Donatária, Dona Josefa de Melo Pereira, em 17 de Junho do mesmo ano de 1824, respondeu que para prova da falta de razão e justiça, juntava atestados do pároco actual e dos dois antecedentes, «em como todos os seus deveres tinham sido cumpridos, sendo certo que durante tantos séculos que durava esta paróquia, se poderia mostrar que alguns enfermos morressem sem sacramentos, o que pode acontecer até dentro da Igreja» (1).

Não perderam as freiras a oportunidade de dar a bicada, pois foram dizendo que os supplicantes já tinham requerido outra vez a divisão da freguesia e «até em tempo bem favorável para elles, assim como crítico para nós, que foi no tempo dessas cortes e nada puderam conseguir»: referiam-se ao movimento político de 1820.

Continua-se a debater a questão da divisão da freguesia durante anos, cada vez mais aguda, agravando-se assim as relações entre os habitantes de Moldes e as freiras; em 1834 parte de Moldes o grito de revolta contra o pagamento dos foros ao Mosteiro, não só por se considerarem ao abrigo do decreto de 13 de Agosto de 1832 «que teve em vista levar adiante a empresa da liberdade, e que o Snr. Dom Pedro, esgotado talvez por ver o Reino inteiro armado contra elle, recorreu entre outros ao meio de atrair a si os povos, dando-lhe a liberdade das terras que cultivavam com os seus braços e com o suor do seu rosto. Com effeito o interesse é a mola real do homem: o concelho de Arouca, com as esperanças de ver-se um dia livre de foros e tributos, aderiu à sua causa», como escreveu um advogado num processo de foros (2); mas também porque em 17 de Outubro de 1832, foi fusilado no terreiro de Santa Cristina, em Viseu, Frei Simão de Vasconcelos, frade cisterciense e grande liberal, fugido às perseguições dos miguelistas e já lesado dum braço, irmão de António Pinto Pereira de Vasconcelos, soldado das linhas do Porto, filhos de José Bernardo Pereira de Vasconcelos, senhor das quintas do Outeiral e Cesár, o mesmo que depôs a favor das freiras em 1820, próximo parente dos Pereiras de Vasconcelos do Bairro de Moldes; Frei Simão foi preso em princípios de Setembro do referido ano de 1832 pelos miguelistas (3) na Ribeira das Rocas, perto de Adães de Moldes «covil de feras, pelo que o Monteiro-Mor pede aos officiais de Câmara para lançar pregões, para todos os moradores deste concelho se acharem lá na primeira oitava da

(1) *Idem.*

(2) Dr. ANTÓNIO VITORINO DE ALMEIDA.

(3) Auto de Conciliação de 19 de Fevereiro de 1836.

Páscoa, pelas 10 horas, para fazer montaria, sob pena de serem condenados na forma do seu regimento» (1), por denúncia de uma velha pastora, chamada Pelota de Fuste é conduzido a Arouca, onde entrou ao som festivo dos sinos do Mosteiro, que repicavam em triunfo, sendo histórico o seu gesto de desprezo; não foi de estranhar o regosijo das freiras, que nessa noite colocaram luminárias nas janelas, porque, em geral, todas as comunidades votavam ostensiva simpatia aos absolutistas.

Começam a correr mal os tempos, para as freiras, pela falta de pagamento dos seus foros, que se generaliza; para poderem viver, começam a pedir ao cofre da Rainha Santa as quantias de que necessitam, já desfalcado da quantia de 3.100.000 reis, emprestados ao Dom Abade do Real Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, Frei Hipólito da Cunha, dizendo as freiras «este dinheiro está a juros em S. João de Tarouca e tem mais cem mil reis q̄ sam da Confraria do Santissimo: todo este dinheiro passou p^a o Most^o de Salzedas pelloz mesmos juros de tres por Cento, pouco antes de entrar D. Pedro no Porto; desfizerão o Most^o e os Santos ficarão sem o dinheiro q̄ nos não derão nem hum rial, apezar das diligencias q̄ se fizerão p^a o conseguir» (2); esgotado o cofre passaram a vender as suas peças de ourivesaria, como o célebre cálice da Rainha Santa, que em 27 de Setembro de 1753 o perito ourives Martinho de Cerqueira descrevia da forma seguinte: «que o referido Calix e patena heram de prata sobredourada, e em partes esmaltada, e hera feito avaza de muros, e torrinhas, e o pé tinha trez Imagens levantadas, representando, hũa dellas o Senhor prezo á columna, outra Sam João Baptista e a outra Sam Bernardo, e que tinha de largura o pé em diametro hum palmo e de altura hum palmo e dous dedos, e nas costas junto ao labio tinha huma inscripção de letras gothicas na mesma prata abertas a buril que diziam o seguinte:— Agnus Dei qui tollis peccata mundi: Miserere nobis — e a patena tinha de diametro hum palmo, e hũa inscripção em circulo interiormente tambem de Letras gothicas da mesma sorte abertas, que diziam: — Da pacem Domine in diebus nostris — e por fora outra inscripção das mesmas letras, que diziam: — Este calix mandou fazer a devota Dona Meliciá de Mello —. E que attenta a qualidade sublime da prata, e a manufactura antiquissima do dito calix e patena, pela experiencia que como pratico e perito na sua Arte, e officio tinha das pratas antigas em manufacturas, que se uzaram neste Reino pelos tempos preteritos, julgava e tinha por

(1) Auto da Câmara de 22 de Março de 1766.

(2) Livro Mestre do Cofre dos Santos do Real Mosteiro de Arouca.

COUTO DE AROUCA

certo, que o dito Calix e patena com as referidas inscripções fora tudo feito havará perto de duzentos e sincoenta annos, ou mais; e assim o entendia por ter desmanchado tambem muitas peças da mesma forma e qualidade da Sancta Igreja Cathedral do Porto e de outras partes, que constava terem a ditta antiguidade» (1), adquirido pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, talvez para pagamento de 4.800.000 reis que a Santa Casa emprestou ao Mosteiro de Arouca, por escritura lavrada nas suas notas em 13 de Julho de 1792, por ter sido autorizado a contrair um empréstimo de 25.000 cruzados, para as festas da beatificação da Serva de Deus Mafalda, pelo Aviso de 15 de Dezembro de 1791 (2); venderam tambem a chamada Banqueta da Rainha Santa, de prata com uma cruz, seis castiçais e doze vasos, comprada nos anos de 1803 e 1806 por 1.432\$800 reis (3); como prova da maior penúria do Mosteiro é sufficiente o seguinte documento: «Vendeu-se a Banqueta de prata do altar da Rainha Santa e o seu produto gastou-se na Ordem pela precisão em que ella estava de não haver nem cinco reis. a) Dona Lionor Thereza de Tovar D^a Abb^a» (4).

Em fins de 1840, com uma aragem política favorável, começaram as freiras a intentar acções contra os foreiros, sendo os primeiros a ser demandados os signatários do requerimento da divisão da freguesia dirigido ao Bispo de Lamego, em 1824, ou seus descendentes; chovem as acções contra os habitantes de Moldes, já armados com os documentos pedidos na Torre do Tombo pelos Padre José Alves de Paços, Manuel Teixeira de Brites de Friães e Capitão António Gomes do Vale Quaresma do Outeiro (5); citadas as freiras, em 15 de Abril de 1844, para declarar em sob juramento se tinham estes documentos no seu arquivo, disseram: «não lhes constar que tais documentos existam nos ditos seus arquivos»!!! Os foreiros das restantes freguesias começam a ser demandados, gastando-se importâncias, que hoje diríamos fabulosas e não tendo, em Arouca, advogados, recorreram a Estarreja, Esgueira, etc. com perda de tempo e canceiras; de todos os recursos lançam mão os foreiros, desde os artigos de suspeição aos juizes até à representação que o deputado

(1) Transúpto ou Exêplo publico e autentico do Processo fabricado Authoritate Apostolica sobre o Culto immemorial... na cauza da Beatificação e Canonização da Venerável Serva de Deus Mafalda...

(2) Documento do Mosteiro.

(3) Livro da Irmandade da Rainha Santa Mafalda.

(4) Manuscrito do Mosteiro de Arouca.

(5) O Capitão António Gomes do Vale Quaresma foi proposto para Capitão-Mor nos autos de Câmara de 9 de Junho e 26 de Setembro de 1809 «pela agilidade que mostrou no acontecimento do Inimigo quando tentou invadir o paiz».

João Elias mandou para a Mesa da sua câmara na sessão de 27 de Julho de 1841, queixando-se «das violencias das execuções que lhes fazem as Freiras para pagamento dos foros vencidos desde 1833, que foram impostos pelo extinto Foral daquelle Couto. Disse que este Foral foi uma Doação pura e simples do Senhor D. Affonso III, que entregou áquellas Religiosas o antigo Couto de Arouca, comprehendendo até os seus limites, e as freguesias que comprehendia. Que depois diferentes Soberanos deram um Foral pelo qual se estabeleceram os foros e pensões, que aqueles moradores deviam pagar. Que se ha algumas pensões, que estejam claramente abolidas pela Sentença Geral do Dec. de 13 de Agosto de 1832, são estas...» (1) e ainda às súplicas dos advogados: «Tendes portanto Meritissimo Juiz de proferir nestes autos um arresto: vai decidir a sorte de toda a vossa comarca, e que absolvendo os RR vai desafrontar a palavra desse Imperador que quiz dar a liberdade a estes reinos. Lembrai-vos, pois, que o decreto de 13 de Agosto foi publicado no meio das armas, no meio dos soldados, e no meio de uma cidade que se via sitiada de falanges inimigas, por todos os lados. Lembrai-vos que o decreto teve em vista levar adiante a empresa da Liberdade, e que o Sr. D. Pedro esgotado talvez de recursos, cheio de privações, esmorecido, talvez por ver o reino inteiramente armado contra Ele, recorreu, entre outros, ao meio de atrair a si os povos dando-lhe a Liberdade das terras que cultivavão com seus braços e com suor do seu rosto. Com effeito o interesse é a mola real do homem e o concelho de Arouca com esperanças de ver-se um dia livre de foros e tributos aderiu à sua Causa. Pois se o concelho, se os RR prestarão seus serviços à causa da Liberdade, empenhada ficou a palavra de quem lhe prometeu a de suas terras: que dirá se ela agora se não cumpre, nem observa? Ah! nem tal pensar. Vós sois hoje o presidente da Comarca, o primeiro Magistrado dela, e sois Ministro do Trono: pois pensaria que o depositario da Lei despresaria o Deposito, quebraria a mesma Lei? Não por certo. Essa vara que empunhais, branca e direita, nada menos indica que a fortaleza e a justiça, vós as tereis. Essa toga que trajais, airoso, preta em si, nada menos inculca que seriedade e meditação: vós pois, seriamente, meditareis negocio de alta transcendencia por dar a cada um o que é seu. Não permita Deus, que a vara se entorte, que a beca se enodde. São dons do primeiro poder, cumpre que os estimeis» (2).

(1) SILVA FERRÃO, *Forais e Doações Régias*, vol. 1.

(2) Reflexões dos RR José António e mulher de Fundo de Vila de Moldes, feitas pelo Dr. Vitorino de Almeida — 1842.

COUTO DE AROUCA

Sucedem-se as questões às centenas, até à morte da última freira, Dona Maria José Gouveia de Tovar e Meneses, Dona Abadessa Donatária desde 1861, tomando o Estado conta de tudo quanto pertencia ao Mosteiro, continuando as execuções com o mesmo ritmo «havendo um desgraçado foreiro a quem em 48 horas fizeram 19 citações, sendo 16 no mesmo dia a exigir-lhe a importância de diferentes conhecimentos de foros» (1); ainda em 1873 Manuel José do Vale Quaresma, do Pedrógão, se via na necessidade de pedir, na Torre do Tombo, certidões para se defender. Terminaram os foros que o Couto de Arouca pagava ao seu Mosteiro, por uma Lei aprovada na Câmara dos Deputados em 27 de Abril de 1898 e na Câmara dos Pares em 4 de Junho do mesmo ano, graças aos esforços dos ilustres filhos de Arouca, Drs. Inácio Brandão de Vasconcelos e Adriano Carlos Vaz Pinto.

LUTAS LIBERAIS

Moldes não podia deixar de ter uma parte bem activa nas lutas liberais: em 19 de Outubro de 1832 recebia o Juiz Ordinário deste concelho «onde existiam rebeldes refugiados» (2), Manuel Fernandes de Crasto, um officio do Corregedor de Lamego demitindo-o e comunicando que, por Aviso de 14 de Julho, tinha sido nomeado o Dr. José Lopes de Sousa, do Sôto, a quem o Corregedor pedia «todas as notícias que pudesse obter dos rebeldes» (2), tomando posse no dia seguinte.

Em 16 de Novembro reúne extraordinariamente a Câmara estando presentes o Dr. José Lopes de Sousa, presidente, Manuel Francisco, da Póvoa, Manuel Duarte, de Tropêço, vereadores mais velho e mais novo, Manuel Alves, da Metade, procurador do concelho e os almotacés António José de Sousa, de Alvavaite e Manuel Teixeira, de Romariz sendo pelo presidente dito «da necessidade de mandar uma pessoa a Braga, ao sítio onde S. M. D. Miguel I se achasse com o seu Quartel Generalíssimo, com a seguinte representação: «SENHOR. A Câmara de Arouca representante dos honrados e briosos sentimentos do povo do seu distrito, chegando-lhe a notícia de Vossa Real Magestade pretender suportar na hora presente a sempre inconstante e variável sorte de guerra, não pode ver com o espírito socegado que Vossa Magestade exponha os preciosos dias da sua vida a um futuro contingente, que a ser funesto acarretasse sobre

(1) DR. ADRIANO CARLOS VAZ PINTO — Arouca e o Fisco — 1897.

(2) Autos de Câmara de Arouca.

o infeliz Portugal a série de crimes os mais execrandos; e é por esse motivo que com todo o respeito e acatamento fazem ver a Vossa Real Magestade que a vida de um Monarca, em que uma Nação inteira fundamenta todas as suas esperanças, todos os seus interesses; concentra todo o seu amor e felicidade, chama para lenitivo a seus males, os mais atrozes, não tem contraste, e nunca se expõe à sorte que pode ser funesta e desastrosa.

SENHOR: evitar males possíveis não é fraqueza ou tibieza, na frase dos fracos entendimentos, mas antes prudência, base de todas as virtudes, fundamento inabalável das Monarquias; é virtude que bem deve ocupar os corações dos Monarcas, para o bom regime dos povos que o Rei dos Reis submeteu misteriosamente à sua administração e governo.

Da perca do Augusto Senhor D. Sebastião, em África, data a decadência do Império Português, que tão briosamente fez tremular as quinas do Augusto e Valente Afonso em todo o orbé: anua, pois, Vossa Magestade às súplicas de um concelho fiel, que acaba há pouco na captura do rebelde Frei Simão e sua guerrilha, de dar a Vossa Real Magestade a mais leal prova do seu amor e lealdade e sendo assim socega Vossa Real Magestade ânimos descontentes e dilatados; todos os povos portugueses põem em segurança aquela preciosa vida que toda a Nação ambiciona e que Deus Nosso Senhor lhe conserve por muitos e dilatados anos, para felicidade e aumento de toda a Nação Portuguesa» (1); todos assinaram o Auto de Câmara excepto António José de Sousa, de Alhavaite e levou a mensagem o Dr. Médico do Real Mosteiro, Joaquim Pessoa da Silva Arnaut, irmão do Dr. António Pessoa da Silva Arnaut, abade da freguesia de Santa Eulália, «que obsequiosamente se prontificou a partir no dia seguinte» (1).

Em 1834, por causa da política, retiraram-se os dois irmãos, indo viver, em companhia de sua mãe, na Quinta da Cruz, do Chão do Bispo, perto de Coimbra, que foi assaltada por bandidos, que diziam defender o partido de D. Pedro, tendo fugido o Dr. António, e o Dr. Joaquim meteu-se no altar da capela de sua casa, entrando pelo local da pedra de ara, escapando de ser morto ou preso (2).

O Capitão Manuel Alves do Vale Quaresma, do Fundo de Vila de Moldes, «desejando concorrer para o estabelecimento do legítimo governo, convocou vários indivíduos, o que foi sabido pelo Capitão-Mór, Bernardino António Tei-

(1) Livro dos Autos de Câmara de Arouca.

(2) J. MARTINS DE CARVALHO, *Apontamentos para a História Contemporânea*. 1890.

COUTO DE AROUCA

xeira Vaz da Fonseca Pinto, metendo-o nas enxovias das cadeias desta vila, no dia 26 de Agosto de 1833, dando ordem para no dia seguinte ser remetido à Comissão rebelde de Viseu, e por tal motivo todos os indivíduos, amantes do legitimo governo, no mesmo dia o libertaram» (1).

Tomaram a iniciativa da libertação do Capitão Quaresma os Padres António Alves do Vale Quaresma e José Alves, ambos de Paços de Moldes e António Pinto Pereira de Vasconcelos, do Outeiral, irmão de Frei Simão: depois de libertado promoveram o seguinte

AUTO DE ACLAMAÇÃO

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e oitocentos e trinta e três aos vinte e seis dias do mês de Agosto nesta vila de Arouca e Casas da Câmara e Paço dela aonde eu escrivão vim e estando presentes o Capitão Manuel Alves do Vale Quaresma, António Pinto Pereira de Vasconcelos e com eles José Bernardo Pereira de Vasconcelos, Joaquim António Alves Maia, Leonardo José do Nascimento e Sá, Francisco Manuel da Silva Carvalho, Rev.º António Alves, Rev.º António Lobo, Rev.º Manuel de Almeida, Rev.º Bernardo Fernandes, António Lobo de Sousa e seus filhos; aos quais se uniram logo o Doutor José Lopes de Sousa, Juiz actual, o vereador Manuel Vieira, o cadete Francisco Maria de Melo Barreto, o sargento de milicias José Tavares e com estes inumerável concurso de pessoas de todas as classes, muito livre e expontâneamente e livres de de toda a coacção interna ou externa proclamaram, reconheceram e de novo juraram por sua única e legítima Rainha a Senhora Dona Maria Segunda e a Carta Constitucional jurada em 21 de Julho de 1826. Reconheceram a Regência em nome da Rainha, do Senhor Dom Pedro, Duque de Bragança, a quem juntamente juraram fidelidade e obediência. E neste mesmo Auto declararam irritó e nulo, por ser filho de coacção, de violências e de temor, todo e qualquer Auto Rebelião em que foi pedido e jurado Rei o Senhor Infante D. Miguel. E por ser esta a vontade unânime e para constar fiz o presente Auto. Eu António José Teixeira de Vasconcelos que o escrevi» (1).

Continuaram a gerir os negócios do concelho mas em 9 de Outubro o Corregedor de Lamego manda entregar os livros dos Autos de Câmara ao Juiz Ordinário Dr. Vitorino

(1) Auto de Conciliação de 22 de Janeiro de 1836.

(2) Livro dos Autos da Câmara de Arouca.

Augusto Ferraz de Almeida Bravo, Morgado de Sela, Administrador perpétuo do Hospital de Viseu e da Capela de Nossa Senhora dos Anjos, na Igreja dos Padres Loios da cidade do Porto (1), nomeado por Aviso de El Rei, que escreve no livro que contém o Auto de Aclamação: «que me ordenou que o mandasse traçar em forma que, claramente se pudesse ler a todo o tempo, em que uns poucos de patifes e mariolas, insubordinadamente, ousaram levantar o grito da Liberdade e desenvoltura nesta vila, tentando despojar ao nosso legítimo Soberano do Trono de Seus Augustos Predecessores, querendo deste modo infringir a Sagrada Causa da Realesa, postergando os fundamentos desta Monarquia e suas leis fundamentais, arrogando-se a interpretação das mesmas leis contra o que tinham determinado os Três Estados desta Nação, congregados em Lisboa em 1828 e que sábia e providentemente julgou ser indisputável ao nosso actual Soberano a Coroa Portuguesa, pelos magistrais fundamentos de que Dom Pedro, posto que fosse o Primogénito, tinha abdicado a Coroa ainda em vida de seu Pai e que se tinha tornado estrangeiro e rebelde por levantar em Metropolitano um povo, que sempre tinha sido colónia portuguesa e como tal subdito à sua cabeça, que era Portugal, bem como os membros do corpo o são à cabeça, que é quem os dirige em todas as suas funções, e por isso nem os seus filhos igualmente pretendia pelo facto de ser Pai. Este crime pois por si próprio merece imputação, a mais rigorosa contra as leis do reino manifestamente, e deve ser manifestado e caracterizado como cunho de ?, Rebelião e de lesa Magestade de primeira cabeça, de que as nossas leis e todos os Autores sensatos falam com horror, pelas terríveis consequências em que os perpetradores põem o Estado e a mesma religião católica, pondo em falência (?) os Direitos Divino, Político, Humano, Natural, Público, Universal e das Gentes.

Deverá este livro voltar para o Arquivo da Câmara para se lançarem nele as vereações, para cujo fim foi feito, e deve-se tirar, em antes de ser traçado, uma fiel cópia do mesmo para servir de base à Devassa que o mesmo digníssimo Ministro Superior desta comarca me ordena no mencionado officio e depois de se lavrar seguidamente o Auto de Reclamação ou Rectificação de Aclamação, praticado em 30 do mesmo mês de Agosto do corrente ano, cujo Auto

(1) Eleito Sargento-Mor em 17 de Julho de 1830; proposto para Tenente-Coronel Comandante do Batalhão de Realistas, com sede nesta vila, em 28 de Setembro do mesmo ano, «por ser da mais distinta nobreza, riqueza, conduta religiosa, sem nota de constitucional e muito affecto a Dom Miguel».

deve ser escrito pelo escrivão competente da Câmara, não estando impedido. Arouca 10 de Outubro de 1833. Vitorino Augusto Ferraz d'Almeida Bravo» (1).

Pelo transcrito verifica-se que foi sol de pouca dura o predomínio dos liberais, pois logo em 10 de Outubro reunia a Câmara para mandar transcrever o Auto de Reclamação, que se diz ter sido em 31 de Agosto e não em 30, para «os membros da Câmara e juntamente o Clero, Nobresa e Povo rectificarem os direitos de Sua Magestade o Senhor Dom Miguel Primeiro, os quais em 26 do corrente foram maculados e desacreditados por um grupo insubordinado de Povos malévolos, indivíduos que arrogando a si Poderes que não tinham e sem respeito e sem temor algum às leis divinas e humanas calcando-as aos pés, igualmente sem respeito algum às autoridades legitimamente constituídas, tentaram introduzir e proclamar no seio da união extante neste, sempre sossegado e tranquilo concelho, a fogueira da desordem, discordia, intriga, vingança e finalmente da anarquia, cujos atrozes e horrorosos crimes, sendo opostos a todos os princípios de direito natural, público, divino e da mesma sorte às leis fundamentais da monarquia que regulam a legítima sucessão do Trono, assim com oprobrio e menoscabo de tudo quanto é santo e justo, perpetraram naquele referido dia de ontem, trinta do corrente, o crime de insurreição e rebelião contra os direitos magestáticos do mesmo Augusto Senhor, aclamando em altos gritos, em diversos lugares, a Senhora Dona Maria da Gloria como legítima Rainha de Portugal. Hoje porém este Senado, Clero, Nobresa e Povo deste mesmo concelho, respirando com liberdade, pela fuga que fizeram, no dia de ontem, estes inimigos da tranquilidade e sossego público de muito bom grado, livre vontade e espontaneidade, sem coacção ou violência alguma rectificam os inaufereveis direitos da legitimidade ao trono do mesmo Augusto Senhor, que protestam sempre defender, como verdadeiros e fieis vassallos do mesmo Augusto Senhor, o Senhor Dom Miguel Primeiro, estando em seus os nobres sentimentos da lealdade e adesão à justa causa do mesmo Augusto Senhor, que querem e desejam que viva e reine por longos e dilatados anos, concluindo-se em altas vozes: Viva a Santa Religião — Viva El-Rei o Senhor Dom Miguel Primeiro — Viva a Sua Família Real — Vivam todos os fieis portuguezes. Seguem-se as assinaturas, não deixando de manifestar os seus sentimentos realistas a Dona Abadessa Donatária, Dona Maria Isabel de Barbosa Montenegro, assinandó o Auto» (2). Facto de todos

(1) Livro dos Autos da Câmara de Arouca.

(2) Livro dos Autos de Câmara de Arouca.

os tempos: muitos que assinaram o Auto de Aclamação também assinaram o Auto de Reclamação.

Depois do Auto de Aclamação de 26 de Agosto «o Capitão Mór Bernardino António Vaz da Fonseca Pinto foi a Viseu chamar forças rebeldes, chegando a esta vila no dia 29 do mesmo mês, a que se juntaram forças de Lamego, começando as prisões dos liberais, fugindo muitos, que se foram apresentar, no Porto, a Dom Pedro»⁽¹⁾; entre estes contam-se: Luís Alves e Joaquim Alves, filhos de Maria Joaquina, viúva, de Paços; Luís e António, filhos do Capitão Manuel Alves do Vale Quaresma, de Fundo de Vila; Manuel Ferreira, do Outeiro; José Vaz, da Covelinha, e António Ribeiro, do Outeiro Meão, todos de Moldes⁽²⁾.

Joaquim Ferreira, alfaiate, morador no lugar de Santo Estevão, num seu requerimento, para efeitos de conciliação, dá-nos ideia das lutas liberais neste concelho: «Que sendo em todo o tempo bem constante e notória a sua adesão ao sistema constitucional e afeto à legitimidade da Rainha Senhora Dona Maria Segunda, foi o suplicante continuamente perseguido pelos satélites da usurpação; efectivamente no dia 10 de Setembro de 1833 foi acometida e invadida a sua casa pelo bacharel José Lopes de Sousa, então Juiz Ordinário deste concelho, escolhido e nomeado por especial Aviso do usurpador, levando em sua companhia o façanhudo capitão de Santa Cristina⁽³⁾ à frente de um bando de feras guerrilhas, juntamente com uma companhia de milicianos da Vila da Feira, os quais todos, a ordem do dito juiz, entraram de repente dentro de casa do suplicante, perguntando asperamente à mãe do suplicante por seu filho Joaquim; o suplicante que isto ouviu, observando que era para o levar ao cadafalso, a Viseu, junto com o infeliz Frei Simão que acabava de ser preso, não teve mais tempo que fugir, mesmo descalço e quase nú, por uma janela, o que sendo visto por aqueles bandidos, o mesmo juiz o mandou seguir de cômodo em cômodo, a grande distância, sendo porém baldada a sua pretensão, tomou o dito Juiz a resolução de trazer presa a velha mãe dele suplicante e juntamente a seu filho e irmão António, conduzindo-os com rancôr às cadeias desta vila, aonde por sua ordem foram detidos vários dias, deixando todas as portas da sua habitação abertas e desamparadas, isto num sitio bastante solitário, sendo no mesmo acto cometidos

(1) Auto de Conciliação de 22 de Janeiro de 1836 no Juízo de Paz.

(2) Auto de Conciliação de 23 de Janeiro de 1836.

(3) O Capitão de Santa Cristina (nome de uma povoação do Vale, concelho da Feira) foi o último comandante da companhia de ordenanças do antigo concelho de Fervedo — *O Regional*, jornal de S. João da Madeira, de 20 de Abril de 1941.

pelas ditas guerrilhas roubos de algum valor, ficando além disto todos os gados do suplicante em total abandono, à discrição da fortuna; o suplicante pois vendo-se tão atrozmente perseguido, vê-se na extrema necessidade de ir procurar asilo na concavidade de uma grande pedra nos ermos sítios da Pena Amarela (1), visto que mesmo os amigos recebavam recolhe-lo, por medo da perseguição de tal autoridade de comum acôrdo com o façanhudo Capitão Mór deste concelho; o suplicante viveu assim tristemente desde aquele infeliz dia dez de Setembro de mil oitocentos e trinta e dois até ao dia vinte e seis de Agosto de mil oitocentos e trinta e três, dia da Aclamação da nossa legítima Rainha, que teve lugar nesta vila de Arouca, sendo certo que até então jamais lhe foi possível o poder entrar na cidade heróica, vendo-se outrossim obrigado a abandonar a sua pátria; perseguido de outras semelhantes guerrilhas se retirou já como voluntário em companhia de seus camaradas, para a cidade do Porto, aonde esteve até ao fim da luta, em serviço da Rainha e porque é regra estabelecida e mesmo determinada pelas leis vigentes que pague o prejuizo quem o causou, por isso o suplicante pede ao Meritissimo Senhor Juiz de Paz da freguesia de S. Salvador seja servido mandar que o suplicado Bacharel (José Lopes de Sousa) seja citado para comparecer perante Vossa Senhoria a fim de pagar ao suplicante tudo quanto perdeu, causado por ele bacharel então juiz e pelas retas contas não descerá da quantia de duzentos mil reis, estando pronto o suplicante a abater o que em verdade recebeu do Estado» (2).

Ainda que Joaquim Ferreira tenha carregado nas tintas no seu libelo, julgamos não andar longe da verdade, supondo que variadíssimas perseguições se fizeram em consequência da devassa ordenada depois do Auto de Reclamação de 31 de Agosto de 1833, que estava terminada em 22 de Fevereiro de 1834 e de que foi escrivão José Joaquim Soares Júnior, escrivão do Público Judicial (3).

O último Auto de Câmara miguelista foi em 22 de Abril de 1834 e o primeiro, do período liberal, em 7 de Junho do mesmo ano, sendo presidente José Bernardo Pereira de Vasconcelos, da Quinta do Outeiral, pai de Frei Simão de Vasconcelos e vereadores José de Melo Barreto da Rocha Sampaio, do Burgo, António José de Sousa, de Alhavaite, Salvador Joaquim Ferreira, de Arouca e António Soares Aranha, de Murça. É interessante frisar o facto de neste

(1) Grande despenhadeiro acima do lugar do Pedrógão.

(2) Auto de Conciliação de 19 de Fevereiro de 1936.

(3) Livro dos Autos da Câmara de Arouca.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Auto de Câmara, com a nomeação dos Comissários, a freguesia de S. Bartolomeu ser dividida, pela primeira vez, em duas partes, uma da Portela para baixo e outra da Portela para cima, o que corresponde exactamente à actual freguesia de Moldes; é o primeiro reconhecimento oficial da justiça que assiste ao vale de Moldes de se constituir em freguesia independente, sendo nomeado Comissário para a sua terra, certamente como homenagem, o Capitão Manuel Alves do Vale Quaresma.

O liberal Joaquim Alves, de Paços, regressado das linhas do Porto, foi no primeiro Auto da Câmara nomeado secretário interino da mesma e efectivo em 10 de Janeiro de 1853.

NOBRESA

Diz PINHO LEAL ⁽¹⁾ que foi em Moldes o solar dos Quaresmas, apelido nobre de Portugal; procede de alcunha que puseram a Rui Vasques Mogudo, que pela devoção com que passava o tempo da Quaresma, lhe chamavam Rui Vasques Quaresma e os seus descendentes ainda conservam esta alcunha por apelido. Não têm armas próprias.

Frei ANTÓNIO BRANDÃO ⁽²⁾ diz que dos Mogudos trata o CONDE D. PEDRO no título 40 e mostra como deles procedem os Ervilhões, os Barbas e Quaresmas, além de outra descendência, por meio de casamentos que seus netos tiveram, emparentando com casas mui principais.

CIRURGIÕES

Teve o vale de Moldes, pelo menos dois cirurgiões: em 1806 — João Ferreira de Brito, que nas sessões já dava «remédios quinados sob a forma de electuário quinado»; em 1837 — Manuel Gomes de Castro, da Cela, cirurgião aprovado e do partido.

CRIAÇÃO DA FREGUESIA

Com esta tenacidade digna de notar e elogiar, conseguem os requerentes de 1824 que o Bispo de Lamego dê, em 1844,

(1) *Portugal Antigo e Moderno.*
(2) *Crónica de D. Afonso III.*

informação favorável ao seu pedido e em 31 de Dezembro de 1844 é assinada a seguinte Portaria:

«Há a mesma Augusta Senhora por bem que o Reverendo Bispo de Lamego, depois de proceder às formalidades legais, divida a freguesia de S. Bartolomeu de Arouca em duas pelo expressado na sua informação de Setembro de 1844, de maneira que os habitantes do Vale de Moldes constituam uma freguesia, cuja igreja terá lugar na Capela de Santo Estêvão, se não houver para este fim local mais adaptado e os do Vale de Arouca e seus arredores constituam outra.»

Foi esta Portaria publicada no *Diário do Governo* de 6 de Janeiro de 1846.

Foi seu primeiro pároco o Padre Joaquim José Gomes Coelho do Vale, filho de José Gomes Coelho de Bustêlo e irmão do Dr. Manuel Gomes Coelho, Ouvidor em Sergipe da Baía, de quem por ter desempenhado tão bem o seu cargo, a vereação de Vila Nova d'El Rei do Rio de S. Francisco, em 4 de Março de 1822, dizia: «se faz digno do cargo que ocupa, mas até de outro mais superior, porquanto das leis é vingador, guarda e defensor observantíssimo; no desempenho afável, urbano e prontíssimo; no prover prespicaz, circunspecto e prudentíssimo; no julgar incorruto, justo e retíssimo; em arrecadar os dinheiros nacionais cuidadoso, cauto e retíssimo; ele olha para o sábio, para o rico, para o pobre sempre com a mesma vista» (1).

Os primeiros actos officiaes do seu pároco foram: em 14 de Março o enterro de um recém-nascido, filho de António Vieira do Outeiro, e em 15 do mesmo mês o baptismo de José, filho de Manuel Joaquim Granja e Joaquina Quaresma, do Ribeiro, sendo padrinhos Dom José do Cenáculo de Vasconcelos Pereira, Professo na Ordem dos Cónegos Regrantes de S. Agostinho, em Santa Cruz de Coimbra, Capelão e Confessor do extinto Mosteiro de Arouca e sua cunhada Dona Antónia Augusta de Vasconcelos.

Foram os cemitérios mandados fazer por decreto de 21 de Setembro de 1835, na defesa dos quais publicou uma brilhante Pastoral o Bispo de Lamego, Dom José de Moura Coutinho (2), mas em Moldes continuou o velho e condenável costume de enterrar nas Capelas e só em 29 de Setembro de 1883 a Junta de Paróquia, a requerimento do pároco, Padre António Pinto Ferreira de Vasconcelos, deliberou fazer um cemitério provisório «para evitar os enterramentos dos finados nos templos em menoscabo da lei, desprezo do culto

(1) Documento particular.

(2) Pastoral de 17 de Maio de 1844.—Registo das Pastorais de S. Bartolomeu.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

e ofensa da hygiene no terreno junto à Igreja, no lado sul, enquanto não fasem o definitivo» (1), o qual só ficou concluido em fins de 1884; muito mais tarde foi construido o actual.

Assim terminou uma questão, que durou mais de cem anos; e como PADRÃO do primeiro centenário da sua independência, tem Moldes a sua nova ESCOLA, sendo de esperar que no dia da sua inauguração, que por um feliz acaso é este ano, nela seja colocada uma lápide que lembre aos vindouros esta celebração.

MANUEL RODRIGUES SIMÕES JÚNIOR

bibRIA

(1) Livro das Actas da Junta de Paróquia de Moldes.

ALCUNHAS DA MURTOSA

(Continuado do vol. XIV, pag. 263)

N

- Nana* — Manuel Augusto Tavares.
Nascimento — Joaquim Manuel Barroqueiro. — Por ser filho dum Nascimento.
Da Natividade — José Manuel Ruela.
Navalhinha — José Luís da Cunha.
Nêdio — Manuel Mateus Tavares Rebimbas.
Nêno — Jacinto José da Cruz.
Neta — Manuel Maria da Silva.
Neta-Pinta — Manuel Maria Marques Couto.
Neto — Francisco Maria Tavares.
Neves — Manuel José Soares dos Santos.
Névoa — Ernesto Vieira.
Nôra — José Maria Rebelo.
Nório — João Vaz Pisco.
Nortada — João José de Oliveira.
Núncio — Agostinho Manuel Afonso.

O

- Olho-Verde* — Manuel José Fernandes Chipêlo.
Oliveira — Francisco Fernandes Ruela.
Orfa — António José Valente.
Oiã — José Maria da Silva.
Das Olas — João Agostinho da Silva.

P

- Pacheco* — António Ferreira.
Padeiro — António Joaquim Rodrigues (sem ser padeiro).
Padinha — Francisco José da Silva.
Padiolo — João Agostinho Esteves. — Por ter o corpo desajeitado e mal feito.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Do Padre — Manuel João Bucinho. — Por ter tido um ascendente padre.

Pai-Raio — Domingos da Silva Arrojado. — Quando criança, chamava pelo pai e como este lhe não respondesse logo, dizia, desesperado: «Pai-Raio»!!!

Pais — Rosa Marques da Silva.

Paiva — João Agostinho da Cunha.

Palaige — Maria Luísa Rabuça.

Palão — Alfredo José Vieira.

Palheira — João Bernardino de Oliveira.

Da Palheira — Veríssimo Augusto Fernandes.

Palôa — Antónia Maria de Oliveira.

Palrador — Salvador Vieira.

Panaça — Vicente Augusto Marques.

Pandorca — Blandina Tavares da Silva. — Por ser bastante nutrida e desajeitada.

Panela — Manuel José da Cruz.

Pantaleão — Manuel Joaquim André Tavares.

Papagaio — Venâncio António da Silva.

Pápio — José Henrique da Silva Vagueiro.

Paquete — Abílio Rebelo dos Santos.

Paradela — Manuel José da Silva.

Pardal — Joaquim Augusto Vieira.

Pardaleiro — Manuel Maria de Pinho.

Parreiral — José Manuel de Matos Costeira. — Por designar o vinho por «parreiros».

Parrulo — Manuel José da Silva.

Páscoa — António José Tavares da Gunha.

Passarinha — Manuel Joaquim Tavares Valente.

Pastécula ou *Pasteco* — Francisco José Valente.

Pastor — Albino José Amador.

Pataca — Angelo da Fonseca.

Patanão — António da Silva Henriques.

Patarata — António Maria de Pinho.

Pateiro — João José da Cruz.

Patela — António Augusto Lopes.

Pata — Joaquim Maria Conde.

Pato — António Maria da Cruz.

Patrício — António José da Silva.

Patusco — Gonçalo Maria Soares.

Paula — Manuel António Lopes.

Paulino — António Augusto Afonso Marques.

Dos Paus — Joaquim Maria da Silva. — Por ser negociante de paus e bengalas.

Paxão — Manuel José Soares.

Pazecota — Albino Rebelo dos Santos.

Pedreiro — Custódio José de Oliveira.

Da Pedreira — Manuel José Jorge.

ALCUNHAS DA MURTOSA

- Pêgo* — Agostinho Rodrigues Cirne.
Peixeira — Maria José Nunes.
Peixeiro — António Maria Rodrigues.
Peneiras — José Luciano Alves de Oliveira.
Pequeno — José Manuel Tavares.
Pereira — Agostinho Abel da Cunha.
Pereiro — Gonçalo Henriques.
Pescaria — Manuel José Valente da Silva.
Pesco — Manuel Maria da Silva.
Picadeiro — António Maria de Sousa.
Picado — Manuel Gonçalves Sardo.
Pigote — Joaquim Maria da Silva.
Pimpão — Manuel José Esteves de Miranda.
Pina — Francisco Maria da Silva Paiva.
Pindelo — Mateus José Marques.
Pinguinha — José Maria da Silva.
Pinhão — João Maria da Silva.
Dos Pinheiros — Francisco António Pereira da Silva.
Pinto — Henrique José Afonso Lopes.
Da Pinta — Augusto Maria da Silva.
Pinta — Lourenço Antão Pais.
Pintor — Manuel Augusto da Silva.
Do Pintor — Maria Antónia de Jesus.
Piôrra — Francisco António Valente. — Por ser pequenino.
Pirata — José Maria Nunes Calçado.
Pirão — Francisco Tavares da Silva.
Piteo — António Joaquim de Oliveira Eusébio.
Piritoó — Manuel Agostinho dos Santos. — Por assim responder ao padre quando ajuda à missa.
Piroláta — José Manuel da Silva Matos.
Pirolita — João Rodrigues Brandão.
Dos Pirolitos — José António Pereira. — Por os fabricar.
Pirrê — João Pedro da Silva Sousa.
Pisçõ — Manuel Maria da Conceição.
Pissinha — António Maria Rebelo da Cunha.
Pistola — José Henriques da Cunha.
Pita — Gonçalo Maria de Matos.
Pito — João Agostinho Antão.
Pitau — Francisco Pedro Dias.
Pité — Francisco Maria da Silva.
Piteira — Manuel João Marques.
Piunças — Francisco Rodrigues da Costa.
Podão — António Joaquim Valente Sardinha.
Polão — Alfredo José Vieira.
Pombo — José Guedes Ruela Valente.
Da Pomba — Manuel José Henriques.
Das Pombas — Jacinto António da Silva.
Pônas — José Maria da Silva.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- Porca Rabona* — Maria Antónia de Oliveira.
Porrão — Júlio da Silva.
Porrêtas — Pedro José Conde.
Portigão — Albino Alegria Rebelo.
Porto — Domingos Nunes da Fonseca.
Do Porto — Manuel Augusto da Silva Barbosa.
Poveira — António Maria Ribeiro de Morais.
Portugal — Ezequiel Rebelo da Cunha.
O Pós — António Maria da Silva.
Poses — Manuel Maria da Silva.
Praça — João Maria Azevedo.
Prataria — Domingos José Tavares da Cunha.
Pratas — António Maria da Silva.
Prato — Costódio José da Silva Sousa.
Pregueiro — António da Silva Matos. — Por ser descendente de fabricante de pregos.
Preguiça — Manuel Luís Henriques de Miranda.
Da Preguiça — Manuel António Tavares.
Pregador — Francisco Fernandes. — Por ser palrador.
Prezada — Joaquim Tavares de Sousa.
Prezado — Angelo Ruela Cirne.
Prior — Manuel Maria Tavares. — Por ser gorducho.
Pulgo — Lázaro Tavares de Oliveira.
Pulso — Hilário Ferreira Matoso.
Puto — António de Jesus Baptista.

Q

- Quim* — Manuel José Fernandes Chipelo.
Quintas — Manuel José Rebelo.
Das Quintas — Maria da Anunciação Brandão.
Quindaço — Manuel da Silva Sousa.
Quente — Manuel Caetano Valente.

R

- Rabelinha* — Francisco Joaquim Lopes Soares.
Rabelo ou *Rebelo* — António Maria Pereira.
Rabuço — Leonardo António Sardo.
Rachado — António Maria de Oliveira.
Rafael — Manuel José dos Santos Maria.
Rainho — Manuel Luís Nunes da Silva.
Ramboia — Joaquim Maria Sardo.
Ramalho — Manuel Maria da Silva.
Ramas — Idalina dos Anjos Amador.

ALCUNHAS DA MURTOSA

- Rancas* — Lourenço José Vieira.
Ranhoea — Maria Rosa da Silva.
Rapa — Carlos Rebelo.
Rapa Carteiros — Abílio Antão de Oliveira.
Rapadoiro — João Maria de Oliveira. — Por andar a rapar
erva das valetas.
Rapé — Manuel Joaquim da Silva.
Rapucho — José Maria da Cruz.
Raquêlo ou *Rouquêlo* — João Agostinho da Silva.
Rasina — António Maria da Cruz.
Rasteiro — Manuel Fernandes Ruela.
Da Rasteira — José Manuel Pereira de Sousa.
Rato — Joaquim Maria da Silva Amador.
Rato seco — José Pereira da Cunha.
Raimundo — José Maria Henriques.
Rebeço — João Agostinho Barbosa.
Rebimbas — Gonçalo António Tavares de Sousa.
O do Rebimbas — António José Barbosa.
Rebôco — Francisco António de Matos.
Rêcio — António Joaquim da Silva.
Rêdoira — Joaquim Tavares da Cunha.
Reformado — Pedro José Ferreira de Matos. — Por estar refor-
mado.
Rega ou *da Rega* — Manuel José Vieira.
Regadinho — João Luís da Costa.
Regateiro — João José da Silva.
Regedor — Joaquim António da Silva Neno. — Sem o ser ou
ter sido.
Regulado — José Maria Tavares.
Rei — Manuel Joaquim Soares Belo.
Do Rei — Joana Maria Paiva.
Rei-Herodes — Manuel Ribeiro de Morais Calcado.
Rei-Moura — António Maria Vaz.
Rei-Negro — Manuel José Nunes Calcado.
Rei-Preto — Domingos José Nunes Calcado.
Reitor — Joaquim Maria de Oliveira.
Do Reitor — Cristina Maria da Silva.
Remígio ou *Remísio* — Gonçalo António Afonso. — Por ser
filho de Remísia.
Reque — Manuel Joaquim Tavares da Fonseca.
Rendilheiro — Eduardo de Pinho.
Reverendo — António Joaquim André Martinho. — Por ser
oriundo dum reverendo.
Ribalta — António Joaquim Marques.
Ribau — Manuel Maria da Silva.
Ribeira — Joaquim Maria Marques Henriques.
Rico — Silvestre Tavares da Silva. — Por ser oriundo dum
homem rico.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- Ricoca* — Maria Cristina da Silva Garrido.
Rilhado — Manuel Maria de Oliveira.
Rilho — João Eusébio de Oliveira.
Rilhas — Domingas, Ana e Mariana da Silva.
Rita — João Maria de Matos.
Da Rita — Agostinho José Tavares.
Rito — António Maria Vieira.
Roberto — José Maria Pita.
Do Roberto — Mário de Jesus.
Rocha — Maria Generosa Nunes.
Rodas — João Barbosa de Oliveira.
Rodias — Manuel Joaquim Tavares.
Rodrigo — Manuel Marrinhas Tavares Cirne.
Rodrigo — António José Valente.
Do Rodrigo — Francisco António de Pinho.
Roibaco — José Valente de Oliveira.
Roi-cordas — Manuel Maria da Cruz.
Romão — Sebastião José Rodrigues.
Do Romão — Caridade de Jesus Tavares.
Romoa ou da Romoa — José Maria Marques.
Roque — António José Marques de Oliveira.
Rosa — Joaquim da Silva Matos Júnior.
Do Rosário — Manuel Tavares da Cunha.
Roseta — João Agostinho Lopes Soares. — Por ter uma mancha de nevos na face.
Rouco — António Joaquim Afonso. — Por ter a voz velada.
Ruela — António Augusto Dias Pereira.
Rufina — Manuel Joaquim Nunes.
Da Rufina — António Maria de Oliveira.
Russo — António Maria da Silva.
Russo do Grande — Manuel José da Cruz.
Da Russa — João Caetano de Oliveira.
Do Russo — Blandina Maria da Silva.
Ruivo — António Maria da Silva.

S

- Sabino* — António Maria da Silva.
Sacramento — Manuel José Soares.
Sacristão — Gonçalo António de Oliveira. — Por o ter sido.
Saçu ou *Sassu* — José Maria Amador.
Safa-a-rede — José Augusto Rodrigues Pardal.
Salazar — Artur José de Matos.
Saldida — António Augusto da Silva Reis.
Saleiro — Manuel da Silva.
Da Saleira — Manuel Maria de Oliveira.

ALCUNHAS DA MURTOSA

- Salgado* — Carlos Augusto da Cunha.
Salgueirão — Manuel José Rodrigues.
Salmonete — António da Silva.
Salta — António Maria Brandão.
Saltão — José Bernardo da Cunha.
Salvador — Joaquim Maria da Cunha.
Sancho — Manuel Augusto Nunes.
Sanfona — Manuel Maria dos Santos Silva.
Sangria — Manuel Maria da Cruz.
Sanhudo — José Maria de Matos.
Sant' Ana — Manuel Maria Rebelo.
Santas — Manuel José de Oliveira.
Santos — João Maria Pereira de Magalhães.
Santa Maria — Manuel José de Oliveira.
Santeiro — Joaquim Manuel da Silva.
Santiago — António Manuel da Silva Valente.
Santiais — Domingos Marques Pires. — Por ser oriundo de Santiais.
Santo Amaro — António dos Santos Carrelha.
Sapata — José Maria de Pinho.
Da Sapateira — José Maria Rebelo.
S. Paio — Manuel Maria de Matos.
Saramago — Augusto Matos Costeira.
Sarapol — Francisco Maria Afonso.
Sardo — Joaquim Maria Gonçalves.
O da Sarda — Domingos da Silva Arrojado.
Sardanita — Maria dos Anjos Tavares.
Sardinha — Manuel José de Oliveira Ramos.
Sardinheiro — António Maria de Oliveira.
Sarôco — Carlos Filipe Tavares.
Sarradela — António Augusto da Silva Reis.
Sarratina — António da Silva Gravato. — Por ser bastante frenético.
Sarrazoleiro — António Caetano Valente. — Por ser oriundo de Sarrazola.
Sarruleiro — Manuel José da Silva.
Satanaz — José Maria Ruela.
Savel — Serafim da Silva Loureiro.
Seara — Silvino Pereira da Silva.
Sebastiana — Ana José da Silva.
Sebastião — Manuel José Tavares Marcelino.
Do Sebastião — João José Valente.
Sebolão — Silvério da Silva Cascais.
Da Sebolôa — José Maria Fernandes Ruela.
O Século — Manuel da Silva. — Por ter sido vendedor de jornais em Lisboa.
Sêdas — João Maria da Cunha. — Por ter barba loira e pelos bastante grossos.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- Sela* — António Augusto Tavares da Silva.
Semana — João Ferreira Baptista.
Sem Cu — Manuel da Silva Valente. — Por parecer, devido à sua magresa, não ter nádegas.
Sem Língua — Francisco Ferreira da Costa.
Sem Socêgo — Maria Joana Afonso. — Por ser muito mexida e irrequieta.
Semião — Artur de Jesus Caravela.
Serafina — António Maria da Silva.
Serapião — João Maria Rebelo Cunha.
Serguilha — João Maria de Oliveira.
Sério — José Maria Barroqueiro.
Serrado — António Maria Costeira.
Serralheiro — António Augusto da Silva Reverendo.
Serrano — José Maria Godinho.
Sete e meio — João José Afonso Marques. — Por numas contas ter feito questão por sete vintens e meio.
Silva — Manuel Joaquim Tavares Cirne.
Da Silva Leite — Jacinto da Cruz Henriques.
Sisudo — António José Jorge.
Sobrelha — João Tavares Vigário.
Da Soca — João Maria Lagoa. — Por ser desse lugar.
Sôdras — José Maria Barbosa.
Soldado — Domingos José da Silva Valente.
Solidas — João Maria da Silva.
Solnelha — Alexandre Tavares Vigário.
Sonico — Mário Agostinho Gradim.
Sona — José Maria Pereira.
Sono — Manuel Fernandes Ruela.
Sözinho — António Joaquim Fidalgo.
S. Pedro — António Augusto de Oliveira.
S. Romão — Manuel Joaquim Marques da Silva.
S. Roque — Alfredo Soares da Silva.
Sousa — António José Tavares da Cunha.
Sovina — Lázaro Nunes de Bastos.
Strapor — Joaquim José Gato.
Sudegas — Manuel Maria de Oliveira.
Surralheiro — Lázaro José de Oliveira.
Surdo — Francisco Vaz da Silva. — Por o ser.
Sustância — Manuel Maria da Fonseca.

T

- Tabita* — Manuel Maria Pereira.
Tala — Manuel Maria da Fonseca e Silva.
Talagão — Manuel Joaquim de Oliveira.

ALCUNHAS DA MURTOSA

- Do Talho* — José Gomes Correia. — Por ter talho.
Talôa — Maria Luísa de Oliveira.
Tamanqueiro — Manuel Joaquim Afonso Lopes.
Tambor — Antão de Matos Figueiredo.
Tambora — Maria José da Fonseca.
Tanoeiro — João Pedro da Silva.
Da Tanoeira — Manuel Maria da Cruz Paiva.
Tapádo — Manuel José da Silva.
Taramêlo — David José Vieira.
Tarda — Maria da Silva Sousa.
Tareca — Augusto César Marques.
Tari-Ré — Armindo Antão da Silva.
Tarola — Manuel da Silva Laranjeira.
Tarrabolda — João Pedro da Cunha.
Tarrela — José Maria da Silva.
Tartaruga — José Maria Fernandes Tendeiro.
Tátá — Filipe da Silva Pataca.
Tatão — António Maria Soares.
Tavares da Corga — Valentim José Tavares. — Por morar nesse sítio.
Tavares de Sousa — António Joaquim Valente Aires. — Por se parecer, sobretudo pelo bigode, com Manuel Maria Tavares de Sousa.
Tá-Visto — João da Silva. — Por usar com frequência esse estribilho.
Tegeleiro — José Maria dos Santos.
O da Tegeleira — José Maria Paiva.
Tendeiro — António Joaquim Soares.
Tenente — José Manuel Soares.
Teodoro — Domingos Manuel Henriques.
Teque — Manuel Dias.
Tereso — João Pedro Gaspar dos Santos.
Teso — Possidónio José de Miranda.
Testa — José Augusto Costeira.
Testada — António Joaquim de Oliveira.
Tilhão — Valentim da Silva Padinha.
Timóteo — Manuel Maria da Silva.
Tôco — Joaquim Gonçalves de Oliveira.
Tomás — Manuel Maria da Silva.
Do Tomás — Francisco António Valente.
Tomásia — Manuel Joaquim Henriques.
Tomé — Manuel Joaquim Marques.
Tõninha — António José Vieira. — Por ser pequenino.
Tormenda — José Maria da Silva Regateiro.
Tõrra — João José da Silva.
Torto — António Nunes da Silva.
Tourega — António Maria da Silva Garganta.
Traça — Manuel José Fernandes Rendeiro.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- Trancana* — Ana Maria da Silva.
Traqueia — António Marques da Fonseca.
Trava — José Maria da Silva.
Travessa — António Augusto Sardo.
Três — Agostinho António de Morais Calcado.
Trindade — Agostinho Maria Tavares.
Trinta — Manuel Agostinho Soares.
Troia — José Manuel Afonso de Azevedo.
Trota — João Tavares Pereira.
Trovoada — Domingos da Silva Oliveira.
Trovão — Francisco Estevão Soares.
Trovão — Maria da Silva Tavares.
Troxó — Pedro Afonso Cirne.

V

- Vageira* — Francisco Maria da Silva Neno.
Vagueiro — Manuel Joaquim Gonçalves.
De Válega — Maria José dos Santos. — Por ser de Válega.
Valenta — Maria José Fernandes Ruela.
Valeneão — Manuel Luís Esteves Ruela.
Valente — Mario de Jesus.
Velho-Valente — João Agostinho Henriques.
Valentim — Francisco Rebelo dos Santos.
Do Valentim — João Maria Tavares. — Filho de Valentim.
Valentina — Maria Joana Tavares.
Valentino — Evangelista da Silva.
Valsa — João Maria Rebelo dos Santos.
Vareiro — Alfredo José de Campos.
Varina — António Maria Fernandes.
Varónica — António Joaquim Pombo.
Vasco — João da Silva Pereira.
Vassouras — Manuel José da Silva Pires.
Veiros — Joaquim Maria da Fonseca.
Velho — António de Oliveira Reverendo. — Por se parecer com o avô.
O Velho — Manuel Nêdio de Sousa. — Por, sendo novo, casar com mulher de idade.
Velhinho — Domingos Maria da Cunha.
Vendeira — Maria Luísa da Silva.
Vento — João da Cruz.
Ventura — Manuel José da Silva.
Venturinha — Manuel José da Silva Sousa.
Verdugo — Manuel Maria Rodrigues.
Veríssimo — João da Silva Pais.
Do Veríssimo — Maria Antónia da Silva.

ALCUNHAS DA MURTOSA

- Vermelho* — Francisco Rebelo dos Santos.
Vertente — Augusto José Amador.
Viana — António Joaquim de Pinho.
Vibora — Joaquim Maria de Pinho.
Vicente — João Carlos Tavares.
Vida — António Joaquim Soares.
Vidal — António de Oliveira.
Videirinho — Augusto José Rodrigues.
Vidraceiro — José Filipe.
Vidreira — António Maria Barroqueiro.
Vieira — José Maria de Oliveira.
Vigário — Francisco Joaquim Pereira.
Vilar — Manuel Joaquim dos Santos.
Vilarinho ou *Vilairinho* — Manuel Caetano Lopes.
Vinagre — José Maria Tavares de Sousa Cirné.
Vinte e três — Manuel António da Silva.
Vint'oto — José Maria Ferreira Tavares.
Viola — Manuel Joaquim Valente.
Violante — Manuel Augusto Vieira.
Do Violeiro — Polónia Maria da Silva.
Virginia — Alfredo Lopes.
Vita — António Joaquim Reis.
Vita-à-Orla — Joaquim Maria Pereira.
Da Vitória — Manuel José da Fonseca.
Vitorino — Manuel Joaquim Lopes Ramos.
Do Vitorino — António José Marques.
Da Viúva — José Maria de Oliveira.
Viuvo — António Marques Casalinho.
Vibora — Manuel Joaquim da Silva.
Vogénio — Alfredo Gonçalves.

X

- Xagúia* — Manuel José Ferreira.
Xalandra — António da Silva Paiva.
Xanfrante — Raúl Maria da Silva.
Xavier — Francisco Maria Fernandes Sardo.

Z

- Zarelho* — José Maria da Silva Esteves.
Zargo — Silvério António Lopes Pereira.
Zé da Ana — José Maria dos Santos.
Zé do Agro — José Tavares Rebimbas. — Por ser desse lugar.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- Zé dos Burros* — José Maria Fernandes Ruela (Filho). — Por ser afeiçoado a estes animais.
Zé Pequeno — José Manuel Tavares da Silva.
Zéne — Joaquim Maria Henriques Antão.

SUPLEMENTO

- Bairrada* — António Maria Tavares.
Catatê — Gonçalo José da Silva.
Farelo — José António Gil.
Maravalhas — José António Marques.
Táro — Manuel José de Matos.

JOAQUIM JOSÉ FERREIRA BAPTISTA

bibRIA

CONVENTO DA FEIRA

LISTA DOS REITORES — CAPELA-MOR

A MEIO da cópia deste trecho surpreendeu-me a triste notícia da morte do erudito colaborador do *Arquivo do Distrito de Aveiro* e meu estimado conterrâneo e amigo, cónego ANTÓNIO FERREIRA PINTO, a quem tanta simpatia e tantas atenções e finezas me ligavam. Mais novo do que eu, era de há bastantes anos um dos que prematuramente ostentávamos as cabeças brancas. Ambos devotados ao estudo das coisas da nossa terra, tive muita vez ensejo de pedir auxílio à sua vasta cultura, à sua clara inteligência, ao seu muito saber e ao seu aturado estudo. Rendo-lhe o preito saudoso da minha gratidão e da merecida homenagem em que me acompanham decerto os amigos da Terra de Santa Maria por ele tanto prezada.

CRIAÇÃO DO CONVENTO

No volume IV do *Arquivo* publicou esse meu distinto conterrâneo a *Lista Geral dos Reitores* da Colegiada do Espírito Santo na vila da Feira.

Apesar de geral, só compreende os reitores «eleitos por votos de toda a religião», não sendo portanto completa essa lista. Faltam-lhe 28 reitores de antes de 1653; e houve-os desde 1566.

Tenho na Biblioteca Municipal da Feira um livro provindo do convento dos Loios na mesma vila e que fora dar fundo ao depósito da repartição distrital de finanças de Aveiro, não sei como nem quando nem porquê.

Conserva a encadernação primitiva em coiro, com carcela para fechar, à qual já faltam as tiras da fivela. Chama-se na primeira lauda:

Liuro e memorial da fazenda deste Conuento pera se dar principio ao tombo tão necessario pera sua augmentação

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Mas contém apontamentos diversos escritos, na maior parte, pelo seu iniciador o padre mestre Jorge de S. Paulo, um desses primeiros reitores escolhidos pelo capítulo. Ao assinar o preâmbulo, na folha 1, escreveu

Jorge de S. Paulo
R^o

Alguém, mais tarde, acrescentou: «aliaz Administrador» com outra caligrafia. Deve ter sido emenda de um dos reitores eleitos, mais pechoso e ciumento do seu título; mas que não tinha decerto os méritos revelados pelo seu antecessor.

Segundo esses apontamentos, com todos os foros de autenticidade, é de 3 de Julho de 1550 a concessão do nuncio João Spontino, cardeal *a latere* do papa Júlio 3.º, para os cônegos seculares da congregação de S. João Evangelista levantarem mosteiro colegiado na vila da Feira. Confirmou essa concessão a bula de 16 de Novembro de 1553, depois de um *fiat* de 15 de Setembro do mesmo ano, passando-se a bula executória a 27 de Julho de 1554.

Tratou-se de edificar o convento e a sua igreja por doação do quarto conde da Feira, D. Diogo Forjaz Pereira.

Tinha este conde dois irmãos nessa congregação. Um, sem importância, foi o padre Leonis de Santiago, filho bastardo do terceiro conde da Feira e pessoa diversa do irmão também bastardo, D. Leonis Pereira, a quem me referirei.

O outro era o filho segundo do mesmo conde D. Manuel Pereira e da condessa D. Isabel de Castro, filha do 1.º conde de Tarouca D. João de Meneses e de D. Joana de Vilhena. Chamou-se D. Rodrigo Pereira, foi abade de Fiães e, renunciando esta abadia a 6 de Maio de 1547 por ter recebido o hábito dos Loios em Vilar de Frades, tomou o nome de *Rodrigo da Madre de Deus*. Tinha sido inquisidor em Coimbra quando, a 19 de Agosto de 1542, lhe deram posse do mesmo cargo na mesa grande do tribunal do santo officio.

Eleito bispo de Angra por D. João III, teve logo a seguir a nomeação de inquisidor geral num dos annos do cardeal infante D. Henrique. Veio a morrer no castelo da Feira a 6 de Maio de 1553.

O quarto conde da Feira D. Diogo, levado pela amizade fraternal que o ligava ao padre Rodrigo da Madre de Deus, fez petição ao capítulo geral dos Loios em 1549 para instituir na Feira um convento de cônegos regrantes. Deferida a petição em capítulo, logo tratou o conde D. Diogo de angariar para a futura instituição a igreja paroquial da Feira, a que andava anexa a de S. Mamede de Travanca.

CONVENTO DA FEIRA

Era abade de S. Nicolau da Feira frei Pero Soares, religioso professo de S. Domingos. Renunciou nas mãos do cardeal João Spontino, naquele tempo nuncio em Portugal com poderes de legado *a latere*, o qual alevantou em colegiada as ditas igrejas e lhes concedeu todas as graças e privilégios de que usavam os mais colégios dessa congregação, pela referida bula apostólica de 3 de Julho de 1550.

A 21 de Março de 1555 o reitor dos Loios do Porto, padre Brás de Santa Maria, como procurador do geral, padre Diogo da Ressurreição, tomou posse da igreja paroquial da Feira, no local onde hoje se encontra a Misericórdia, na presença do conde da Feira, D. Diogo. Foram despedidos o cura Nuno de Carvalho e o reverendo Diogo Tavares. A renúncia de frei Pero Soares tinha tido confirmação papal em 16 de Outubro de 1553.

Da igreja de Travanca não podiam tomar posse em vida do abade Tristão Pinto que diziam ser sobrinho do frei Pero Soares. Morto ele, porém, e aos 15 de Novembro de 1565, foi tomada essa posse e transferida a 17 de Dezembro do dito ano para o padre João de Santa Maria reitor do convento dos Loios no Porto e que em Maio seguinte de 1566 foi mandado para a Feira como reitor do novo convento.

ADMINISTRADORES E REITORES

Tendo sido a primeira pedra da nova igreja da Feira colocada solenemente no dia de S. João *ante portam latinam*, aos 6 de Maio de 1560, no sétimo aniversário da morte do padre Rodrigo da Madre de Deus, já deviam estar muito adiantadas as edificações e habitável o convento seis anos depois. Portanto o reitor nomeado para ele não podia ser um simples administrador das obras, recaíndo a escolha, de mais a mais, no reitor cessante da colegiada do Porto. O título seria simplesmente o pretexto, mas não um limite de funções. Na lista desses primeiros superiores figuram cinco que depois foram gerais (dois por três vezes) e este nosso padre Jorge de S. Paulo, principal autor do *Livro e memorial* tem a designação de «padre mestre». Revela ele esta mesma opinião como se vê do que escreveu na folha 42:

O religioso que governava este convento não tem ainda verdadeiro título de reitor porquanto não é nem nunca foi casa colegiada. Sòmente lhe deram título de Administrador das obras, posto que sempre se intitula reitor da Feira, é eleito em capítulo geral pelos votos da

definição, tem mesa travessa como qualquer outro prelado das mais casas. No ano de 1566 aos 30 de Abril fizeram os homens nobres desta vila petição ao capítulo em que pediam se elegeisse reitor para que governasse esta igreja, porquanto dessa concessão e união das igrejas de S. Nicolau e Travanca a este convento, que foi no ano de 1550, era a dita governada por curas sem residência de abade, somente o reitor do Porto de quando em quando acudia às obras do mosteiro, alegando juntamente na petição que o rendimento do curado sem a renda do convento bastava para sustentar ao reitor e seu companheiro e outras coisas que podem ver na petição que está na gaveta 4.ª n.º 10.º Na sobredita petição não está despacho algum do capítulo porém achei que quando se fez o contrato com os fregueses que foi em 17 de Dezembro de 1566 acerca de se mudar a freguesia para o convento se nomeia no contrato o padre João de Santa Maria por reitor desta casa e procurador da congregação para celebrar o contrato, e a petição dos fregueses foi a 30 de Abril do mesmo ano de 1566, de modo que combinadas as eras, foi eleito no capítulo em que se apresentou a petição o padre João de Santa Maria por reitor deste convento assim que foi o primeiro reitor dele e começou no dito ano de 1566. E adverti que este mesmo padre João de Santa Maria no mesmo ano que foi eleito reitor desta casa tinha acabado de reitor do Porto, o que colijo do dia e ano em que tomou posse da igreja de Travanca que foi aos 17 de Dezembro de 1565, como consta do documento da posse que esta na gaveta primeira n.º 11.º e acabou de reitor do Porto no capítulo que se fez daí a cinco meses que foi em Maio de 1566 no qual foi eleito porque em Dezembro da mesma era se nomeia reitor no contrato das freguesias que está na gaveta quarta n.º 8.º e no livro 10 fl. 7 se nomeia também por reitor desta casa.

A lista que vou apresentar começou a escrever-se anteriormente à já publicada neste *Arquivo* e foi talvez a fonte dela, como facilmente se deduz.

O livro 3.º de lembranças examinado pelo escrupuloso cônego A. FERREIRA PINTO (pág. 85 do vol. IV do *Arquivo*), escrito aos 20 dias do mês de Novembro de 1815, é manifestamente decalcado sobre o que tenho aqui e estou copiando, escrito pelo padre mestre Jorge de S. Paulo no ano de 1638. A parte *Fundação* transcrita é uma súmula do que leio na folha 3 do cartapácio aqui presente, só com a diferença do erro evidente na data final que é 1549 e não 1449. A própria lista dos reitores parece copiada do *Livro e memorial*, por-

CONVENTO DA FEIRA

que as omissões e erros correspondem a palavras mais difíceis de ler, pelas caligrafias várias e às vezes arrevezadas ou pela tinta sumida.

Limito-me a copiar a lista dando-lhe mais fácil disposição.

REITORES DO CONVENTO DA FEIRA

«Primeiro R.^o começou no anno de 1566.»

1	João de Santa Maria	1566-1567
2	Francisco de São Tiago	1568-1569
3	Miguel de Santa Maria.	1570-1572
4	António de Cristo	1573-1575
5	Gaspar de Cristo	1576-1577
6	Manuel do Salvador	1578-1580
7	Bartolomeu da Conceição que foi depois três vezes geral	1581-1583
8	António da Cruz, o Velho	1584-1585
9	Belchior da Trindade	1586-1588
10	Pero de Assunção, que foi geral três vezes	1589-1591
11	Baltazar de Castro Sodré que foi geral	1592-1594
12	Álvaro de Santa Maria	1595-1597
13	Manuel da Conceição, o Couto	1598-1600
14	António da Cruz da Marante (<i>sic</i>)	1601-1603
15	Lopo das Chagas	1604-1606
16	Manuel da Cruz que foi geral	1607-1608
17	Paulo da Conceição	1609-1614
18	Manuel da Conceição Botelho	1615-1617
19	João de Sam Paulo	1618-1620
20	Miguel do Espirito Santo que foi geral	1621-1629
21	Manuel da Cruz, 2. ^a vez	1630-1632
22	João de Sam Miguel	1633-1635
23	Padre mestre Jorge de Sam Paulo	1636-1638
24	Pantaleão de Sam Tiago	1639-1641
25	Manuel da Cruz	1642-1644
26	Teodósio de São João	1645-1647
27	António da Anunciação Barreto	1648-1649
28	Teodósio de São João, 2. ^a vez (por outra letra:) neste se acabou a administração das obras	1650-1652
29-1	Paulo da Trindade, 1. ^o reitor eleito por votos de toda a religião	1653-1655
30-2	Gaspar de Santa Maria Cabral	1656-1658
31-3	Inácio da Assunção	1659-1661
32-4	António da Madre de Deus Chichorro	1662-1664
33-5	João dos Mártires	1665-1667
34-6	Manuel da Purificação Magalhães Assina «Manuel da Purificação, reitor» na folha 35 verso.	1668-1670
35-7	Jacinto da Conceição	1671-1673
36-8	João do Evangelista, que foi geral	1674-1676
37-9	António de Santa Margarida	1677-1679
38-10	Bento da Esperança.	1680-1682
39-11	Francisco das Chagas	1683-1685
40-12	Padre mestre Silvestre de Santo Isidoro	1686-1688
41-13	Francisco do Espirito Santo Cintra	1689-1691
42-14	João da Graça	1692-1694
43-15	Manuel de Santo Agostinho	1695-1697

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

44-16	Padre mestre Jerónimo da Anunciação	1698-1700
45-17	Francisco do Evangelista	1701-1703
46-18	Manuel da Anunciação do Porto.	1704-1708
47-19	António da Esperança do Porto	1709-1711
48-20	Brás da Purificação.	1712-1714
49-21	Manuel dos Anjos <i>Na folha 103 o reitor Crispiniano chama-lhe «padre mestre.» Na folha 274 diz-se «Manuel dos Anjos, natural de S. Varão» e assina no verso «Manuel dos Anjos, reitor.» É portanto o mesmo de 1728 (54-26).</i>	1715-1717
50-22	Padre pregador Diogo da Anunciação	1718-1720
51-23	Padre pregador Jerónimo de São Bernardo	1721-1723
52-24	Cónego pregador geral Crispim da Madre de Deus Crispiniano <i>Na folha 198 verso escreveu e assinou: Aos 24 de Março de 1727.. alcançou este Convento sentença... Crispiniano, reitor.» Nota posterior da sua letra: «Também vencemos no Porto.»</i>	1724-1726
53-25	Padre pregador António de São Bento de Braga Este renunciou e se fez vigário e reitor:	1727
54-26	Manuel dos Anjos de São Varão (2. ^a vez) O qual também renunciou no terceiro ano e foi eleito 2. ^o vigário reitor:	1728
55-27	Padre pregador Sebastião de Santo António, de Anadia	1729
56-28	João de São Bernardo, de Guimarães	1730-1732
57-29	Padre pregador Domingos da Esperança, de Matosinhos O qual na 3. ^a visita do seu triénio foi para o Porto e ficou seu vice reitor governando mais um ano que houve suputoria (sic) por se furtar a arca dos votos.	1733-1735
58-30	Padre pregador José da Anunciação Evangelista, do Porto	1737-1739
59-31	Simão de Santa Teresa de Jesus, que renunciou no 1. ^o ano e se elegeu vigário reitor no 2. ^o ano até o fim	1740
60-32	José de Santo António	1741-1742
61-33	Cónego Manuel da Visitação, que renunciou e acabou o triénio.	1743
62-34	Sebastião de Santa Ana Torres	1743-1745
63-35	Tomás de Santa Maria, de Braga	1746-1748
64-36	Paulo da Assunção, do Alentejo	1749-1751
65-37	Egídio de Santa... (1), de Soure	1752-1754
66-38	Pedro de São Joaquim de... (2), de Soure	1755-1757
67-39	Cónego mestre Manuel de Santo António, de Lamego	1758-1767
68-40	Manuel de Santo Albino, do Porto, até Outubro de 71 <i>(Na folha 276 verso, em data de 12 de Dezembro de 1760, e na folha 292 verso, em data de 9 de Setembro de 1760, assina com boa caligrafia: Manuel Albino de Sousa, reitor.)</i>	1768-1771
69-41	José do Santo António Leygal, do Porto, de Novembro de 71 até Outubro de 75	1771-1775
70-42	Teodoro de Santa Clara, de Lisboa, vice reitor desde 16 de Outubro até 11 de Julho de 76	1775-1776
71-43	Domingos de Santa Rosa, de Encourados, de 11 de Julho de	1776
72-44	Padre mestre Vicente de São Carlos Lisboa, de Lisboa	1777-1780
73-45	Joaquim José Lopes da Costa, do Porto	1780-1786

(1) Nome que não leio, mas não pode ser Helena.

(2) Nome que não leio.

CONVENTO DA FEIRA

74-46	Gregório Luis Frutuoso, do Porto	1786-1788
75-47	José da Madre de Deus Barreto, do Douro.	1780-1790
76-48	António de Pádua Correia de Sousa, do	1790-1792
77-49	Padre mestre Alexandre Carlos de Magalhães, de Lisboa	1792-1794 1795-1797
78-50	José Camelo Cotrim.	1798-1800
79-51	Joaquim José Loureiro, de Braga	1801-1803
80-52	Custódio José de Araújo e Silva, da Povia de Lenhoso	1804-1806
81-53	Joaquim Feliciano de Abreu, do Pico de Regalados.	1807-1809
82-54	Joaquim de Azevedo, dos Arcos de Ponte do Lima	1810-1812
83-55	José Duarte Coelho, de Vila do Conde	1813-1815
84-56	António Rodrigues de Sousa Vale, de Valongo do Porto	1816-1818
85-57	José Duarte Coelho de Amorim, de Vila do Conde	
86-58	Tomás de Aquino Pereira de Sã Farinha, da freguesia de Barreiro de ao pé do Porto	1819-1821
87-59	João Paulo Carneiro de Sã Barbosa Bezerra, de Vila do Conde	1822-1924
88-60	Manuel da Silva Cerqueira, de Braga	1825-1827
89-61	João Nunes de Matos, do Porto	1828-1830
90-62	António Baptista da Silva, de Braga (1)	1831

CAPELA-MOR

No mesmo cartapácio, o padre mestre Jorge de São Paulo elucida outro caso complicado relativo à igreja do Espírito Santo no convento de S. João Evangelista, actualmente paróquia de S. Nicolau da Feira.

Diz a tradição que a capela-mor era pequena, pelo que D. Inês de Castro, filha de um conde da Feira, a mandou reconstruir à sua custa.

Verifica-se que o conde D. Diogo deixou a capela-mor incompleta e foi refeita depois da morte da D. Inês, sua irmã.

Leiamos o escrito pelo padre mestre Jorge de S. Paulo na folha 16 verso:

No ano de 1580 contratou o conde D. Diogo, fundador, com o mestre de pedraria Jerónimo Luís para que fizesse a capela-mor na forma que lhe apontava no contrato em preço de 180\$000 reis e quarenta alqueires de trigo e quarenta de segunda e uma pipa de vinho...

Esta capela se principiou e não se acabou por nesse tempo morrer o conde D. Diogo e o conde D. João, seu neto, que lhe sucedeu, não tratou disso: ou por andar ausente ou por não ter *tanto espirito* como o conde seu avô. (As palavras em itálico foram riscadas e por cima outra caligrafia escreveu: *tantas posses*.)

(1) Este não está na lista do *Livro e memorial*.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Segue a narração na folha 17 verso:

O certo é que D. Leonis, irmão do devoto conde D. Diogo e de D. Inês de Castro sua irmã, mandou fazer uma capela neste convento, o que ficou à conta da senhora D. Inês que devia de ser por alguma herança do D. Leonis seu irmão.

Na gaveta 4.^a n.º 9.º está um papel de que consta que a senhora D. Inês era obrigada a fazer a capela de seu irmão D. Leonis, cujos ossos se não sabe onde estão.

Este D. Leonis, filho bastardo do terceiro conde da Feira D. Manuel Pereira, notabilizou-se em Malaca a ponto de ser cantado num soneto por CAMÕES. Ao mesmo tempo militava também na Índia outro irmão, D. João Pereira, filho do primeiro matrimónio do conde D. Manuel com a condessa D. Isabel de Castro, filha do primeiro conde de Tarouca D. João de Meneses.

Continuemos lendo o padre mestre Jorge de S. Paulo na folha 20:

D. João Pereira, irmão do conde D. Diogo fundador deste mosteiro, vindo das partes da Índia morreu no mar, tinha feito seu testamento em que mandou o seguinte: *Mando que se me faça uma capela de Nossa Senhora em Portugal no Mosteiro do Espírito Santo na Feira à custa de minha fazenda, e o instituidor dela quero que seja o conde meu irmão e seu filho D. Manuel Pereira e deixo para nela se me dizer uma missa perpétuamente em cada ano vinte mil reis de juro os quais mando se comprem com minha fazenda para a esmola e sustentação do padre que a disser e não se acabando o mosteiro mando que se me faça a dita capela assim e da maneira que dito é em S. Nicolau. Onde se fizer a capela se trasladarão os ossos de meu pai e de minha mãe e a missa que se disser seja por minha alma e de meus defuntos.*

Segue na folha 19:

D. Inês de Castro, como herdeira que foi de seu irmão D. João Pereira e obrigada da verba do seu testamento... mandou em seu testamento se fizesse a capela mor...

Deixara explicado na folha 17:

O conde D. Diogo seu irmão e D. Inês de Castro sua irmã e Álvaro Peres de Andrade seu cunhado (viúvo

CONVENTO DA FEIRA

de outra irmã D. Guiomar de Castro, filha das segundas núpcias do conde D. Manuel com a condessa D. Francisca Henriques) foram seus herdeiros e testamenteiros (do D. João Pereira) e porque não quiseram nunca cumprir este legado da capela fizeram os padres petição ao juiz das capelas mandasse fazer esta capela conforme ao legado de D. João; que devia de ser no ano de 1595 em que já o conde D. Diogo era falecido; o que por então não teve efeito até que morreu a senhora D. Inês de Castro herdeira de D. João e sua irmã, mandou em seu testamento se fizesse a capela mor do convento sob a invocação do Espírito Santo por respeito de uma ermida que estava neste sítio onde se fundou o mosteiro que tinha a mesma invocação...

Foram testamenteiros de D. Inês D. António Pereira de Meneses seu sobrinho e D. Manuel Pereira, inquisidor, chamado o Cabrinha (também filho bastardo do irmão D. João Pereira. Morreu em Lisboa, como escreve o mesmo padre Jorge de S. Paulo na folha 262. Deixou um legado à igreja da Feira que não foi aceite por o seu testamenteiro Vasco Pereira César «não querer vir no que era justo»). Estes dois testamenteiros puseram logo em efeito esta última vontade de sua tia D. Inês de Castro de modo que aos seis de Abril de 1618 se lançou a primeira pedra depois de se ter desfeito a obra velha e se tem gastado na capela dois contos seis centos e oitenta mil reis, como consta dos livros, que são por outra conta seis mil e setecentos cruzados, até o ano de 1628 (emendado para 1638).

A grandeza e majestade da capela mor demandava outro cruzeiro mais alteroso do que estava feito antes de se começar a capela mor, e assim o padre geral Ambrósio de Santo Agostinho, à petição de D. António Pereira de Meneses, mandou ao padre reitor Miguel do Espírito Santo começasse a obra do cruzeiro proporcionada à obra da capela mor, em que não houve contrato algum entre nós e D. António e D. Manuel Pereira que ainda então era vivo, mais que ficar em seu querer quererem dar alguma ajuda para obra tão majestosa. O padre geral lançou a primeira pedra do cruzeiro quarta feira 30 de Julho de 1625, sendo mestre da obra Francisco Carvalho, do Porto e por sua morte entrou Valentim Carvalho, morador também no Porto. Tem-se gastado na dita obra do cruzeiro até o ano de 1639 três contos trezentos sessenta e seis mil trezentos setenta e seis reis: a saber um conto e novecentos mil reis das rendas do convento e um conto e quatrocentos sessenta e seis mil trezentos e setenta e seis reis que deu D. António Pereira

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

de Meneses, seu e do juro de D. Inês, e do restante de sua fazenda.

Não preciso acrescentar nada ao que escreveu o meu bom informador, testemunha presencial de uns factos e consciencioso e documentado crítico de outros.

A iniciativa da construção de uma capela para sepultura dos condes da Feira pertence ao heroico D. Leonis que, no dizer de CAMÕES, fez em Malaca

Mais de que Leonidas fez em Grécia.

Seguiu-lhe o exemplo ou teve o mesmo intento o seu irmão D. João e, como herdeira de ambos, repetiu e ampliou esse desejo a irmã D. Inês de Castro. Mas afinal não foi esta nem aqueles quem fez a capela mor. Vieram a ser os testamenteiros da D. Inês, os quais, como em cumprimento das suas disposições procediam, puseram lá a lisonja das armas dela. Resta-me só dizer que as erraram. A D. Inês casara e viuviu. Portanto a lisonja das suas armas devia ser bipartida e ter ao lado da cruz dos Pereiras o brasão do marido que seria o dos Vila Real pinchado de bastardia, por isso que o vice rei da Índia D. António de Noronha era bastardo de D. João de Noronha, filho também ilegítimo do segundo marquês de Vila Real.

Fecho com esta nota heráldica porque a simplicidade da lisonja posta na capela-mor me levou a atribuir erradamente a sua construção a outra D. Inês de Castro filha de um que não chegou a ser conde da Feira. O pai desta, D. Manuel Pereira, não teve o título por morrer em vida do seu pai que era este D. Diogo, quarto conde da Feira. Não era filha do conde, mas era neta de um e irmã de outro, tornando assim fácil uma errónea tradição. Por último, apurei que esta D. Inês se chamava simplesmente D. Margarida da Silva e morreu em 1646.

Feira, 12 de Abril 1949.

VAZ FERREIRA

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DAS FORMAÇÕES GEOLÓGICAS DO DISTRITO DE AVEIRO

DEPÓSITOS DE SOPÉ NO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

1 — Nos flancos das montanhas em que afloram rochas duras, como por exemplo, quartzitos, é frequente encontrar-se extensos e espessos mantos de cascalho que muitas vezes ocultam completamente os afloramentos.

Estes depósitos de sopé quando lapidificados e com a forma de cones aluviais são designados por fanglomerados (1).

A sua génese está relacionada com condições climáticas particulares.

Estas condições não só favorecem uma intensa desagregação dos afloramentos rochosos, mas ao mesmo tempo contribuem para facilitar o transporte dos produtos da desagregação para pontos cada vez mais afastados do flanco da montanha.

Tem sido aceite que condições áridas com períodos em que as chuvas teriam carácter torrencial são indispensáveis para a formação deste tipo de depósitos.

2 — Em Portugal (2, 3, 4, 5) tem sido recentemente chamada a atenção para este tipo de depósitos.

Na Beira Baixa (2, 3) eles ocupam grandes extensões assim como entre o Vouga e o Mondego (4, 5).

Estes depósitos, em geral, estão relacionados com linhas de relevo em que predominam os quartzitos, principal fonte fornecedora dos seus detritos.

São provavelmente depósitos pliocénicos acumulados durante a regressão vilafranqueana ou em parte durante a regressão pontiana.

Também, no concelho de Oliveira de Azeméis, se encontram depósitos deste tipo, mas numa escala relativamente mais pequena.

3— A estrutura do concelho de Oliveira de Azeméis é influenciada por duas séries de elevações, sensivelmente paralelas, que correm na região oriental do concelho, mais ou menos na direcção norte-sul.

Estas séries são quase exclusivamente constituídas por quartzitos compactos ou mais ou menos xistosos.

Algumas camadas são constituídas por quartzitos menos consistentes que se desagregam numa areia fina pela pressão dos dedos.

As duas séries de quartzitos estão separadas por uma mancha de rochas sedimentares intensamente metamorizadas, em que predominam filites atravessadas por filões quartzosos hidrotermais, muitos deles mineralizados; aqui e acolá, afloramentos gnáissicos surgem por entre as filites.

É entre as duas séries de quartzitos, a N do rio Antuã, entre Nogueira do Cravo e Pindelo, que se estende um depósito clástico com características dos fanglomerados.

A estrada de Pindelo para Nogueira do Cravo corta o depósito a algumas dezenas de metros a ocidente do lugar designado por Carro Quebrado.

O depósito não está em contacto imediato com os quartzitos; afloramentos de filites separam-no dos quartzitos da série mais oriental, acentuando-se assim a independência entre o depósito e a actual brecha de vertente.

O depósito é constituído por um aglomerado de blocos e seixos de quartzito, filite e micaxisto, com distribuição mal calibrada, aglutinados por uma matriz argilosa pigmentada de amarelo ou vermelho.

O depósito é pouco espesso e não tem espessura uniforme.

O cascalho argiloso do depósito apresenta um certo grau de lapidificação, de modo que não será impróprio designá-lo por fanglomerado.

Areia argilosa associa-se ao cascalho, mas as superfícies de separação destes dois tipos de sedimentos são irregulares e mal definidas, de modo que não se observa estratificação.

4— A forma dos seixos e blocos do depósito denuncia um certo transporte posto em evidência pelo desgaste relativamente acentuado daqueles elementos detríticos.

FORMAÇÕES GEOLÓGICAS DO DISTRITO

Pode dizer-se que as arestas vivas que os fragmentos de quartzo e quartzito apresentam imediatamente após a desagregação dos seus afloramentos foram mais ou menos embotadas.

Para definir esse desgaste e exprimir numéricamente a forma dos seixos, determinei o seu grau de redondeza num plano pelo processo visual criado por KRUMBEIN (6).

WADELL (7) definiu a redondeza total num plano de um fragmento pela expressão:

$$\frac{\Sigma \left(\frac{r}{R} \right)}{N}$$

em que r é o raio de curvatura de um canto ou vértice do fragmento, R o raio do círculo máximo inscrito na sua projecção sobre o plano de medida e N o número de cantos.

A redondeza dá uma ideia do desgaste que os fragmentos sofreram durante o transporte e permite-nos ter uma ideia da sua forma evitando o uso de termos vagos e subjectivos, tais como, muito rolado, pouco rolado, anguloso, subanguloso, etc.

Os resultados obtidos estão reunidos no quadro seguinte e com eles se obtiveram os elementos para o traçado dos gráficos das figuras 1 e 2.

Os valores obtidos mostram que:

a) Os fragmentos colhidos nos locais da desagregação dos afloramentos têm redondezas médias pequenas: 0.16 para os fragmentos de quartzo e 0.25 para os fragmentos de quartzito;

b) O transporte fez aumentar o grau de redondeza;

c) Os seixos de quartzito têm graus de redondeza maiores que os de quartzo.

Este facto pode explicar-se pelo grau de dureza mais elevado dos seixos de quartzo; portanto, o efeito do desgaste é menos acentuado.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

	QUARTZO		QUARTZITO	
	Grau de redondeza média	N.º de seixos	Grau de redondeza média	N.º de seixos
Fragmentos colhidos nos locais de desagregação dos afloramentos rochosos.	0.16	25	0.25	33
Seixos colhidos nos depósitos.				
Estação OA-1	0.43	32	0.65	30
Estação OA-3	0.29	40	—	—
Estação OA-5	0.38	18	0.55	45
Estação OA-6	0.37	11	0.53	24

LOCALIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES:

- Estação OA-1:* Corte da estrada Nogueira do Cravo—Pindelo, 150 m. a ocidente de Carro Quebrado (Pindelo).
- Estação OA-3:* 300 m. NE de Carro Quebrado.
- Estação OA-5:* Ribeira, 300 m. a ocidente da estrada Pindelo — Nogueira do Cravo.
- Estação OA-6:* 500 m. NE da ponte sobre a ribeira de Cavaleiros e na qual passa a estrada Bustelo — Nogueira do Cravo.

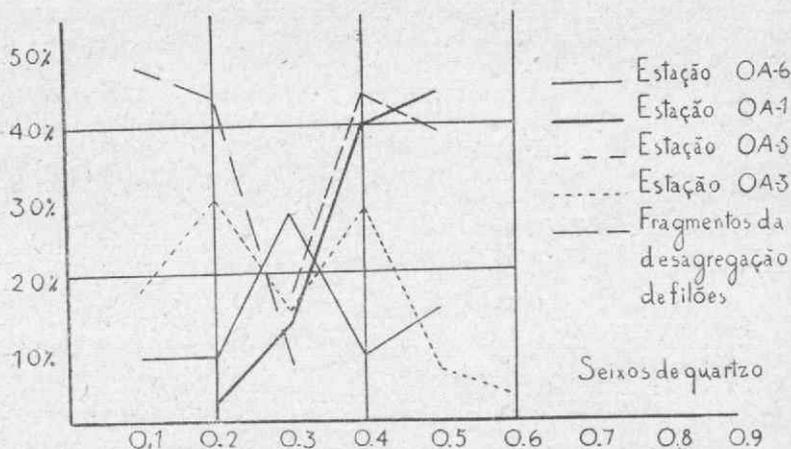


Fig. 1 — Gráfico da frequência do grau de redondeza dos seixos de quartzo

FORMAÇÕES GEOLÓGICAS DO DISTRITO

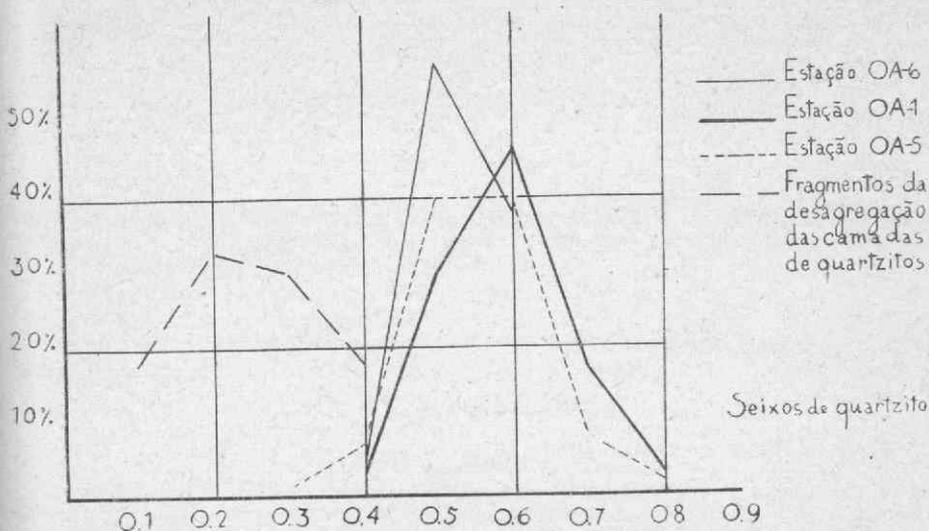


Fig. 2 — Gráfico da frequência do grau de redondeza dos seixos de quartzito

Os valores 0.50 e 0.60 mais frequentes nos seixos de quartzito do que nos de quartzito correspondem a uma forma *mais rolada* do que os valores 0.1 a 0.4 (mais frequentes nos seixos de quartzito).

O aumento do grau de redondeza num percurso relativamente pequeno (os depósitos mais afastados da série oriental dos quartzitos encontram-se mais ou menos a dois quilómetros daquela série) pode ser tomado como indicação do carácter torrencial do curso que transportou os detritos.

Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra, Fevereiro de 1949.

G. SOARES DE CARVALHO

(Bolsheiro do Instituto para a Alta Cultura)

BIBLIOGRAFIA

- (1) TWENHOFEL (W.) — *Principles of sedimentation*. New York, 1939.
- (2) RIBEIRO (O.) — Notas sobre a evolução morfológica da orla meridional da Cordilheira Central entre Sobreira-Formosa e a fronteira — *Bol. Soc. Geol. de Portugal*, vol. 1, fasc. 2. Porto, 1942.
- (3) RIBEIRO (O.) — Novas observações geológicas e morfológicas nos arredores de Vila-Velha-de-Ródão — *Publicações Museu e Lab.º Min.º e Geol. da Faculdade de Ciências do Porto*, n.º XXXII, 2. série. Porto, 1943.
- (4) CARVALHO (G. S.) — Depósitos Detríticos Pliocénicos dos Arredores de Coimbra — *Rev. Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, vol. XVII, 1948.
- (5) CARVALHO (G. S.) — *Les Dépôts des Terraces et la Paléogéographie du Pliocène dans la Bordure Meso-cénozoïque Occidental du Portugal* (em publicação).
- (6) KRUMBEIN (W. C.) — Measurement and Geological Significance of Shape and Roundness of Sedimentary Particles — *J. of Sedimentary Petrology*, vol. II, n.º 2. Wiscosin, 1941.
- (7) WADELL (H.) — Volume, Shape, and Roundness of Rock Particles — *J. of Geol.*, vol. XL. Chicago, Illinois, 1932.

bibRIA

UMA CARTA DO COMANDANTE ROCHA E CUNHA SOBRE A DEFESA DA PRAIA DE ESPINHO

QUANDO o mar, em 1944, uma vez mais invadiu a martirizada praia de Espinho, causando sérios estragos e graves apreensões, propus-me chamar, na Assembleia Nacional, a atenção do Governo para a necessidade de promover com urgência as convenientes obras de defesa.

Fiel ao propósito de só intervir quando pudesse fornecer qualquer contribuição útil para o estudo e solução dos problemas, e tratando-se, como se tratava, de assunto que me era absolutamente desconhecido, procurei esclarecer-me sobre as causas do fenómeno que se verificava em Espinho e sobre os processos de remediar os seus efeitos desastrosos.

Uma das pessoas que desejei ouvir foi o saudoso Comandante SILVÉRIO RIBEIRO DA ROCHA E CUNHA, a quem o meu amigo Eduardo Cerqueira teve a bondade de entregar uma carta minha, em que pedia o obséquio de algumas informações.

Com a sua proverbial gentileza, o ilustre oficial da nossa Armada, cuja extraordinária modéstia mais realçava a sua invulgar competência, respondeu-me prontamente com a interessantíssima carta que segue:

Ex.^{mo} Senhor Dr. António Christo,
meu prezado Amigo

Sobre o assunto da carta de V. Ex.^a que me apresentou o nosso amigo Cerqueira, só posso informar o seguinte:

Sobre a defesa da costa de Espinho, onde há mais de cinquenta anos se verifica o fenómeno de transgressão marinha, disse-me o Engenheiro Von Haffe que houve

várias opiniões acerca dos processos a empregar, e que fora ele o autor do projecto de defesa por meio de redentes de pedra, convenientemente orientados e prolongados para o mar. Disse-me ele que este projecto, o qual foi executado, era o único viável. Os redentes diminuem a velocidade das correntes, promovem assim depósito de areias, e estabilizam as praias. Devem ser, como todas as obras desta natureza, cuidadosamente vigiados, e oportunamente fortalecidos, quando se verifica o abaixamento resultante das infra-excavações ou demolições causadas por temporais, especialmente em costa desabrigada, muito batida, como é a de Espinho. Parece que os redentes de Espinho deram resultado. É necessário construir outros, ou apenas reparar os actuais?

Depois da abertura da Barra Nova de Aveiro, em 1808, ficou alterado o regímen de correntes no local; a praia de S. Jacinto (margem da Ria) começou a ser fortemente corroída pelas correntes; Luís Gomes de Carvalho construiu redentes para a defender e com resultado. Os seus sucessores, incluindo o General Silvério, cuidaram sempre da sua conservação e melhoramento. Só foram demolidos depois da construção das novas obras do porto; a margem de S. Jacinto passou a ser defendida por muralha de revestimento, mas devemos notar que se trata de margem lagunar que é muito mais abrigada que a margem marítima completamente desabrigada. Há outro exemplo que conheço: a praia marítima do Lobito, perigosamente corroída pela corrente, a ponto de o mar ameaçar a segurança da cidade, foi defendida com sucesso pelo emprego de redentes. Creio que foi o Engenheiro Craveiro Lopes que os construiu.

Os fenómenos de transgressão marinha têm-se produzido em várias costas: Inglaterra, Irlanda, Bélgica, etc. Quais as suas causas? O assunto é muito complicado. Alterações do regímen de correntes? Movimentos tectónicos das costas, que, como báscula, se elevam nuns pontos e *baixam* noutros? Creio que não foram feitos estudos na costa portuguesa que permitam determiná-las. Creio que está neste caso a influência dos molhes do porto de Leixões. Creio que o fenómeno que durante tão longo período se tem verificado na praia de Espinho não é simples *emagrecimento* da praia, como, em certas condições de mar e tempo, se produz na praia do Farol, por exemplo, mas que já demoliu a casa do sinal sonoro e obrigou à demolição da casa abrigo do carro portacabos dos S. a Naufragos.

Não sei, ou antes, duvido que tão pouco saber possa esclarecer V. Ex.ª

UMA CARTA DO COMANDANTE ROCHA E CUNHA

Desejo a saúde de V. Ex.^a e subscrevo-me com a maior consideração de V. Ex.^a

Amigo reconhecido

Aveiro, 18-3.º-44

P. S. — Creio que um engenheiro esclarecerá melhor V. Ex.^a.

Rocha e Cunha.

Afigura-se-me que esta carta bem merece, por muitos títulos, ser guardada nas páginas do *Arquivo*.

O assunto dela é de indiscutível interesse para a região e, muito particularmente, para Espinho.

Por outro lado, não são de desprezar os ensinamentos que encerra, magnífico contributo para a solução de um grave problema.

E, finalmente, a publicação da carta constitui uma homenagem ao seu ilustre Autor: o Comandante ROCHA E CUNHA, que continuará vivendo na saudade de quantos o conheceram, revela naquelas poucas linhas, apressadamente escritas, algumas das muitas qualidades que o impuseram à estima e consideração de todos — a sua invulgar competência, a sua absoluta probidade, a sua encantadora modéstia, a sua extrema gentileza e o grande amor que sempre votou aos problemas da sua terra e da sua região.

Aveiro, 14-11-1949.

ANTÓNIO CRISTO

A SANTA INQUISIÇÃO NO DISTRITO DE AVEIRO

(Continuado de pág. 78)

1742 — Arouca — Bento José Leite Cabral, nascido e morador na quinta de Eiriz, freguesia de S. Salvador do Vale de Arouca, ajustado em 1748 para casar com D. Antónia Micaela da Silva; filho de Diogo Leite Cabral, da dita freguesia do Vale de Arouca, e de D. Joana Jacinta de Matos, da vila de Ovar, bispado do Porto; neto paterno de António Tavares, da freguesia do Vale de Arouca, e de D. Mecia de Berredo, da freguesia de Almacave, em Lamego; neto materno de Manuel da Rocha Tavares, de vila da Feira, e de D. Maria de Matos, de Ovar.

D. Antónia Micaela da Silva era nascida e moradora na quinta de Siqueiros, freguesia de S. Tiago de Piães, no bispado de Lamego; era filha de Cristóvão da Silva e de D. Maria Vitória da Silva, ele da dita quinta de Siqueiros, e ela de Fontela, freguesia de S. João de Alpendurada, no bispado do Porto; neta paterna de Diogo Alvares e de Joana da Costa, ambos da dita quinta de Siqueiros; materna de Manuel Freire Pinto e de Páscoa Maria Valente, ambos de Fontela. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em Julho de 1742. M. 10, n.º 153.

1700 — Aveiro — Bento de Marís Pinheiro, nascido e morador na vila de Aveiro, homem nobre e abastado, ajustado em 1697 para casar com D. Joana Travassos; em 1705 novamente ajustado para casar com Brites Godinha de Figueiredo; em 1717 novamente ajustado para casar com D. Teresa Feliciano da Silveira Mascarenhas. Era filho de Miguel Marís Pinheiro, natural de Avelãs de Cima, e de Tomásia da Fonseca de Aveiro; neto paterno de Manuel Pinheiro de Marís, de Avelãs de Cima, e de Maria Bela, da vila do Crato; neto

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

materno de Pedro de Avelar e de Maria de Almeida, ambos de Aveiro.

D. Joana Travassos era filha de João Travassos da Costa, da Vila de Pereira e de D. Merciana de Vasconcelos, de Verdemilho, concelho de Ílhavo, e aí moradores; neta paterna de Manuel Travassos, da Vila de Pereira; e de Serafina Moniz, da Vila de Penela; neta materna do licenciado Manuel Mendes de Barbuda e Vasconcelos, de Verdemilho, e de Maria Gomes, de Aveiro.

Brites Godinha de Figueiredo era filha de Agostinho Coelho de Figueiredo, familiar do Santo Officio, e de Maria de Resende e Paiva, ambos de Esgueira.

D. Teresa Feliciano da Silveira Mascarenhas era natural da freguesia de Tiago de Besteiros, bispado de Viseu; filha de João Pereira Mascarenhas, e de D. Mariana Cardoso de Mesquita, ambos de Besteiros; neta paterna do Dr. Manuel de Mascarenhas, também de Besteiros, e de Maria Pereira d'Eça, de Aveiro, moradores em Besteiros; neta materna de António Cardoso de Castelo Branco, natural de Viseu e morador na sua quinta de Souto de Rei, e de Maria Mesquita Correia, nascida e moradora na dita quinta de Souto de Rei, freguesia de S. Salvador de Castelhanos, bispado de Viseu. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 30-12-1700. M. 4, n.º 70.

1707 — Aveiro — Bento de Maris Pinheiro, nascido e morador em Aveiro, freguesia do Espírito Santo, escrivão da câmara de Ílhavo, ajustado em 1708 para casar com Maria de Santiago Ferreira; filho do capitão Roque de Crasto e de Isabel de Maris, ambos nascidos e moradores na sua quinta do lugar de Verdemilho, freguesia de S. Pedro de Arada; neto paterno de António Fernandes de Crasto e de Margarida Jorge, ambos de Verdemilho; neto materno de Luís Pinheiro de Maris e de Isabel do Couto, ele natural de Verdemilho e ela de S. Miguel de Aveiro, tudo no bispado de Coimbra, comarca de Esgueira.

Maria Santiago Ferreira era natural de Aveiro e filha de João Lopes Figueira e de Maria Ferreira; neta paterna de Francisco Lopes Figueira e de Isabel Migueis, todos da freguesia do Espírito Santo da vila de Aveiro; neta materna de Sebastião Álvares e de Isabel João, ele de Aveiro e ela de Oliveira do Bairro, tudo no bispado de Coimbra. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 27-8-1706. M. 6, n.º 92.

1638 — Aveiro — Bento Nogueira, mercador, morador em Aveiro, casado com Sebastiana das Neves; filho de João Nogueira e de Antónia Gomes, nascidos e moradores na freguesia da Vitória, da cidade do Porto; neto paterno de

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Gonçalo Afonso e de Maria Afonso, ambos da freguesia de Grijó; neto materno de Francisco Gomes, natural de Vila do Bispo, e de Marinha Antónia, da freguesia da Vitória, do Porto.

Sebastiana Neves era filha de André Fernandes, da vila de Esgueira, e de Maria Fernandes, de Aveiro, freguesia da Vera Cruz; neta paterna de Mateus Fernandes e de Maria Dias, ambos de Esgueira; neta materna de Bastião Dias e de Antónia Fernandes, ambos da Vera Cruz, Aveiro.

Foram reprovadas as diligências em 1638. Inq. de Coimbra. M. 1, n.º 14.

1751 — Aguada de Cima — Bento Ferreira Rangel, proprietário, nascido e morador na vila e freguesia de S.ta Eulália de Aguada de Cima, Bispado de Coimbra; filho de Manuel Ferreira e de Maria André, ambos da mesma freguesia; neto paterno de Domingos Simões, do lugar de Belazaima a Velha, freguesia de S. Pedro, e de Maria Ferreira, do lugar de S. João da Azenha, freguesia de S. Vicente de Sangalhos, ambos moradores em Aguada de Cima; neto materno de Manuel Jorge e de Catarina André, ambos do mesmo lugar de Aguada de Cima.

Foram reprovadas estas diligências em 1751. Inq. de Coimbra. M. 1, n.º 16.

1722 — Bemposta — Bernardo Cardoso da Cunha, juiz de fora da vila de Arronches, natural da freguesia de S. Paio da vila de Bemposta, bispado de Coimbra; filho do capitão António Cardoso da Cunha, familiar do Santo Ofício, e de Cristina Teixeira Rebelo, ambos da mesma freguesia; neto paterno de Manuel da Cunha de Faria e de Isabel Cardoso de Figueiroa, moradores na sua quinta de Fonte Chã, da freguesia de Bemposta; neto materno de Domingos Teixeira Rebelo e de Maria da Conceição, moradores na sua quinta do Béco, freguesia de S. Pedro de Valongo, no bispado de Coimbra. O habilitando era sobrinho materno de João Teixeira Rebelo, familiar do Santo Ofício, e recebeu carta de familiar em 21-7-1722.

Com este processo encontra-se o do irmão do habilitando, Manuel Cardoso da Cunha. Inq. de Coimbra. M. 5, n.º 81.

1714 — Aveiro — Bernardo Ferreira de Vasconcelos, bacharel pela Universidade de Coimbra, juiz de fora em Pombal, natural da vila de Aveiro, ajustado em 1718 para casar com D. Angélica Maria de Vasconcelos; filho de Manuel Arrais de Vasconcelos e de Mariana Ribeiro de Miranda, ele de Oliveira do Bairro e ela de Aveiro; neto

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

paterno de Paulo Ferreira de Vasconcelos e de Antónia Ferreira, naturais de Oliveira do Bairro; neto materno de Custódio Gomes Carvão e de Isabel Miranda de Paiva, ambos de Aveiro.

D. Angélica Maria de Vasconcelos era natural da freguesia de Fermelã, filha de Manuel de Pinho Valente, também de Fermelã, e de Josefa Maria de Vasconcelos, de Oliveira do Bairro; neto paterna de Manuel de Pinho Valente, natural do Couto, freguesia de Salreu, e de Conceição Brandoa, de Frossos; neta materna de António de Miranda Cabral, da vila de Aveiro, morador em Oliveira do Bairro, e de Maria Ferreira de Vasconcelos, de Oliveira do Bairro. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 31-7-1714. M. 4, n.º 70.

1660 — Oliveira de Azemeis — Bibiano Pinto da Silva, clérigo, notário apostólico, nascido e morador em Oliveira de Azemeis, bispado do Porto; filho de Domingos Pinto e de Jerónima de Pinho, ambos de Oliveira de Azemeis; neto paterno de Francisco António e de Antónia Pinto, ambos moradores na freguesia de S. Pedro de Canedo; neto materno de Francisco Dias e de Jerónima de Pinho, ambos de Oliveira de Azemeis. Inq. de Coimbra. Provisão de escrivão do Santo Officio em 12-7-1660. Ficou exercendo o cargo em Oliveira de Azemeis. M. 1, n.º 1.

1746 — Aguada de Cima — Brás Ferreira de S. José, clérigo, bacharel em cânones pela Universidade de Coimbra, natural e morador do lugar de Forcada, freguesia de S.^{ta} Eulália de Aguada de Cima, bispado de Coimbra; filho do capitão João de Oliveira Ferreira, natural do mesmo lugar e de Maria Antónia já falecida, da freguesia de S. Martinho de Aguada de Baixo; neto paterno de João de Oliveira, de Aguada de Cima, lugar da Forcada, e de Francisca Ferreira, de Aguada de Baixo, todos moradores na Forcada; neto materno de Marcos Dias, de Aguada de Baixo e de Maria Antónia, natural do Couco do Barro, freguesia de S.^{to} André, moradores em Aguada de Baixo. Inq. de Coimbra. Provisão de notário do Santo Officio em 12-11-1746. M. 4, n.º 53.

1712 — Aguieira — Brás Pinheiro da Rocha, homem nobre e honrado, natural e morador da vila de Aguieira, freguesia de S. Pedro de Valongo, bispado de Coimbra, de 23 anos, proprietário; filho de Manuel Pinheiro da Rocha, natural de Travassô, do mosteiro de Grijó, comarca de Esgueira, morador em Aguieira; e de Antónia Pinheiro, do lugar de Arrancada, freguesia de S. Pedro de Valongo, ele falecido quando se habilitava para familiar do Santo Officio; neto paterno de Manuel António da Rocha e de Maria Pinheiro, naturais de

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Travassô; neto materno de João Pinheiro e de Maria de Almeida, ambos da Arrancada.

O requerente era sobrinho de José Pinheiro, clérigo; parente por via de seu pai, de Agostinho Coelho, de Agueira, familiar do Santo Ofício, e de Manuel Pinheiro, de Barril de Agueda, também familiar do Santo Ofício, e de Frutuoso Tavares da Silva, clérigo e prior de Alquerubim. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em data que não consta, no ano de 1712. M. 3, n.º 40.

Obs. — O processo tem apenas as diligências *De Genere* respeitantes ao pai do habilitando, que pretendia ser familiar do Santo Ofício e morrera no decurso das diligências, que decorreram de 1702 a 1710, e de Caetana Tavares, do lugar de Travassô, filha do capitão Belchior Tavares da Silva e de Catarina Francisca, futura mulher do requerente, em Janeiro de 1723.

1773 — Oliveira de Azeméis — Caetano José Correia, de 35 anos, contratador de pano de linho e chapéus, natural e morador do lugar de Porto do Carro, freguesia de Oliveira de Azeméis, bispado do Porto, casado; filho de Bernardo Correia e de Teresa da Silva, ambos do mesmo lugar; neto paterno de João Correia e de Luísa Fernandes, ambos do lugar de Vilares, Oliveira de Azeméis; neto materno de Pedro da Silva e de Domingas Alves, do Porto do Carro, Oliveira de Azeméis. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 13-8-1773. M. 9, n.º 108.

Obs. — Tem juntas as diligências de sua mulher Maria Valente da Silva, filha de António Valente e de Antónia da Silva, todos de Oliveira de Azeméis.

1782 — Arouca — Dr. Caetano José da Rocha e Melo, de 57 anos, casado, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, corregedor e provedor da comarca de Penafiel, natural da freguesia de N. S.ª da Conceição de Rossas, concelho de Arouca, bispado de Lamego, e morador em Rossas; filho do familiar do Santo Ofício António da Rocha e Silva e de Eufémia de Pinho, da mesma freguesia. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 5-11-1782. M. 9, n.º 114.

Obs. — Tem juntas as diligências respeitantes a sua mulher D. Rita Leonarda de Figueiredo, natural de Tavira, Reino do Algarve, filha natural do desembargador Jacinto Dinis e de sua amante Maria Josefa.

1792 — Vacariça — Carlos Gomes Botelho, de 22 anos, solteiro, lavrador natural de Cardal, freguesia de Vacariça, bispado de Coimbra, residente no lugar onde nasceu; filho de Manuel Gomes Botelho, natural de Cardal e de Luísa

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

Ferreira das Neves, natural de Mealhada, freguesia de Vacariça; neto paterno de Agostinho Gomes Botelho, do Cardal, e de Mariana Francisca, do lugar de Vimeiro, freguesia de Casal Comba, bispado de Coimbra, e materno de Manuel Ferreira das Neves e de Maria Gomes, ambos de Mealhada. Inq. de Coimbra. Carta de família em 13-11-1792. M. 5, n.º 66.

Obs. — Tem juntas as diligências de sua futura mulher, as quais decorreram entre 27 de Novembro de 1798 e 16 de Fevereiro de 1799; chamava-se Joana Maria, era solteira, natural de S. Vicente de Vacariça onde morava com seus pais João Ferreira e Ana Ferreira.

1793 — Oliveira do Bairro — Carlos José Ferreira dos Reis, de 55 anos, natural da freguesia de Oliveira do Bairro, morador no lugar do Paço, termo ou concelho da vila de Sangalhos, bispado de Aveiro; filho de João Ferreira dos Reis, natural de Vila Verde, freguesia de Oliveira do Bairro, e de Teresa Ferreira de Santiago, natural do lugar de Seima; neto paterno do capitão Sebastião Ferreira e de Isabel Ferreira, ele do lugar de Vila Verde, Oliveira do Bairro, e ela de Troviscal; neto materno de Manuel Ferreira e de Maria Ferreira Santiago, ele do lugar de Seima e ela de Oliveira do Bairro. Inq. de Coimbra. Carta de família em 14-5-1793. M. 5, n.º 67.

Tem juntas as diligências de sua mulher Ana Maria das Neves, natural de Sangalhos, filha de Manuel João das Neves e de Maria Dias Leitão.

1696 — Aveiro — Carlos Ribeiro da Maia, de 30 anos, casado, natural e morador de Aveiro; filho do familiar do Santo Offício Pedro Ribeiro de Oliveira e de D. Luísa da Gama, moradores na mesma vila. Inq. de Coimbra. Carta de família em 11-7-1696. M. 1, n.º 11.

As diligências foram extensivas a sua mulher D. Catarina Correia Rangel, natural de Aveiro, filha de António Rangel de Quadros e de Ana da Veiga, irmã inteira de D. Maria de Quadros Rangel, casada com o familiar do Santo Offício, Manuel de Castanheda Cabral.

1742 — Ílhavo — Cipriano Luís dos Santos Silva, de 35 anos, casado, boticário natural da vila de Ílhavo e morador em Vagos, bispado de Coimbra; filho do cirurgião Manuel dos Santos, natural do lugar de Ribas de Picheleira, da freguesia do Salvador de Ílhavo, e de Ana dos Santos, do lugar de Coutada, da mesma freguesia; neto paterno de Fernando dos Santos, natural de Verdémilho, e de Antónia André, do lugar de Viveiro, freguesia do Salvador, de Ílhavo; neto materno de João André, hortelão, natural de Coutada, e de Ana

Migueis, natural de S. Miguel de Aveiro. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em Setembro de 1742. M. 2, n.º 17.

Obs. — Era casado com Joana dos Santos Negrao de Carvalho, natural da freguesia de Santiago de Vagos, filha de Francisco Rodrigues de Carvalho e de Inocência dos Santos Negrao.

1655 — Aveiro — Claudio Monteiro, casado, consul dos franceses e seu intérprete desde 21 de Julho de 1641 por graça do visitador das naus estrangeiras, frei João da Maternidade, domínico no seu convento de Aveiro, e por morte do antigo língua Henrique Burnete, natural da freguesia de S. João de Perte, província de Perocha, bispado de Clamou, reino de França, morador em Aveiro; filho de Gabriel Mocier e de Joana Xavelher, naturais da mesma povoação; neto paterno de Pedro Mocier e de Maria Clemensão; neto materno de Jacques Xavelher e de Joana de la Rua, todos da mesma povoação. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 22-7-1655. M. 1, n.º 1.

Obs. — Tem apenas as diligências de sua mulher Maria Gaspar, natural de Coimbra, filha de Gaspar João e de Maria Gaspar, ele natural da Borralha, e ela de Coimbra, onde tinha uma loja de Vinhos à Portagem.

1651 — Aveiro — Inácio Nunes, casado, mercador de panos, morador em Aveiro; filho de Pedro Nunes e de Antónia André; neto paterno de João Pires e de Mecia Nunes; neto materno de Afonso André e de Maria Fernandes. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 3-2-1651. M. 1, n.º 9.

1754 — Feira — Jacinto José Pereira Leal, clérigo, formado em cânones pela Universidade de Coimbra, natural de Canedo, comarca da Feira, morador em Arrifana de Sousa, comarca de Penafiel; filho de Sebastião Pereira do Lago, cavaleiro da Ordem de Cristo, e de D. Ana Jacinta Leal Pacheco; neto paterno de Pantaleão Pereira do Lago e de D. Joana Maria Pereira; neto materno de António de Sousa Pacheco e de Ana Leal. Inq. de Coimbra. Provisão de Comissário do Santo Offício em 25-1-1754. M. 4, n.º 57.

1688 — Arouca — Jacinto de Quadros Teixeira, solteiro, morador na Quinta de S. Pedro, na vila de Arouca, bispado de Lamego; filho de Manuel Teixeira Tavares e de Antónia Teixeira de Quadros; neto paterno de Gonçalo Teixeira e de Maria Tavares; neto materno de Jerónimo Teixeira de Quadros e de Maria de Azevedo. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 23-6-1688. M. 1, n.º 18.

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

1709 — Aveiro — Jerónimo de Magalhães Coutinho, casado, cavaleiro da Ordem de Cristo, natural da vila de Penalva, morador em Aveiro, capitão mor de Ferreira d'Ave, comarca de Viseu; filho de Francisco de Magalhães Coutinho e de D. Luísa de Barros; neto paterno de Dionísio da Mota de Gouveia e de Maria da Fonseca de Magalhães; neto materno de Manuel de Barros Cardoso e de Ana Ribeiro. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 16-12-1709. M. 6, n.º 100.

Casado com D. Maria da Silveira, natural de Aveiro, filha de Tomé Ribeiro Leitão e de Clara Ribeiro da Silveira; neta paterna de Manuel Ribeiro Leitão, familiar do Santo Offício, e de Maria Migueis; neta materna de Manuel Ribeiro de Oliveira e de Maria da Silveira.

1583 — Águeda — Jerónimo Pinto, natural da vila de Águeda; filho de Gomes Martins e de Guiomar Pinto; neto paterno de Gonçalo Martins e de; neto materno de João Lopes e de Violante Pinto. Inq. de Coimbra. Carta de Meirinho da Inq. de Coimbra em 1583. M. 1, n.º 5.

1636 — Aveiro — Jerónimo Soeiro de Albergaria, natural de Aveiro; filho de Francisco Cardoso de Albergaria e de Mecia Nunes Cardoso; neto paterno de António Cardoso e Isabel Jorge; neto materno de António Privado e de Francisca Cardoso. Inq. de Coimbra. Recebeu carta de familiar em 1636. M. 1, n.º 25.

1671 — Aveiro — João Adrião, casado, natural e morador de Aveiro; filho de Roque André e de Maria Jorge, naturais de Aveiro, neto paterno de Roque André e de Isabel Antónia; neto materno de José Fernandes e de Maria Gonçalves, todos naturais e moradores de Aveiro. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 18-8-1671. M. 11, n.º 333.

Casado com Ana Maria, filha de Manuel Dias e de Filipa Simões; neta paterna de Manuel Dias e de Catarina Fernandes; neta materna de André Afonso e de Maria Duarte, todos naturais e moradores de Aveiro.

1693 — Aveiro — João Adrião Ferreira, clérigo do hábito de S. Pedro, morador na vila de Aveiro e daí natural; filho do familiar do Santo Offício João Adrião, e de Ana Maria, ambos da vila de Aveiro. Inq. de Coimbra. Provisão de notário do Santo Offício em 28-8-1693. M. 24, n.º 662.

1772 — Mealhada — João Alves da Costa Ferreira, clérigo, natural de Vacariça, bispado de Coimbra; filho de João Alves e de Maria Ferreira, ambos de Vacariça; neto paterno

de João Alves e de Maria de Santo António, ele natural de Aveiro e ela de Vacariça; neto materno de Manuel Gomes Grilo e de Maria Ferreira, ambos de Vila Nova de Monsarros, freguesia de S. Miguel. Inq. de Coimbra. Negada a pretensão de notário do Santo Officio em 17-9-1772. M. 155, n.º 1242.

1725—Águeda—João Alves de Figueiredo Brandão, juiz de fora nascido de Lamego, natural do lugar de Águeda, casado; filho de Bento de Figueiredo, natural de Vila Cova de Sub-Avô, onde foi baptizado, e de D. Angela de Afonseca Sena Pinto, natural da sua quinta de Béco, freguesia de S. Cristóvão de Macinhata do Vouga; neto paterno de João Álvares Brandão, natural do lugar de Sameice, e de Maria Afonso da Costa, natural de Anseres; neto materno de Simão Pinto de Almeida, natural da quinta de Béco, e de Branca de Afonseca Sena Pinto, natural de Águeda. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 20-3-1725. M. 56, n.º 1073.

Obs. — Casado com D. Ana Micaela de Almeida, natural de Águeda, filha do capitão Manuel Nunes de Almeida, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e familiar do Santo Officio. Entre as testemunhas ouvidas em Águeda figura Pedro Mendes, familiar do Santo Officio, Manuel Pinheiro de Almeida, também familiar do Santo Officio.

Tem juntas as diligências de D. Arcângela Maria Bernarda Osório de Castro, para o efeito de casar com este familiar (Dr. João Álvares de Figueiredo Brandão, fidalgo da Casa Real e Desembargador da Relação do Porto). Era filha de António José Osório de Castro, natural da Guarda, e de D. Inácia Xavier Caetana de Castelo Branco, natural de Santiago de Seia, ambos moradores na quinta da Ratoeira, freguesia de S. Sebastião, donde a habilitanda era natural; neta paterna de Jerónimo Osório de Castro, ele natural da quinta da Ratoeira em Celorico, e ela de Coimbra; neta materna de André Ferraz de Castelo Branco, natural de Sortelha, no bispado da Guarda, e de D. Ana de Abranches Cardoso, natural de Santiago de Seia. Foram aprovadas as diligências em 22-9-1747.

1748—Madaíl—João Alves Madaíl, casado, natural da freguesia de Madaíl; filho de Manuel Fernandes e de Ana Alves, naturais de Madaíl, terra da Feira; neto paterno de Pedro André e de Apolónia Fernandes, naturais de Madaíl; neto materno de Domingos Alves e de Ana Antónia Lopes, todos de Madaíl. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 2-12-1748. M. 90, n.º 1546.

1791—Ílhavo—João António de Deus, cirurgião, natural de Ílhavo; filho de Manuel António da Galega e de Isabel

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

Francisca, naturais e moradores de Ílhavo; neto paterno de Manuel António da Galega e de Ana dos Santos da Veiga; neto materno de Bento João Raço e de Maria Francisca Branco, todos naturais e moradores de Ílhavo, bispado de Aveiro. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 26-7-1791. M. 168, n.º 1452.

1733 — Aveiro — Dr. João António da Silva Medela, graduado na faculdade de cânones da Universidade de Coimbra, onde era opositor nas cadeiras da sua especialidade, natural de Aveiro; filho de António da Silva Medela e de Maria da Esperança de Almeida, moradores em Aveiro; neto paterno de Pascoal Rodrigues Medela e de Helena Ribeiro da Silva, naturais e moradores de Barcelos; neto materno de João Henriques, natural de Paranhos da Baía, o qual foi sacerdote do hábito de S. Pedro e prior encomendado muitos anos na vila de Santa Comba Dão, e de Maria Dinis, desta vila de Santa Comba Dão. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 16-10-1733. M. 65, n.º 1224.

Obs. — Declara o habilitando ser clérigo in minoribus, e que seu pai António da Silva Medela é irmão legítimo de Inácio da Silva Medela, familiar do Santo Officio e morador na cidade do Rio de Janeiro.

2 — Agueira — João Baptista de Figueiredo Pacheco Teles, clérigo formado em cânones pela Universidade de Coimbra, cônego penitenciário da Sé de Viseu, natural da vila de Agueira, freguesia de Valongo, bispado de Aveiro; filho de Nicolau Baptista de Figueiredo e Morais natural de Outeiro, freguesia de Dardavay, e de D. Joana Josefa Teles Vidal Pacheco, natural de Agueira; neto paterno de Silvestre de Morais e Figueiredo, natural de Outeiro, e de D. Maria Teresa Baptista, natural de Lourosa, freguesia de Santiago de Besteiros, bispado de Viseu; neto materno de João Gomes Martins, de Agueira, e de D. Maria Eufrásia Pacheco Teles de Arede Vidal, natural da quinta do Sobreiro, freguesia de Valongo. Inq. de Coimbra. Não consta a decisão final nas diligências, nem a data em que decorreram. M. 165, n.º 1414.

1771 — Aveiro — João Barbosa de Almeida, natural e morador de Aveiro; filho do licenciado Gonçalo de Deus e de Antónia de Almeida, ambos de Aveiro; neto paterno de João de Deus, natural de Messina, reino de Itália, o qual teve muitos netos, filhos do familiar do Santo Officio João Monteiro, e actualmente também é familiar do Santo Officio um seu neto, dr. juiz de fora na Chamusca, Manuel Nunes da Cruz, e de Dalila Francisca de Aveiro, tia inteira do fami-

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

liar Amaro Tavares; neto materno de Manuel Fernandes Barbosa e de Maria Ramos, irmã inteira de Domingas de Almeida, mãe do familiar António da Cunha de Almeida, natural de Aveiro. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 12-8-1771. M. 53, n.º 1023.

1810 — Cambra — João de Bastos, solteiro, negociante, natural de S. Pedro de Cambra, bispado de Aveiro, morador na freguesia de S.^{ta} Maria Madalena de Sul, vila de Alagoas, bispado de Pernambuco, Brasil; filho de Manuel de Bastos e de Maria Tavares, naturais de S. Pedro de Castelões, do concelho de Cambra; neto paterno de Francisco de Bastos e de Catarina João, ele natural de S. Pedro de Castelões, ela de Junqueira, bispado de Viseu; neto materno de João Martins e de Catarina Tavares, ambos de S. Pedro de Castelões. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 11-10-1810. M. 128, n.º 2007.

1802 — Oliveira de Azeméis — João Bernardo Malafaia Mascarenhas, natural de Oliveira de Azeméis, negociante, morador no Porto; filho de José Bernardo da Costa e de Ana Malafaia Mascarenhas, naturais de Oliveira de Azeméis; neto paterno de Manuel Ferreira da Costa, familiar do Santo Offício, e de Inácia Maria, ambos do lugar de Quinteiro da Rua, freguesia de Oliveira de Azeméis; neto materno de Francisco da Silva e de Maria da Silva Malafaia de Mascarenhas, da mesma vila. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 25-2-1802. M. 170, n.º 1477.

1761 — Oliveira do Bairro — João Brandão da Silva, estudante de cânones na Universidade de Coimbra, solteiro, natural e morador de Oliveira do Bairro, bispado de Coimbra; filho do licenciado Manuel Brandão da Silva, familiar do Santo Offício, e de Mariana Rosa de Pinho, moradores no mesmo lugar. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 19-6-1761. M. 117, n.º 1877.

Obs. — Tem juntas as diligências de D. Mariana Margarida de Sá Pereira e Melo Tavares Leitão, natural e moradora da vila de Bemposta, bispado de Aveiro, para o efeito de casar com este familiar, apurados em 14-6-1777.

Era filha de João Pereira de Melo Leitão, que foi capitão mor da vila de Bemposta, e de D. Maria Caetana de Sá Pereira e Melo Valente; neta paterna de Manuel Leitão Coelho de Melo e de Isabel Vás, todos da freguesia de S. Paio do Pinheiro, de Bemposta; neta materna do Dr. Manuel Valente de Oliveira e de D. Josefa Tavares de Melo, da freguesia de S.^{ta} Marinha de Avanca, bispado do Porto.

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

1766 — Oiã — João Caetano Martins, solteiro, natural de Oiã, bispado de Coimbra; filho de António Martins, do mesmo lugar, e de Maria Francisca, do lugar de Silveiro; neto paterno de Pedro Simões, de Barrô de Aguada, e de Maria Martins, de Oiã; neto materno de Domingos António, o Novo, do lugar de Silveiro, e de Páscoa Fernandes, natural do lugar de Rego. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 12-8-1766. M. 132, n.º 2039.

1747 — Agadão — João Duarte, cerieiro, solteiro, natural e morador no lugar de Vila Mendo, freguesia de Agadão, bispado de Coimbra; irmão inteiro de José Duarte, clérigo e notário do Santo Offício. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 27-8-1747. M. 76, n.º 1405.

1744 — Paradela — João Ferreira Baptista, viúvo, que vive na sua fazenda, natural de Paradela, freguesia de Espinhel, morador em Montouto, freguesia de Recardaes, Bispado de Coimbra; filho de João Baptista e de Maria Ferreira; neto paterno de Manuel Marques e de Helena Antónia; neto materno de Manuel João Saimeiro e de Isabel Ferreira. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em Setembro de 1744. M. 81, n. 1452.

1742 — Vagos — João Ferreira Ribeiro, casado, cirurgião, natural e morador da vila de Vagos, bispado de Coimbra; filho de Domingos Ferreira e de Maria Ribeiro; neto paterno de Luís Ferreira e de Maria Ribeiro; neto materno de André Ribeiro e de Juliana Veiga. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 19-7-1742. M. 77, n.º 1410.

1743 — Aveiro — João de Figueiredo Almeida, solteiro, bacharel em cânones pela Universidade de Coimbra, natural de Aveiro, bispado de Coimbra; filho de Gabriel de Figueiredo, familiar do Santo Offício, e de Ana de Almeida. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 27-2-1743. M. 78, n.º 1425.

1730 — Aveiro — João da Fonseca da Cruz, solteiro, bacharel em direito, natural de Aveiro e aí morador; filho do bacharel Manuel Nunes da Cruz, familiar do Santo Offício, e juiz de fora em Alenquer, e de D. Maria Temudo; neto materno de João da Fonseca Temudo, familiar do Santo Offício, e de Maria Migueis. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 3-3-1730. M. 61, n.º 1157.

Obs. — Tem juntas as diligências de D. Teresa Maurícia, natural e moradora de Aveiro, para casar com este familiar, apuradas em 30-7-1734; era filha do Dr. Gonçalo de Deus

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Lé e de Antónia de Almeida; irmã legítima de João Barbosa de Almeida, clérigo habilitado pelo Santo Officio.

1697 — Arrifana de Santa Maria — João da Fonseca da Cunha, casado, natural de Arrifana de Santa Maria, bispado do Porto, morador no lugar de Farminhão, bispado de Viseu; filho de João da Fonseca e Cunha, com o hábito de S. Tiago, e de D. Francisca da Costa; neto paterno de Diogo de Pinho Teixeira e de Isabel da Fonseca; neto materno de Aleixo Borges da Costa e de Joana Borges de Miranda. Inq. de Coimbra. Habilitado pelo Santo Officio em Julho de 1697. M. 23, n.º 560.

1736 — Cucujães — João da Fonseca Faria, casado, mercador, natural do Couto de Cucujães, bispado do Porto, e morador na Baía, estado do Brasil; filho de Manuel António e de Francisca Antónia; neto paterno de António da Fonseca e de Antónia Marques; neto materno de António Dias e de Maria Antónia. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 26-8-1736. M. 70, n.º 1295.

1692 — Aveiro — João da Fonseca Temudo, casado, natural e morador na Vila de Aveiro; filho de João da Fonseca Temudo e de Maria Ferrás; neto paterno de António Gomes Casco e de Maria Temudo; neto materno de Domingos Francisco e de Filipa Ferrás. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 19-4-1692. M. 24, n.º 700.

(Continua)

FRANCISCO MARQUES RODRIGUES

UA/SD	
N.º	957
Data	22. NOV. 1977
Coto	

S. PEDRO DE VILA-CHÃ
OU VILA-CHÃ DE S. ROQUE

(NO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÊIS)

DUAS PALAVRAS PRÉVIAS

Inicialmente, foi propósito meu reavivar, apenas, uma antiga tradição, e restaurar o culto ao padroeiro popular de Vila-Chã — S. Roque —, publicando, para esse fim, um pequeno folheto, com o resumo da sua vida, precedido de alguns apontamentos acerca do passado desta freguesia. Mas, aos elementos, que já possuía, vieram juntar-se outros e, assim, fui mais longe do que planeara.

A princípio, hesitante, por fim, sempre me resolvi a publicar este desprezencioso trabalho. Sem grandes merecimentos, a não ser o da sua probidade, e, destinado a um público reduzido, tem uma única pretensão: pôr todos aqueles que aqui nasceram ou que, por qualquer motivo, se tornaram seus filhos adoptivos, em contacto com o passado da terra que os viu nascer, ou que pisam, e em que dormem as cinzas dos seus avós; mostrar-lhes os seus costumes e tradições de outrora; fazer-lhes ver quanto é antiga já esta família — a que pertencem, a freguesia, e em que todos vivem unidos pelos laços do sangue, do parentesco, da vizinhança, da fé e de interesses — a fim de que, de uma vez para sempre, se coloquem de lado os interesses mesquinhos e particularistas, as paixões e rivalidades pessoais, e surja, em seu lugar, o mais vivo e entranhado amor à sua terra natal e a coadjuvação mútua para o seu progresso e engrandecimento. Se este meu desejo se rea-

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

lizar, darei por bem empregados todos os vagares, que a este estudo consagrei, as buscas por entre o pó dos arquivos e o dinheiro despendido, e, nisso, encontrarei a única paga que ambiciono.

Vila-Chã, 28 de Março de 1949.

O seu pároco, P.^o COSTA

I

CARACTERÍSTICAS TOPOGRÁFICAS, LUGARES E FREGUESIAS LÍMITROFES; REMOTOS ANTEPASSADOS E ORIGEM DA POVOAÇÃO E DO NOME

a) *Características topográficas, lugares e freguesias limítrofes.*

Uns dois terços, aproximadamente, desta freguesia, constituídos pelos lugares (1) de Vila-Chã, Gandra, Costa-Má e Samil, assentam sobre uma vasta planície, apenas quebrada por suave ondulação de terreno, que se vai acentuando em sentido poente nascente, e, por um gracioso outeiro, a sudoeste, conhecido pela tradicional designação de «Alto dos Foguetes».

Consagrada esta parte da freguesia, na sua quase totalidade, à lavoura, é excepcionalmente rica (2) em águas. Nascentes naturais e de exploração, minas, etc. deparam-se-nos, aqui e além, com frequência, e muitas são as casas que possuem água corrente, para o seu consumo doméstico. Os poços, mesmo de águas para rega, cavam-se muito próximos e, na maior parte, não ultrapassam oito ou nove palmos de profundidade.

Mas, além desta abundância de águas, de que tanto beneficiam os referidos lugares, há, dentro da freguesia, ainda, três cursos de água principais. A norte, separa o lugar de

(1) Em 1883, mencionam-se mais os seguintes lugares: Outeiro, Ramilos, Fonte Sêca e Fonte Chã. PINHO LEAL, *Port. Ant. e Mod.*

(2) No mesmo ano e *op. cit.*, o mesmo PINHO LEAL, dizia: «... tem só esta freguesia mais água perene do que metade da provincia do Alentejo».

Samil do das Travessas, o rio do mesmo nome daquele lugar, que nasce em Macieira de Sarnes e se reúne, nesse lugar de Samil, com o Ul, vindo de Romaris. Entre Vila-Chã e os lugares de Bustelo e da Lomba, passa o de Silvares, que tem a sua origem em Nogueira do Cravo e desagua no mesmo Ul, em Cucujães. E, a sul, finalmente, da freguesia, no Côvo, corre o rio Ínsua ou Antuã, que desce de Fajões e se junta, em Santa Maria de Ul, com o Ul, afluente do Vouga.

O centro da freguesia dista, quando muito, uns 4 ou 5 quilómetros, da sede do concelho, Oliveira de Azeméis⁽¹⁾, mas os caminhos são péssimos: congostas íngremes, tortuosas e de mau piso.

Além da sede do concelho, são limítrofes, as freguesias: a nascente, Pindelo e Nogueira do Cravo; a poente, S. Tiago de Riba-Ul e Cucujães; a norte, S. João da Madeira e Macieira de Sarnes; e a sul, Ossela.

b) *Remotos antepassados e origem da povoação e do nome.*

Em tempos muito recuados⁽²⁾, nesta linda terra, que hoje se chama Portugal e é a nossa «Pátria amada», a região, que se estende do Douro ao Guadiana, tinha o nome de Lusitânia e vários povos a habitavam. A leste, nos montes Herminios, os Lusitanos que, comandados por Viriato, pastor elevado a seu chefe, cobriram de opróbrio e de vergonha as sempre vitoriosas águias de Roma; a sul do Douro, sedentavam os Velhos Túrdulos (*Turduli Veteres*); e, nas margens do rio Ul, já citado, os Pesuros (*Paesuri*), povos das vizinhanças do «Ur», antiga denominação deste rio⁽³⁾.

Estes povos, nossos antepassados, portanto, pertenciam todos à mesma raça dos Lusitanos, que, segundo MENDES CORREIA, seriam pre-celtas íbero-celtizados e não celtas, como opinava HERCULANO.

Viviam em regime de tribos ou famílias, inteiramente independentes, com hábitos e costumes próprios, e, só, em eminência de perigo, se associavam, escolhendo um chefe comum.

Rudes, bárbaros, incultos, dormiam geralmente sobre a terra nua. As suas casas, redondas na maior parte dos casos, com um simples compartimento tendo, ao centro, a lareira,

(1) Esta freguesia até 1802 foi da comarca da Feira e só, desde então, passou para a de Oliveira de Azeméis. PINHO LEAL, *op. cit.*

(2) No secl. I, escrevia PLÍNIO, o velho, na sua *Hist. Nat.*, liv. 9, IV, xxxv, 1: «A Durio Lusitania incipit: Turtuli Veteres, Paesuri: Flumen Vacca. Oppidum Talabrica».

(3) É este o parecer de AZEVEDO E MOURA, in *Tradição*, n.º único, 1940, pág. 6.

eram de madeira e cobertas a colmo ou a giestas. Andavam mal vestidos e, tanto os homens, como as mulheres, usavam os cabelos soltos e compridos. Em religião, seguiam a idolatria e eram extremamente supersticiosos: o emprego de amuletos, entre eles, era frequente, e atribuíam-lhes a maior importância. Para curar os doentes, recorriam a um método assaz prático e simultaneamente económico: colocavam os doentes à beira dos caminhos mais frequentados, a fim de que algum transeunte, que por ali passasse e tivesse sido vítima da mesma enfermidade, lhes ensinasse como obtivera a sua cura. Para crimes graves, applicavam a pena máxima e o delinquente era morto à pedrada.

Sóbrios na alimentação, estes nossos longínquos bisavós, não se matavam muito com o trabalho. Os homens dedicavam-se sobretudo à guerra, à caça e à pesca, e as mulheres, então, é que cuidavam dos campos. A cultura das terras, porém, era reduzida. Limitava-se aos altos dos montes e às rechãs das encostas, onde estava menos exposta às contínuas depredações dos inimigos. Os fundos dos vales tapetavam-se duma luxuriante vegetação de natureza herbácea ou, então, convertiam-se em densas florestas de castanheiros e de carvalhos.

Também a questão social, o problema das riquezas, foi coisa que nunca preocupou os velhos Lusitanos. A terra era comum e cada um podia utilizar-se dela à vontade. Chegava para todos e sobrava. Este regime de propriedade colectiva, de que restam vestígios ainda nos nossos dias⁽¹⁾, foi todavia, com o decorrer dos anos, lentamente desaparecendo para ceder o lugar à propriedade particular. Com o tempo, algumas famílias foram lançando mão destes ou daqueles terrenos, que mais lhe convinham, e, delimitando-os, como se fossem seus, sem grande opposição dos demais, porque, ou não podiam, ou pouco se interessavam. Os Romanos vieram depois e, sem indagarem o direito que assistia a este ou àquele, ao lançarem impostos, colectam igualmente todos os possuidores de terras, quer de direito, quer de facto. Assim legalizam esta propriedade particular, primitiva, e estimulam o seu desen-

(1) Como vestígios deste antigo regime de propriedade colectiva, há, na freguesia, em 1875, ainda os seguintes baldios: das Travessas, da Sercoza, do Calvário, de Além-Rio, do Fundo de Vila, do Barreiro, da Lama, do Gardal, das Sernadas, de Ramilos, de Samil, da Gandra, dos Moinhos, de Vila-Chã, do Côvo, de Fonte Chã, da Farrapa, do Outeiro, da Covada, da Serra Branca, de Presinhas, de Silvar e de Bustelo. Por causa do baldio das Travessas, em parte constituído, hoje, pelo mato do Afonso, levantou-se uma grave contenda entre a Junta desta freguesia e a de S. João da Madeira, em 1875, que terminou com decisão favorável para a Junta de Vila-Chã. Desta ocasião datam os marcos divisórios entre as duas freguesias. Esse baldio das Travessas vendeu-se em 1877, por 809.000 réis.

volvimento. As grandes propriedades que começam a surgir, dá-se o nome de *vilas*, *villae*. *Vila* é, portanto, uma vasta propriedade constante de terreno de cultivo e bravo, casa do senhor da propriedade ou do dono (*palatium domini* ou *domni*), casa de trabalhadores com suas pertenças, povoados de caseiros, etc. Para que os moradores da sua vila, simples trabalhadores rurais, caseiros ou servos, pudessem satisfazer as obrigações religiosas, o *domnus* ou dono quase sempre mandava construir um pequeno templo que dotava com os bens necessários para a conservação, aí, do culto. Esses bens, formados por parcelas maiores ou menores de terreno, à volta do templo, deram então origem aos bons passais doutros tempos e o pequeno templo da vila foi, em muitos casos, a igreja primitiva desta ou daquela freguesia.

Desta arte constituídas e sòlidamente alicerçadas, as *vilas* ⁽¹⁾ atravessaram incólumes o tempo das invasões e da dominação dos Visigodos e dos Árabes ou Mouros. O mesmo já não sucedeu a quando da reconquista cristã. Os seus donos, por essa ocasião, então desaparecem: ou são mortos, ou fogem diante dos exércitos libertadores. Por isso, os reis, apossando-se dos bens dos velhos *domni* das *vilas*, como únicos e legítimos senhores de toda a terra reconquistada, ou os distribuem pelos companheiros e amigos de armas, como recompensa dos seus feitos, ou os reservam para si, instituindo assim o que se designou, depois, por *terras regalengas*, *reguengas* ou *terras do rei*.

Mas estes novos senhores das *vilas*, habituados como estavam à guerra e a uma vida movimentada, não se adaptam aos costumes e tradições dos antigos proprietários. Aborrecem essa vida fixa, isolada, quase rude, que esses mesmos *domni* levavam dentro da sua *vila*, em contacto com os caseiros, servos ou trabalhadores. Por isso, vivem a maior parte do ano, longe, na corte, nos grandes centros ou nos campos de batalha. As terras emprazam-nas ou confiam, a caseiros, a sua administração. Ora este afastamento origina, para os novos senhores, uma diminuição daquele prestígio e influência que, sobre os moradores das mesmas *vilas*, possuíam os primeiros. Em compensação, porém, para suprir essa falta, uma nova entidade surge, que, desde há muito, pela sua cultura e virtude, dentro da *vila*, mantinha o mais elevado ascendente moral e religioso, o pároco ou abade. Este, o abade, é doravante o verdadeiro chefe, o pai comum,

(1) Estas *vilas*, com o tempo, fraccionaram-se em herdades, quintas e quintãs. Em 1807 contaram-se nesta freguesia as seguintes quintas: de Bustelo, de Vila-Chã, de Costa-Má, do Corvo e de Samil (Tombo da Casa da Feira, Biblioteca Municipal).

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

e a igreja, a casa de Deus, a casa de oração. A volta desta casa de Deus gravita toda a vida da povoação. Para ela todos voltam o seu olhar e recorrem nos momentos mais aflitivos da vida. Quando uma vila é pequena, reúnem-se várias, e os habitantes das mesmas, irmanados pelos vigorosos laços duma só Fé, constituem então como que uma família de *filiis ecclesiae*, origem etimológica de freguesia, e, que se traduz por *filhos da Igreja*.

E aqui temos, nós, explicada a origem desta freguesia e do seu nome:

Vila, vasta propriedade pertencente a determinado senhor, muito antes da fundação da nossa nacionalidade; *Chã*, situada, em grande parte, sobre terreno pouco acidentado. Até aos meados do século XVII, com frequência, ainda se pospõe, ao nome desta freguesia, *Serrã* ou *Seran*, *Vila Cham Serrã*, designativo da sua proximidade da serra.

Quanto aos seus antepassados, não há dúvida nenhuma de que os mais remotos, e de que chegaram até nós conhecimentos certos, foram os valerosos *Lusitanos*, e, dentre estes, muito presumivelmente, os *Pesuros*, pois o *Ul*, o velho *Ur*, é um dos rios que a delimita, a norte.

II

ALGUMAS DATAS PELAS QUAIS SE PROVA A ANTIGUIDADE DESTA FREGUESIA

1121

Por uma carta de doação e confirmação desta Igreja de Vila-Chã, a Dídaco Zalamis, clérigo, feita por D. Gonçalo, bispo de Coimbra (?), verifica-se que esta freguesia já existia numa data anterior à proclamação oficial da nossa independência, em 1143, na conferência de Zamora.

Este documento é de Agosto de 1121 (ou 1159 da era de Cesar) e nele se localiza de uma maneira bem clara esta Igreja: é «uma igreja erigida, em honra de S. Pedro, na terra que se diz de Vila-Chã, nas faldas do monte Codal e junto do rio Ul». Entre as condições aí impostas ao beneficiado, frisa-se esta: o direito que sobre esta Igreja adquire, poderá continuar-se, após a sua morte, em algum membro da sua família, desde que seja clérigo, pois em caso contrário, terá,

S. PEDRO DE VILA-CHÃ

o mesmo direito, de regressar ao seu antigo senhor — à Sé de Coimbra (?).

O texto:

Donationem quam fecit gondisaluus episcopo Colimbriensi de ecclesia petri de villa plana saraan
 Ego Gundisaluus sedis sanctae Mariae episcopus. cum consensu eiusdem sedis Canonicorum donationis firmitudinem tibi didaco Zalamis facere iussi de una ecclesia quae ad honorem santi Petri fabricata est quae est in loco qui dicitur uilla plana. sub monte codal discurrente riuulo ul. *Dono illam tibi atque concedo cum omni suo testamento. tali conuentione. ut eam plantes et claudas et quantum melius poteris eam hedificandj curam habeas et inde consuetudinem sicut mos est caeterarum ecclesiarum quae sunt liberae facias. set nunquam ea in uita tua careas. Post obitum uero tuum si aliquis ex tuis propinquo-ribus qui sit clericus remanserit eam tali consuetudine quam tu tenebas teneat. set nullo modo inde aliquam partem alienari ausi sitis neque tu neque posteritas tua. Si forte nullus clericus remanserit in toto gente tua preffatae sedi integra remaneat. Quisquis uero potens uel inpotens tamen de meis successoribus quam de extraneis uel ex canonicis hoc firmamentum confringere uoluerit sit ihesu xpristo maledictus et a consortio fidelium xpistianorum deiectus quantumque auferre uoluerit in duplum tibi conponat. Ffacta firmitatis serie mense. Augusti Era Millesima Centesima L.^a VIIIJ.^a Ego prefatus gundisaluus haec canonicis confirmantibus confirmo. Ego Martinus preffatae sedis prior confirmo — Tellus Archidiaconus confirmo — Laurentius Archidiaconus confirmo — Petrus petri confirmo — Dominicus petri confirmo — Iohannes petri confirmo — Qui presentes fuerunt laici Egas louerigijs testes — Nuno uenegas testes — Menendus notauit: —*

(Censual do Cabido da Sé do Porto, fl. LXXIIJ, v.º)

1211

Novamente nos aparece o nome de Vila-Chã, numa carta de venda, feita por um tal Gonçalo Gonçalves e Urraca Martins, em 1 de Outubro de 1211 (por ocasião do aniversário da morte de D. Afonso II), ao cabido da Sé do Porto e ao seu deão, Durando, dum herdade sita nesta freguesia e na de Ovilar (antiga Oliveira de Azemeis), pela quantia de trezentos maravedis.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

É curioso notar neste instrumento de venda, a pena que se comina contra todo aquele que, em algum dia, o tente violar: «dará mil soldos de indemnização, restituirá a propriedade melhorada e dobrada, será maldito e, com Judas traidor, nas profundas do Inferno preceptado». Segue-se o texto:

In nomine Christi hec est carta venditionis et perpetuae firmitudinis quam iussimus Facere Ego Gundisaluus et uxor mea Urraca Martini una cum filiis et filiabus meis Vobis Fernando Portucalensis Decano et ejusdem ecclesiae canonicis de illa hereditate quem habemus in uilla que dicitur Ouilar et in uilla plana unum casal et ipsa hereditate quem fuit Patris et Matris mei Vendimus eam vobis scilicet quartam partem ipsius velut quartam partem ipsius quintana cum suis terminis novis et antiquis tamen rivis quam impascuis et in omnibus Locis et Continentibus et in omnibus quam ad perfetum hominis sunt et propretio quodoa vobis accepimus scilicet tresentos mirabitos tantam nobis et vobis placuit et depretio apud vos mil re mansit habeati qui vos ipsam hereditatem et omnes successores vestri imperpetuum et faciatis ex ea quidquid volueritis si vero vos vel aliquis ex parte nostra aut extranea hoc factum meum violare temptaverit imprimis sit maledictus et cum Juda traditore in Infernum dimissus et insuper redat nostram hereditatem duplatam et qui fuerit meliorata et mille solidos redat illi quis vocem vestram pulsaverit et hereditas ista est empta promulti illustrissimi Regi Alfonsi filii Regis Santii quod dedit canonicis Portucalensis ut ex eis emerent hereditatem pro anniversario anime sue facta calendis mense Octobris sub era mil duzentos e onze Nos vero qui hanc cartam scribere iussimus Vobis supradictis coram idoneis tutibus firmiter roboramus qui presentes fuerunt Petrus Flagius testes Joannes Joannis Suerius.

(Doc. trasladado a fls. 29 e ss. do Liv.^o xci das Sentenças, Arq. Municip. do Porto).

1227

Com a data de 6 de Março de 1227 (11.^o ano do pontificado de Honório 3.^o), temos a carta de confirmação da Igreja de Vila-Chã e da de Oliveira (Vluar) ao Cabido da Sé do Porto.

S. PEDRO DE VILA-CHÃ

O texto:

Confirmatio per papam Ecclesiarum sanctae Mariae Vluar et de Villa plana sarraan Camerarum capituly

Honorius episcopus seus seruorum dej venerabili fratri Episcopo et Dilectis filijs Capitulo. Portucalensis. Salutem et Apostolicam benedictionem. Iustis petentium desiderijs dignum est nos facilem prebere consensum et uota quae a rationis tramite non discordant effectu prosequente complere. Eaproter uenerabilis in xpists frater Episcopo et dilectj in domino filij Capitulum uestris iustis postulationibus grato concurrentes assensu de Vluar et de Villa plana sarraana ecclesias cum pertinentijs earundem sicut eas iuste Canonice ac paciffice possidetis uobis et per uos ecclesiae uestrae Autoritate Apostolica confirmamus. et presentis scripti patrocinio communitimus. Nullj ergo omnino hominum liceat hanc pagina mnostrae confirmationis infringere uel ej ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis dej et beatorum petri et paulj apostolorum eius se nouerit incurssurum — Data Lateranensi. IJ. nonas Martij. Pontificatus nostri anno undecimo.

(Censual supra, fl.^a LXXIX.^a)

1251

Para defesa dos bens — terras e direitos — da Casa Real, contra os contínuos abusos e assenhoreamentos, que deles faziam os nobres e outros senhores locais, os reis, outrora, ordenaram uns certos inquéritos ou inquirições. Esses inquéritos deram-nos uma espécie de lista ou rol dos bens regalengos, em cada freguesia. Segundo as inquirições de D. Afonso III, ou o imprópriamente dito Foral velho da Terra de Santa Maria e o Castelo, de 1251, aqui, em Vila-Chã, o rei não possuía terra alguma e apenas cobrava o imposto de 9 quartos de talhamento de pão.

«... de freguesia de villa chã Gundisaluinus petrus petri manso petrus de *gandera* donnus michaelis dominicus petri jurati dixerunt quod nichil ibi habeat dominus rex preter panem de tallamento. viiij quartos...»

(Maç. 8, Forais Ant., Doc. 1, fl. 4 v.º, Torre do Tombo)

Mais tarde, em 1288, por novas inquirições, ordenadas no tempo de D. Dinis, averigua-se que há, desde tempos imemoriais, uma quintã privilegiada, no lugar de Vila-Chã, pertença de Fernando Gonsalves, senhor da freguesia. Não entra nela o mordomo, antigo official de justiça encarregado de citações e execuções, e paga-se, por dois casais, no lugar de Samil (*saamir*), três soldos, e, por toda esta honra, terra privilegiada, como já se dizia nas inquirições de 1251, 9 quartos de pão.

«De parochia de sancti petri
de uila chã

Fernã perez de *hostelo* jurado e perguntado sse en esta ffreguesia ha casa de Caualeyro onde dona que se defenda per onrra disse que hj húa quintaa no logar que chamã uilla chaa de Fernã gonçalves e disse que Anju sempre onrrada e disse que ouiu dizer que o foy de longe e disse que toda a ffreguesia traze ora por onrra ffernã gonçalves que nõ entra hj moordomo mays entra hi o porteyro e penhora hj polo uozee polo cooimha e polo homezio e pero disse que dan de *saamir* que iaz en esta onrra tres soldos de dous casaaes mays nõ entra hj o mordomo e disse pero que dan desta onrra al Rey noue quartoo de pã e dan portagẽ e pero trazea fernã gonçalves toda a ffreguesia por onrra que nõ entra hj moordomo. perguntado sse esta onrra foy facta per el Rey disse que nõ o el soubesse. perguntado de que tẽpo disse que sabia saluo que o uiu hussar e nõ sabia per que rrazo e disse que todaa freeeguesia traze por onrra.

Martim meendez de villa chã	Jurados e per- guntados dis- serõ cõme fernã
Pero gonçalves de villa chã	perez de susso
Andree perez de villa chã	dicto.»
Martim perez de villa chã	

(Inquirições de D. Dinis, l.º 4, fl. 7 v.º)

1293

É desta ocasião, 1293, aproximadamente, a relação dos direitos ou censos que as igrejas portugalenses pagavam à Mesa episcopal. Na parte relativa a esta freguesia lê-se:

«in terra de sante marie...
ecclesiam villa plana sarram...

De cera unam. libram
De mortuarjs, xl solidos
De tritico. unum quartarium
De auena. duos quartarios
De milio. duos quartarios
De vino. unum puçalem
De censu. x^m libras

Census istius ecclesiae. est. Capituli. Portucalensis.
et est eclesiae canonicorum

bib**RIA**
(Censual do Cab. da Sé do Porto)
1294

Nova data, 29/III/1294, nos oferece a carta de nomeação e instituição canónica, nesta freguesia, do seu pároco, no tempo de D. Vicente, bispo do Porto. Por ela chegamos ao conhecimento dum dos seus mais antigos párocos ou abades, de nome Durando, e, mais uma vez, se confirma o direito de padroado que tem sobre esta Igreja, o Cabido da Sé do Porto.

«Confirmatio ecclesiae santi petri de villa chaan sarrana ad presentationem capituli portucalensis Vjncentius dej clementia Portugalensis Episcopus parrochianis Ecclesiae santi Petri de Villa chaan salutem et benedictionem. Noueritisquod ad presentationem Capituli nostri. Durandum petri Capellannum ecclesiae nostrae latorem presentium de cuius ydoneitate nobis constitit uidenter reseruato censu uidelicet decem decem librarum annuatjm soluendum ipsi Capitulo. Rectorem instituimus in eadem Mandantes uobis ut de iuribus ipsius ecclesiae respondeatis eidem. Et sententias quas ipse pro iuri-

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

bus dictae Ecclesiae rite tulerit in rebelles ratas habebimus adque firmas Et eas faciemus auctore domino usque ad condignam satisfactionem inuiolabiliter obseruari — Data apud Ciuitatem Portugalensiem IIII.º Kalendas Aprilis. Era M.ª CCC.ª XXXII.ª»

(Censual, fl. xxxij)

1320

De 1320, chegou até nós um verdadeiro Catálogo de todas as Igrejas e Ordens religiosas, existentes por essa ocasião no país.

Tendo o S. Pontífice, João xxii, concedido ao nosso monarca, D. Dinis, por Bula de 23/v/1320, a décima parte das rendas eclesiásticas do reino, com excepção das pertencentes à Ordem dos Hospitalários, a fim de se poder continuar a guerra contra os mouros, houve necessidade de proceder à avaliação de todas essas rendas e, assim, se organizou uma verdadeira lista completa de todas as freguesias, com a sua distribuição por dioceses. Vila-Chã ocupa aí o 26.º lugar, entre as freguesias e mosteiros da diocese do Porto, e o seu contributo é de 50 libras.

«Ecclesiam de Villa Plana Sarrã ad quinquaginta libras.»

1475

Pela renúncia e permuta do abade de S. Salvador de Lousada, no arcebispado de Braga, Luís Eanes, com o abade, nessa altura, desta freguesia de Vila-Chã, Pero Martins, é ela anexada em 4/iv/1475, à de Fornos, da Feira. Esta anexação durará somente enquanto Luís Eanes for abade de Fornos e, um dos motivos que impôs esta anexação, foi, assim se diz na respectiva carta que abaixo se transcreve, a vizinhança (?) existente entre ambas, Fornos e Vila-Chã.

Eis a carta de anexação:

«Padre Annes Machucho Bacharel em Degredos Conego na Igreja do Porto e Vigário Geral no Spiritual e no Temporal pello Reverendo em Christo Padre e Senhor Dom João de Azevedo por merce de Deos e da Santa Igreja de Roma Bispo dessa mesma A quantos esta Carta de Anexação Virem faço saber que Vaga a Igreja e sendo Vaga a Parrochial Igreja de São Pedro de Vila chã Sarrã da Terra de Santa Maria do dito Bispado por renun-

S. PEDRO DE VILA-CHÃ

ciação que della fez em minhas mãos Pero Martins que della he ultimo Abade, e possuidor por Gonçalo da Cunha seu procurador por modo de premubação com Luiz eAnnes Abade da Igreja de São Salvador de Louzada do Arcebispado de Braga e sendo assim vaga como-dito he, concirando (*considerando*) como no dito Luiz eAnnes he bom clerigo, e que merece Acrescentamento e como he Abade da Igreja de São Salvador de Fornos da dita terra de Santa Maria que he A Cerca de São Pedro de Villa cham Sarrã, e como poderá bem ministrar as ditas Igrejas ambas e a o repaerão como he razão e por alguns outros bonz e justos respeito queme a ello moverão e movem, e a apresentação dos onrados Senhores Dignidades Conigos e Cabido da dita Igreja do Porto a quem a apresentação della pertence insolidum quando quer que acontecer Vagar annexos uni e incorporei em vida do dito Luiz eAnnes a dita Igreja de São Pedro de VillaChãm Sarram a dita Igreja de São Salvador de fornos em sua Vida delle dito Luiz eAnnes e emquanto foi Abade da dita Igreja de Fornos, e mais não por que he com a dita condição o dito Cabido deu sua apresentação e que fallecendo elle dito Luiz e Annes ou promundando a dita Igreja que a dita Igreja de São Pedro de Villa chãa Sarram fique dezanexada e livremente ao dito Cabido para poderem apresentar e o Senhor Bispo e seus socessores esses logo tentes a confirmão a qualquer clerigo idoneo que lhes apresentado, e com essa condição que ele dito Luiz eAnnes sirva e faça servir a dita Igreja de São Pedro de Villa Chãm Sarrã por Capellão que em ella diga as Missas e dê os ecclesiasticos sacramentos por carta de cura e a faça reparar no espiritual e temporal por Cazeiro que em ella mora, e fumegue as cazas e aproveite as Lavras em tal maneira que a dita Igreja seja servida no espiritual e repairada no temporal como sempre foi e deve ser de guiza que por assim pello dito modo ser annexada nom padeça de teromento e que esto o dito Luiz eAnnes tenha e guarde como dito he e que seja theudo e obrigado pagar todolos encargoz antigos e costumados que a dita Igreja he obrigada a pagar Porem mando a todos os freguezes Cazeiros foreiros Vazallos Governadores da dita Igreja de São Pedro de Villachãa Sarã em virtude de obediencia e sob pena de excomunhão que hajão o dito Luiz eAnnes por bem desta annexação e modo em ella espresso e declarado por seu verdadeiro Abade e Reitor, e lhe obedeção, e acudam

bem compridamente com todollos os Dizimos e prermiſſas ofertas rendas e dereitos que a dita Igreja pertencem e pertencer devem e theudos e obrigados — São pagar e que a dita Igreja de São Pedro de Villacham Sarrã fique dezanexada e livremente ao dito Cabido para poderem apresentarxe o Senhor Bispo e seus sossessores essez logo lencez a confirmão a qualquer clerigo idoneo que lhes for apresentado e com esta condizão que elle dito Luiz eAnnes sirva e faça servir a dita Igreja de São Pedro de Villacham Sarrã por Capelão que em ella digaão missaz e dê os ecleziasticos sacramentos por Carta de Cura e faça reparar no Spiritual e temporal por Cazeiro que em ella more e fumegue as cazas e aproveite as lavras em tal maneira que a dita Igreja seja servida no Spiritual e reparada no temporal como sempre foi e deve ser de Guiza que por assim pello dito modo ser annexada nom padeça deterimento e que esto os ditos Luiz eAnnes tenha e guarde como dito he e que seja theudo e obrigado pagar todolos encarregoz antigos e costumados que a dita Igreja pagar: Porem mando a todolos freguezes Cazeiros foreiroz Vazallos Governadores da dita Igreja de São Pedro de Villachã Sarrã em virtude de obediencia e sob pena de excomunhão que hajam o dito Luiz eAnnes por bem desta annexação e modo em elle espresso e declarado por seu verdadeiro Abade e Reitor e lhe obedesa e acuda bem compridamente com todolos os dizimos e prermiſſas ofertas rendas e direitos que a dita Igreja pertencem e pertencer devem e theudos e obrigados são pagar, e por esta mando a qualquer clerigo Religiozo e Beneficiado do dito Bispado que pessoalmente chegue a dita Igreja de São Pedro de Villacham Sarrã e por imposição della o dito Luiz eAnnes ou seu certo procurador que por pão e vinho, e aqui citava safado o pergaminho e adiante e livre, e ornamentos que em elle são theudos e lhe seja dito do feito inventario Testemunhas que presentes forão Pero Annes Abade de São Pedro de Miragaya e Afonso Fernandes procurador na dita Cidade e outros dante em a dita Cidade Quatorze dias do Mez de Marco Pero Afonso A fez — Anno do Nascimento de Noso Senhor Jesus Christo de mil e quatro centos setenta e cinco anos — Petrus Joannez Machucho.»

(Cópia requerida e passada ao Cabido, em 24/x/1782, Arq. Distr. do Porto).

No foral outorgado por D. Manuel I, em 10/11/1514, à vila da Feira e Terra de St.^a Maria, na parte referente a esta freguesia, lê-se:

«Aluaro eannes pollo casaL de joan pyrez de grijoo de çenteo dous alqueires e meo e outro tanto de mjlo. E de outro casaL do alfajate da chouparia de çenteo dous alqueires e meo e de mjlo outro tanto. O galispo pollo casal de gomçallo du aule da mesma chouparia de çenteo dous alqueires e meo e de mjlo outro tanto. O galispo pollo casal dafonso martjnz da maçieira de sam framçisquo do porto dous alqueires e meo e de milho outro tanto.

Joane annes monteiro pollo casal daluaro esteuez de sam framçisquo do porto dous alqueires e meo de çenteo.

Outro tamto de milho

Jpham vaaz pollo casal desteuam marinho do cabido de çemteo dous alqueires e meo e de milho outro tamto E outro tamto se paga pollo casal que traz o mesmo Joham vaaz que foy de fernam dominguez E outro tamto paga Joane annes filho de rribolo pollo casal de martin vicente da terra da bemposta e outro tamto pagam Affomssso pyrez e afomso annes pello casal de *bustelo* de joham pyrez do pessegueiro de braga E outro tamto pedre annes pollo casal de pero fernandez de Jumbo da quintãa de sam framçisquo do porto.

E outro tamto paga o moesteiro de grijoo.

E outro tamto paga o galispo pollo casal de gomçallo do Valle de sam framçisquo.

E outro tamto joham vaaz pollo casal do cabido de marynho clemête E outro tamto o môteiro pollo casal de pero fernamdez e paga pedreannes monteiro pollo quintãa de villa chãa de sam framçisquo de çemteo noue alqueires e meo e de milho outro tamto.

Gomçallo annes o Rey pollo casal das neues que aforou de trigo dous alqueires e de çemteo sete e de milho outro tamto e duas galinhas e doze ovos.

Pedreannes de *villa chãa* polla pouvoa da *lomba* que aforou de trigo cimquo alqueires E outro tamto de cada huu destes a saber Çemteo ceuada Milho e hũa galinha e doze ovos E outro tamto de lutosa E porquanto estes casaes se ha por enformaçam que foram de sam framçisquo do porto por cuja parte nõ pode ser presente a Imquiriçam e Justificaçam que man-

damos destas cousas fazer por a esse tempo a çedade do porto estar Impedida de pestenencia. Portamto decreramos que este asemto se aquy faz como de cousa que pertemçe a coroa rreal nõ possa perJudicar ao direito que o moesteiro nos dictos lugares possa teer sobre os quaaes poderam rrequerer seu direito e mandamos que lhe seia feicto.»

(Liv.º dos Forais Novos da Extremadura, fl. 193 v.º,
Torre do Tombo)

Como vemos, desde os fins do primeiro quartel do século XII, vários documentos nos surgem a atestar a importância e antiguidade desta freguesia. Do século XVI, outros ainda poderíamos aqui citar, mas, como dizem mais respeito à Casa do Côvo, virão no seu lugar próprio. Por todos estes documentos chegamos ao conhecimento, não só da existência da freguesia, nessa época, mas, até, de todos os seus actuais lugares, com excepção do de Costa-Má.

III

IGREJA PAROQUIAL E CAPELAS; TÍTULO E RENDIMENTO DESTE BENEFÍCIO ECLESIASTICO: PAROCOS E PADROEIROS

a) *Igreja paroquial.*

Os autos de erecção e bênção da presente Igreja, pelos quais seria fácil obter a data da sua fundação, ou vendidos a peso, ou por outro qualquer processo, parecem ter desaparecido. Por isso, depois de várias tentativas, como nenhuns vestígios descobrisse dessa data, na mesma Igreja, apenas me restava um recurso pouco seguro, no entanto, de a determinar com aproximação: o estilo em que fora construída. Mas, últimamente, quando menos o pensava, vi os meus esforços coroados com o encontro de vários elementos que me deram quase essa data, há muito procurada. Na últimas páginas dos livros do Registo Paroquial, do ano de 1589 e seguintes, vêm aí dois relatórios feitos pelo abade desta freguesia nessa altura, Melchior Baptista. No último, de 1591, ele entrega ⁽¹⁾, ao seu sucessor, uma Igreja recente-

(1) Entre os vários objectos com que o abade Melchior dotou esta Igreja, contam-se: paramentos de cores diversas, cruces, cálices, missais, um sino, campainhas, etc. Além disso, concorreu, em grande parte com o seu dinheiro, para a construção do Arco do Cruzeiro. Foi, portanto, um grande benemérito desta freguesia que jamais deverá ser esquecido.

S. PEDRO DE VILA-CHÃ

mente construída de cuja planta foi, o próprio Melchior, o autor. No primeiro relatório, não faz ele referência alguma à Igreja, por isso é de supor que ainda não estivesse concluída. E, sendo assim, não estaremos longe da verdade, se afirmarmos que 1590 ou 91 foi o ano da inauguração desta Igreja paroquial (1).

Por diversas vezes, foi já esta Igreja, senão no todo, pelo menos em grande parte, reconstruída. Nos fins do ano de 1736, ao requerer-se a licença para a construção da capela de S.^{ta} Ana, em Vila-Chã, dizia-se *ser já muito velha e em*



Aspecto exterior da Igreja actual

termos de se reedificar e a verdade é que, posteriormente, a parte sul das suas paredes foi quase totalmente restaurada.

De linhas extremamente simples e pobre de ornatos, é um templo relativamente pequeno e insuficiente para a freguesia. No entanto, possui três altares — o da capela-mor e os dois primeiros laterais — preciosos e de grande valor artístico. O primeiro, em estilo de D. João v, bem trabalhado, não deve ter sido o primitivo. O lateral esquerdo, hoje da Sr.^a das Dores, foi outrora da invocação de S. Roque. Juntamente com o do lado direito, actualmente dedicado à Sr.^a de Fátima e que foi da Sr.^a do Rosário, data de 1633.

(1) Um simples confronto de datas basta para deitar por terra a suposta troca, que se diz ter existido, de plantas, entre a Igreja desta freguesia e a de Nogueira, vizinha. Quando a Igreja de Nogueira ficou concluída em 1748 — tendo sido lançada a 1.^a pedra, em 1732, — já a de Vila-Chã tinha uns 158 anos.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Ambos são em estilo de renascença decadente e o último, o da Sr.^a do Rosário, foi privilegiado (1).

Há ainda, um pouco mais abaixo, dum lado e doutro da Igreja, dois altares. O do Coração de Jesus, à esquerda, foi, por iniciativa do encomendado Manuel Luís Gomes Martins, mandado construir, em 1881 (2), e o actual, da S.^a do Rosário, deve ser contemporâneo.

Defronte da Igreja, aí a uns 150 metros aproximadamente, no cruzamento da estrada da Igreja com a de Vila-Chã — Samil, perto do Cemitério, ergue-se um belo cruzeiro com mais de 5 metros de altura, assente sobre um plinto adornado com a cruz de Malta, em que se lê a data de 28 8-1646.



Interior da Igreja na actualidade

b) Capelas.

1 — Capela do Covo. Em 1708, no Tombo das terras foreiras ao Castelo da Feira, no livro de S. Roque (3), regista-se, aí, ao enumerarem-se os imóveis da Casa do Covo, a existência duma capela. Esta capela, contígua às casas de habitação dos senhores da quinta do mesmo nome, é consagrada, informa-nos, mais tarde, o abade da freguesia, José Carlos (4), ao glorioso taumaturgo português, Santo António. Posterior a 1633,

como se deduz do livro de casamentos desse ano, já em 1862 é mudada para o local onde se encontra actualmente. No retábulo do único altar que possui, há aí imagens de grande merecimento real e artístico. À direita — o que levou PINHO LEAL a considerá-la a titular da capela — está a da Sr.^a da Conceição, imagem muito antiga e que veio do

(1) Livros do Registo Paroquial, de 1589 e segs.

(2) Livros da Junta de Paróquia, de 1881 e segs.

(3) Biblioteca Municipal da Feira.

(4) *Dic. Geográf. de Portugal*, vol. 39, n.º 184, págs. 1107.

S. PEDRO DE VILA-CHÃ

Solar dos Figueiredos, de Figueiredo das Donas, há uns cento e cinquenta anos aproximadamente, possivelmente com D. Luísa Joana de Sousa Meneses que era dessa Casa e aqui casou em 1720 com D. Fernando de Magalhães e Meneses, como veremos. À esquerda, vê-se a imagem do patrono, sem grande interesse real ou artístico. Ao centro, sobre o arco, estava pendurado um pequeno santuário envidraçado, com um expressivo baixo relevo do Ecce Homo, em jaspe ou marfim. Agora encontra-se perto do altar, à direita de quem entra. Mas o objecto que logo atrai a atenção de todo o visitante, nesta capela, é o seu riquíssimo crucifixo. Este ergue-se sobre uma preciosa peanha de marfim e ébano e a imagem do Redentor é constituída por uma peça única, com excepção dos braços, de marfim, e tem mais de 1 metro de altura.

2 — Capela de Bustelo. Desde tempos imemoriais, existia uma pequenina capela, neste lugar, perto do local aonde se encontrava, até há pouco, o cruzeiro que agora se ergue defronte da actual capela, e que era já dedicada a Santo António. Para a sua demolição e construção da presente, deixou, em 1876, João Luís Dias da Costa, o legado de 300 mil reis fortes. As obras foram orçadas em 180 mil reis, mas a Junta de Paróquia, por falência da casa bancária em que o legado referido fora depositado, recebe apenas uma quinta parte, i. é. 60.000, por isso, o povo do lugar entra com o resto, 120.000, e, assim, se dão início às obras e a nova capela, que aí hoje conhecemos, abre ao culto, em 1881, sob a invocação do patrono da sua antecessora (1).

3 — Capela de Vila-Chã. Esta capela dotou-a e mandou-a edificar, em 1736, António Francisco da Silva, residente nesse lugar. Em 1758, pertencia a um tal João Pereira. Durante muitos anos, nela se celebrou uma festa concorridíssima a Santa Ana, sua padroeira. Há uns vinte e tal anos, porém, esta capela foi vendida e o seu novo proprietário mandou-a destruir para a construção, no seu local, dum edificio de habitação particular.

4 — Capela de Samil. Esta é a mais recente de todas. Mandou-a construir o antigo vigário e pároco da freguesia, Joaquim José da Costa, em 1909, dedicando-a a Nossa Senhora das Dores.

(1) Livro da Junta de Paróquia.

c) *Titulo desta Igreja.*

Esta Igreja foi sempre do título de Abadia. Além das Abadias havia outrora os Curatos, à frente dos quais se encontrava um sacerdote, o cura, dependente de outro.

d) *Rendimento do Benefício.*

Esta Igreja constituiu, desde as mais remotas épocas, um assaz rendoso e cobiçado benefício paroquial. Em 1623⁽¹⁾, dava ao pároco uns 800000 reis anuais. Em 1758⁽²⁾, subia para 3200000. Em 1788⁽³⁾, era já o seu rendimento de 4000000 reis. Em 1887, faziam parte do seu vastíssimo passal, os seguintes prédios: o Seireigal, o Sancho-Carreiro, o dos Marmeleiros, 2 campos e o mato das Vessadas, o mato do Pinhal, o mato e lameiro do Rossado, 2 campos e o mato da Ilha, a quinta da Tapada, os Aidos, o campo Grande ou do Tanque, o campo Pequeno e o quintal anexo à residência. Todos com excepção dos três últimos, foram vendidos nesse ano por 2.502\$800 reis. A República de 1910, porém, assenhonorou-se do pouco que havia ficado, defraudando assim os católicos desta freguesia que, desde então, tiveram de sacrificar as suas magras bolsas para sustentar um pároco próprio.

e) *Párocos.*

Como já disse, pela sua cultura e virtude, os párocos sempre gozaram entre os fiéis, nas aldeias, sobretudo noutros tempos em que a fé era mais viva e o respeito para com o sacerdócio elevado, do maior prestígio e ascendente moral. Eram os verdadeiros chefes espirituais e temporais. E, assim, é que nós vemos partir a iniciativa para qualquer obra de vulto, nesta freguesia, ainda no século passado, do seu pároco, que é simultâneamente o presidente da Junta: a construção do Cemitério, das Escolas, de vias públicas, etc.

Até hoje, foram párocos ou curas, nesta freguesia:

No ano de 1121 — Dídaco Zalamis (?)⁽⁴⁾.

No ano de 1294 — Durando Pedro⁽⁵⁾.

No ano de 1302 — Martim Esteves⁽⁶⁾.

Até..... 1475 — Pero Martins⁽⁷⁾.

(1) *Catálogo dos Bispos do Porto*, II, págs. 242.

(2) *Dic. Geográf.*, cit.

(3) *Descrição Topogr. e Hist. da Cidade do Porto*.

(4) V. Documentos já referidos e transcritos.

(5) *Idem*.

(6) *Liv.º das Sentenças LXXXIV*, fls. 69, e segs., Arq. Dist. do Porto.

(7) V. Documentos já referidos e transcritos.

S. PEDRO DE VILA-CHÃ

De 1475 a 1501 — Luís Eanes (1). Era abade de Fornos e desta.

De 1501 a ? — João Martins (2), abade de Pindelo simultâneamente.

De ? a 1591 — Melchior Baptista (3), a quem se deve Igreja actual.

De 1591 a 1612 — André de Azevedo.

De 1612 a 1620 — Manuel de Pinho (cura).

De 1620 a 1621 — André de Azevedo (supra).

De 1621 a 1662 — Duarte de Azevedo Meneses.

De 1662 a 1663 — Brás Gomes (encomendado).

De 1663 a 1684 — Gaspar Harnão Pacheco.

De 1684 a 1686 — Domingos da Costa e Silva (encomendado).

De 1686 a 1702 — Francisco Pinheiro da Silva.

De 1702 a 1707 — Manuel Pinheiro da Silva (encomendado).

De 1707 a 1716 — João da Mata Teixeira.

De 1716 a 1718 — Domingos Valente da Costa (encomendado).

De 1718 a 1736 — Bento dos Reis Bernardes.

De 1736 a 1764 — José Carlos de Azevedo. Foi o que respondeu aos questionários do Dicionário Geográfico.

De 1764 a 1771 — João Pereira Araujo.

De 1772 a 1777 — Manuel José Gomes (cura).

De 1777 a 1777 — Bernardo António Pereira de Andrade (encomendado).

De 1777 a 1780 — Manuel Monteiro.

De 1780 a 1817 — Luís Barbosa Faria.

De 1817 a 1819 — José Bernardes Correia (encomendado).

De 1819 a 1845 — Manuel José Correia Leal.

De 1845 a 1878 — D. João da Natividade. Egresso dos Cónegos de S. Agostinho (crúzios) e pregador afamado, foi o director espiritual da Santinha de Arrifana e prestou à freguesia os mais relevantes serviços.

De 1878 a 1881 — Manuel Luís Gomes Martins.

De 1881 a 1913 — Joaquim José da Costa. Vigário e pregador. No seu tempo venderam-se os passais.

De 1913 a 1915 — José Maria Moreira (encarregado). Era pároco em Nogueira do Cravo.

De 1915 a 1921 — António Ferreira da Costa. É, hoje, capelão em S. João da Madeira.

(1) Idem.

(2) Liv.º das Sentenças LXXXIV, fls. 74 e segs., Arq. Dist. do Porto.

(3) L.ºs do Registo Paroquial.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

De 1921 a 1925 — José Maria Moreira (encarregado). No seu tempo construiu-se a actual residência velha.

De 1925 a 1928 — Joaquim Luís de Sousa Dias de Paiva. Encontra-se presentemente a paroquiar Fonte-Arcada. Grandes melhoramentos se realizaram na Igreja paroquial, enquanto aqui esteve.

De 1928 a 1929 — José Maria Moreira (encarregado).

De 1929 a 1945 — Francisco Marques Couto. É pároco actualmente em Maceda, de Ovar. Por iniciativa sua construiu-se a residência nova.

De 1945 a 1946 — Abel Gomes Leite. Está agora a pároco em Oleiros, da Feira.

De 1946 até quando Deus quiser — Manuel Pereira da Costa.

Em 358 anos, como vemos, estiveram à frente da Igreja desta freguesia 37 sacerdotes, ou como párocos, ou como seus representantes, o que dá uma média de 9 anos e pouco, a cada um, de paroquialidade.

f) *Padroeiros.*

Poderemos distinguir duas espécies de padroeiros. Uns, a que chamaremos espirituais; outros, então, temporais.

Padroeiro temporal era aquele a quem, tendo fundado e dotado um templo, igreja ou capela, ou por qualquer outro direito adquirido, assistia o direito da apresentação do pároco, sacerdote ou simples clérigo, que, depois da instituição canónica feita pelo bispo da diocese, aí presidiria aos actos do culto.

Foram padroeiros desta Igreja, com o direito, portanto, da apresentação do seu abade:

De 1121 a 1227 — Dídaco Zalamis e a sua Casa, possivelmente.

De 1227 a 1833 — O Cabido da Sé do Porto, alternadamente com o Papa e o Bispo.

De 1833 a 1910 — A Coroa.

De 1910 para cá — O Ex.^{mo} Sr. Bispo do Porto.

Padroeiro espiritual considera-se o santo ou mistério de fé a quem se consagra uma igreja, uma capela, uma freguesia, colocando essa mesma igreja ou freguesia sob a sua benéfica protecção.

Nesta Igreja e freguesia de Vila-Chã, encontramos nós a curiosa singularidade de haver dois padroeiros simultâneos: S. Pedro e S. Roque. Um, o 1.^o, oficial; e outro, extra-official, consagrado pelo povo e a tradição. Por isso, em documentos mesmo oficiais, com frequência, nos aparece esta freguesia, ora com o nome de S. Pedro de Vila-Chã, ora com o de Vila-Chã de S. Roque. Foi isto, talvez, que levou

S. PEDRO DE VILA-CHÃ

PINHO LEAL a afirmar que S. Roque deveria ter sido o padroeiro primitivo da freguesia. Não é verdade. E, senão, vejamos:

S. Roque nasceu em 1284, em Montpellier, cidade do sul da França, filho de uma família nobre e rica. Orfão ainda novo, distribuiu pelos pobres os bens e pôs-se a caminho de Roma, a cidade santa do Sucessor de Pedro. Em Itália, onde grassava por essa ocasião uma terrível epidemia, deu as maiores provas de caridade cristã, na cura e tratamento dos empestados a que se devotou. Ainda aí, tendo sido atingido pelo mesmo mal, retirou-se para um deserto e foi, diz a tradição, milagrosamente salvo de morrer à fome por um cão que todos os dias lhe levava um pão roubado da mesa do seu senhor. Recuperada a saúde, regressou à Pátria, mas nesta foi tomado por um espião inimigo e lançado numa masmorra. E, aqui, na prisão, morreu, em 1327, com 42 anos de idade. Posteriormente, depois de inúmeros prodígios, teve as honras dos altares. Como advogado contra a peste e toda a espécie de feridas, a sua fama corre por toda a parte. Em Portugal entra aí por volta de 1503. Neste ano, D. Manuel manda construir em Lisboa, no cemitério público em que tinham sido enterradas as vítimas duma grande peste que, pouco antes, flagelara a capital, uma pequena ermida em honra deste Santo. A Igreja que hoje lá se vê foi construída em 1559, pelo architecto célebre, Filipe Terzio ⁽¹⁾.

Patrocinada pelo rei, a devoção a S. Roque, depois, facilmente se difunde por todo o país. O abade Melchior Baptista traz de Lisboa para esta Igreja a sua imagem e, desde então, realiza-se todos os anos uma grande festa e se institui uma irmandade própria. Essa festa ainda se celebrava em meados do século passado, embora a irmandade já tivesse desaparecido.

Nunca foi, portanto, S. Roque, o padroeiro oficial desta Igreja, nem da freguesia. Não foi o primitivo, porque,



Imagem de S. Roque existente em S. Pedro de Vila-Chã

(1) *Monumentos Sacros de Lisboa*, por SEBASTIÃO JOAQUIM BAÇAM (1910).

muito anteriormente ao seu nascimento, já a freguesia existia e o seu padroeiro era S. Pedro. E não o foi depois, porque, quando o poderia ter sido, i. é., depois de 1587, após a vinda da sua imagem para esta Igreja, nós verificamos, através dos livros do Registo paroquial, que o padroeiro continua ainda e sempre a ser o Príncipe dos Apóstolos, S. Pedro.

Como explicar, no entanto, este facto tão invulgar de dois padroeiros, um quase esquecido — S. Pedro, e o outro — S. Roque, tão communmente usado que até, com frequência, por ele, se substitui o próprio nome da freguesia? Para estranhos, sobretudo, esta freguesia é mais conhecida pela freguesia de S. Roque, do que pelo nome de Vila-Chã.

Para respondermos àquela pergunta, talvez possamos aventar a seguinte hipótese:

Como noutros tempos esses três males — fome, peste e guerra — eram muito frequentes, grande era a devoção dos fiéis para com os seus santos defensores. Por isso, a festa a S. Roque caiu bem ⁽¹⁾ e desde o início chamou logo grande concurso de fiéis. E, como ainda hoje sucede com a Senhora da Saúde da Serra, a Senhora de Desterro, em Arada, etc. os forasteiros começaram a designar esta terra pela freguesia de S. Roque, pois era a única em que a sua imagem se venerava e o nome do santo da sua devoção vinha-lhes mais facilmente à lembrança. E, assim, ficou a freguesia com dois nomes e dois padroeiros. Creio ser esta a mais provável explicação.

IV

INDÚSTRIAS ANTIGAS E MODERNAS; CASA DO COVO E SUA QUINTA; POPULAÇÃO E MELHORAMENTOS

a) *Indústrias antigas.*

A indústria que ocupa o primeiro lugar pela importância e antiguidade, nesta freguesia, é sem dúvida a do vidro.

A primeira fábrica estabeleceu-se no Covo e, acerca desta fábrica, diz-nos PINHO LEAL:

«A primeira fábrica de vidros que houve em Portugal foi a do Covo, na freguesia de S. Pedro de Vila-Chã.

(1) Em 1645 havia nesta freguesia vários indivíduos com o nome de Roque, o que mostra então a popularidade deste Santo.

Não achei dados que certifiquem o anno da sua fundação; apenas consta que já existia em 1484, pois então D. João ordenou por uma provisão que em Portugal se não podesse estabelecer outra fábrica de vidros, sem consentimento e auctorização de Diogo Fernandes, dono desta fábrica.»

PINHO LEAL, que neste assunto serviu de guia a ESTEVES PEREIRA, no seu *Dic. de Portugal*, a FREIRE DE OLIVEIRA, em *Elementos*, ao autor de *Anais do Município de Oliveira de Azeméis*, estava mal informado, como veremos.

No seu opúsculo *O Vidro e O Papel*, SOUSA VITERBO, depois dum breve resumo da história do vidro em Portugal, enumera vários vidreiros portuguezes, desde 1430 a 1528. Com a data desse ano, 1528, vem o nome de Pero Moreno, espanhol, que obtém de D. João III um exclusivo para o fabrico de vidro, desde Coruche, no Ribatejo, até às fronteiras da Galiza. Essa carta de privilégio, aí transcrita, é a seguinte:

«Dom Joham &. A quamtos esta minha carta virem faço saber que Pero Moreno, castelhano, me apresemto huú meu aluara de que ho trelado he o seguinte: Eu elRei faço saber a quamtos este meu aluara virem que a mi emviou dizer Pero Moreno, castelhano, que ele tem semtado neste reino, alem da cidade de Coimbra, huú forno de vidro e *que ele se querya vir asemtar* ⁽¹⁾ neste dito reino para mylhor me poder servir e que per quamto não podia fazer sem muita despesa, a qual poderia perder se outra pesoa asemtasse outro forno, *que pera se vir asemtar e estar seguro se nã poder perder* me pedia mandase que de sua vila de Coruche ate o reino de Galiza ho nam podesse haver nem asemtar outro forno de vidro, e visto seu requerymmento, avemdo respeito com ho dito forno me praz disso e *per este hey per bem que hasemtando ele o dito forno nestes meus reinos e estando dasemto neles* nenhũa pesoa de qual quér comdyçam e qualidade que seya nã asemte nem tenha nenhũ forno de vidro dessa vyla de Coruche ate o estremo de Galiza nem ha o traves pera hũa parte e outra em quamto o dito Pero Moreno tiuer vidro pera vender em abastamça que tenha feito no dito forno e nã em outro todavia se cumprira este aluara e se guardara so pena de qual

(1) O sublinhado é nosso.

quer que ho contrairo fizer pagar pero o dito Pero Moreno duzemos cruzados. Porem mamdo a todas as minhas justiças, officiais e pesoas outra a que for mostrado e o conhecimento dele pertemcer que sendo requeridos per o dito Pero Moreno ho mamdem notificar e se depois de notificado se alguma pessoa asemtar alguũ forno de vidro faça emxucação pola dita pena e em tudo lhe cumpra este aluara como se nele contem, por que eu pelos ditos respeitos e outros justos ho ey por bem e meu seruiço. Fernã da Costa o fez em Almeirim XXXI de março de Jb°xxbiiij e este me praz asy nom perjudicamdo algũs c.º em suas lenhas ou em outra cousa em que recebam dano. Pedindome por merce que por quanto ho defeito do dito aluara nom avia de durar mays de huũ anno lho mandasse dar em carta e visto seu requerymento lhe mamdey dar esta minha carta a qual mamdo ymteyramente seya guardada como se nela contem por que eu ho ey asy por bem por os respeitosos comteudos no alvara. Dada em a cidade de Lixboa a xxbiiij dias de maio — Fernã da Costa a fez — de Jb°xxbiiij.

(Torre do Tombo, Chancelaria de D. João III,
liv.º 2.º, fls. 55).

biblioteca

Por este documento, suficientemente elucidativo, somos levados a reconhecer, não só que foi Pero Moreno o fundador desta fábrica, que mais tarde na renovação dos seus privilégios por Filipe I, a favor de Antónia de Almeida, viúva de Fernão de Magalhães Teixeira e filha de Pero Moreno, se localiza no seu actual lugar do Covo, mas também que a data da sua fundação deve andar à volta de 1528.

PINHO LEAL, enquanto foi administrador dos bens da Casa do Covo, ouviu falar nuns privilégios concedidos, talvez por D. João II, a esta fábrica e, sem indagar da veracidade do facto, como o fazia frequentemente, abalançou-se a conjecturas que hoje caem por terra perante a luz das provas documentais. Talvez, por esta mesma razão, é que um antigo senhor desta Casa, ao referir-se ao autor do «Portugal Antigo e Moderno», afirmava que ele, sobre este assunto, *não dizia senão mentiras*.

É posterior, portanto, esta fábrica, a 1484. Seria, porém, ela a primeira fábrica portuguesa de vidro? Como indústria organizada, com produção em larga escala, é presumível que sim. Há vestígios certos do fabrico do vidro, muito anteriores à fundação da nossa nacionalidade. Também, antes

de 1528, nos aparecem vários vidreiros, em Portugal. Mas a produção é extremamente reduzida e esses vidreiros, como facilmente se deduz dos documentos que a eles se referem, são simples artistas isolados que trabalham, a sós, em obras de encomenda.

O que é fora totalmente de dúvida, é, pelo menos, ter sido esta a primeira fábrica portuguesa a estabelecer-se desde o Tejo ao Minho, como claramente se conclui da carta de privilégio acima transcrita.

Os privilégios outorgados por D. João III, a Pero Moreno, em 1528, sobre a fábrica do Covo, são ainda mais duas vezes renovados e confirmados: em 20 de Julho de 1574, por D. Sebastião, a favor de Fernão de Magalhães Teixeira; e, em 1593, por Filipe I, a favor de Antónia de Almeida, viúva do antecedente.

Apesar de todos estes privilégios, há já em 1580, em Coima, a sul de Lisboa, uma fábrica de vidro cujos produtos fazem tal concorrência aos desta que o seu proprietário vê-se na necessidade de requerer ao rei e então se delimitam os campos de venda: o mercado do Mondego ao Minho é exclusivo da fábrica do Covo; e, a sul desse rio até ao Guadiana, pertence à de Coima.

Desde essa data, livre de tão perigosa concorrência, a indústria do Covo pode desenvolver-se e iniciar um período de vida próspera e desafogada. O vidro desta fábrica, «homens a que chamavam sacadores, e às costas uns, e outros em bestas,— assim se lê na Provisão Régia de 8 de Outubro de 1751 — o iam vender por todo este Reino, apregoando-o pelas portas nas terras por onde passavam, fazendo conveniência para si e para o senhor da fábrica, a quem vinham pagar para levarem vidro».

E, nesse tempo, o vidro pagava-se bem. Era um objecto caro, precioso, que poucos podiam comprar. Na própria Capital, mais tarde ainda, muitas casas se viam sem janelas de vidro.

E, se era caro e tinha venda certa, por um lado, por outro o custo da sua produção era quase insignificante. O seixo, matéria indispensável para o seu fabrico, e a lenha para alimentação dos fornos, havia com abundância dentro da quinta do Covo. A mata desta quinta produzia, diz-se na Provisão de 1577, concedida a Fernão de Magalhães Teixeira, senhor da mesma, nessa altura, lenha suficiente para sustentar dois ou três fornos, em laboração constante e simultânea.

Por todas estas razões é que o seu proprietário, tendo arruinado a sua Casa nas lutas entre absolutistas e liberais, no segundo quartel do século passado, como acérrimo miguelista, em poucos anos a conseguiu restabelecer. A fábrica constituia, sem dúvida, uma copiosa fonte de riqueza e a mais

segura garantia de defesa contra todos os desequilíbrios financeiros.

Posteriormente, talvez, por desinteresse dos seus ricos proprietários, desactualização dos processos de fabrico e concorrência cada vez mais acentuada das fábricas da Marinha Grande, esta fábrica do Covo entrou em declínio e, de tal sorte que, em 1883, afirma PINHO LEAL, já há 16 anos, estava paralizada. Depois disso, ainda, trabalhou; hoje, porém, já não existe.

b) *Indústrias modernas.*

Sob a direcção de senhores da Casa do Covo, aí, pelos meados do século passado, fundou-se uma nova fábrica de vidro, no lugar de Bustelo. Esta, ainda hoje, está em plena laboração e desenvolvimento, sob a dinâmica gerência do Ex.^{mo} Sr. Júlio Mateiro, e faz parte do Centro Vidreiro do Norte de Portugal.

Ainda uma outra fábrica de vidro trabalhou, neste lugar, nos fins do século passado, mas a sua existência foi assaz efémera.

A par desta fábrica de vidro, podemos contar, no mesmo lugar, uma de cortumes, em 1883. Dela, hoje, apenas restam alguns vestígios.

A principal indústria, além da do vidro, a mais nova dentre todas, na freguesia, é a do calçado. Dela vivem inúmeros operários.

c) *Casa do Covo.*

Não cabe, dentro dos estreitos limites deste trabalho, um estudo desenvolvido acerca do passado desta Casa. Foi, ela, sem dúvida, uma das mais notáveis, no norte do país, outrora. Aqui vieram casar membros das mais nobres famílias. Senhores do Covo desempenharam, em dados momentos da nossa História, um papel de notável relevo. A esta Casa, grande parte do país era tributária. Possuía prazos em quase todas as terras.

Tendo, portanto, de me limitar, darei aqui, apenas, uma lista de todos os proprietários desta Casa e quinta do mesmo nome, a mais exacta e completa possível, deixando para ocasião mais oportuna, então, um seu estudo pormenorizado.

Foram senhores da Casa do Covo:

1.º PERO MORENO, por um prazo *fateusim in perpetuum* (1), feito nas notas do notário portuense, Francisco Ribeiro da Silva, em 1545.

(1) Por este prazo, a que se refere o Tombo da Casa da Feira e Castelo, em 1708 pagavam os senhores do Covo a renda anual de 1,500 reis e seis *pessas* de vidro.

S. PEDRO DE VILA-CHÃ

2.º FERNÃO DE MAGALHÃES TEIXEIRA, que casa com uma filha do antecedente, Pero Moreno, e lhe sucede após o falecimento, obtendo a renovação dos privilégios concedidos à fábrica do Covo, em 1574. Nas lutas pela independência, de 1580, toma o partido do monarca castelhano.

3.º ANTÓNIA DE ALMEIDA OU MAGALHÃES, que, como viúva de Fernão de Magalhães Teixeira e filha de Pero Moreno, requiere em seu proveito, em 1593, a renovação dos referidos privilégios de 1574.

4.º ANTÓNIO DE MAGALHÃES TEIXEIRA, casado com Jerónima Alvim e irmão do Fernão de Magalhães.

5.º ANTÓNIA DE MAGALHÃES MENESES, filha de Fernão de Magalhães Teixeira e de Antónia de Almeida. Casa em primeiras núpcias (?) com Gaspar de Magalhães Sampaio Ribeiro, e, em segundas (?), com Luís Pantoia Ferreira, que é assassinado pelos seus escravos, em 26/VI/1640.

6.º ANTÓNIO DE MAGALHÃES E MENESES, filho da Antónia supra e de seu primeiro marido, Gaspar de M. Sampaio Ribeiro. Casa com Angela Barbosa Tinoco.

7.º FRANCISCO DE MAGALHÃES E MENESES, que casa com Luisa Joana de Sousa e Menezes, do solar de Figueiredo, em Figueiredo das Donas.

8.º MARIA MADALENA DE MAGALHÃES E MENESES, que casa com Sebastião de Castro e Lemos, em 17/XI/1737.

9.º GASPAR MARIA DE CASTRO E LEMOS, que casa com Maria Isabel de Melo e Menezes.

10.º SABASTIÃO MARIA DE CASTRO MAGALHÃES E MENESES PAMPLONA.

11.º GASPAR MARIA DE CASTRO E LEMOS MAGALHÃES E MENESES PAMPLONA.

12.º Ex.^{mo} Sr. D. JOSÉ DE CASTRO E LEMOS, actual senhor da Casa e quinta.

d) População.

O 1.º censo oficial, em que nos aparece esta freguesia, data de 1527. Aí se lê: «Registo das cidades, vilas e logares que ha em esta Comarca da Estremadura e dos moradores que ha em cada hum deles O qual se fez por mandado del Rey noso senhor.

Feito por Jorge Fernandes escrivão da chancelaria da dita comarca. Foy começado aos 15 dagosto em a cidade de Coimbra do anno de noso Senhor Jehesu Christo de 1527» (1).

Entre as diversas freguesias de termo da vila da Feyra, vem esta «aldea de vila cham e sua freguesia» com 38 vizinhos.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Por isso:

1527	. . .	38	vizinhos ou fogos	(1)					
1623	. . .	—	»	»	»	250	almas	(2)	
1706	. . .	120	»	»	»	213	»	(3)	
1708	. . .	120	»	»	»	—	»	(4)	
1758	. . .	134	»	»	»	542	»	(5)	
1768	. . .	134	»	»	»	—	»	(6)	
1788	. . .	149	»	»	»	602	»	(7)	
1878	. . .	219	»	»	»	1.026	»	(8)	
1883	. . .	225	»	»	»	1.030	»	(9)	
1900	. . .	—	»	»	»	1.076	»	(10)	
1915	. . .	226	»	»	»	1.087	»	(11)	
1919	. . .	226	»	»	»	1.087	»	(12)	
1930	. . .	356	»	»	»	1.740	»	(13)	
1940	. . .	449	»	»	»	2.194	»	(14)	
1948	. . .	611	»	»	»	2.523	»	(15)	

e) Melhoramentos: escolas e cemitério paroquial.

1 — Escolas. A 1.^a escola oficial de Vila-Chã foi criada em 1877. Para isso trabalhou, incansavelmente, o abade da freguesia, nessa altura, D. João da Natividade. Funcionou, durante algum tempo, num salão particular alugado pela Junta. Em 1881, transitou para edificio próprio, construído com o dinheiro da venda de alguns baldios. Este edificio é aquele onde actualmente se encontra a escola para o sexo masculino.

2 — Cemitério paroquial. Outrora os fiéis eram sepultados dentro das Igrejas. A capela mor era destinada aos párocos da freguesia; o lugar entre os altares laterais, para

(1) *Arq. Hist. Port.*, vol. 6, pág. 265; — (2) *Catálogo dos Bispos do Porto*, II, pág. 242; — (3-8-11) *Anais do Município de Oliveira de Azeméis*; — (4) *Corogr.*, do P.^c CARVALHO DA COSTA; — (5) *Dic. Geogr. de Port.*, págs. cit.; — (6) *Port. Sacro e Profano*, de PAULO D. NIZA; — (7) *Desc. Topogr. e Hist. da Cidade do Porto*; — (9) *Port. Ant. e Mod.*, de PINHO LEAL, letra V; — (10) *Portugal*, por ESTEVES PEREIRA; — (13) Recenseamento Geral do País; — (14) *Idem*, deste ano; — (15) *Liv.^o da Desobriga Paroquial*.

Pelo Recenseamento de 1940, Vila-Chã ocupa o 5.^o lugar, no concelho.

1. ^o Cucujães, com 5626 hab.	11. ^o Palmaz, com 1684 hab.
2. ^o Oliveira, com 4323 »	12. ^o Fajões, com 1608 »
3. ^o Loureiro, com 3118 »	13. ^o Pindelo, com 1376 »
4. ^o Pinheiro, com 2385 »	14. ^o Cesar, com 1276 »
5. ^o VILA-CHÃ, com 2194 »	15. ^o Nogueira, com 1062 »
6. ^o Carregosa, com 2124 »	16. ^o Travanca, com 989 »
7. ^o Ul, com 2071 »	17. ^o Macieira, com 863 »
8. ^o Ossela, com 1902 »	18. ^o Macinh. ^a , com 758 »
9. ^o Riba-Ul, com 1787 »	19. ^o Madail, com 598 »
10. ^o Gândara, com 1690 »	

os sacerdotes aqui residentes; e o resto do templo, para os leigos. Pela lei de 18/viii/1844, também conhecida *pela lei de saude*, isso foi proibido. Nesta freguesia, desde então, os enterramentos fizeram-se no adro. Mas, como este era excessivamente pequeno — um terço do actual — já, pela primeira vez, em 1872, se pensa na criação de um espaçoso cemitério paroquial. Para esse fim a Câmara Municipal concedeu um subsídio de 100 mil réis e chega-se até a traçar a planta. No entanto, só em 1882 este desejo se converte em realidade e as obras de vedação e aquisição do terreno são orçadas em 475 mil réis.

PARA CONCLUIR

Vila-Chã, apesar de figurar em 5.^o lugar, como vimos, pela sua população, de possuir uma das mais notáveis e progressivas indústrias do concelho — a do vidro —, de se encontrar apenas a dois passos da sede do mesmo, de remontar a tão alta antiguidade e de nos oferecer tão preciosos pergaminhos e nobres tradições, desde longa data vem sendo votada a um quase total e imerecido abandono, pelos Poderes públicos. Os únicos melhoramentos recentes que aqui se nos deparam, são fruto de iniciativa particular. A Junta de Paróquia, sem recursos, nada pode fazer. No entanto, há grandes necessidades. Está, em primeiro lugar, a construção de uma estrada vicinal, que, vindo de Bustelo até ao lugar das Travessas, ponha em ligação todos os lugares com a Igreja paroquial e a mesma freguesia com a sede do concelho. Mas, além deste melhoramento, outros se impõem: a criação de um posto público telefónico, que já foi requerido; o aumento do número de salões escolares, pois muitas crianças ainda se vêem obrigadas a frequentar as escolas das freguesias limítrofes; o registo postal; o abastecimento de água a alguns lugares mais populosos, etc. Para estas aspirações tão justas e inadiáveis, esperamos que as Autoridades concelhias olhem com atenção e carinho, a fim de que se transformem, dentro em breve, numa consoladora realidade.

Vila-Chã, 4 de Abril de 1949.

P.^o MANUEL PEREIRA DA COSTA

TRÁFEGO MARÍTIMO DA BARRA DE AVEIRO NO ANO DE 1815

DO primitivo *Jornal de Coimbra* (pois nada menos de cinco se publicaram já com este título), verdadeira revista literária e científica com a sede em Coimbra mas impressa em Lisboa de 1812 a 1820, e repositório de utilíssimas notícias não apenas para a cidade de que tomou o título, extraímos para os leitores do *Arquivo* as páginas que se seguem, com o registo do movimento marítimo da barra de Aveiro durante o ano de 1815.

Não é esta a primeira vez que ao prestimoso *Jornal de Coimbra* o *Arquivo* solicita elementos de interesse histórico para o distrito, que em mais parte alguma encontra. Ainda não há muito de lá se extraíu a *Memória descritiva dos trabalhos empregados na abertura da barra*, de LUÍS GOMES DE CARVALHO (vol. XIII da nossa revista); e várias outras referências, lá registadas igualmente, de vida local, temos apontadas para oportuna publicação.

Sob qualquer dos aspectos que encaremos a estatística hoje transcrita, ela é interessante e fornece valiosos elementos: — nomes e categorias de embarcações, quem as comandava, a carga que traziam e a que levavam, proveniência e destino, sondagens feitas à barra registando a sua profundidade na época (o que para a história das vicissitudes por que ela tem passado apresenta enorme importância), tudo, enfim, se apontou com verdadeiro senso prático e perfeito conhecimento do real valor de semelhante registo.

Com elementos desta natureza, se possível se tornasse obtê-los para toda a multiseccular existência da barra ao serviço do tráfego marítimo, outra, certamente, seria a sua história bem como a da região a que está naturalmente adstrita; mas estatísticas deste género com dificuldade aparecem, e forçoso se torna ir arquivando apenas, pacientemente, uma ou outra que se nos depare.

TRÁFEGO MARÍTIMO DA BARRA DE AVEIRO

Na própria actualidade estas dificuldades se verificam: logo de início pretendeu o *Arquivo* registar, para futuro, o movimento anual da barra e solicitou a respectiva documentação; por muito estranho que pareça, e apesar de todos os prometimentos feitos, nunca lhe foi possível obtê-la.

A vida de hoje cada vez compreende menos a atitude do historiador, e de todo vai banindo dedicações por qualquer ideal desinteressado, sem contrapartida em resultado material imediato. É por isso que em variados sectores da vida nacional se conhecem melhor períodos mais afastados, mas de documentação abundante, fonte insubstituível de toda a história e base de qualquer organização que se pretenda.

Percorrendo, pois, o raríssimo *Jornal de Coimbra*, núm. XXXVIII, parte II, até ao núm. XLI, parte I, dele recolhemos quanto segue, subordinado ao título de

«DIARIOS DAS EMBARCAÇÕES, QUE ENTRARAM E SAIRAM NA BARRA DE AVEIRO DESDE JANEIRO ATÉ O FIM DE JULHO [E DEPOIS ATÉ O FIM DE DEZEMBRO] DE 1815, PELO DESEMBARGADOR FERNANDO AFONSO GIRALDES»

ART. I

«O Desembargador Superintendente da Barra de Aveiro, Fernando Affonso Giraldes, que de todos os meios, que se achão ao seu alcance, nenhum omitta que possa concorrer para a melhorar e acreditar, remetteo-nos o seguinte

Diario das Embarcações que entrárão, e sairão pela Barra de Aveiro, desde Janeiro até último de Maio do corrente anno de 1815 : suas cargas, e destinos, e sondas tomadas em cada mez.

JANEIRO.

- A 4. Sahio o Cahico Sr. Jesus e S. Antonio, para o Algarve, em lastro, Mestre Antonio Gonçalves.
- D.º Entrou o Hiate Divina Providencia, vindo de Vigo, em lastro, Mest. Lauriano Serrão.
- A 8. Sahio o Hiate Maria Diligente, para Lisboa, com madeira e ferragem, M. Manoel Rodrigues Secia.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- + D.º Sahio o Hiate Primavera e Maria Diligente, para o Algarve, com carga de madeira, M. Lourenço José.
- A 17. Sahio o Hiate Senhora da Victoria, para o Porto, com sal, M. Lourenço Domingues.
- D.º Sahio o Hiate Divina Providencia, para Caminha, com sal, M. Lauriano Serrão.
- A 19. Entrou o Hiate Santa Cruz, vindo do Porto, em lastro, M. Manoel Fernandes.

Entrarão 2, sahirão 5. Total 7.

No dia 19 sondou o Pilôto Mór com os Pilotos do N.º a Barra, e achou 16 palmos na baixamar, e 28 na preamar.

FEVEREIRO.

N'este mez não entrou, ou sahio embarcação alguma: he porém notavel a extraordinaria sonda, que o Piloto Mór com os mais Pilotos do N.º acháráo no banco do mar em o dia 16, sendo de 18 palmos em baixamar, e na preamar de 40; a qual próva o bom resultado das Obras d'esta Barra, indisputavelmente uma das melhores do Reino, e cuja frequencia e crédito de dia em dia cresce, apesar da emulação de outros Portos contra este.

MARÇO.

- + No 1.º Entrou o Hiate Paquete, vindo do Porto, com carga de milho para a Praça, M. José Carneiro.
- D.º Entrou o Hiate Flor de Setubal, vindo de Setubal, com sardinha, M. Joaquim José Cardeal.
- D.º Enirou o Hiate S. Gonçalo, vindo de Vianna, com carga de milho, M. Christovão Castel.
- X A 6. Entrou a Rasca Senhora da Conceição, vinda de Peniche, com sardinha, M. Henrique Ferreira.
- D.º Entrou o Hiate Senhora da Nazareth, vindo de Vianna, com milho, M. João José Vianna.
- A 16. Sahio o Hiate Santa Cruz, para o Porto, com sal; M. Manoel Fernandes.
- + D.º Sahio o Hiate Paquete, para o Porto, com sal, M. José Carneiro.
- D.º Sahio o Hiate S. Gonçalo, para Vianna, com sal, M. Christovão Castel.
- D.º Entrou o Hiate Foz do Douro, vindo do Porto, com milho, M. João Gomes de Andrade.
- A 17. Entrou o Hiate Harmonia, vindo de Cardiffe, com carga de ferro para a Praça, M. José Antonio Vianna.

TRÁFEGO MARÍTIMO DA BARRA DE AVEIRO

- D.º Entrou o Hiafe Bom Jesus de Fão, vindo de Vianna, com milho, M. Roque Gonçalves.
- A 20. Entrou o Hiate Maria Diligente e Primavera, vindo de Lisboa, com varios 'generos para a Praça, M. Manoel Rodrigues Secio. X
- D.º Sahio a Galiota Senhora Izabel, para Riga, com sal, Cap. Dark Debocr.

Entrarão 9, sahirão 4. Total 13.

No dia 20 sondando a Barra o Piloto Mór com os mais Pilotos do N.º acharão 18 palmos em baixamar, e 30 na preamar.

ABRIL.

- A 11. Entrou a Rasca Senhora do Carmo, de Lisboa, com milho, M. Joaquim Gomes.
- A 18. Sahio a Rasca Senhora do Carmo, para Lisboa, em lastro, M. Joaquim Gomes.
- A 19. Sahio o Hiate Bom Jesus de Fão, para Vianna, com sal, M. Roque Gonçalves.
- D.º Sahio o Hiate Senhora da Nazareth, para Vianna, com sal, M. João José Vianna.
- D.º Sahio o Hiate Foz do Douro, para a Russia, com vinho, M. João de Andrade.
- D.º Sahio o Hiate Flor de Setubal, para a Figueira, em lastro de sardinha, M. joaquin José Cardeal.
- D.º Sahio o Bergantim Senhora Dorothea, para a Russia, com sal, Cap. Carlos Goth. Feicher. X =)
- A 21. Sahio a Rasca Senhora da Conceição, para a Ericeira, em lastro, M. Henrique Ferreira.
- A 22. Entrou o Hiate Espirito Santo, vindo de Espózende, com pedra e cal, M. Manoel Milhares.
- A 28. Sahio o Hiate Espirito Santo, com a mesma carga supra, por entrar de arribada, M. o sobredito.
- D.º Sahio o Hiate Harmonia, para o Porto, com sal, M. João Antonio Vianna.
- A. 30 Entrou a Rasca Senhora do Carmo, vindo de Lisboa, com milho, M. João Gomes.
- D.º Entrou o Hiate Santissimo Sacramento, vindo de Lisboa, com bacalhão para a Praça, M. Francisco Garcia.

Entr. 4, sah. 9. Total 13.

No dia 28 sondando o Piloto Mór, e os do N.º a Barra, acharão em baixamar 18 p. e na preamar 30.

MAIO.

- A 8. Entrou a Rasca Senhora da Conceição, vindo de Laraxe, com cavalla, M. Hipolito Ferreira.
- A 9. Entrou o Hiate S. Bento, vindo do Porto, com ferro e arrôz para a Praça, M. Francisco da Costa.
- A 10. Sahio o Hiate Maria Diligente, para Lisboa, com ferragem e madeira, M. Manoel Rodrigues Secio.
- A 14. Entrou o Hiate Valor de Portugal, vindo do Porto, em lastro, M. Francisco de Carvalho.
- D.º Entrou o Hiate Senhora da Agonia, vindo do Porto, em lastro, M. Antonio Baptista.
- D.º Entrou o Hiate Nova Restauração, vindo do Porto, com milho, M. João Gomes Caldeira.
- A 15. Entrou o Hiate Santa Cruz, vindo do Porto, em lastro, M. Manoel Rodrigues.
- A 16. Entrou a Rasca Senhora das Necessidades, vindo de Lisboa, com milho e arrôz, e rapé para a Fábrica, M. Antonio de Barros.
- D.º Entrou o Hiate Bom Jesus, vindo do Porto, em lastro, M. José Pereira dos Reis.
- A 17. Entrou o Hiate Boa Fortuna, vindo do Porto, em lastro, M. Rodrigo Gonçalves.
- A 18. Sahio o Hiate Santissimo Sacramento, para S. Martinho, em lastro, M. Francisco Garcia.
- A 19. Sahio o Hiate S. Bento, para o Porto, com sal, M. Francisco da Costa.
- D.º Sahio o Hiate Senhora da Agonia, para o Porto, com sal, M. Antonio Baptista.
- A 21. Sahio a Rasca Senhora das Necessidades, para o Porto, com sal, M. Antonio de Barros.
- A 24. Sahio a Rasca Senhora do Carmo, para Lisboa, com madeira, M. Joaquim Gomes.
- D.º Entrou a Galiota Sueca Frederik-Lycha, vindo de Stockolmo, com carga de ferro para a Praça, Cap. Fal. Hause.
- A 25. Sahio o Hiate Santa Cruz, para o Porto, com sal, M. Manoel Rodrigues.
- D.º Sahio o Hiate Valor de Portugal, para o Porto, com sal, M. Francisco Carvalho.
- D.º Sahio o Hiate Bom Jesus, para o Porto, com sal, M. José Pereira dos Reis.
- A 26. Sahio o Hiate Nova Restauração, para o Porto, com sal e madeira, M. João Gomes Caldeira.
- D.º Entrou o Bergantim Inglez Emilia of Burbue, de Bristol, com ferro para a Praça, Cap. Gilmon.
- A 27. Entrou o Hiate Boa Hora, do Porto, em lastro, M. Manoel Ignacio.

TRÁFEGO MARÍTIMO DA BARRA DE AVEIRO

- A 28. Entrou o Hiate Paquete, de Vianna; em lastro, M. José Joaquim. =
- A 30. Entrou a Rasca Senhora das Necessidades, de Lisboa, com milho, M. Jeronimo da Silva. =
- A 31. Entrou o Hiate S. Bento, do Porto, em lastro, M. Francisco da Costa.
- D.º Entrou a Rasca Senhora das Necessidades, do Porto, em lastro, M. Antonio de Barros. =

Entr. 16, sah. 10. Total 26.

Sondou a Barra o Piloto Mór com os Pilotos do N.º, e acháráo no dia 26 em baixamar 18 p. e na preamar 30.

Entrarão desde Janeiro até Maio inclusivè	31
E sahirão.	28
Total	59

A maior sonda n'estes cinco mezes foi no preamar	40 p.
E em baixamar	18 p.
A menor em preamar	28 p.
E em baixamar	16 p.

bibliotheca

JUNHO.

4. Entrou o Hiate Valor de Portugal, vindo do Porto, em lastro, Mestre Francisco de Carvalho. =
5. E. a Rasca Victoria Jesus Nazareth, de Lisboa, com milho, M. Jorge da Costa.
9. Saío a Rasca Senhora das Necessidades, para a Figueira, em lastro, M. Jeronimo da Silva. =
- S. o Hiate Boa-hora, para o Porto com sal, M. Manoel Ignacio. =
- S. o Hiate Valor de Portugal, para o Porto, com sal, M. Francisco de Carvalho. =
- E. a Rasca Senhora do Carmo, de Lisboa, com milho, M. Joaquim Gomes. =
10. S. o Hiate Paquete de Vianna, para o Porto, com sal, M. José Joaquim. =
- S. o Hiate S. Bento, para o Porto, com sal, M. Francisco da Costa. =
- E o Bergantim Sueco Ceres, de Stockolmo, com ferro, Cap. D. G. Wagner. =
15. E. o Hiate Maria Diligente, de Lisboa, com milho e arrôz, M. Manoel Rodrigues de Seia. M
22. E. o Hiate S. Bento, do Porto, em lastro, M. Francisco da Costa.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

23. E. o Hiate Boa-hora, do Porto, em lastro, M. Manoel Ignacio.
24. S. o Bergantim Inglez Emilia of Bust, para o Porto, em lastro de ferro. Cap. J. Gilmon.
S. a Galiota Sueca Freder. of Lyck, para Malage, em lastro, Cap. F. F. Hauje.
25. S. o Hiate Boa fortuna, para o Porto, com sal, M. Rodrigo Gonçalves.
28. S. a Rasca Victoria Jesus Nazareth, para Lisboa, com ferragem e madeira, M. Jorge da Costa.
E. a Rasca Conceição e Almas, de Lisboa, com milho e centeio, M. João Luiz.
29. E. a Escuna Ingleza Shooner Amit, de Londres, com linho, Cap. L. Privett.
E. o Bergantim Sueco Ol. Lisort, de Stockolmo, com ferro, Cap. M. Linde.
30. E. a Rasca Senhora da Boa Viagem, com centeio, M. Anastacio Nunes.

Entr. 12. saír. 10. Total 22.

Sonda da Barra n'este mez B. m. 17 palm. P. m. 29 p.

JULHO.

1. S. o Hiate Maria Diligente, para Caminha, com sal, M. Manoel Rodrigues Seia.
S. o Hiate Boa-hora, para o Porto, com sal, M. Manoel Ignacio.
E. a Rasca Conceição e Almas, de Larache, com cavall. M. José Francisco Moloeiro.
2. S. a Rasca Senhora do Carmo, para Lisboa, com madeira, M. Joaquim Gomes.
3. E. a Rasca Senhora das Necessidades, de Villa do Conde, em lastro, M. Jeronimo da Silva.
5. S. o Hiate S. Bento, para o Porto, com sal, M. Francisco da Costa.
E. o Hiate Valor de Portugal, do Porto, em lastro, M. Francisco de Carvalho.
6. S. a Rasca Senhora da Boa Viagem, para a Figueira, em lastro, M. Anastacio Nunes.
7. S. a Rasca Senhora das Necessidades, para Villa do Conde, com sal, M. Jeronimo da Silva.
8. E. a Escuna Flor de Aveiro, do Porto, em lastro, Cap. Manoel Marques de Seia.
9. S. a Rasca Senhora das Necessidades, para Lisboa, com madeira, M. Agostinho da Silva.
10. E. a Galiota Sueca Neptunus, de Stockolmo, com ferro, Cap. John Mollestren.

TRÁFEGO MARÍTIMO DA BARRA DE AVEIRO

13. E. o Hiate Maria Diligente, de Caminha, em lastro, M. Manoel Rodrigues de Seia.
15. S. o Hiate Valor de Portugal, para o Porto, com sal, M. Francisco Carvalho.
S. a Rasca Conceição e Almas, para a Ericeira, com sal, M. José Francisco Moloeiro.
17. E. a Rasca Conceição e Almas, de Lisboa, com milho, M. Hilario da Costa.
20. E o Hiate S. Bento, do Porto, com milbo, M. Francisco da Costa.
E. a Rasca Senhora das Necessidades, de Lisboa, com milho, M. José da Costa Gaspar.
21. E. o Caixa marim Hespanhol, N. S. do Carmo, de Vigo, em lastro, Cap. Bernardo Rey.
22. S. o Bergantim Sueco Ceres, para Setubal, em lastro, Cap. D. G. Wagner.
S. a Rasca Conceição e Almas, para o Porto, com sal, M. João Luiz.
23. S. a Escuna Inglesa Shoener Amit, para o Porto, com sal, Cap. L. Privett.
E. a Galiota Sueca Hohlfalt, de Stockolmo, com ferro, Cap. J. P. Nahlgren.
24. E. o Hiate Boa-hora, do Porto, com milho, M. Manoel Ignacio.
E. a Rasca Senhora do Rozario e Almas, arribada do Porto, com carvão, M. Joaquim de Sena.
25. E. o Bergantim Hesp. N. S. das Dores, de Vigo, em lastro, Cap. Pedro Relobr.
E. o Bergantim Hesp. S. Romão, de Vigo, em lastro, Cap. José Suanel.
E. o Hiate Feliz Aurora, da Povia de Valezino, em lastro, M. Ignacio da Nova.
26. S. o Bergantim Sueco Ol. Licort, para Setubal, em lastro. Cap. M. Linde.
S. a Rasca Senhora do Rozario e Almas, para a Ericeira, com carvão, M. Joaquim de Sena.
27. S. a Rasca Senhora das Necessidades, para Peniche, em lastro, M. José da Costa Gaspar.
29. E. o Hiate Senhor da Pauta, do Porto, em lastro, M. Francisco Luiz de Oliveira.
30. E. o Hiate Valor de Portugal, do Porto, em lastro, M. Francisco Carvalho.
E. o Hiate Diligente, do Porto, em lastro, M. Antonio Francisco Nunes.

Entr. 19, saír. 15. Total 34.

Sonda da Barra n'este mez: B. m. 17 p. P. m. 29 p.

AGOSTO.

- A 1 Entrou a Chalupa Prudente José do Egypto, da Povia do Valezim, em lastro, Mestre Manuel Francisco Maravilhas.
- A 3 Saio o Caixa Marim N. S. das Dores, para as Asturias, com sal, Mest. Bernardo Rei.
- x D.º S. o Hiate Maria Diligente, para Lisboa, com madeira, e varios generos, M. Manoel Rodrigues de Seia.
- A 5 E. o Hiate Espirito Santo, da Povia de Valezim, em lastro, M. Manoel Milhares.
- A. 6 E. o Hiate Boa Nova Flôr do Mar, de Galliza, em lastro, M. José Moreira Alexandre.
- A 10 E. o Hiate Bom Jesus e Boa Ventura, do Porto, em lastro de varios generos, M. Manoel Pereira dos Reis.
- A. 11 E. o Hiate Senhora do Rozario, do Porto, em lastro, M. José Bernardo.
- v D.º E. a Rasca Conceição e Almas, de Caminha, em lastro, M. Domingos da Costa Ferreira.
- A 12 E. o Hiate Ramalhete, do Porto, em lastro, M. Manuel José Ferdandes.
- A 17 E. o Hiate Ascensão, do Porto, em lastro, M. José Nunes.
-) D.º S. o Hiate Valor de Portugal, para a Figueira, com vinhos, M. Francisco Carvalho.
-) D.º S. a Rasca Conceição e Almas, para Peniche, com sal, M. Hilario da Costa.
-) A 18 S. a Chalupa Prudente José do Egypto, para Villa do Conde, com sal, M. Manoel Francisco Maravilhas.
- D.º S. o Hiate Espirito Santo, para Villa do Conde, com sal, M. Manoel Milhares.
- D.º S. o Bergantim Hespanhol S. Romão, para Bilbáo, com sal, M. D. Pedro Reloba.
- D.º S. o Bergantim Hespanhol Senhora das Dores, para Bilbáo, com sal, M. D. José Soares de Loia.
- / A 20 E. o Hiate Valor de Portugal, da Figueira, sem lastro, M. Francisco Carvalho.
- A 24 E. o Hiate Tres Reis, do Porto, em lastro de varios generos, M. José da Costa Martins.
- / A 25 E. o Bergantim Trocador do Porto, em lastro de varios generos, Cap. José Luiz do Rego.
-) D.º S. a Rasca Conceição e Almas, para o Porto, com sal, M. Domingos da Costa Ferreira.
- D.º S. o Hiate Boa Nova Flôr do Mar, para o Porto, com sal, M. José Moreira Alexandre.
- D.º S. o Hiate Bom Jesus e Boa Ventura, para o Porto, com sal, M. Manoel Pereira dos Reis.

TRÁFEGO MARÍTIMO DA BARRA DE AVEIRO

- A 27 E. o Hiate Espirito Santo, de Villa do Conde, em lastro, M. Manoel Milhares.
 D.º E. a Chalupa Prudente José do Egypto de Villa do Conde, em lastro, M. Manoel Francisco Maravilhas.

Entrarão 13, sairão 11: Total 24.

No dia 25 sondou o Piloto Mór com os mais Pilotos a Barra, e acharão em B. m. 15 palm. e P. m. 24 palm.

SETEMBRO.

- A 1 S. a Escuna Flôr de Aveiro, para o Porto, com sal, Cap. Manoel Marques de Seia. 11
 D.º S. o Hiate Feliz Aurora, para o Porto, com sal, M. Ignacio da Nova.
 D.º S. a Galiota Sueca Neptunus, para Malage, em lastro, Cap. John Mollestren. + x
 A 4 E. o Hiate Bom Jesus e Boa Ventura, de Villa do Conde, em lastro, M. Manoel Pereira dos Reis.
 D.º E. a Rasca Conceição e Almas, de Villa do Conde, em lastro, M. Domingos da Costa Ferreira. 1
 A 6 E. o Caixa Marin Hespanhol Santa Clara e Almas, da Galliza, em lastro, M. Manoel Bravo. 11
 A 7 S. o Hiate Senhora do Rozario, para o Porto, com sal, M. José Bernardo.
 D.º S. a Chalupa Prudente José do Egypto, para Villa do Conde, com sal, M. Manoel Francisco Maravilhas.
 D.º S. o Hiate Boa Hora, para o Porto, com sal, M. Manoel Ignacio.
 A 8 E. a Rasca Conceição e Almas, da Ericeira, em lastro, M. Hilario da Costa. 1
 D.º E. o Hiate Maria Diligente, de Lisboa, com carga de varios generos, para a Praça, M. Manoel Rodrigues de Seia. =
 D.º S. o Hiate Ramalhete, para o Porto, com sal, M. Manoel José Fernandes.
 D.º S. o Hiate Espirito Santo, para Villa do Conde, com sal, M. Manoel Milhares.
 D.º S. o Hiate Senhor da Pauta, para o Porto, com sal, M. Francisco Luiz de Oliveira.
 D.º S. o Hiate Ascensão, para o Porto, com sal, M. José Nunes.
 D.º S. o Hiate Diligente, para o Porto, com sal, M. Antonio Francisco Nunes. 1
 D.º S. o Hiate S. Bento, para Vianna, com sal, M. Francisco da Costa.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- A 9 E. o Bergantim Americano Governor Hophbus, do Porto, em lastro, Cap. Charl. Stewart.
 A 14 E. o Hiate Bom Jesus de Fão, de Vianna, em lastro, M. João José de Oliveira.
 D.º E. o Hiate Boa Nova Flôr do Mar, do Porto, em lastro, M. José Moreira Alexandre.
 D.º E. o Hiate Valor de Portugal, para o Porto, com sal, M. Francisco Carvalho.
 D.º S. o Hiate Tres Reis, para o Porto, com sal, M. José da Costa Martins.
 A 24 E. o Hiate Senhor do Bom Fim, de Vigo, em lastro, M. José Antonio Gonçalves.

Entrarão 9 sairão 14: Total 23.

OUTUBRO

- A 1 S. a Rasca Conceição e Almas, para o Porto, com sal, M. Domingos da Costa Ferreira.
 > A 2 S. o Hiate Maria Diligente, para o Algarve, em lastro, M. Manoel Rodrigues de Seia.
 A 3 S. o Bergantim Trocador, para o Rio de Janeiro, com vinhos e outros generos, Cap. José Luiz do Rego.
 A 4 E. o Hiate Mercurio de Vianna, em lastro, M. Francisco da Silva.
 A 5 S. a Galiota Sueca Dcifw-Selfart, para Stockolmo, com sal, Cap. J. D. P. Selgren.
 A 6 S. o Hiate Tres Reis, para o Porto, com sal, M. José da Costa, Marf.
 A 7 S. o Hiate Valor de Portugal, para o Porto, com sal, M. Francisco de Carvalho.
 A 8 S. o Hiate Senhora do Amparo, para o Porto, com sal, M. Bernardo José Martins.
 A 9 S. o Hiate Senhor do Bom Fim, para Vianna, com sal, M. José Antonio Gonçalves.
 A 10 S. o Hiate Bom Jesus de Fão, para o Porto, com sal, M. João José de Oliveira.
 A 11 E. o Hiate S. Bento, de Vianna, em lastro, M. Francisco da Costa.
 A 12 E. o Hiate Victoria, do Porto, com generos para a Praça, M. Lourenço Domingues.
 A 13 E. o Hiate Amizade, de Lisboa, com generos e fazenda para a Praça, M. Basylio José de Sousa.
 A 14 S. o Hiate Mercurio, para o Porto, com sal, M. Francisco da Silva.
 A 15 S. o Hiate S. Bento, para o Porto, com sal, M. Francisco da Costa.

TRÁFEGO MARÍTIMO DA BARRA DE AVEIRO

- A 16 S. o Hiate Victoria, para o Porto, com sal, M. Lourenço Domingues.

Entrarão 4, sairão 12: Total 16

Nos dias 25 e 26 sondando o Piloto Mór e mais Pilotos a Barra, acharão em B. m, 18 p. na P. m. 25 a 26 p.

NOVEMBRO

- A 1 E. o Hiate Tres Reis, do Porto, com fazenda para a Praça, M. José da Costa Martins.
- A 4 S. a Rasca Conceição, para o Porto, com sal, M. Hilario da Costa.
- A 10 S. o Hiate Bom Jesus, para o Porto, com sal, M. Manuel Pereira dos Reis.
- A 11 S. o Bergantim Americano Governor Hopflus, com sal, para Rhod. Hañd, Cap. Charles Stewart.
- A 16 E. o Hiate Valor de Portugal, do Porto, em lastro, M. Francisco de Carvalho.
- A 17 E. o Bergantim Sueco Freeden, de Gothemburgo, com carga de ferro, Cap. Thals Olisson.
- A 19 E. o Hiate Senhora do Amparo, do Porto, em lastro, M. Bernardo José Martins.
- A 20 E. a Chalupa Americana Wlms. da Terra Nova, com carga de Bacalhão, Cap. Wlms Blak Halle.

Entrarão 5, sairão 3: Total 8.

Sondando o Piloto Mór e mais Pilotos a Barra no dia 11, e acharão na B. m. 20 p. na P. m. 27: e no dia 30 em B. m. 18 p., na P. m. 25.

DEZEMBRO

- A 7 S. o Bergantim Sueco Freeden, para Malage, em lastro, Cap. Thals Olisson.
- D.º S. o Hiate Amizade, para Lisboa, com carga da Praça, M. Basylio José de Sousa.
- D.º S. a Chalupa Williams, para o Porto, com sal, Cap. Williams Blak Halle.
- A 14 E. a Galiota Hollandeza Vigilancia, vinda do Porto, em lastro, Cap. G. T. Roskamp.
- A 19 E. o Brigue Prussiano Neptune, por arribada, vindo do Porto, Cap. John Araut Blenk.

Entrarão 2, sairão 3: Total 5.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Sondando o Piloto Mór e mais Pilotos a Barra no dia 17 acháram na B. m. sobre o Banco 14 p. na P. m. 22 p.

A totalidade de entradas e saídas no decurso de todo o ano de 1815 foram 191 Embarcações, e d'estas com sal de Aveiro saíram 66; as restantes com vinho, madeira e outros generos do Paiz.

Desde Janeiro até Maio inclusivè entráram	31	—	sairão	28
De Junho até Julho incl.	31		25
De Agosto até Dezembro incl.	33		43
Total	95			96

Maior Sonda no dito anno, em Baixa mar	28	pálmos
Em Preamar	40	ditos.
Menor Sonda no mesmo em B. m.	14	ditos.
Em Preamar	22	ditos.»

*

O desembargador Fernando Afonso Giraldes não limitou as suas informações locais ao relato do movimento marítimo da barra em 1815.

Como superintendente que era «na parte económica e civil» das obras da barra, acompanhava com verdadeiro interesse todas as diligências levadas a efeito para o melhoramento das condições de navegação, que se estenderam não só à Ria como ao próprio Vouga, de todas essas importantes operações revelando particular conhecimento.

É assim, quando remeteu ao *Jornal de Coimbra* a nota do movimento da barra de Agosto a Dezembro de 1815, para complemento da anteriormente publicada, fê-la acompanhar da carta que se segue e do relato da rectificação então operada na parte do álveo do Vouga que ficou sendo conhecida pelo nome de *Rio Novo do Príncipe*.

Tudo isso hoje nos interessa muito recordar. É do conhecimento de todos estes dispersos elementos que a história local um dia será possível, sem fantasias deformantes nem afirmações insubsistentes.

«ART. XII

Senhores Redactores do Jornal de Coimbra.

Como se tenham dignado até o presente de publicar no seu interessante Jornal várias notas e opusculos relativos a Aveiro, e sua nova Barra (a): he dever, que me-incumbe,

TRÁFEGO MARÍTIMO DA BARRA DE AVEIRO

rogar-lhes a continuação de iguaes publicações, e por isso lhes-envio agora, primeiramente uma abreviada exposição sobre a abertura do Rio Novo do Principe, effectuada em Dezembro passado; em segundo e último lugar o mappa restante das Embarcações, que entrárão e sairão por ésta Barra, desde Agosto até o fim do anno, conforme me foi dado pelo Segundo Tenente Piloto Mór da Barra José Dias Ferreira, a fim de que ao Público sejam mais geralmente notorios os desvellos do Governo d'estes Reinos em beneficio d'esta Comarca, e que os Encarregados da Comissão das Obras da Barra, e suas dependencias, com efficacia desempenhão os seus patrioticos desejos. He com todo o apprêço e reconhecimento que me-assino

seu Venerador muito obrigado

Aveiro 16 de Fevereiro
de 1816.

Fernando Affonso Giraldes

(a) Entre os Escritos relativos a Aveiro ha a Memoria descriptiva, ou Noticia circunstanciada do Plano e processos effectivos Trabalhos Hydraulicos empregados na Abertura da Barra de Aveiro, por Luiz Gomes de Carvalho, Director e Inspector das Obras da mesma Barra. Esta interessante Memoria he composta de uma Dedicatoria ao Principe Regente N. S., uma Introducção, e cinco Partes. Em o Num. xxviii. dêste Jornal publicámos a Dedicatoria e Introducção. Em o Num. xxxii. publicámos a I. Parte. E não tem ainda sido, nem he por ora possivel, publicar as outras quatro Partes que restão. O A. tem sido n'estes ultimos tempos nimiamente sobrecarregado de trabalhos importantissimos e mui distantes uns dos outros; elle está encarregado da conservação, reparação, e melhoramento (se ainda he possivel) da Barra de Aveiro dos trabalhos do Plano sôbre o melhoramento e navegação dos Rios Vouga, Águeda, e Cértima; de attender aos Rios Douro e Lima; está em vespas de marchar para S. Martinho a executar o Plano que deo para aquelle Porto, pensando ainda em outros objectos sôbre o mesmo assumpto que deixou para Memoria Suppletar do Plano dado que abrangia os principaes trabalhos por onde se-devia começar, etc. etc. Eis-aqui os ponderosissimos e mui justos motivos porque falta ainda a última lima áquella Memoria, que o Público sei que deseja concluida e acabada de publicar.

AVEIRO

RIO NOVO DO PRINCIPE

Em o Num. xvi. do Jornal de Coimbra a pag. 386 art. 6.º, fallando-se da prosperidade que para Aveiro resulta da Nova Barra actual, se-disse: «Que acresceria muito mais, melhorando-se a navegação do Rio Vouga, e estendendo-se até visinhanças de São Pedro do Sul, assim como as do Certima e Levira, até ao Couto de Mogofores, nas visinhanças de Anadia; projectos que o Govêrno não ignorava, e a bem dos quais já tinha ordenado algumas providencias».

Tanto pois promove o Govêrno destes Reinos a felicidade pública, e especialmente contempla as Obras da Comarca de Aveiro, que ouvindo, na parte Económica e Civil, ao Desembargador Fernando Affonso Giraldes, Superintendente da Barra e na Executiva e Directiva ao Tenente Coronel de Engenheiros, Director das Obras, Luiz Gomes de Carvalho, approvados os Planos, e determinando a sua execução, tendo-se dado principio á primeira parte do Plano de melhoramento da Navegação do Vouga, em o dia 26 de Outubro de 1813, ultimou-se felizmente no dia 22 de Dezembro de 1815, no curto periodo de 26 mezes, resultando consideraveis vantagens, reconhecidas já pelo maior número dos habitantes d'este Paiz.

O novo alveo que o Vouga occupou no sobredito dia 22 de Dezembro, a que S. A. R. permittio a honrosa denominação (de que os Povos visinhos se-lembraráõ) de Rio Novo do Principe marcado no Mappa da Ria de Aveiro (inserto em o Num. xxxii. do J. de C. entre pag. 82 e 83) por duas series de pontos seguindo as letras H, S, G, F, Q, W, T. reduzio a duas leguas as tres que antes se-contavão pelo alveo antigo, formando a sinuosa curva F, E, A, W. desde Sarrazolla até á Barra, tal que em partes do novo alveo dista do antigo e abandonado uma crescida legua.

A sua navegação he desembaraçada e pronta, e foi logo seguida de uma rapida escoante nos Campos de Sarrazolla, Cacia, Salreu, Canellas, Formelam, Angeja, etc. nos quaes he de esperar, que d'aqui por diante não sejam, na Primavera as Sementeiras e as colheitas no Outono perturbadas, detidas, e em parte deterioradas, como acontecia; e bastantes terrenos, nos Campos do Vouga Rio-acima. incultos por alagados, agora poderáõ agricultural-se, e produzir copiosas e abundantes colheitas, melhorando muito a salubridade de algumas Povoações confinantes.

TRÁFEGO MARÍTIMO DA BARRA DE AVEIRO

O Rio Novo do Principe tem no seu alveo junto de Sarrazola 280 palmos de largura, e d'ahi vai gradualmente alargando até á bôcca da Cale do Espinheiro, á qual se-une, e aonde tem 550 palmos, e segue depois a dita Cale, por onde se-mette na Cale grande, perto do sitio da Senhora das Areias, reunido com a Cale da Villa, mettendo-se no mar pela Barra Nova de Aveiro, como se-vê no Mappa sobredito.

Os marachões do dito Rio tem de grossura, termo medio, 40 palmos, e diferentes alturas, que forão necessarias para accomodar a consideravel excavação de mais de oito mil braças cúbicas, que se-extrahirão para formar o novo alveo. Esta Obra importante foi concluida com grande economia de despeza, pelas bem reguladas empreitadas, e methodo de trabalhos que se-estabeleceo, não sendo constringidos os Operarios; e exactamente pagos á custa do Cofre da Barra, por justas e legaes avaliações, todos os terrenos dos Particulares, tanto fructiferos como infructiferos, que o novo alveo occupou: motivos que grangeárão aos dois Empregados Superintendente e Director honrosos louvores de S. A. R. transmittidos pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra.

He de esperar, que os subseqüentes trabalhos, relativos ao Plano do melhoramento e Navegação dos ditos Rios, prosperem, e consigão iguaes resultados, merecendo os elogios do Governô, e o applauso dos Povos da Comarca de Aveiro, a quem particularmente interessão, tornando-se mais florente e copiosa a sua Agricultura, mais animado e rico o seu Commércio.»

Não encerraremos, já agora, a transcrição das notícias da Barra referidas ao ano de 1815 sem arquivar também o que podemos considerar um eco da opinião pública da época, recolhido igualmente pelo prestimoso *Jornal de Coimbra* (N.º XLIV — II parte, pág. 148, de 23 de Setembro de 1816) e que muito depõe a favor do interesse sempre dispensado por tão notável publicação à Ria de Aveiro e aos seus problemas vitais:

«ART. XIV. — NOTICIAS DA BARRA D'AVEIRO.

Em Carta de 18 de Dezembro de 1815 um Amigo meu me diz de Aveiro o seguinte:

«Agora no meio de uma horrorosa tempestade chega um Bergantim grande a ésta Côsta, e em baixamar: entrou felizmente, e tudo se-salvou. Que tal lhe-parece uma Barra, que tem água em baixamar para grandes Bergantins; e que

nenhuma cheia do Vouga embarça de haver enchente e corrente para dentro do Pôrto, e que pôde salvar de tantos naufragios os que o-buscão, quando o mesmo Douro regeita pelas suas pesadas águas, de Inverno, os Navios ás vezes 15, 20, e 30 dias sucessivos?»

Os delicadíssimos problemas da Ria, de hoje, têm como origem e ponto de partida os problemas e as vicissitudes que nas passadas eras ocorreram; vêm de muito longe, não surgiram abruptamente em nossos dias.

A luta do Homem com as forças da Natureza tem aqui remota origem; soluções apresentadas e postas em prática hoje, acham-se esboçadas há séculos; só nas proporções e nos meios mecânicos de realização podem diferir.

Tudo aconselha, pois, a uma cuidada revisão histórica desses mesmos problemas e à meditação ponderada do trabalho das gerações que nos precederam.

Inteiraente o merece o lugar inconfundível que na Economia e na vida do baixo Distrito a Ria de Aveiro ocupa.

bibRIA

A. G. DA ROCHA MADAHIL

A SANTA INQUISIÇÃO NO DISTRITO DE AVEIRO

(Continuado de pág. 160)

1752 — Oliveira de Azeméis — João Caetano Soares de Vasconcelos, clérigo, natural de Oliveira de Azeméis, bispado do Porto e morador em Lisboa, bacharel em cânones pela Universidade de Coimbra; filho de Pedro Soares dos Reis de Vasconcelos, irmão de D. Josefa de Barredo, casada com o familiar do Santo Offício Francisco Xavier de Matos Cerveira, e de Domingas Coelho; neto paterno de André Álvares Soares e de Maria Dias dos Reis; neto materno de Álvaro Coelho e de Antónia Brandão. Inq. de Lisboa. Provisão de notário do Santo Offício em 11-8-1752. M. 66, n.º 1003.

1622 — Aveiro — João Francisco, casado, morador em Aveiro; filho de João Simões e de Ana Agostinho; neto paterno de Simão Fernandes e de Grácia de Eiró; neto materno de Agostinho Brás e de Maria Fernandes. Inq. de Coimbra. Não consta o resultado das diligências que decorriam em 1622. M. 2, n.º 69.

1733 — Lourosa — João Francisco Cardoso, casado, que vive de sua fazenda, natural de Lourosa, na terra da Feira; filho de Manuel Cardoso e de Maria Francisca; neto paterno de André Cardoso e de Mariana Francisca; neto materno de António Francisco e de Maria Fernandes. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 20-10-1733. M. 6, n.º 1229.

1736 — Tropeço — João Francisco Marinho, solteiro, negociante, cônsul de Espanha na cidade do Porto onde era morador, natural de Santa Maria de Tropeço, concelho de Arouca, bispado de Lamego; filho de Filipe Francisco e de Luísa Tava-

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

res; neto paterno de Francisco João e de Maria Bernardes; neto materno de Domingos Jorge e de Maria Vieira. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 8-6-1736. M. 69, n.º 1292.

1763 — Oliveira do Bairro — João Francisco Nogueira, solteiro, natural e morador de Oliveira do Bairro, ou de Fermentelos; filho de Manuel Francisco e de Maria Simões; neto paterno de Miguel Francisco Roça e de Maria Francisca; neto materno de Manuel Simões Morgado e de Catarina Domingues. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 20-10-1763. M. 123, n.º 1936.

1747 — Aveiro — João Gomes de Góis, solteiro, natural de Aveiro e morador em Salreu, bispado de Coimbra, vivendo de suas fazendas; filho de João Gomes de Góis e de Maria da Esperança; neto paterno de Manuel André e de Andresa Gomes; neto materno de Manuel Fernandes da Esperança e de Antónia Dias. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 12-4-1747. M. 86, n.º 1507.

Casou em 1748 com D. Tomásia Caetana, natural de Palmaz, bispado de Coimbra, filha do capitão António Marques e de D. Isabel Domingues.

1714 — Valongo — João Gomes Martins, solteiro, morador em Aguieira, freguesia de Valongo, bispado de Coimbra; filho de Manuel Martins e de Isabel Martins; neto paterno de Manuel Martins e de Lourença Maria; neto materno de Sebastião Afonso e Ana Gomes. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 22-6-1714. M. 48, n.º 948.

1750 — Cucujães — João Gomes dos Reis, solteiro, negociante, natural de S. Martinho de Cucujães e morador em Miragaia, no Porto; filho de Domingos António e de Guiomar Gomes; neto paterno de Domingos António e de Maria Luís; neto materno de Domingos Gomes e de Domingas Antónia. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 8-1-1750. M. 92, n.º 1573.

1773 — Águeda — João Pinheiro Estêvão, casado, natural de Santa Eulália de Águeda, no bispado de Coimbra; filho de António João Estêvão e de Catarina Pinheiro; neto paterno de António João Estêvão e de Maria Gomes; neto materno de Manuel Ribeiro e de Maria Pinheiro. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 10-9-1773. M. 156, n.º 2255.

1695 — Ul — João Pinheiro de Maurís, casado, mercador, natural de Santiago de Riba-Ul, e morador em S. Miguel de Oliveira de Azeméis, terra da Feira, bispado do Porto, filho

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

de Manuel Pinheiro e de Domingas André; neto paterno de Domingos Pinheiro e de Maria Fernandes; neto materno de Domingos André e de Isabel Antunes. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 19-4-1695. M. 24, n.º 563.

1705 — Águeda — João Pinto de Macedo, casado, natural e morador de Águeda; filho de Miguel Pinto de Macedo, familiar do Santo Offício, e de Eulália da Silva Pinto. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 5-6-1705. M. 48, n.º 953.

1714 — Arrancada — João Quaresma de Almeida, casado, juiz de fora de Veiro, natural de Arrancada, freguesia de S. Pedro de Valongo, bispado de Coimbra; filho de Manuel Quaresma e de Joana de Almeida; neto paterno de Diogo João e de Maria Fernandes; neto materno de João Baptista e de Isabel de Almeida. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 31-12-1714. M. 48, n.º 950.

Era casado com D. Albina Ribeiro Henriques, filha de João Tavares e de Maria Ribeiro; neta paterna de Pedro Rodrigues Tavares e de Isabel da Conceição; neta materna de João Luís o Frade e de Joana Ribeiro.

1765 — Aveiro — João Rangel Varela de Quadros, casado, natural de Ílhavo, morador em Aveiro; filho natural e legitimado de João António Rangel Varela de Quadros e Faro, e de Teresa Rocha; neto paterno de Miguel Rangel de Quadros e de D. Mariana Pereira Varela; neto materno de Custódio Francisco e de Damiana Rocha. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 5-2-1765. M. 128, n.º 1995.

1607 — Aveiro — Frei João dos Reis, religioso da Ordem de S. Domingos, natural de Aveiro; filho de Manuel Fernandes e de Maria Cardoso; neto paterno de Bartolomeu Fernandes e de Maria Rodrigues; neto materno de Gaspar Cardoso Albergaria e de Susana Gonçalves. Inq. de Coimbra. Habilitado em 1607. M. 151, n.º 217.

1702 — Sangalhos — João Rodrigues, casado, natural e morador na vila de Sangalhos, bispado de Coimbra; filho do capitão Manuel André e de Madalena Rodrigues; neto paterno do capitão André Pires e de Isabel Tomé; neto materno de António Rodrigues e de Angela Francisca. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 1702. M. 33, n.º 761.

1718 — Aveiro — João Rodrigues Branco, solteiro, natural e morador de Aveiro; filho de Luís Rodrigues Branco e de Maria de Matos Pinta; neto paterno de Manuel Rodrigues Branco e de Joana Luís; neto materno de João Franco Pes-

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

soa e de Francisca de Matos. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 24-12-1718. M. 52, n.º 995.

X 1773 — Aveiro — João Rodrigues da Cruz, solteiro, natural e morador de Aveiro; filho de Manuel Rodrigues e de Maria Dias; neto paterno de Simão Fernandes e de Antónia Rodrigues; neto materno de Manuel Gonçalves e de Isabel Dias. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 14-5-1773. M. 55, n.º 1046.

1715 — Arrancada — João Rodrigues Ferreira, capitão, morador no lugar de Arrancada, freguesia de S. Pedro de Valongo, bispado de Coimbra; filho de João Rodrigues Ferreira e de Ana Coelho; neto paterno de Jorge Rodrigues Ferreira e de Brízida João; neto materno de Manuel de Carvalho e de Isabel Coelho. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 22-8-1715. M. 49, n.º 965.

1770 — Albergaria-a-Velha — João Rodrigues Ribeiro, solteiro, mestre ferrador, natural de Albergaria-a-Velha, comarca de Aveiro, bispado de Coimbra, morador no termo do Rio de Janeiro, estado do Brasil; filho de Manuel Gomes e de Maria da Silva Ribeiro; neto paterno de Miguel Rodrigues e de Domingas Gomes; neto materno de João André e de Maria Domingues. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 15-9-1770. M. 142, n.º 2143.

X 1782 — Aveiro — João dos Santos, clérigo e religioso da Real Congregação de Santo Agostinho dos Descalços, mestre de teologia no seu convento da Boa Hora e Santa Rita, junto a Belém, natural de Vera Cruz, da cidade de Aveiro; irmão inteiro de Frei Manuel da Anunciação, qualificador do Santo Ofício. Inq. de Lisboa. Provisão de qualificador em 4-6-1782. M. 171, n.º 1514.

X 1705 — Aveiro — João dos Santos Carvalho, casado, natural de Aveiro; filho de Manuel dos Santos e de Ana dos Santos; neto paterno de André Manuel e Isabel André; neto materno de António Dias e de Isabel Quaresma. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 13-1-1705. M. 37, n.º 806.

Era casado com Francisca da Cruz, natural de Aveiro, filha de António Leitão, familiar do Santo Ofício e de Maria da Cruz.

1701 — Canedo — João da Silva Guimarães, solteiro, morador em Cachoeira, arcebispado da Baía, no Brasil, que vive de suas fazendas, natural de S. Pedro de Canedo, na terra da Feira; filho de João Gonçalves e de Maria Manuel; neto

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

paterno de Domingos Gonçalves de Guiomar Amador; neto materno de Belchior Francisco e Angela Francisca. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 2-3-1701. M. 32, n.º 743.

1791 — Fráguas — João da Silva Martins, casado, natural de Telhadela, freguesia de Santiago de Fráguas, bispado de Coimbra, morador no Recife de Pernambuco; filho de Manuel da Silva Martins e de Joana Martins; neto paterno de António Martins e de Maria da Silva; neto materno de Manuel Martins e de..... Inq. de Lisboa. Carta de familiar em Agosto de 1791. M. 168, n.º 1450.

1676 — Aveiro — João da Silva Varela, casado, morador em Aveiro; filho do capitão Diogo da Silva e de Maria de Oliveira; neto paterno de Jorge Luís e de Luísa Henriques; neto materno de João de Oliveira Varela e de Susana Mendes. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 16-11-1676. M. 14, n.º 396.

1753 — Oiã — João Simões de Matos, casado, que vive de suas fazendas, nascido e morador em S. Simão de Oiã, no bispado de Coimbra; filho de Simão João e de Maria Simões dos Santos; neto paterno de Simão João Seco e de Maria Antunes; neto materno de Manuel de Matos e de Maria Simões dos Santos. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em Abril de 1753. M. 99, n.º 1652.

1724 — Palmaz — João Soares Heitor, casado, nascido e morador em S.^{ta} Marinha de Palmaz, bispado de Coimbra; filho de Manuel André e de Maria Heitor; neto paterno de Pedro André e de Maria Manuel; neto materno de Belchior Fernandes e de Domingas Heitor. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 5-9-1724. M. 56, n.º 1069.

1704 — Arrifana de S.^{ta} Maria — João de Sousa, casado, natural de Arrifana de S.^{ta} Maria, terra da Feira; filho de João de Sousa e de Maria Correia; neto paterno de Domingos de Sousa e de Apolónia Rodrigues; neto materno de João Rodrigues e de Apolónia Correia. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 14-8-1704. M. 37, n.º 798.

1753 — Mogofores — João de Sousa Correia, casado, alferes de Ordenanças, natural e morador do Couto de Mogofores, no bispado de Coimbra; filho de Manuel de Seabra Ribeiro e de Isabel Correia de Sousa; neto paterno de João de Seabra Ribeiro e de Catarina Rodrigues; neto materno de João Gonçalves Correia e de Maria Dias. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 13-5-1753. M. 100, n.º 1669.

1742 — Aveiro — João de Sousa Ribeiro da Silveira, solteiro, nascido e morador em Aveiro, cavaleiro da Ordem de Cristo; filho de Manuel de Sousa Ribeiro e de Maria de Oliveira; neto paterno de Manuel Ribeiro de Oliveira e de Maria Silvéria Cardoso; neto materno de Domingos André e de Luísa de Oliveira. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 26-6-1742. M. 77, n.º 1409.

1696 — Béco — João Teixeira de Almeida, solteiro, nascido e morador em S. Pedro de Valongo, na quinta do Béco, concelho de Vouga; filho de Domingos Teixeira Rebelo e de Maria da Conceição; neto paterno de Domingos João e de Domingas Teixeira; neto materno de Pedro Fernandes Nogueira e de Joana de Almeida. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 30-5-1696. M. 26, n.º 616.

1762 — Moselos — João José de Oliveira, solteiro, negociante, natural de S. Martinho de Moselos, concelho da Feira, morador na Baía, Brasil; filho natural de António de Oliveira Frajam, clérigo, licenciado em cânones, e de Cristina dos Santos, viúva; neto paterno de Manuel André Frajam e de Jerónima Duarte; neto materno de Francisco Pereira e de Isabel Francisca. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 23-4-1762. M. 120, n.º 1904.

† 1657 — Duque de Aveiro — Dom João de Lencastre, irmão de Dom Raimundo, Duque de Aveiro, familiar do Santo Officio. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 14-4-1657. M. 105, n.º 1765.

† 1622 — Aveiro — João Lopes, *marcieiro*, natural de Santiago de Besteiros e morador em Aveiro; filho de João Martins de Lousada e de Catarina Fernandes; neto paterno de Martim Anes e de Catarina Afonso; neto materno de Pero Fernandes da Cunha, o gato, e de Isabel Lopes. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 1623. M. 2, n.º 43.

1764 — Ílhavo — João Manuel, patrão mor da Ribeira das Naus, professo na Ordem de Santiago, natural de Ílhavo, bispado de Coimbra e morador em Lisboa; filho de António Manuel Carregoso e de Maria Antónia; neto paterno de António Manuel e de Maria Francisca; neto materno de Manuel António e de Isabel Nunes. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 27-11-1764. M. 127, n.º 1984.

1771 — Ílhavo — João Martins dos Santos, clérigo e prior de S. Salvador de Ílhavo, natural de Ardas, comarca de Chaves, arcebispado de Braga. Inq. de Coimbra. Provisão de comissário do Santo Officio em 16-12-1771. M. 150, n.º 2200.

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

1671 — Aveiro — João Monteiro, solteiro, nascido e morador em Aveiro, cônsul e intérprete das línguas francesa e italiana; filho de Cláudio Monteiro, francês de nação, e familiar do Santo Offício, e de Maria Gaspar. Faltam os restantes dados. Sabe-se que o habilitando casou duas vezes. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 11-12-1671. M. 11, n.º 343.

1748 — Arouca — João Monteiro dos Santos, negociante, solteiro, natural de Arouca e morador em Lisboa; filho de João Monteiro e de Josefa de *Pino*; neto paterno de João de Almeida e de Luisa Monteiro; neto materno de Manuel Dias e de Catarina de *Pino*. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 15-7-1748. M. 90, n.º 1549.

1699 — Aveiro — João Moreira, casado, nascido e morador em Aveiro; filho de Gregório Marques e de Maria de Moura; neto paterno de Pedro Marques da Serra e de Catarina da Costa; neto materno de Bento Martins de Moura e de Maria Brásio. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em Março de 1699. M. 23, n.º 556.

1731 — Aveiro — João de Moreira, clérigo, frade dos capuchos da Província da Soledade, morador no convento de Santo António de Aveiro, natural da freguesia de S. Salvador de Moreira. Inq. de Coimbra. Carta de qualificador do Santo Offício em 13-7-1731. M. 166, n.º 1435.

1742 — Feira — João de Oliveira Magalhães, solteiro, nascido e morador em Vila da Feira; filho de João de Oliveira Magalhães e de Vicência da Silva; neto paterno de António de Oliveira da Lomba, clérigo, e de Helena de Magalhães; neto materno de Manuel Antão Pereira e de Susana da Silva. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em Dezembro de 1742. M. 77, n.º 1415.

1786 — Guizande — João de Oliveira Pinto, casado, negociante, natural de S. Mamede de Guizande, termo da Feira, morador em Lisboa; filho de Francisco de Oliveira e de Domingas Francisca; neto paterno de Manuel Fernandes e de Maria Francisca; neto materno de António de Matos e de Antónia Francisca. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 16-12-1786. M. 70, n.º 1304.

1754 — Aveiro — João Pedro Migueis Corralles, clérigo, bacharel em cânones, vigário de S. Julião de Cacia, natural de Aveiro; filho de Pedro Migueis Corralles e de Bernarda Maria; neto paterno de António João e de Maria Migueis; neto materno de Manuel Coelho e de Maria André. Inq.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

de Coimbra. Provisão de commissário do Santo Officio em 18-6-1754. M. 103, n.º 1710.

+ 1676 — Aveiro — João Pereira Cação, casado, ourives, natural de Aveiro e morador no Porto; filho de Manuel Dias Cação e de Luisa Dias; neto paterno de Baltasar Dias Cação e de Maria Manuel; neto materno de João Dias e de Ana Pires do Poço. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 6-2-1676. M. 13, n.º 379.

1693 — Palmaz — Dr. João Pereira de Carvalho, clérigo, prior da igreja de Palmaz junto de Aveiro, bispado de Coimbra, no qual foi desembargador vigário geral, e também desembargador na Sé Primaz; filho de Gaspar Reis Vidal, familiar do Santo Officio, e de Antónia Pereira de Carvalho. Inq. de Coimbra. Deputado da Inquisição de Évora em 1693. M. 25, n.º 597.

1764 — Branca — João Pereira Pinto, solteiro, negociante, natural de Souto, freguesia de S. Vicente da Branca, concelho de Bemposta, bispado de Coimbra, morador no Morro de Vila Rica, bispado de Mariana, Estado do Brasil; filho de Francisco Rodrigues do Souto e de Esperança da Silva Pereira; neto paterno de João Rodrigues e de Ana Pinto; neto materno de Silvestre Pereira e de Ana Rodrigues. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 7-2-1764. M. 125, n.º 1963.

1761 — Oiã — Joaquim António Ramos, casado, proprietário, de S. Simão de Oiã e aí morador; filho de João António e de Maria Martins; neto paterno de Manuel António e de Ascensa Migueis; neto materno de Pascoal Martins e de Isabel Simões. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 22-12-1761. M. 8, n.º 104.

1765 — Lourosa — Joaquim Ferreira França, negociante, solteiro, natural de S. Tiago de Lourosa, comarca da Feira, bispado do Porto, morador na Baía, estado do Brasil; filho de Francisco Ferreira da França e de Maria de Crasto; neto paterno de António Dias Ribeiro e de Maria Fernandes; neto materno de Manuel de Crasto e de Maria João. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 20-9-1765. M. 10, n.º 132.

+ 1789 — Eixo — Joaquim José Marques, casado, negociante, natural da vila de Eixo, bispado de Aveiro, morador em Paraiba, Brasil; filho de Diogo Rodrigues e de Luisa Marques; neto paterno de Mateus Rodrigues e de Maria Nunes; neto materno de Jacinto Marques e de Maria Ferreira. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 8-10-1789. M. 20, n.º 251.

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

1790 — Aveiro — Joaquim Pedro Nogueira, natural de Coimbra, morador em Aveiro, casado, irmão do Dr. João Xavier Nogueira, médico da câmara real e familiar do Santo Officio. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 8-7-1790. M. 20, n.º 259.

1687 — Aveiro — Jorge Botelho d'Eça, casado, cavaleiro da Ordem de Cristo, juiz dos direitos reais, escrivão da Câmara e Almotaçaria da vila de Aveiro onde é morador, natural de Manteigas; filho de João d'Eça Teles e de Aurélia Botelho de Proença; neto paterno de Miguel da Costa d'Eça e de Antónia Tavares de Castelo Branco; neto materno de Jorge Francisco Peralta e de Maria Botelho Ribeiro. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 18-6-1787. M. 2, n.º 47.

Obs. — Casou com D. Joana de Almeida, natural de Vagos, filha de Tomaz da Cunha da Fonseca e de D. Maria de Almeida; neta paterna de Diogo de Pinho Teixeira e de Isabel da Fonseca da Cunha; neta materna de António da Fonseca Guimarães, cavaleiro da Ordem de Cristo, e de D. Joana de Almeida. Em 1789 voltou a casar, recebendo como esposa D. Josefa de Castelo Branco, natural de Sortelha.

1635 — Águeda — Frei Jorge Pinheiro, padre-mestre da Ordem de S. Domingos, natural de Águeda, lente na Universidade de Coimbra e provincial da sua Ordem; filho de Pedro Jorge Laranjeira e de Maria Pinheiro. Faltam os nomes dos seus avós. Inq. de Coimbra. Habilitado em 1635, sem dizer para quê. M. 3, n.º 69.

1770 — Rossas — José Aires da Cruz, solteiro, negociante, natural de Rossas, concelho de Arouca, e morador no Rio de Janeiro, Brasil; filho de João Tavares de Arouca e de Antónia Tavares; neto paterno de João Arouca e de Catarina da Cruz; neto materno de Tomé Tavares e de Jerónima Aires. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 28-9-1770. M. 123, n.º 2638.

1755 — Arouca — José de Almeida Brandão, solteiro, cirurgião anatómico com privilégio real, natural e morador de Arouca, bispado de Lamego; filho de Francisco João e de Mafalda de Almeida; neto paterno de João Domingues e de Francisca Dias; neto materno de Domingos Cabral e de Maria Pinto. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 28-9-1755. M. 78, n.º 1161.

1669 — Aveiro — José de Almeida Figueiredo, casado, nascido e morador em Aveiro; filho de Domingos João e de

Maria Manuel; neto paterno de Pedro João e de Maria Manuel; neto materno de Manuel Fernandes e de Marta Antónia. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 16-11-1669. M. 2, n.º 37.

Obs. — Casado com Maria de Almeida, natural de Aveiro, filha de João Migueis Leitão e de Maria Manuel; neta paterna de António Francisco o Droga, e de Catarina Migueis; neta materna de Martim André e de Lourença Antónia.

1768 — Cambra — José Álvares de Pinho, solteiro, negociante, natural de Vila-Chã, Cambra, bispado do Porto, terra da Feira, morador na freguesia de S. Caetano, bispado de Mariana, Brasil; filho de Francisco Alves e de Maria de Pinho; neto paterno de Pedro Luís e de Domingas Alves; neto materno de António de Pinho e de Maria Rosa. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 8-3-1768. M. 109, n.º 2527.

1723 — Feira — José Alves da Silva, negociante, solteiro, natural de Santiago de Sibra (deve ser Silvalde, e não Sibra) termo da Feira, e morador no Rio de Janeiro, Brasil; filho de António Domingues e de Maria Alves; neto paterno de António Domingues e de Maria Alves; neto materno de Domingos Alves e de Maria Alves. Inq. de Lisboa. Carta de familiar em 26-11-1723. M. 26, n.º 428.

1742 — Aveiro — José António da Silva Pereira, clérigo, nascido e morador em Aveiro, protonotário apostólico, bacharel em cânones; filho de Domingos da Silva e de Maria Henriques; neto paterno de António Fernandes e de Domingas Dias; neto materno de José Fernandes e de Madalena Henriques. Inq. de Coimbra. Provisão de notário, in partibus do Santo Offício, em 15-1-1742. M. 48, n.º 764.

1767 — Macinhata da Seixa — José Aranha de Lacerda Pereira, solteiro, natural de Silvares, freguesia de Macinhata da Seixa, da Terra da Feira, no bispado de Coimbra; filho do capitão mor de Malta José Soares Aranha Brandão, cavaleiro da Ordem de Cristo, e de D. Maria de Lacerda Pereira de Albuquerque; neto paterno do capitão Manuel Aranha Brandão e de D. Sebastiana Soares; neto materno de Manuel Araujo de Resende e de D. Maria de Lacerda Pereira. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 18-9-1768. M. 109, n.º 2525.

Obs. Tem juntas as diligências de D. Ana Marcelina Rosa de Magalhães Moura Soares de Albergaria, natural de S. Paio de Frossos, termo de Aveiro, onde é moradora, para o efeito de casar com este familiar, aprovadas em 21-3-1772. Era filha do capitão Nicolau Moura Botelho e de Florência Soares; neta paterna do capitão Domingos

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

Dias e de Maria Mourão Fonseca; neta materna do capitão Manuel de Pinho e de Florência Soares.

1765 — Oliveira de Azemeis — José Barbosa, mercador, natural de Oliveira de Azemeis, morador em Évora; filho de João Barbosa e de Antónia de Pinho; neto paterno de António Valente e de Angela Barbosa; neto materno de Marcos Dias e Andresa de Pinho. Inq. de Évora. Carta de familiar em 18-1-1765. M. 100, n.º 1428.

1738 — Aveiro — José Barreto Ferraz, cavaleiro da Ordem de Cristo, natural de Aveiro; filho de Luís Marques Romano e de Micaela Maria Pimentel; neto paterno de Francisco Marques Romano e de D. Catarina Saraiva Coutinho; neto materno de Pedro Tavares Pacheco e de Joana Luisa Pimentel. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 2-11-1738. M. 44, n.º 701.

Obs. Casado com D. Maria Josefa de Vasconcelos, filha de Faustino Bastos Monteiro, familiar do Santo Offício, e de..... D. Maria Josefa de Vasconcelos nasceu em Verdemilho.

1662 — Esgueira — José de Barros Silveira, natural de Esgueira; filho de Gregório de Barros e de Joana da Siveira Bulhão; neto paterno de Jácome de Barros Escobar e de Maria de Azevedo de Abreu; neto materno de Nicolau da Silveira Bulhão e de Maria Moreira Barbosa. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 20-4-1662. M.º 2, n.º 26.

1708 — Esgueira — José de Barros da Silveira, solteiro, natural de Esgueira; filho de António de Resende de Paiva e de Maria de Barros de Azevedo; neto paterno de Domingos de Resende e de Antónia de Paiva; neto materno de José de Barros da Silveira, familiar do Santo Offício, e de Helena Cardoso. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 15-10-1708. M. 18, n.º 311.

Obs. Sobrinho, por via paterna, de Maria de Resende, casada com o familiar Agostinho Coelho de Figueiredo. Casou em 1710 com D. Francisca da Silveira d'Eça de Almeida, natural de Esgueira, filha de Manuel de Sequeira Coutinho e de D. Angélica de Almeida d'Eça; neta paterna de António de Moura Coutinho e de Maria Nunes Cardoso da Gama; neta materna de Henrique de Almeida Homem e de D. Violante Botelho da Silveira.

1754 — Cucujães — José Caetano Ferreira, casado, proprietário, nascido e morador em S. Martinho do Couto de Cucujães, terra da Feira; filho de Manuel Francisco e de

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Maria Ferreira; neto paterno de António Francisco e de Maria da Silva; neto materno de Domingos Ferreira e de Catarina Antónia. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 22-10-1754. M. 75, n.º 1125.

1767 — Arrifana — José Caetano da Silva e Carvalho, clérigo, natural de Arrifana de S.^{ta} Maria, terra da Feira, prior de S. Miguel de Marmeleira, no bispado de Coimbra, irmão inteiro de frei António da Feira, padre-mestre, qualificador do Santo Ofício. Inq. de Coimbra. Provisão de comissário do Santo Ofício em 9-10-1767. M. 109, n.º 2530.

1777 — Castanheira do Vouga — José Cardoso, casado, nascido e morador em Castanheira do Vouga, bispado de Aveiro; filho de Luís da Fonseca e de Mariana de Macedo; neto paterno do capitão Manuel da Fonseca e de Isabel Fernandes Valeirosa; neto materno de Manuel Marques e de Ana Maria. Inq. de Coimbra. Carta de familiar em 28-4-1777. M. 146, n.º 1057 ou 1857.

1753 — Oliveira de Azeméis — José Carlos de Azevedo, clérigo, bacharel em cânones, natural de Oliveira de Azeméis, abade de S. Roque de Vila-Chã, no termo de Vila da Feira; filho do capitão Manuel de Azevedo e Silva e de Maria Valente; neto paterno de Manuel Azevedo e de Francisca Fernandes; neto materno de João Gonçalves e de Ana Valente. Inq. de Coimbra. Provisão de comissário do Santo Ofício em 23-11-1753. M. 71, n.º 1076.

Os apontamentos que tomámos até Maio de 1945 terminam aqui. Logo que nos seja possível, voltaremos à Torre do Tombo para continuar a busca no Inventário das Habilitações do Santo Ofício, que deve ter sido continuado, e na devida oportunidade daremos neste lugar o resultado da pesquisa.

O Inventário das Habilitações do Santo Ofício tinha, na altura em que terminámos a busca, dezanove volumes, estando o último, o 19.º, por encadernar.

A título informativo, para mostrar o interesse que os processos de habilitação para o Santo Ofício encerram para o investigador de história local, daremos uma nota de CASTILHO, exarada no Inventário das Habilitações do Santo Ofício, volume primeiro, onde trata do processo para habilitação de Álvaro de Barbosa Brandão Escobar Lopes de Barros,

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

senhor de Aboim, chefe dos Barbosas, que recebeu, a muito custo, a desejada carta de familiar em 13 de Junho de 1773:

«Este processo é precioso, por muito abundante em dados genealógicos e históricos. Por ele se vê a diligência e perspicácia empregadas em antigos tempos para perceber a mínima aparência ou suspeita de mácula de judaísmo. As discussões travadas entre os inquisidores e o habilitando, e os valiosos documentos apensos, são do maior interesse para quem houver de estudar a história dos judeus em Portugal».

O processo está no Maço 3, números 37 a 51.

Nono menos interessante se nos afiguram os processos da Inquisição, pois eles nos fornecem muitos dados interessantes, por vezes um retrato da época em que foram instaurados, e por isso damos seguidamente, e por ordem alfabética das terras, os dados que pudemos colher.

1634 — Águeda — Juliana de Mesquita. M. 262, n.º 6124. Inq. de Coimbra.

1737 — Anadia — Maria Francisca. M. 67, n.º 1627.

1636 — Angeja — Dom Sebastião da Graça. M. 243, n.º 5538.

1618 — Arouca — Diogo de Arouca, clérigo. M. 422, n.º 9916.

1570 — Arrifana — Pero Barbosa. M. 172, n.º 3689.

1762 — » — Teresa Maria. M. 230, n.º 5139.

1630 — Aveiro — Francisca dos Mártires. M. 317, n.º 7382. X

Na capa do processo: «Processo de Francisca dos Mártires que tem quarto e meio de cristã nova, solteira, filha de Marcos da Foncequa meio cristão novo e de Madanella Lopes que tem hum quarto de cristã nova, natural da Vila de Aveiro, presa nos carceres da Inquisição de Coimbra». E à margem: «Preso em 19-4-1630».

1567 — » — Beatriz Gomes. M. 53, n.º 1281.

1567 a » — Branca de Azevedo. Ms, 45 e 188, n.ºs 1078 e 4066.

1567 — » — Catarina Antunes. M. 44, n.º 1065.

1567 — » — Filipe de Andrade. M. 53, n.º 1292.

1567 — » — Francisca Rodrigues. M. 40, n.º 942.

1567 — » — Guiomar Antunes. M. 44, n.º 1054.

1567 — » — Isabel Gomes. Ms. 44 e 53, n.ºs 1063 e 1287.

1569 — » — » — M. 333, n.º 7759.

1570 — » — » — M. 192, n.º 4162.

1567 — » — Joana Vaz. M. 53, n.º 1286.

1567 — » — Maria da Fonseca. M. 40, n.º 948.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- 1595 — Aveiro — Paulo do Porto. M. 223, n.º 4947.
 1599 — » Maria Cardoso. M. 36, n.º 817.
 1601 — » Manuel Pinheiro. M. 66, n.º 1599.
 1636 — » » M. 43, n.º 1025.
 1602 — » Ana do Vale. M. 38, n.º 891.
 1602 — » Brites da Fonseca M. 39, n.º 900.
 1602 — » Fernão Machado. M. 57, n.º 1381.
 1605 — » Tomás da Fonseca. M. 220, n.º 4868.
 1608 — » Manuel Martins. M. 58, n.º 1418.
 1610 — » António João. M. 114, n.º 2350.
 1615 — » Pero Fernandes. M. 146, n.º 3102.
 1623 — » Maria Rodrigues. M. 108, n.º 2225.
 1625 — » Jorge Tomás. M. 128, n.º 2675.
 1625 — » Antónia Rabela. M. 171, n.º 3643.
 1652 — » » M. 234, n.º 5273.
 1625 — » Branca Gonçalves. M. 254, n.º 5894.
 1626 — » Domingos Dias. M. 41, n.º 974.
 1626 — » Brites Nunes. M. 37, n.º 852.
 1626 — » Garcia de Andrade. M. 158, n.º 3337.
 1626 — » Guiomar Dias. M. 151, n.º 3201.
 1626 — » Isabel Dias. M. 162, n.º 3396.
 1625 — » Leonor de Aguiar. M. 108, n.º 2226.
 1629 — » Manuel Rodrigues. M. 214, n.º 4749.
 1630 — » Natália de Brito. M. 341, n.º 7972.
 1630 — » Branca Mendes. M. 99, n.º 2102.
 1630 — » Sebastião de Figueiredo. M. 139, n.º 2927.
 1631 — » António Mendes. M. 22, n.º 509.
 1631 — » António Dias. M. 424, n.º 9970.
 1631 — » António Franco. M. 19, n.º 435.
 1631 — » Antónia de Oliveira. M. 224, n.º 4975.
 1631 — » Brites Mendes. M. 251, n.º 5782.
 1631 — » Ana Mendes. Ms. 58 e 359, n.º 1409 e 8460.
 1631 — » Ana de Jesus. M. 128, n.º 2658.
 1631 — » Apolónia Barbosa. M. 231, n.º 5200.
 1631 — » Catarina Sena. M. 189, n.º 4081.
 1631 — » Catarina da Fonseca. M. 319, n.º 7439.
 1631 — » Filipe Nunes. M. 40, n.º 952.
 1631 — » Fernão Alvares. M. 349, n.º 8197.
 1631 — » Antónia Rodrigues. M. 127, n.º 2651.
 1631 — » Maria Bárbara, M. 313, n.º 7305.
 1631 — » Maria de Figueiredo. M. 404, n.º 9468.
 1631 — » Paulo Gomes. M. 327, n.º 7614.
 1631 — » Miguel da Fonseca. M. 317, n.º 7378.
 1631 — » Maria Rodrigues. M. 129, n.º 2686.
 1631 — » Antónia Coelho. M. 128, n.º 2659.
 1631 — » Francisco Barbosa. M. 193, n.º 4206.
 1631 — » Violante Lopes. M. 326, n.º 7602.
 1631 — » Maria de Oliveira. M. 285, n.º 6685.

A SANTA INQUISIÇÃO NO DIST. DE AVEIRO

- 1631 — Aveiro — Isabel Barbosa. M. 62, n.º 1514.
 1631 — » Inês Mesquita. M. 222, n.º 4907.
 1631 — » Sebastiana Barbosa. M. 301, n.º 7097.
 1631 — » Tomás Gomes. M. 140, n.º 2933.
 1631 — » Isabel Nunes. M. 395, n.º 9287.
 1631 — » Isabel de Oliveira. M. 234, n.º 5266.
 1631 — » Madalena Henriques. M. 219, n.º 4854.
 1631 — » Madalena Lopes. M. 295, n.º 6950.
 1631 — » Manuel Coelho. M. 329, n.º 7660.
 1631 — » Maria Gomes. M. 329, n.º 7665.
 1631 — » Maria Veiga. M. 46, n.º .099.
 1632 — » Luisa de Brito. M. 229, n.º 5119.
 1634 — » Francisco de Carvalho. M. 23, n.º 522.
 1634 — » Francisco Dias. M. 298, n.º 7043.
 1634 — » Antónia Rodrigues. M. 257, n.º 5991.
 1634 — » Catarina Ferreira. M. 10, n.º 217.
 1634 — » Madalena Gomes. M. 212, n.º 4707.
 1634 — » Manuel das Neves. M. 147, n.º 3128.
 1634 — » Manuel Nunes. M. 147, n.º 3127.
 1634 — » Maria Tomás. M. 382, n.º 8952.
 1634 — » Manuel Garcia. M. 200, n.º 4414.
 1636 — » Isabel Migueis. M. 111, n.º 2277.
 1636 — » Manuel de Brito. M. 105, n.º 2181.
 1636 — » Maria dos Santos. M. 243, n.º 5535.
 1636 — » Maria das Neves. M. 283, n.º 6632.
 1636 — » Maria Nunes. M. 283, n.º 6629.
 1636 — » Mariana de Brito. M. 243, n.º 5545.
 1637 — » Manuel Fernandes, clérigo, M. 112, n.º 2309.
 1640 — » João do Porto. M. 176, n.º 3778.
 1640 — » Filipe Tomás. M. 196, n.º 4293.
 1640 — » Domingos Gomes. M. 108, n.º 2213.
 1640 — » Justa Mendes. M. 176, n.º 3780.
 1643 — » Isabel Marques. M. 77, n.º 1774.
 1652 — » António Ribeiro. M. 373, n.º 8796.
 1652 — » Manuel Domingos. M. 161, n.º 3388.
 1655 — » Dionisio de Brito. M. 39, n.º 913.
 1660 — » Isabel Henriques. M. 24? 211?, n.º 4686.
 1667 — » Maria João. M. 326, n.º 7604.
 1737 — » » M. 341, n.º 7976.
 1671 — » António de Sá. M. 221, n.º 4889.
 1674 — » Silvestre de Sampaio. M. 220, n.º 4873.
 1682 — » Manuel de Arruda. M. 195, n.º 4282.
 1694 — » Manuel Peres. M. 106, n.º 2191.
 1708 — » Manuel Pacheco. M. 151, n.º 3196.
 1718 — » Domingos João. M. 172, n.º 3677.
 1723 — » António Pereira. M. 315, n.º 7346.
 1723 — » Maria Ferreira. M. 167, n.º 3552.
 1724 — » José da Costa Almeida. M. 27, n.º 440.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- 1730 — Aveiro — Manuel Marques. M. 297, n.º 6997.
 1751 — » Pedro de Alvorge, clérigo. M. 31, n.º 696.
 1762 — » Tomé de Ílhavo, clérigo. M. 311, n.º 7270.
 1790 — » José Duarte, clérigo. M. 358, n.º 8416.
 1796 — » Julião Pires, clérigo. M. 31, n.º 708.
 1797 — » Ana Maria. M. 31, n.º 706.
 1797 — » Joaquim Miranda. M. 333, n.º 7774.
 1798 — » Manuel de Figueiredo. M. 31, n.º 716.
 1799 — » Manuel Pereira. M. 333, n.º 7770.
 1817 — » Silvestre de Oliveira, clérigo. M. 334,
 n.º 7786.
 1817 — » Rita Maria. M. 334, n.º 7791.
 1701 — Bemposta — Manuel da Fonseca. M. 374, n.º 8820.
 1749 — » Manuel Rodrigues. M. 355, n.º 8322.
 1647 — Esgueira — Frei Gregório, clérigo. M. 172, n.º 3670.
 1694 — » Maria Nunes. M. 106, n.º 2194.
 1707 — » Isabel Nunes. M. 46, n.º 1108.
 1708 — » Manuel Ribeiro. M. 151, n.º 3186.
 1727 — » » » M. 163, n.º 3448.
 1602 — Feira — Bacharel Jorge Vaz. M. 88, n.º 1919.
 1662 — » Salvador Fernandes. M. 133, n.º 2776.
 1723 — » Manuel Borges, clérigo. M. 366, n.º 8595.
 1782 — » » » M. 307, n.º 7213.
 1723 — » Manuel Ferreira. M. 187, n.º 4029.
 1774 — » Manuel de Azevedo. M. 96, n.º 2066.
 1776 — » José António. M. 353, n.º 8296.
 1718 — Oliveira de Azemeis — António de Oliveira. M. 365,
 n.º 8581.
 1575 — Vagos — Simão de Mendenha. M. 390, n.º 9126.

Não encontramos outros nomes que interessassem o nosso trabalho, talvez por não conhecermos todos os topónimos do nosso distrito; por isso achamos muito natural que tenham escapado alguns. Todavia o nosso objectivo foi largamente atingido: fornecer assunto aos investigadores da história local.

FRANCISCO MARQUES RODRIGUES

OS LEMOS DE GOES E DA TROFA

N^O n.º 56 deste *Arquivo* publicou o Sr. Dr. AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA um artigo sobre *Duarte de Lemos*. No início do seu trabalho, a pág. 241, cita nada menos de sete vezes o nome de Gomes Martins de Lemos, — pai e filho —, chamando-lhes apenas Martins Gomes.

Foi essa deturpação onomástica que me faz apresentar este leve e bem intencionado reparo.

O Sr. Dr. BAPTISTA não justifica por que chama Martins Gomes aos senhores de Goes e da Trofa, nem transcreve qualquer documento donde tal se verifique e assim, até prova em contrário, temos que declarar que não está certa a citação.

Gomes Martins de Lemos, o Velho, como seu filho Gomes Martins de Lemos, o Moço, são com este nome referidos em todos os bons nobiliários, nas várias cartas régias que conheço, no testamento de seu descendente, D. Luís da Silveira, publicado pelo Dr. VIRGÍLIO CORREIA, etc.; não encontrei até hoje qualquer documento que lhes chamasse Martins Gomes. Gomes era nome próprio, Martins creio que não, e não conheço em toda a ascendência daqueles Lemos nenhum Martim ou Martins.

Gomes Martins de Lemos, o Velho, senhor de Oliveira do Conde e Currélos, do conselho de D. João I, seu valido e aio do infante D. Afonso, Conde de Barcelos, esteve nas cortes de Coimbra de 1385, na tomada de Ceuta em 1415 e está sepultado em Goes. Foi senhor de Goes pelo casamento com D. Mecia Vasques de Goes (II.º senhor desta terra), senhorio que D. Mecia manteve em viúva e passou a seu filho Fernão Gomes de Lemos ou de Goes.

Os senhores de Goes estavam, realmente, com D. Afonso v contra D. Pedro.

Ou porque Gomes Martins de Lemos fora aio do Conde de Barcelos e entre eles ficara amizade, ou porque a vizinhança das terras de Goes com as do Duque de Coimbra criara algum atrito, já quando o Conde de Barcelos esteve prestes a travar batalha com o Duque, no vale do Ceira, as forças do Conde chegaram pacificamente até Goes, e até à vista de Serpins.

Mas este reparo já vai longo e não interessa própria-mente ao disirito de Aveiro.

Que me perdoe o Sr. Dr. Baptista a rectificação, a bem da verdade histórica.

M. RAMOS

bibRIA

AVENTURAS DE UM AVEIRENSE ILUSTRE

É VELHO o pendor de portugueses para a vida aventureira. Não falando dos homens que se prestaram, em tempos de D. João II, a desvendar o mistério do Prestes João—os célebres Pero da Covilhã e Afonso de Paiva, nunca mais regressados a Portugal—; nem de FERNÃO MENDES PINTO, o da «Peregrinação», muitas vezes riquíssimo e outras tantas mergulhado em extrema miséria; nem de outros viajantes do século XVI, que como MENDES PINTO deixaram notícia escrita de suas andanças através de regiões inexploradas por europeus; nem dos «bandeirantes», desvendadores do sertão brasileiro; nem dos impertéritos exploradores da selva africana, cuja audácia e patriotismo nunca é demais encarecer, — muitos outros aventureiros, desconhecidos e obscuros, atestaram, através dos tempos, que nos gira nas veias algum do fogo que atirou os antigos para essas viagens cheias de perigos, na ânsia, nunca satisfeita, de conhecer o desconhecido, ou na mira de riquezas.



Bernardo Xavier de Magalhães

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Na nossa literatura moderna, acham-se fixados dois curiosos tipos de Portuguezes: o *Alpedrinha*, de EÇA DE QUEIRÓS, e o *Sr. Ventura*, de MIGUEL TORGA.

Aveiro também teve os seus pioneiros da aventura; não deu, porém, à vida aventureira somente homens do mar ou aquela destemida e heróica Antónia Rodrigues, cujas façanhas tantos escritores consideraram e acerca de quem o Sr. Dr. ANTONIO CRISTO há pouco publicou inteligente e substancial estudo (1). Em tempos mais próximos de nós, se bem que já distanciados um século completo, aqui nasceu um homem que sem necessidade se arriscou à viagem do Porto à Austrália, num simples brigue; que ali se manteve, em situação mais ou menos precária, pelo menos três anos, e que da sua aventura deixou dois manuscritos curiosíssimos: o primeiro, espécie de relatório da viagem; o segundo, a cópia de várias cartas dirigidas do seu voluntário desterro a pessoas de família, a quem transmitira o que ia sofrendo e vendo. Trata-se de BERNARDO XAVIER DE MAGALHÃES, membro de uma das mais ilustres famílias de Aveiro.

BERNARDO XAVIER DE MAGALHÃES era filho de Luís Rodrigues de Melo, cirurgião-mor do regimento de milícias de Aveiro, e de D. Maria Clementina Xavier de Magalhães (2). Nasceu no dia 23 de Outubro de 1830. Era irmão do Dr. Bento Rodrigues Xavier de Magalhães, advogado, a quem se dirigem as referidas cartas; de D. Maria Casimira e de D. Ana Augusta Xavier de Magalhães. Coursou algum tempo a Universidade de Coimbra, mas em breve abandonou os estudos. Dado à poesia, já fazia versos aos dezoito anos. Em 1851, publicou no *Campeão do Vouga* a poesia *Salineira*, de sabor local, que mais tarde, em 1862, deu de novo à estampa no *Distrito de Aveiro*, onde também apareceu outra com o título de *Saudades da Salineira* (3). Deixou ainda outras poesias, umas originaes, outras traduções do francês e do inglês.

Partiu do Porto, com destino a Sidney, no dia 23 de Abril de 1853, rapaz, portanto, de vinte e três anos, e esteve na Austrália pelo menos até 1856.

Regressando a Portugal, foi professor de Francês e de

(1) No *Arquivo*, vol. XIV, págs. 161-205. Dele se tirou separata.

(2) Falecida no dia 7 de Fevereiro de 1870.

(3) Estas produções foram publicadas no *Arquivo*, a primeira no vol. II, págs. 15-18; a segunda no vol. VIII, págs. 222-225.

Inglês no Liceu de Aveiro, já então instalado no actual edificio, lugar para que foi nomeado em 20 de Abril de 1862. A primeira acta do Conselho Escolar que assinou é de 10 de Julho desse ano, e a última de 23 de Junho de 1879. Da acta de 24 de Novembro deste ano se depreende que no dia 22 fora atacado de paralisia, de que veio a falecer no dia 14 de Abril de 1882.

Casara-se com D. Paula de Faria e Melo, enteada do Dr. Bento Rodrigues Xavier de Magalhães, de quem teve três filhos: José Carlos Faria e Melo Magalhães, falecido muito novo; Paulo de Faria e Melo Magalhães e D. Crisanta de Magalhães.

No trigésimo dia do seu falecimento, realizaram-se exéquias solenes num dos templos da cidade, promovidas por uma comissão de antigos alunos, constituída por José Fernandes Mourão (presidente), Adriano Pereira da Cruz (secretário) e Firmino de Almeida e Brito (tesoureiro), com oração fúnebre do P.^o Manuel Rodrigues Vieira, também antigo aluno do finado, então apenas «estudante do 3.^o ano do curso teológico e clérigo subdiácono», o qual mais tarde foi professor do Liceu de Aveiro (desde 1890 a 1927) (1).

bibRIA

Não se podem explicar cabalmente os motivos que levaram Bernardo Xavier de Magalhães à Austrália. O P.^o MANUEL RODRIGUES VIEIRA, na oração fúnebre a que atrás nos referimos, disse: — «... transpoz as fronteiras da patria, cruzou a amplitude azulada do Oceano, envolveu-o a neblina da Grã-Bretanha, e insaciável, resoluto até á temeridade, como um viajante apaixonado que se interna affeito nos seios d'uma floresta virgem, guiado por uma estrella que lhe bradava: — caminha! — que o levava sem dizer-lhe aonde... foi, como um marinheiro de profissão, affeito aos perigos da tormenta, por sobre as ondas crespas d'azul e prata, aportar ás regiões da Austrália, ao regaço d'essa natureza esplendida, pujante

(1) Esta oração foi publicada em Maio de 1882 com o seguinte titulo: — «Oração Funebre nas Solemnes Exequias do Sr. Bernardo Xavier de Magalhães, Professor de Francez e Inglez no Lyceu de Aveiro. Imprensa Aveirense — Largo da Vera Cruz» —, e á frente dela lê-se a seguinte dedicatória: — «Á / Excellentissima Senhora / D. Paula de Faria Melo e Magalhães / em testemunho do mais elevado respeito e da consideração mais profunda / e como ultima homenagem do discipulo mais humilde / á memoria / do seu chorado professor e amigo / consagra e dedica / Manuel Rodrigues Vieira».

e ubérrima, onde o ar é depurado e vivificador, onde a verdade se ergue e entrelaça em festões soberbos . . . ».

Não seria, porém, somente o espírito aventureiro a causa do seu afastamento da terra natal. A poesia — *A Salineira* —, o testemunho de pessoas de avançada idade que consultámos e se lembram muito bem do que, em sua infância, corria acerca da vida de BERNARDO DE MAGALHÃES e ainda o passo da carta 3.^a — («Mulheres! . . . Alucinaram-me já; hoje rio delas!») — convencem-nos de que só em desgostos amorosos se poderia achar a explicação do desterro do aveirense, «insaciável» e «resoluto» de natureza.

Mas o que nos interessa é o conhecimento do teor dos citados manuscritos, hoje pertença do Dr. Ferreira Neves. O relatório da «*Viagem do Porto a Sydney*», incompleto, foi escrito a lápis e ocupa doze páginas, em linguados do tamanho de metade do usual papel almaço branco. A cópia, a tinta, das cartas que BERNARDO DE MAGALHÃES dirigiu à mãe e ao irmão Bento, em folhas do mesmo formato das do relatório, ocupam quarenta e oito páginas. Ao todo, portanto, sessenta páginas.

A descrição da arriscada viagem, com referência às principais peripécias — abalroamento com um navio, tempestades, etc. —; impressões de outros climas; visão do Rio de Janeiro de há um século; notícias da fauna, flora e costumes da Austrália; processos primitivos da extracção do ouro nas minas australianas; referências a coisas e pessoas de Aveiro; afectividade familiar do autor — eis o que, em sua linguagem despreziosa e sugestiva, ainda hoje pode interessar o leitor.

Aqui reproduzimos os dois manuscritos, tal qual foram redigidos, apenas com a ortografia actualizada. Temos razões para afirmar que, pelo menos em parte, já foram publicados em qualquer jornal local. Não obsta isso, porém, a que registemos no *Arquivo* os valiosos documentos desse aveirense ilustre, que, além de «professor modelo», foi cidadão notável pela «rigidez de carácter», pela «honestidade», pelo «coração magnânimo e generoso» (1).

Aveiro, 15 de Março de 1949.

JOSÉ TAVARES

(1) Cit. «*Oração Fúnebre*», pág. 25.

VIAGEM DO PORTO PARA SYDNEY

No dia 23 de Abril de 1853, às 10 horas da noite, largámos a barra do Porto e começámos a navegar com velocidade, cortando as ondas do Atlântico com um lindo dia de Primavera. Assim fomos continuando, até que no dia 27 passámos junto da ilha da Madeira. Encostado na amurada do navio, olhava eu, saudoso, para essa formosa e engraçada filha do Oceano, que me avivava as lembranças da minha pátria, que eu ia deixando. O brigue cortava as ondas com soberba; e, apesar das nenhuma comodidades do seu interior, contudo a sua figura elegante se desenhava, altiva, sobre a superfície das ondas. No dia seguinte, avistámos a ilha de Palma, nas Canárias, e daqui pusemos a proa a demandar as ilhas de Cabo Verde.

Antes de continuar estes apontamentos, será bom dar uma ideia das pessoas com quem eu tinha a tratar ⁽¹⁾ durante esta viagem. Começaremos pelo capitão. Filho de um mestre-escola particular dos arrabaldes do Porto, foi mandado em pequeno para a Baía, a fim de seguir a vida comercial; mas, tendo sido maltratado alguns anos pelo patrão, voltou para Portugal e, aprendendo no Porto alguma coisa de navegação prática, começou a vida do mar, vindo ⁽²⁾ logo para o Rio de Janeiro, donde começou a fazer viagens no tráfico da escravatura. No fim de vinte anos de negreiro, somente tinha uns seis a oito contos de reis; e, voltando então ao Porto, de sociedade não sei com quem comprou uma escuna e foi para Guiné, a negociar. Foi infeliz nas suas especulações; e, pouco depois, tendo vendido a escuna, que naquele tempo se chamava *Ligeira* e que hoje é brasileira e se chama *Despique do Sul*, voltou ao Porto e, estando ali um ano, comprou, de sociedade com Floriano José Teixeira de Carvalho, este brigue, que destinaram logo sair fretado para Austrália.

Quanto ao carácter deste homem, vou dizer aquilo que penso. Nas primeiras conversas que se têm com ele, parece um boníssimo e honrado homem; porém, quando se continua por algum tempo, então aquele que tem alguma inteligência conhece logo facilmente o seu carácter: um egoísta

(1) A expressão «com quem eu tinha a tratar»—indica que os apontamentos não foram redigidos a bordo. J. T.

(2) Este gerúndio leva-nos a supor que a relação da viagem foi escrita no Rio de Janeiro. J. T.

requintado, a par de um apoucadíssimo entendimento, são as suas principais qualidades. Neste mundo não conhece senão a sua felicidade. Jamais, ou raras vezes fala senão nos seus negócios, passados e presentes. Este homem, além disso, não tem instrução de espécie alguma. Ele somente sabe ler mal, pior escrever, e o seu pouco de náutica. Como é possível que um homem destes, crescendo a sua acanhadíssima capacidade, tenha colhido alguma instrução prática do mundo? Em vinte anos de navegação negreira, ele nada mais aprendeu do que a desconfiar de todos; foi este o fruto daquele tráfico desmoralizador.

Quanto às suas conversas e disputas, como tem ouvido falar de tudo, tudo confunde, mas pouco entende. É um mártiro ouvi-lo.

Eis a figura dele: um homem pequenino, de quarenta anos, figura insignificante e enfezada e que logo à primeira vista denuncia um tipo de pedanteria. - Eis a pessoa principal do navio, com quem eu tinha a viver.

Quanto ao piloto e contramestre, tinha sido marinheiro desde criança nos navios de João da Maia, de Aveiro, e, aprendendo depois alguma coisa de náutica, fez viagens a Bordeaux, Cork, Quebec, New York, Rio de Janeiro, etc., já como oficial. Inteiramente destituído de conhecimentos, o seu carácter é muito diferente do do capitão. Franco e sincero, um pouco inteligente e conhecedor da sua arte, não direi que é de um ânimo a toda a prova, mas não é medroso.

Quanto aos marinheiros da equipagem, não faltarão ocasiões de falar deles durante o curso destes apontamentos.

O vento soprava bonançoso, e o navio começava já a navegar nesse formoso e indolente mar dos trópicos. Uma chuva miúda e espessa, o ar quente e enublado anunciava já a aproximação do arquipélago de Cabo Verde, quando no dia 5 de Maio avistámos de longe a ilha de Santo Antão. No dia 7, o capitão teve um ataque de erisipela, fruto das navegações de África, e ficou doente de cama durante quatro a cinco dias. Continuámos a navegar, umas vezes com a atmosfera sempre limpa e algumas vezes também com noites e dias chuvosos e escuros, sempre, porém, com um calor que ia aumentando progressivamente, à maneira que nos avizinhávamos do equador. A distância de seis a sete graus ainda do norte dele, o tempo fazia mudanças bastantes: hoje, um dia com a atmosfera inteiramente limpa, e amanhã, tudo coberto de espesso nevoeiro. As noites, principalmente, eram escuríssimas.

Encontrámos durante este tempo bastantes navios, mas nenhum foi possível conhecer quem e donde era. Era o dia 14 de Maio. O vento soprava fraco, e o navio cortava as ondas, preguiçoso, quando nos apareceu, ao nascer do dia,

AVENTURAS DE UM AVEIRENSE ILUSTRE

um navio no extremo horizonte. Era uma escuna. No mesmo dia, às 10 horas da noite, passou prolongada de perto e no alvorecer do dia seguinte mal se descobria já pela proa. Disseras (1) que era aquele navio uma visão de Sue ou de Fenimore Cooper. Vendo-o desaparecer com a rapidez do relâmpago, lembrei-me dos piratas de Lord Byron. Soube-mos depois que era uma escuna inglesa que ia com vinho do Porto, desta cidade para Sydney.

No dia seguinte, uma barca inglesa passou junto de nós para o Norte. Perguntámos-lhe, pelo telégrafo, donde vinha e para onde ia; mas içou segunda vez a sua bandeira, para nos significar que não tinha telégrafo.

Foi finalmente no dia que se seguiu a este, que eu pela primeira vez atravessei o equador. As antigas festas de Neptuno, que em outro tempo eram tão célebres na marinha portuguesa, quando ela era a senhora dos mares, hoje estão quase de todo esquecidas: foram-se com a glória de Portugal. Apenas um ou outro navio se lembra ainda disso, porém sem entusiasmo. A nós nem tal nos lembrou. A nossa festa de Neptuno neste dia foram dois judeus (dourados grandes) — é assim que os marinheiros lhe chamam —, que o piloto pescou à fiska e que o capitão ajudou a comer de muito boa vontade, posto que a erisipela lhe magoava ainda muito o pé, como ele dizia.

Agora sou chegado a um acontecimento dos mais friantes desta minha viagem. Antes, porém, para intelligência dalgumas coisas, é preciso dizer que o capitão era um homem cobarde quanto é possível, de nenhum sangue-frio e pouco conhecedor da manobra; mas pretensões de superioridade sobre tudo é o que ele tinha de mais. Eis o caso:

Pelas 5 horas da manhã do dia 18 de Maio, appareceu pela proa um grande navio e, daí a uma hora, estando junto de nós, lhe perguntámos pelo telégrafo para onde ia; e, como dissesse que para Liverpool, lhe pedimos para dar novas nossas à Companhia de Loyds — o que ela (*sic*) prometeu. Mal desaparecia ainda pela popa, quando pela proa nos appareceu outro navio, que em pouco tempo se reconheceu ser um patacho. Nós içámos-lhe a bandeira por curiosidade, e o patacho, içando a bandeira de Bremen, pôs logo de longe a proa no nosso brigue. Que queria isto dizer? Fosse o que fosse, o que é certo é que o capitão mandou atravessar para esperar, a ver o que ele queria. Então o patacho, sem orçar nem arribar, veio seguindo direito para nós. Foi então que

(1) Esta forma, equivalente a *disséreis*, *dir-se-ia*, mostra que a BERNARDO DE MAGALHÃES não era estranha a prosa clássica. J. T.

receámos algum desastre, porque, atravessados como estávamos, já não tínhamos tempo de nos livrarmos dele; toda a navegação estava do lado do patacho. Mas qual foi o resultado? O desastrado deixou-se vir de encontro à nossa proa e, encontrando-se ambos na carreira como dois paladinos em torneio, o patacho perdeu logo o gurupês e paus e cabos pertencentes, e o nosso brigue perdeu o pau de bujarrona, pica-puxe, o de giba, etc. Isto foi no primeiro encontro. Ao recuar do embate, uma onda levantou o nosso brigue e abaiçou o patacho; e, quando a onda, passando, obrigou os dois navios a ficarem outra vez sobre o mesmo plano, o patacho, que tinha a sua proa por baixo da nossa, no esforço que fez para se erguer arrancou os cabeços da nossa proa por B. B. e assim caíram todas as tábuas da flor de água deste lado. Na segunda abalroação, a equipagem do patacho saltou para o nosso bordo como pôde, porque via que o brigue era mais forte e grande; porém, como um deles, único que não pôde saltar, reconhecesse na bomba que o seu navio não fazia água, todos saltaram outra vez para o patacho, na ocasião em que ele, depois dos dois embates, veio descaindo borda a borda com o brigue, finalmente foi descaindo pela nossa popa, e ainda a nosso bordo ficou um marinheiro deles, que pouco depois vieram buscar. Então tratou-se primeiramente de consertar o navio, isto é: de tapar do melhor modo possível os rombos, o que se fez com tábuas delgadas e lona oleada.

Durante este tempo jamais vi um homem que menos o parecesse do que o capitão. Com o pé a coxear ainda da erisipela, tremendo como um condenado, com o rosto desfigurado, gritava desta maneira:

— Misericórdia, meu Deus! Louvado seja Deus! (Isto foi repetido durante quatro a cinco horas) Estou desgraçado! Que há-de ser de mim?

Etc., etc., e quejandas palavras, que nestas ocasiões descreditam para sempre um capitão perante a sua equipagem, que, espantada de ver pela verdadeira face o seu comandante, desde então lhe perdeu, se não todo, ao menos parte do respeito que lhe era devido. Na ocasião do desastre, crise terrível em que ambos os navios podiam succumbir, só se viu em toda a nossa equipagem um homem desvairado, um homem mudar de cor, e este homem era o capitão do navio! Quanto a mim, também lhe perdi desde então algum respeito verdadeiro que lhe tinha como meu capitão.

Acabado o conserto, o capitão propôs arribar a um porto do Brasil, porque o navio daquela maneira não ia suficientemente seguro para resistir aos mares e tempestades dos mares do Sul, se as tivéssemos. Estávamos então um pouco ao sul de Pernambuco e muito mais longe do Rio de Janeiro; porém,

AVENTURAS DE UM AVEIRENSE ILUSTRE

como o dono do navio tinha correspondente nesta última cidade e não naquela, foi por isto que o capitão resolveu antes arribar a Rio de Janeiro, para consertar e protestar.

Resolvido assim, viajámos para a costa do Brasil. Foi deste dia em diante que o capitão começou as suas horríveis maçadas sobre a costa de África. Eu considerava na febre amarela e confesso que tinha medo do Rio de Janeiro, porque as últimas notícias em Portugal diziam que a epidemia continuava a segar vítimas, principalmente entre os não aclimatados. — Esquecia-me dizer que o nosso navio, depois da abalroação, começava a fazer quatro polegadas de água por hora, o que não era nada agradável; felizmente, conheceu-se depois que não aumentava daqui e mesmo depois diminuiu duas polegadas.

Foi daqui por diante que me começaram a aparecer as maravilhas dos trópicos. De dia, o Sol dardejava quase a prumo os seus raios insuportáveis; mas as noites... Oh, que belezas! Minha pátria, a tua Lua e as tuas estrelas são mui fraca comparação para estas. É verdade que aqui não há essa hora misteriosa e suave em que o Sol tão bem exprime as suas saudades, quando nos vai deixando — a hora formosa do crepúsculo. Que importa? O Sol brilha com o mesmo fulgor até ao seu ocaso, e logo as estrelas surgem brilhantes como outros tantos sóis sobre o espaço, e a noite toda é um continuado crepúsculo; mas, quando a Lua acompanha a noite, oh! então é divina a natureza! Não! Nada há tão formoso como o céu dos trópicos.

No dia 24 de Maio, um tubarão nos acompanhou todo o dia. Este animal é muito preguiçoso; nada muito devagar; porém devora tudo quanto acha de carne. Na Costa-Nova, de Aveiro, encontram-se muitos pequenos moluscos, ali chamados *vinagreiras*, que pertencem à mesma família dos tubarões. O nosso animal pôde ainda levar um golpe de arpão, mas arrancou-se este, porque foi jogado muito no lado.

O calor continuava sempre insuportável, posto que muitos dias estivesse a atmosfera toda encoberta e apesar da chuva que por vezes caía.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

CÓPIAS DAS MINHAS CARTAS, MANDADAS
PARA A EUROPA A MINHA FAMÍLIA

I.^a

Minha mãe e mano Bento (1)

Rio de Janeiro, 11 de Junho de 1853

No dia 21 de Maio (2) nos fizemos de vela para Sydney, como mandei dizer nas minhas últimas cartas que do Porto escrevi para aí, e começámos a nossa prolongada viagem. Lindíssima a fizemos até ao dia 25, em que avistámos as ilhas da Madeira e Porto Santo, e assim continuámos, até que vimos a de Palma, nas Canárias, no dia 28 do mesmo mês e a de Santo Antão, em Cabo Verde, aos 5 de Maio. Em seguida, determinámos dirigir o nosso rumo à ilha da Ascensão, para daí irmos em direitura ao Cabo de Boa Esperança. Com esta tenção atravessámos o equador e começámos a navegar muito mais encostados à Costa da América do que à de África, porque a navegação ao longo desta costa é terrível, e muito boa prolongando-se a outra. Nestes termos, chegámos à latitude de 3 graus, pouco mais ou menos (é a mesma do Maranhão) e à longitude de 21 graus a oeste de Lisboa.

Era o dia 18 de Maio, às 6 horas e meia da manhã, quando nos apareceu pela proa um patacho que nos içou bandeira e começou a procurar o nosso navio. À vista disto, estava conhecido que procurava socorro, fosse qual fosse, e portanto atravessámos o pano e esperámos por ele, depositando nele toda a confiança da mareação, segundo era nosso dever. Porém o desastrado, sem orçar nem arribar vem direito sobre a nossa proa, abalroam os navios, e eis o patacho (que era de Bremen) com a proa partida, e o nosso com

(1) O Dr. Bento Rodrigues Xavier de Magalhães, irmão de Bernardo X. de Magalhães, era mais velho do que este dois anos. Nasceu no dia 28 de Abril de 1820 e faleceu em 8 de Janeiro de 1869. Tendo-se formado em direito, advogou em Aveiro, onde occupou lugares de importância, sempre respeitado pelos seus conterrâneos. MARQUES GOMES dá-nos dele uma ligeira biografia nas suas *Memórias de Aveiro*, págs. 196-198. J. T.

(2) Esta data está em desacordo com a indicada na relação da «*Via-gem do Porto a Sydney*», que deve ser a verdadeira. Confrontando outras datas da referida relação com as desta carta, notam-se também discrepâncias. J. T.

AVENTURAS DE UM AVEIRENSE ILUSTRE

um bocado de borda da proa escangalhado, e impossibilitado de continuar uma viagem em que havia a dobrar o cabo.

Determinou-se, pois, a arribada forçada, e aqui viemos parar ao Rio de Janeiro, para consertar. Entrámos no dia 7 deste mês, e portanto com quarenta e cinco dias de viagem, o que não é muito, atendendo a que é uma arribada. Sem querer, cá vim parar, mas é por pouco tempo. Dentro em quinze dias, a datar de hoje, creio que estaremos prontos a sair, e aqui não se esperam caprichos da barra, porque é uma baía, estreita, sim, na embocadura, mas muito boa para sair e entrar. Felizmente, oito dias antes da nossa entrada parece que choveu aqui extraordinariamente, o que aplacou muito a epidemia. Tenho visto a lista dos óbitos e até admiro ver só dois ou três casos de morte por febre amarela diáriamente, e por via de regra estrangeiros, de países mais frios que o nosso. Ora, quando eu daí vim, tencionando embarcar no *S. Manuel Segundo*, trouxe uma carta do José Roque⁽¹⁾ para o Lourenço Salgueiro; essa carta a encontrei metida na carteira, durante a viagem. Como aqui arribámos, não foi de balde que a carta foi escrita. Já por ele perguntei e por outros daí, mas não encontrei nenhum ainda; mas, como tenciono escrever próximo à minha partida, para ficarem descansados sobre o meu estado de saúde, então direi o que àquele respeito tiver adiantado. — Agora, também quero dizer alguma coisa sobre o que me parece do Rio de Janeiro. Parece-me uma coisa muito inferior ao que eu imaginava. As margens da baía logo na sua entrada são feíssimas, e o mesmo digo da cidade, vista do centro da baía. Situada ao longo da praia, mas abafada por detrás por altos cerros que a impelem sobre a praia, o Rio mostra um aspecto acanhado. É verdade que tem muito bons edifícios, feitos no gosto moderno; tem algumas praças que não são más; mas, em paga, as ruas são porquíssimas, não têm a largura conveniente, e a cada passo o visitante se vê acometido por uma saraiva de lama, que espirra num moto-contínuo das rodas de um desasado cabriolet, puxado por um pequeno macho pardo, que à primeira vista se diria ser um jumento. Enfim, o que me parece deste país é que os naturais são uns mandriões, e acanhados, e o que faz a cidade sofrível são os estabelecimentos estrangeiros. Fazia-me uma impressão terrível, ao princípio, a quantidade extraordinária de negros e negras que giram pela cidade. A meu ver, talvez preenchem dois terços da população.

(1) José Roque Machado, cunhado de Bernardo Xavier de Magalhães, por ter casado com sua irmã, D. Maria Casimira Xavier de Magalhães, de quem teve uma filha, Beatriz, e um filho, o Dr. Edmundo de Magalhães Machado, que foi médico oftalmologista muito distinto. J. T.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Quanto ao clima, presentemente é Inverno, e não faz muito calor; quando o Sol está descoberto, é quente, mas não insuportável. Muitas vezes, está encoberto, mas é raro haver dia em que não apareça algum bocado. Calor ardentíssimo tivemos, porém foi na altura de Fernando de Noronha, desde o equador até quatro ou cinco graus ao Sul. Nada mais lindo do que as noites dos trópicos. O mar, aí, raras vezes se agita e, quando vem alguma tormenta, não dura mais de dois dias. Então o nascer e pôr do Sol excede tudo quanto a imaginação pode exceder. As estrelas têm um brilhantismo, que torna as noites mais claras que as nossas de bom luar. — Agora, falemos de outra coisa. O capitão e o piloto com quem ando estimam-me quanto é possível. Como o Joaquim da Costa Leite me tinha dito, falando-lhe eu sobre o negócio da comida, que, visto terem-me aceitado, era para comer do navio, decerto não pago nada. E pode ser mesmo que no fim me dêem alguma coisa, mas é só no caso de a viagem ser de interesse, o que muito pouco me palpita. Em todo o caso, eu adquiero a prática, que é o que mais me convém. Quanto a saúde, tenho-a sempre tido, e o mesmo desejo que aconteça ao mano, mãe, manas, maridos e pequerruchas, a quem saudoso muito me recomendo. — Enjoei dois dias à saída do Porto, e muito pouco, e hoje não há já mar que seja capaz de me fazer enjoar. Visitas a quem se lembrar de mim, e especialmente ao Jerónimo e Crispiniano (1). Repito que, quando estiver para sair, tornarei a escrever, e a mãe lance a sua bênção, e o mano acredite-me sempre

Ao seu filho, e o seu irmão muito
amigo, obediente e saudoso.

2.^a

Minha mãe e mano Bento

Rio de Janeiro, 27 de Junho de 1853

A receber esta carta, já vêem que estamos aqui há vinte dias, e para sair. O dia destinado é além de amanhã, dia de S. Pedro, e por isso escrevo esta para cumprir o que prometi na antecedente. — Agora vou contar o que tenho feito. Comecei de procurar pessoas de Aveiro indistintamente,

(1) Dr. José Crispiniano da Fonseca e Brito, médico. J. T.

porque uma que me apparecesse me daria novas das outras. Baldadas foram as minhas indagações até antes de ontem, em que finalmente encontrei uma, o Miguel Sapateiro. Esse me dirigiu a casa do Manuel Salgueiro, e então foram apparecendo: o barbeiro Apóstolo, que esteve com o Bento; o filho do Manuel de Almeida; um dos sapateiros Marques, da rua de Jesus; o Joaquim Alfaiate; o rapaz, enteado do Serôdio, e outros que eu até nem conhecia, mas que conheciam a mim. O Manuel Salgueiro agarrou-me e levou-me a jantar a casa dele; embirrou em que eu pedisse licença ao capitão, para ficar aquella noite em casa dele, porque queria ir ao teatro comigo. Pedi, fui, e em casa dele dormi. O Lourenço já foi há meses para Montevidéu, e parece que não muito corrente com o Manuel, segundo este me disse. A carta do José Roque dei-a ao Manuel, com quem conversei largamente e dele soube o que vou contar. Miguel Sapateiro até há seis meses atrás poucas vantagens teve; agora está estabelecido e com um bonito principio de adquirir alguma coisa. A mulher, porém, está sempre doente, porque não se acclimata, e o marido está com a mania de se ir embora daqui a um ano. Já tem outro filhito, de nove meses. — O filho do Almeida é caixeiro numa casa não sei de quê, mas é boa casa; mas ainda não deixou de ser o mesmo filho do Almeida. — O José da Margarida esteve em Petrópolis (Petrópolis é a Sintra do Imperador, daqui oito ou nove léguas), associado num açougue; depois deixou-se disso, caloteou a muitos, por lá tem feito de valentão, dando e recebendo, amigado com uma preta, e hoje verdadeiramente nem o Salgueiro sabe o que ele faz, nem se lá está ainda. — O Gabriel de Pinho tem má fama entre os patrícios daqui, porque corre entre estes que, na época em que Roque Camelo o tratava aqui como a filho, aquele lhe roubara bastante dinheiro. Ele para aí foi, por se dar mal com o clima, mas aqui disse que voltava. — O Custódio Pimpão é caixeiro duma espécie de taberna. — O Joaquim Alfaiate começava agora a prosperar, mas a mulher está sempre doente, e os facultativos dizem que aqui pouco tempo poderá viver. Está, pois, resolvido — diz ele — a ir-se embora. — A Rita Salgueira já deve ter recebido agora do marido uma porção de dinheiro, e não me lembro quanto me disse o Manuel Salgueiro. Este casou há dois meses com uma lindíssima brasileira de dezanove anos, e parece que ela não foi com as mãos vazias; está bem, tem dois escravos e duas escravas, e julgo que teria com que passar, se se quisesse ir embora. — Jerónimo Latoeiro e o filho são sapateiros, e diz-se que trabalham muito em Petrópolis. — Estas coisas ao mano pouco ou nada interessam; mas algumas são para o José Roque, e mesmo aí gostam de saber isto. — Diz se que José da Margarida recebeu uma carta assinada

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

por Sousa da Vista Alegre, José Resende e não sei mais quem, a mandá-lo ir para Aveiro, dizendo-se-lhe que lhe seria paga a passagem. Não sei se isto é verdade, e a mãe e o mano melhor saberão disso, atendendo ao que aí se passou quando eu lá estava. — Tenho gozado saúde perfeita, apesar de que as febres continuam sempre, posto que com poucos estragos. Quando receberem esta carta, etc.

(O resto da cópia desta carta não me foi possível arranjar-lo, por falta de tempo, para mais na ocasião em que a mandei).

(Continua)

BERNARDO XAVIER DE MAGALHÃES

bibRIA

UA/SD
N.º 957
Data 22. NOV. 1977
Cota

A INDÚSTRIA MINEIRA NOS ÚLTIMOS ANOS NO DISTRITO DE AVEIRO

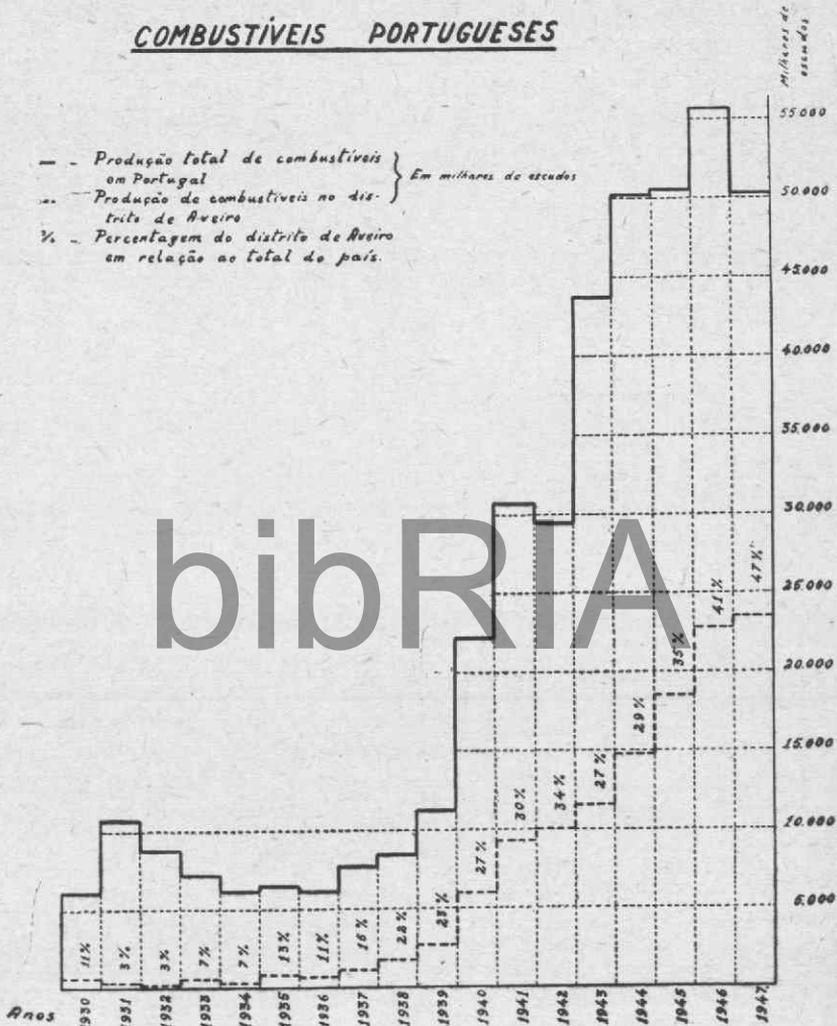
A PRODUÇÃO mineira do nosso distrito, assim como a total portuguesa, é muito pequena; contudo, a primeira apresenta certa importância comparada com a segunda, como veremos adiante.

Será Portugal um país pobre em minérios? O assunto tem sido muito debatido e a ele já nos referimos no N.º 243 da revista *Indústria Portuguesa*. Nada se poderá afirmar enquanto não se fizer o inventário das riquezas do nosso subsolo, por nós já sugerido em 1931 (*Exposição da Classe de Minas da Associação Industrial Portuense*). Mas algumas causas da nossa pequena produção mineira são bem conhecidas; entre elas, podemos citar a nossa imprevidência própria de meridionais, a vinda de muitos estrangeiros aventureiros e pseudo-técnicos e a nossa falta de ensino elementar de minas, ensino que propusemos em 1931 no 1.º Congresso Nacional de Engenharia (*O Ensino Elementar de Minas em Portugal*) e decretado só em 1948. A falta do inventário a que acima aludimos está a ser suprida pelos trabalhos de reconhecimento mineiro a que agora procedem os Serviços de Fomento Mineiro. Durante a última guerra muitas pessoas, com a mira em lucros, executaram trabalhos para a exploração de minérios de volfrâmio e de estanho, e desses trabalhos resultou, como prevíamos na 1.ª edição do nosso livro *Volfrâmio e Estanho*, a descoberta de novos jazigos de minérios destas substâncias, e a produção de volframite e de cassiterite em 1947 foi superior a 100:000 contos e em 1948 foi de 140:000 contos, ou seja aproximadamente metade de toda a nossa produção mineira.

Nas linhas que seguiremos apenas de combustíveis, minérios metálicos, caulino e águas mínero-medicinais, porque não possuímos elementos para as outras substâncias

minerais, como as argilas aplicadas em cerâmica e muito exploradas na Bairrada, Aveiro, Águeda, etc., o gesso na Bairrada, o calcário nesta região e aplicado na construção

COMBUSTÍVEIS PORTUGUESES



civil e no fabrico da cal, e os arenitos de Eixo e das faldas do Buçaco, gneisses da Feira, Ovar e Oliveira de Azeméis, granitos e xistos que se encontram em muitos pontos do distrito, todos servindo, quando de boa qualidade, para construções civis.

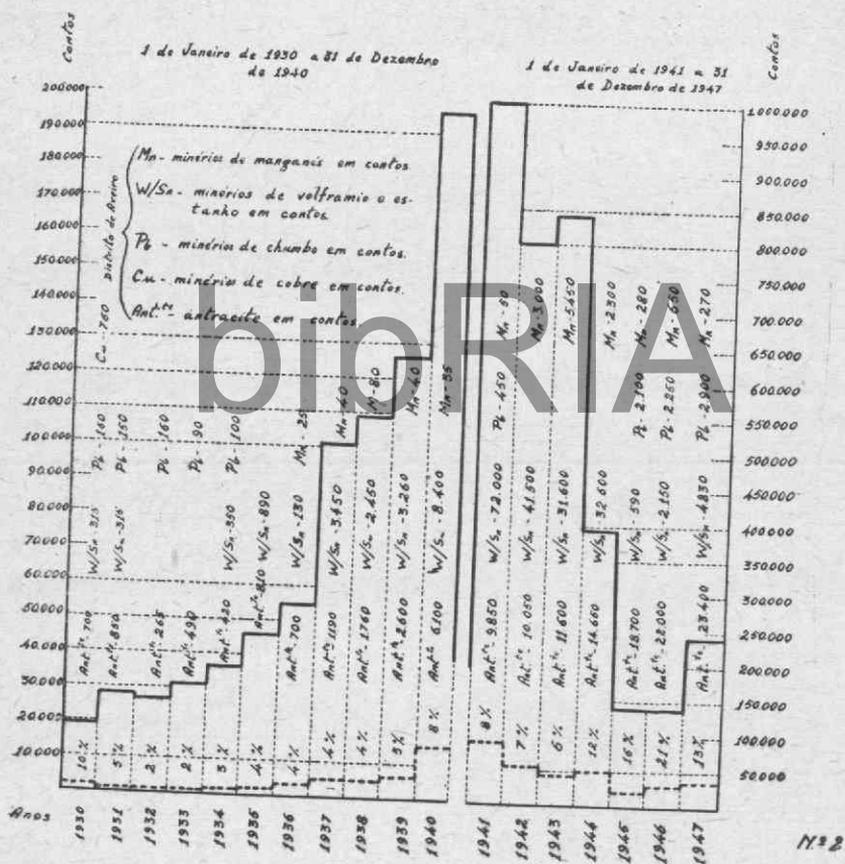
A INDÚSTRIA MINEIRA NO DIST. DE AVEIRO

Combustíveis — No nosso distrito encontra-se a turfa, a hulha e a antracite.

A turfa aparece na lagoa de Fermentelos, mas sem valor industrial.

PRODUÇÃO MINEIRA DE PORTUGAL e do DISTRITO DE AVEIRO

- - Produção Total de Portugal
- - Produção do distrito de Aveiro
- % - Percentagem do distrito de Aveiro em relação ao país



A hulha, nas faldas do Buçaco. As pesquisas que aqui fizemos durante muitos meses evidenciaram um jazigo de fraca possança e de combustível com muito de estéril e carregado de ferropirite, jazigo sem valor industrial e de que

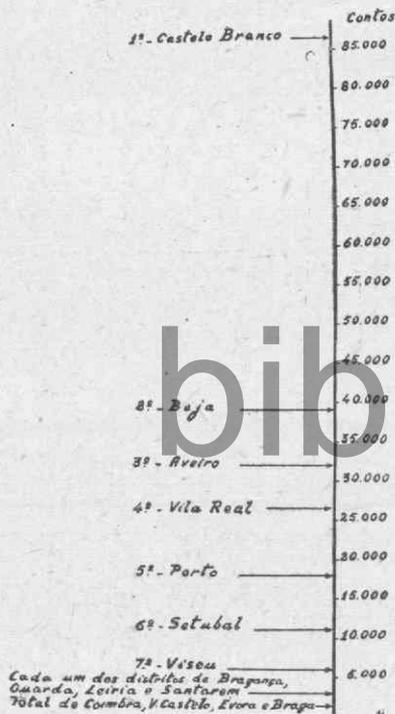
se extraíram sòmente algumas centenas de toneladas de carvão.

Falaremos apenas da antracite.

Da povoação do Sul (perto de S. Pedro do Sul) parte um jazigo deste combustível, que segue na direcção aproximada NNO, atravessa o concelho de Castelo de Paiva, passa por S. Pedro da Cova

PRODUÇÃO MINEIRA DE PORTUGAL
EM 1947

TOTAL - 245.000 CONTOS



(Gondomar) e estende-se para Esposende, apresentando camadas que mergulham, em média, 45° para ENE, de possanças muito variáveis, que em alguns pontos se anulam mesmo. Este jazigo começou a ser explorado há perto de século e meio, mas com muito pequena intensidade durante muitas dezenas de anos. Só no concelho de Castelo de Paiva (na margem esquerda do Douro) e no de Gondomar (Middões e S. Pedro da Cova) é que evidencia valor. No primeiro concelho, junto do rio Douro (Germunde) a antracite é dura e graúda e o jazigo pouco possante, mas aproveitável; pouco ao sul, no lugar do Pejão, o carvão é friável, mas o jazigo muito possante.

Há muito tempo (cerca de 80 anos) em exploração, mas insignificante, as minas de Castelo de Paiva só nos últimos anos têm sido lavradas com intensidade. O gráfico N.º 1 mostra o aumento da produção de ano para ano: — em 1944 já foi de 14:600 contos; em 1945, de 18:700 contos; em 1946, de 23:000 contos; em 1947, de 23:500 contos; em 1948, de 24:100 contos. Comparando estes números com os da produção total de combustíveis portugueses, notamos que são muito importantes, pois que correspondem às percentagens respectivas de 29 0/0, 35 0/0, 41 0/0, 47 0/0 e 45 0/0.

A INDÚSTRIA MINEIRA NO DIST. DE AVEIRO

Os números indicados não representam os valores dos combustíveis no mercado, mas no local das minas. Os valores no mercado são superiores e variam de terra para terra, consoante o custo dos transportes.

Volfrâmio e Estanho — Para efeitos de estatística, não podemos separar os minérios destas duas substâncias, porque muitas vezes se encontram associados nos mesmos jazigos, e figuram juntos nas estatísticas oficiais a que recorremos.

Durante a última guerra e até meados de 1944, época em que foi proibida a sua exploração, a produção destes minérios foi muito grande e as estatísticas indicam, para o nosso país e para esse período, o valor de muitas centenas de milhar de contos, e para o nosso distrito o de 178:000 contos. Nesse tempo o preço oficial médio dos minérios de volfrâmio foi de 120\$00 o quilograma e o da cassiterite (minério de estanho) foi de 70\$00. Mas o certo é que tais minérios foram vendidos por preços muito superiores aos oficiais, chegando o quilograma da volframite a 600\$00 e mais; não haverá exagero afirmando que a produção portuguesa destes minérios ascendeu, durante esse período, a alguns milhões de contos e a do distrito de Aveiro a mais de 300:000 contos.

Os jazigos de minérios de volfrâmio e de estanho no nosso distrito estão localizados no Norte e principalmente no concelho de Arouca.

Apesar de, nos últimos tempos, terem descido muito os preços dos minérios de volfrâmio e de estanho, a produção portuguesa foi de 128:000 contos em 1947 e a do nosso distrito de 4:830 contos no mesmo ano, ou sejam respectivamente 50% e 2% da produção mineira total do nosso país (incluindo os combustíveis).

Manganésio — Os jazigos de minérios de manganésio estão situados no concelho de Anadia; a sua exploração é muito antiga e foi quase sempre feita de maneira gananciosa, pelo que o estado de conservação dos trabalhos mineiros é, em geral, mau.

Nos anos que precederam imediatamente a guerra era quase nula a produção destes jazigos e em alguns anos foi mesmo nula; em seguida, graças à alta de preço provocada pelo conflito mundial, a sua produção subiu a 3:000 contos em 1942, a 5:450 contos em 1943 e a 2:300 contos em 1944. Agora a produção é outra vez nula, em parte devido à fraca cotação do metal e em parte devido ao estado deplorável em que se encontra grande extensão do jazigo, embora seja boa a sua situação geográfica.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Arsénio—No concelho de S. João da Madeira, e a pequena distância da vila deste nome, encontra-se a mina de mispíquel (sulfoarseniato de ferro) conhecida pelo nome de Mina do Pintor, que em época relativamente recente foi grande produtora de minério, com o qual se fabricava no local o arsénico (anidrido arsenioso), que era exportado. Em 1907 fabricaram-se 1:300 toneladas de arsénico, correspondentes a 6% da produção mundial. Hoje a sua produção é nula.

A Mina do Pintor era a única mina portuguesa propriamente de arsénio. Outras havia, de volframite e de cassiterite, a que vinha associado o mispíquel, e das quais se aproveitava este minério como sub-produto.

Na mina do Pintor chegaram a trabalhar mais de 300 operários.

Cobre—Durante a penúltima guerra e mesmo alguns anos depois de terminada, estiveram em lavra activa as Minas do Vale do Vouga, que melhor se denominariam do *Vale do Alfusqueiro*, porque estão na margem direita deste rio. São conhecidas vulgarmente pelo nome de *Minas das Talhadas*, por se encontrarem nesta freguesia do concelho de Sever do Vouga.

Em 1915 extraímos grande quantidade de calcopirite (sulfureto duplo de cobre e ferro) e mandávamos diariamente para o estrangeiro 3 toneladas (se a memória não nos atraiçoa) de minério, lavado e com grande percentagem de cobre. Nesta mina chegaram a trabalhar perto de 500 operários.

Em 1930 a produção diminuiu muito, e em 1931 era nula. Parece que este jazigo já está esgotado.

As minas de Telhadela e do Palhal (no concelho de Albergaria-a-Velha) foram exploradas há dezenas de anos. Hoje está suspensa a sua lavra.

Chumbo—Das minas das Talhadas, de que acima falámos, extraía-se, há algumas dezenas de anos, grande quantidade de galenite (sulfureto de chumbo), valorizada pela prata que continha (300 a 800 gramas por tonelada de minério). Actualmente é nula a sua produção.

A mina do Braçal (concelho de Sever do Vouga) foi concedida em 1836. Teve uma exploração intensa; em 1889 a sua lavra já estava à profundidade de 280 metros e tinha 12 quilómetros de galerias.

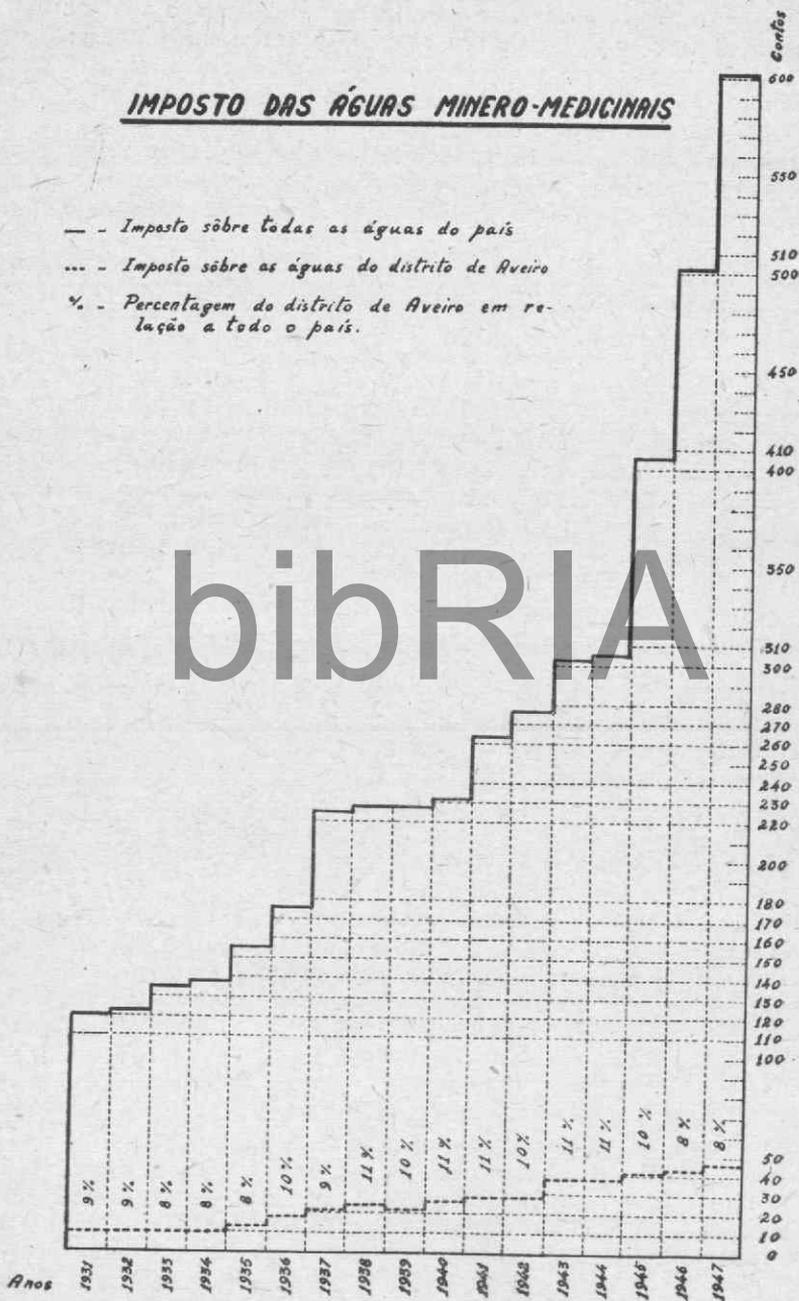
Em 1912 e nos anos seguintes extraíam-se centenas de toneladas de galenite, e a sua população operária chegou a atingir o número 350.

Mais tarde a exploração diminuiu muito, tornando-se nula em 1926 e nos anos seguintes.

A INDÚSTRIA MINEIRA NO DIST. DE AVEIRO

IMPOSTO DAS ÁGUAS MINERO-MEDICINAIS

- - Imposto sobre todas as águas do país
- - Imposto sobre as águas do distrito de Aveiro
- % - Percentagem do distrito de Aveiro em relação a todo o país.



ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Últimamente a lavra das minas do Braçal aumentou um pouco, tendo sido o valor da sua produção de 2:250 contos em 1946, de 2:950 contos em 1947 e de 3:200 contos em 1948.

Caulino — Este mineral, aplicado principalmente no fabrico da porcelana, é explorado, a céu aberto e por bolsadas, nos concelhos de Ovar, Feira e Oliveira de Azeméis. Foi originado pela decomposição do feldspato resultante da desagregação das partes menos resistentes dos gneisses e dos granitos daqueles concelhos.

Em Eixo (Aveiro) explora-se uma argila, que nos parece refractária, e que, só por conveniência comercial, figura como caulino nas estatísticas oficiais.

Águas mínero-medicinais — Não é fácil estabelecer a comparação sob o ponto de vista económico, entre algumas águas mínero-medicinais, porque seria necessário atender a diversos factores, como água consumida nas nascentes, águas expedidas, banhos, etc. Por isso, as encararemos atendendo apenas aos impostos que pagam.

No nosso distrito as principais águas mínero-medicinais são as do Luso, seguindo-se-lhes as da Curia.

O imposto das águas do distrito de Aveiro representa 10% do imposto pago pelas águas de todo o país, o que, comparativamente, tem certa importância.

RESUMINDO — Havendo no nosso país 22 distritos, o de Aveiro teve, nos últimos anos, uma produção mineira correspondente a $\frac{1}{3}$ do total do país (a).

Melhor que quaisquer outras palavras mais, a consulta dos gráficos aqui incluídos dará ideia da produção mineira do distrito de Aveiro em relação à do país.

MENDES DA COSTA

(a) Quando escrevemos este artigo, possuíamos ainda poucos dados relativos a 1948, pelo que estas palavras se referem apenas aos anos anteriores e os gráficos não incluem o de 1948. A produção mineira do nosso país foi, no último ano, de 288:000 contos, figurando a do distrito de Aveiro com 35:600 contos, ou seja cerca de $\frac{1}{8}$ do total: O nosso distrito apresenta-se, neste ano, em terceiro lugar e a seguir aos de Castelo Branco e Beja.

AVENTURAS DE UM AVEIRENSE ILUSTRE

(Continuado de pág. 240)

3.^a

Sydney, 3 de Fevereiro de 1854

Minha mãe e mano Bento

Do Rio de Janeiro escrevi para ai duas cartas, uma datada de 11 de Junho, em que mandava dizer que tínhamos chegado àquela cidade no dia 7 de Junho para consertar as avarias duma abalroação, e outra de 27 do mesmo, que escrevi sômente para saberem se no meio da febre amarela eu teria escapado, o que, felizmente para mim, assim aconteceu. Eu mandava dizer que sairíamos no dia 29 (dia de S. Pedro); porém só saímos no dia dois de Julho, pelas 8 horas da manhã dum dia lindíssimo dos trópicos. O primeiro dia parecia querer prognosticar-nos uma feliz viagem, e a proa do nosso brigue cortava o mar velozmente, dirigindo-se ao cabo da Boa Esperança. Transportámos a nosso bordo dois passageiros franceses para Melbourne, e um alemão para Sydney. Durante os primeiros sete a dez dias de viagem, o mar engrossava um pouco por vezes, e as noites tornavam-se dignas de atenção; mas não havia receio algum de tormenta. É verdade que, ainda que o tempo se tornasse tempestuoso, não havia que estranhar, porque estávamos então em princípios de Agosto e fins de Julho, tempo em que o Inverno é mais rigoroso. A maneira que nos íamos afastando do trópico de Capricórnio e avançávamos por a temperada do Sul, seguindo para o Cabo, o tempo se tornava mais áspero, a atmosfera coberta de nuvens dum amarelado aterrador, e as noites escuríssimas. Algumas vezes, o vento

soprava tão violento, e o mar crescia tanto, que nos obrigava a correr em popa; e, como o navio não era grande coisa para isto, nestas ocasiões metia mares, que, posto não muito grandes, contudo faziam recear alguma fatalidade, porque, em consequência da inexperiência do capitão, toda a nossa aguada vinha em cima do convés, que eram umas vinte pipas, e isto jamais se pratica nestas viagens. Ora, se um grande mar, lavando-nos o convés, nos levasse a aguada pela borda fora? Enquanto não dobrássemos o Cabo, havia o recurso de arribar à cidade do Cabo (imensa colónia inglesa), porque trazíamos na câmara duas pipas de água, que nos chegava ainda para isso, ou mesmo depois de dobrar o Cabo podíamos arribar a Moçambique ou a alguma colónia francesa de Madagáscar. Porém, sucedendo-nos a falta de água fora destas alturas, não havia mais onde arribar. Era isto o que bastante nos inquietava. Com mar e ventos progressivamente tempestuosos, chegou o dia 9 de Agosto. Estávamos, porém, três a quatro dias a dobrar o Cabo, com trinta e nove de viagem. Então o vento soprou horrorosamente, e o mar agitava-se de uma maneira extraordinária. De dia, íamos correndo sempre em popa, e com a mesma tenção de correr de noite. Chegou finalmente esta. A tempestade não diminuia; crescia, pelo contrário. O capitão gemia, deitado no camarote com erisipela numa perna, e eu e o piloto, embrulhados nos nossos oleados, vigiávamos o quarto. Eram 10 horas e meia. O marinheiro do leme, homem velho, era de vista cansada; na escuridade da noite não pôde ver um escarcéu como uma montanha, que crescia do lado, para lhe dar a popa do navio; e, quando nós a vimos, já não era tempo. A vaga veio em cima do navio, e com duas atrás dela deixou o navio coberto de água. Arrombaram-se portinholas para escoar; alijou-se bastante carga para aliviar o navio; porém da água (coisa principal) nem uma só pipa se perdeu! A noite assim continuou até ao dia seguinte, em que ainda perdemos um bote. Passados, porém, dois dias, o tempo tornou-se sereno, e passámos pela altura do cabo da Boa Esperança magnificamente. Por pouco: dentro em três dias, o mar tornou-se outra vez furiosíssimo, e o vento atrevido. No dia 17 do mesmo mês de Agosto, vendo que não podíamos continuar a seguir daquela maneira, pusemos de capa, e foi então que um furacão, muito frequente naquelles mares, nos quebrou o pau de bujarrona e o mastaréu de velacho, estando ambos em árvore seca! Nenhum dos de bordo disse que vira já tão desatinado tufão. Em seguida, com fortíssimos ventos, mares extraordinariamente grossos, chuvas de água e pedra, gelos, chegámos à vista da pequena ilha de Amsterdam, que está junto à de S. Paulo, a meia viagem do Cabo para a Austrália; e, com pouca diferença no

AVENTURAS DE UM AVEIRENSE ILUSTRE

tempo, fomos continuando a nossa viagem, até que nos collocámos defronte do cabo Luvin e, avançando ao longo da costa, chegámos à entrada do estreito de Bass, temido pelos viajantes modernos, por causa das muitas pedras que o obstruem. A entrada desta terrível passagem chegámos no dia 30 de Setembro, com noventa dias de viagem do Rio de Janeiro. Jamais a atmosfera se tinha mostrado tão ameaçadora e, o que era pior, a aproximação da terra cobria tudo de nevoeiro espesso; e, como estávamos quase em calma, receávamos que a corrente nos arrastasse para a terra. O Sol, Lua e estrelas faltavam havia dois dias; nada se sabia, com certeza, da nossa latitude e longitude. O único recurso era abrigar-mo-nos no porto mais próximo dali e esperar bom tempo. A noite chegou; toda foi passada em atrapalhão, porque nada se via com a névoa, e o navio estava em calma. Chegou finalmente a manhã; cábulos não havia; éramos obrigados a navegar debaixo do estúpido sistema da barca. A terra não aparecia; o vento refrescava bastante, e pusemos a proa onde nos parecia que ela deveria estar. Daí a três horas appareceu, e fomos navegando ao longo dela; porém ninguém tinha conhecimento da sua configuração. Que fazer? Eu e o piloto estudámos no mapa o desenho dela e, sentados na verga do joanete, íamos confrontando a costa com o mapa, até que ao meio-dia julgámos descobrir a entrada de Porto Filipe. Pôs-se-lhe a proa; mas dentro em meia hora reconhecemos que aquilo que nos parecia barra era uma ponta em forma de enseada. Que ponta seria? Observámos segunda vez o mapa atentamente e lá descobrimos a mesma com igual configuração e, um pouco adiante, a entrada de Porto Filipe. Os peitos se dilataram então, porque a ocasião tinha sido terrível; e, debaixo sempre de temporal, entrámos daí a meia hora por a barra dentro, onde demos fundo às 2 horas da tarde do dia 3 de Outubro. Como tínhamos alijado carga, desarvorado, perdido um bote e abalroado, e últimamente arribado ali segunda vez forçadamente, era mister protestar em juízo naquele porto, segundo o código. Ora tinha-me esquecido dizer que desde Amsterdam o navio começara a fazer água, o que também nos inquietou bastante, por causa da distância da terra. Porto Filipe é o nome duma imensa baía que tem, no seu maior comprimento, cerca de 30 milhas e 15 na sua maior largura. Ao fundo dela está edificada a cidade de Melbourne, que não tem mais de doze anos, mas que tem progredido espantosamente depois da descoberta do ouro em 1851, por isso que a maior parte dele tem saído das minas que lhe ficam próximas. Nas circunvizinhanças desta cidade se têm modernamente feito grandes povoações, que crescem diariamente com a emigração europeia. Da barra onde fundeámos a Melbourne eram, pois, 30 milhas. O capitão meteu-se num

dos navios, que aos vinte e trinta entram diariamente naquele comercialíssimo porto, e foi a Melbourne tratar dos seus negócios de avarias. Por lá se demorou oito dias, e nós entretanto íamos todos os dias à terra, que ali nos ficava próxima, passear por essas imensas florestas de que tanto abunda este país. Ali perto só havia uma pequena aldeia, junto do farol. As árvores que as formam são todas cedros, não como o cedro do Líbano, de ramos pendentes, porém semelhantes aos nossos pinheiros, posto que com muito maior vegetação e tão juntos, que se não pode andar sem abrir caminho com os braços. Neste país não há serpentes, se exceptuarmos o alicanço aquático, nem tão-pouco animais bravios. Alguns lugares há onde se encontram cães silvestres, mas um só não é temível. Cabe aqui dar-lhe notícia dum animal indígena do país, chamado «Kangaroo»⁽¹⁾, na língua dos selvagens, e que os Ingleses adoptaram. Este animal é semelhante a uma grande cabra, mas sem cornos. As suas pernas têm o duplo comprimento dos braços; é por isso que eles não podem andar senão com muita dificuldade. Em recompensa, eles saltam, firmando-se sobre a parte posterior, a uma distância de vinte pés, com a maior facilidade. O seu ouvido é finíssimo, e a sua caça, que é feita com galgos, muito difficil. Quando o Kangaroo é surpreendido de perto, logo que ele dá fé por uma série de saltos desaparece admiravelmente através das campinas. A sua carne é muito preferivel à de boi, e a pele muito boa para calçado, de que há muito.

Assim, estivemos na entrada de Porto Filipe oito dias, em que voltou o capitão, e no dia seguinte, 12 de Outubro, nos fizemos de vela para Sydney. Atravessámos o estreito de Bass com um dia magnífico, observando, de trezentos passos talvez, todos esses rochedos que tanta vítima têm feito com mau tempo. Finalmente, no dia 24 de Outubro fundeámos dentro de Porto Iackson (é assim que se chama esta baía), e daí a quatro horas defronte da fortaleza de Sydney. Depois que esta baía foi descoberta, há sessenta anos, goza da reputação de ser a melhor do muudo. Com effeito, ella é admirável. Parece um vasto rio que entra por a terra dentro, num comprimento de 50 milhas, todo bordado por enseadas que mais parecem docas artificiaes que naturais, tanta é a comodidade que oferecem para o comércio. Sydney é a capital das colónias inglesas na Austrália, e é uma cidade termo médio entre Lisboa e Porto, aproximando-se mais àquella que a esta. Aqui, tudo é caríssimo, porém não tanto como em Melbourne, onde cortar cabelo custa 1 shelling, fazer a barba

(1) Canguru, o mamífero marsupial, sempre estudado nos compêndios de zoologia e existente nos parques zoológicos. J. T.

1 shelling, lavar um lenço 1 shelling, lavar um par de meias ou coturnos 1 shelling, e, se não tudo, ao menos a maior parte na mesma proporção; porque em ambas as partes os ganhos são relativos, porque em Melbourne quase todos os officios mecânicos têm de jornal 1 libra até libra e meia, e quanto mais os officios são de primeira necessidade, mais ganham, como carpinteiros, pedreiros (isto é: canteiros), alfaiates, sapateiros, etc. — Nesta cidade, os jornais daqueles officios montam também a uma libra, e mesmo em qualquer coisa que um homem se ocupe ganha dinheiro. — Muitos vão trabalhar para as minas sem distinção de classes; o trabalho delas é duríssimo e proveito incerto. É uma verdadeira loteria; pode-se ter muito dinheiro em pouco tempo e pode-se andar por lá toda a vida sem ter podido fazer fortuna; porém ouro para a sustentação diária todos encontram. As minas estão espalhadas pelas montanhas do Ofir e Montes Azuis. Quer-se trabalhar nas minas? Arrenda-se uma porção de pés quadrados ao governo por bagatela e cava-se ali perpendicularmente como um poço (porque não pode fugir dos seus limites), até encontrar ouro. Este sai umas vezes em pó, outras em pedra, já puro e da cor amarela que lhe é própria; de maneira que não precisa conhecimentos mineralógicos alguns para o conhecer. A pedra maior que se tem tirado nas minas de Ofir pesava 130 arráteis. Elas vão sempre produzindo mais ou menos, e calcula-se em 100.000 pessoas a população das minas. Ainda há pouco se descobriu outra que parece dar ouro bastante. Nas minas e mesmo na maior parte da cidade de Melbourne as casas são tendas de guerra, isto é: de lonas e oleados. Os Ingleses mesmo não lhe chamam outra coisa que «tents». — As comidas nas minas são sofríveis. As águas potáveis são, porém, tão nocivas, que se não bebem senão fervidas com chá, que aqui é baratíssimo: custa um arrátel 12 pence. — Quanto ao clima, é muito mais quente que o nosso, e menos frio de Inverno. Quando faz calor demasiado, é infalível fortíssima trovoadas de tarde ou de noite; mas são trovoadas de que nós aí não fazemos ideia, porque nunca as vi lá semelhantes. A atmosfera torna-se dum vermelho carregado e azulado; a claridade do dia enfraquece com as camadas de nuvens, tão grossas algumas vezes, que parecem tocar os edificios mais elevados. Uma chuva miúda se segue, depois um tufão continuado, e a electricidade começa então duma maneira espantosa. Numa destas trovoadas, um raio caiu sobre o tope do mastro grande duma galera dinamarquesa que estava junto de nós na doca, entrou no porão, estando as escotilhas fechadas, e saiu por o costado, fazendo um buraco na madeira e no cobre. É raro que alguma destas trovoadas não faça mais ou menos estragos, mas no Inverno são raras. — Falando agora da fer-

tilidade do país, creio que a natureza não se mostrou tão grande e liberal em outra parte como aqui. Encontram-se os vegetais e as frutas de todos os climas. Até mesmo se faz já algum vinho, ainda que pouco. Um rapaz, meu conhecido, filho dum negociante português em Londres (sobrinho da Baronesa de Ancede, do Porto), mandou ao pai um pequeno presente de vinho colonial de três qualidades, que muito pouco descombinavam do vinho do Porto, Bordeaux e Reno. Por falar de bebidas, cabe aqui dizer que se bebe nesta cidade horrivelmente, creio que muito mais do que em Londres (proporção guardada). É espantoso o número de *Public Houses* (tavernas) que há nesta cidade, e todos fazem grande negócio. A razão disto é porque todos os mineiros perdulários que fazem alguma fortuna aqui vêm todos parar, e tudo dissipam principalmente com as mulheres do país, que são em geral formosas, mas também desmoralizadas em último grau. — Aqui há um teatro dramático inglês e uma irrisória companhia de cavalinhos. Se exceptuarmos os mineiros de classe rústica e marinheiros, que ganham aqui de soldada 10 a 12 libras por mês (!), todos pensam só em trabalhar e ganhar dinheiro para procurarem suas pátrias. Julgo que é a razão que mais concorre para a carência de divertimentos públicos. — Usam-se aqui muito as regatas, como em Veneza. As melhores e mais respeitáveis casas são de desterrados que o governo para aqui mandava em outro tempo, e alguns dos quais fizeram imensas fortunas na descoberta das minas com diferentes especulações. Os indígenas do país, que são negros, de formosos cabelos negros corredios, são mui dados ao trato, ainda que inteiramente selvagens. Encontram-se nas matas, pelo interior, a distância de dez léguas para cima, e mesmo habitam junto às pequenas baías onde os Ingleses vão fazer com elles seu negócio de permutação. O governo tem colónias em quase toda a beira-mar do continente. Esta, porém, que é a beira-mar do Sul e Este, se chama Nova Gales do Sul; divide-se em três províncias: Nova Gales do Sul, propriamente dita, de que é capital Sydney, que também o é das colónias e porque aqui reside o governo; província de Vitória, capital Melbourne; e província do Rei Jorge, capital Albany. Além disto, há muitas outras cidades e grandes povoações, tanto na costa como no interior. Ao sul da costa, do outro lado do estreito de Bass, está a grande e fertilíssima ilha de Van Diemen, toda povoada também debaixo da jurisdição do Governo Geral das Colónias e que já pode abastecer a grande parte do continente com seus cereais. As duas grandes ilhas de Nova Zelândia, a dez dias de viagem daqui, também colonizadas, são proveitosas por as suas madeiras indígenas de construção naval e doméstica, além dalguns laticínios, cereais, etc. Os naturais dela são muito capazes

de indústria, e trabalhadores. Julgo que não haverá cidade onde se encontrem em tanta variedade diferentes habitantes do globo. O geral da população são Ingleses e, mais que tudo, Irlandeses. Depois destes, o maior número é de Alemães, de todos os estados da Confederação; em seguida, Franceses, e depois é uma vasta mistura de Chinos, Índios, Persas, Árabes do Mar Vermelho-Norte, Americanos, Peruvianos, Mexicanos, Chilenses e, enfim, também se encontram bastantes Portuguezes, a maior parte das nossas colónias do Atlântico e da Índia. — As únicas exportações deste país, como é sabido, são ouro, riquíssimas lãs, sebo, e pouco mais. Julgo, porém, que, na falta do ouro, a lã poderá sustentar, se não tão grande, ao menos sempre um respeitável comércio. São estes, pouco mais ou menos, os conhecimentos que por ora tenho deste país.

Agora é tempo de falar de mim; mas para isso preciso de lançar mão de outro princípio. Alucinados com as palavras *minas de ouro de Austrália*, o dono e capitão do brigue *Amália*, que também nele tem parte, às cegas receberam uma carga de vinhos, arranjada por um tal inglês do Porto, Carlos Coverley, e com um pequeníssimo frete deu o navio à vela para Sydney, confiados, segundo lhe tinham dito, num frete vantajosíssimo de lã e ouro, e sem terem conhecimento algum desta praça. Eu menos o sabia que eles, por a pouca prática do comércio. O resultado desta ignorância foi chegar aqui e nada encontrar. É certo que aqui há fretes de subido preço; só, porém, para uns cem navios que andam na carreira de Inglaterra para aqui, todos de apuradíssima construção, e dentre 1000 a 3000 toneladas de lotação, e alguns de 3500. Ora um pobre brigue português de 300 toneladas que podia valer no meio desta extraordinária navegação? Como é de supor, o consignatário ou agente do navio declarou logo, que fretes daquela qualidade não haviam (*sic*), mas que se arranjava ir buscar à Cochinchina uma carga de guano para ir levar à América do Norte. O capitão, porém, não tinha ordens francas e, ainda que as tivesse, dizia ele que tal carga não iria buscar, porque lhe estragava o navio; e, na verdade, não há navio e tripulação de guano que não fiquem mais ou menos estragados, em consequência da sua natureza ardentíssima. A sua carta de ordens lhe ordenava primeiro que vendesse o navio até ao preço de 3000 libras, ou pouco menos; na falta disto, carregar lã e sebo por conta, até um certo preço, e na falha de tudo ir em lastro para Pernambuco. A carga de lã e sebo era impraticável, tanto por carência de dinheiro, como por a altura dos preços. Seguiu-se vender o navio. O agente logo disse que ele não dava o preço requerido, mas que daria de libras 2000 a 2500. Ora o capitão é homem muito desconfiado com o seu tanto de

estúpido; começou logo a desconfiar que o queriam comer. Começaram desinteligências entre ele e o consignatário, que puseram tudo em miserável estado. O navio foi duas vezes à praça e de ambas as duas dava um ridiculíssimo preço. O capitão ainda mais desconfiava de trama do agente e chegou a tal estado de loucura, que o vi algumas vezes, de alucinado, prestes a lançar-se pela borda fora. Uma das razões que concorria para isto era que ele não falava nada inglês, e o agente nada português; por consequência, desconfiava sempre, apesar dos intérpretes. Afinal, foi resolvido que o navio saísse daqui, porque felizmente puderam-se arranjar marinheiros portugueses para o levarem a Pernambuco por 45 libras cada um, porque aqueles que no brigue tinham vindo, a esses o capitão tinha despedido (quando tencionava vender o brigue) e já tinham saído todos para Londres, fazendo parte da tripulação dum vapor. O navio foi empenhado nas soldadas, porque já não havia dinheiro! Enfim, foi uma desgraça para o navio, já por fatalidade, já por a nenhuma prática e experiência que o capitão tinha destes negócios, porque é de notar que nunca navegou senão no tráfico da escravatura de África, que não teve relação de qualidade alguma com os negócios de navegação lícita. À vista, pois, do último destino do navio, eu comuniquéi logo ao capitão a minha decisão de ficar por aqui, e ele prontificou-se a abonar-me o dinheiro que o seu malfadado negócio lhe permitisse. Emprestou-me, pois, libras esterlinas 30, de que lhe passei recibo; e, como não tinha outra pessoa do conhecimento dele, de quem as pudesse receber, senão o Joaquim da Costa Leite, foi a ele que o enviei, prevenindo agora o mano disto, para dar as ordens mais convenientes. 30 libras esterlinas em Portugal é um dinheirão; neste país pode-se calcular na proporção de 30 pintos. Eu resolvi ficar aqui, porque alguma coisa me diz que ganharei aqui mais dinheiro que em outra qualquer parte. Tenho de lutar a princípio com um inconveniente, que é a língua; essa, porém, em três meses se fala inteligentemente. Não sei, por ora, ainda aquilo que me fará mais conta; é certo, porém, que, seja qual for o modo de trabalhar, em tudo se ganha mais ou menos dinheiro. — Em relação à soma que pedi, pode o mano dispor do pouco que tenho do pai, porque sabe perfeitamente que a nossa amizade não é de admitir chicanas em qualquer tempo, e mesmo sobre isto o mano tem muito que dizer, e eu muito que calar. (Mulheres! Alucinaram-me já; hoje rio delas!) Eu não estou resolvido a voltar à pátria sem poder viver sem trabalhar, porque a fortuna se deve procurar onde é mais fácil encontrá-la; até mesmo — quem sabe? — me tentarei a experimentar a sorte das minas, o que faz a maior parte da gente de todas as classes. Trabalham seis meses ou um ano.

Se encontram fortuna, bem está; se não, lançam mão doutros recursos. O país é saudável a mais não desejar. O gás existe aqui há alguns anos já, e está começado um caminho de ferro daqui para Melbourne (na distância de cerca 200 léguas portuguesas), para cujos trabalhos chegam constantemente navios carregados com 300 e 400 engajados do governo. Enfim, este país cresce prodigiosamente cada dia. A navegação inglesa tem chegado a adquirir (*sic*) uma rapidez fabulosa nas comunicações europeias com a Oceania. É muito ordinário chegarem aqui navios de vela de Inglaterra com 70 a 80 dias, pouco mais do que a mala do correio por o istmo de Suez, que se demora 60 a 70 dias. Que diriam hoje os nossos navegadores de bons séculos, quando levavam um ano a fazer uma viagem à Índia? A religião mais seguida aqui é a católica romana, que tem um bispo e uma catedral muito decente, enquanto se não conclui outra, que se está edificando com sumptuosidade. É verdade que a religião do governo é a protestante; porém a outra é a mais seguida, por causa das muitas missões. É admirável ver as cerimónias da igreja romana aqui, que são feitas com o melhor gosto e respeito possíveis, e de que aí não se pode fazer ideia nos nossos templos imundos. Eu emprego esta palavra, porque nenhuma acho mais própria, à vista do que aqui vejo. — Esta carta já vai longa, posto que equivalente à distância de 4000 léguas que nos separam. Não é, porém, por hoje sermos antípodas que se me afrouxam as lembranças desse canto de Portugal. O pensamento é imenso, e as saudades da minha família são sempre as mesmas. Eu hei-de escrever sempre que puder e desejo sempre receber cartas daí. Eu recebi uma sua, que tenho diante de mim, em que toda a família me escreve. Sensibilizou-me bastante, e agora mesmo estou chorando ao relê-la. *Occasio aegre offertur, facile amittitur* (1) — diz o mano na sua carta. É por isso que aqui me demoro, a ver *quod fortuna offert* (2); mas tenho fé que morrerei em Aveiro. — Quando as pequerruchas Beatriz (3) e Elosinda (4) começarem a compreender alguma coisa, que repartam também algum bocadinho de afeição com um tio que não conhecem. A mana Ana pedia-me uma procuração de padrinho, mas calculou mal o tempo da resposta. A todos agradeço muito

(1) Tradução: *A ocasião dificilmente se oferece, facilmente se perde.*

(2) Tradução: *o que a fortuna oferece.* — Os dois irmãos eram versados na língua latina, especialmente o Dr. Bento de Magalhães.

(3) Filha de José Roque Machado e de D. Maria Casimira Xavier de Magalhães, e irmã, como já se disse em nota, do Dr. Edmundo de Magalhães Machado.

(4) Filha do Mesquita (Manuel António Loureiro de Mesquita), de quem abaixo se fala, e de D. Ana Augusta Xavier de Magalhães, irmã e madrinha do autor destas cartas. Notas de J. T.

as suas lembranças e peço recomendações para quem se lembrar de mim, e aqui nomeio especialmente José e João Roque, Mesquita, Reinaldo (1), Jerónimo, Crispiniano, e os meus antigos condiscípulos Daniel, e Barbosa, Luís Cipriano, etc., etc.

Esta carta está escrita há dezoito dias, à espera da mala do correio, e durante este tempo tenho algumas correções a fazer, vindas de pessoa bastantemente habilitada para isso: é um engenheiro, sobrinho também da mesma baronesa de Ancede, de quem acima falei. — As árvores que abundam neste país não são cedros, porém mui semelhantes a eles. Há, porém, uma extraordinária abundância da árvore-ferro, como aí lhe chamam os marceneiros. Os cedros são em abundância em New Zealand. As serpentes são, com pequena diferença, como as que há em Portugal, tanto em número, como em tamanho, porém mui venenosas. — As colónias, além da divisão das províncias, estão divididas em condados, exactamente como a Inglaterra. São 17. — Há entre as tribos selvagens uma rara originalidade que não se encontra em outra parte do mundo habitado. Eles não conhecem arma de qualidade alguma senão a azagaia, muito conhecida já, e o *bumareign*. Esta arma e o seu uso é a originalidade de que falo. O seu feitio é o seguinte, e é nada mais do que um bocado de pau-ferro. Quando querem, arremessam-na sobre qualquer objecto, e a arma vai, girando, tocar no corpo indicado e volta a cair no lugar onde o selvagem quer. Ainda mais. Uma ave vai voando ao longe, junto à terra. O selvagem arremessa o *bumareign*. O pássaro é morto e envolvido na arma (e) vem cair com ela aos pés do atirador ou onde ele quer. O maior espanto é que a arma, depois de despedida, não tem mais contacto físico com o atirador, de corda, ou de arame ou doutra qualquer coisa. É desconhecida ainda para os colonos a maneira de usar desta arma, cujo uso deve basear-se certamente em algum princípio físico muito pouco conhecido. Nem mesmo todos os selvagens sabem fazer uso perfeito desta arma, porque tem o perigo de poder a arma, na sua volta, matar o mesmo que a atirou.

Esta carta vai duplicada por outra via, porque não é muito raro o extraviarem-se. Segunda vez, adeus, e adeus até um dia, em que eu espero tornar a abraçar toda a nossa família. A mãe lance de lá a bênção ao seu saudoso filho, e o mano e manas e seus maridos recebam as saudades também do

Seu filho e irmão affectuoso,

Bernardo

(1) José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot, literato e antiquário aveirense, nascido em 19 de Março de 1842. J. T.

Eu hei-de escrever todas as vezes que tiver ocasião, e o mesmo desejo que de lá façam. Como pode acontecer que quando aqui chegar alguma carta, que eu esteja noutra parte, devem dirigir as suas cartas para Londres, desta maneira: *Mr. M. I. Soares — Esq.^o n.º 34, Great Tower Street — London*; isto é: assim deve ser a direcção, envolvendo a carta que vier para mim, a qual deve ser sobrescritada com o meu nome, com a competente direcção para Sydney — New South Walles, à casa do Sr. M. I. Soares — Esq.^o. Isto é preciso assim, porque o tal Soares de Londres, que é pai do daqui, tem muitos negócios e pode esquecer-se, sem estas especificações, da direcção das cartas.

No dia 20 de Janeiro se receberam aqui as primeiras notícias do rompimento da guerra turco-russa, e diariamente vêm notícias, que se não sabe se verdadeiras ou falsas. Ultimamente, diz-se que se sublevara parte da Pérsia, o Belouchistan e os Afgans; e, há coisa de oito dias, soube-se a morte da rainha de Portugal, que o rei era regente, e suspeitas de revoltas. Esta carta é concluída hoje, 24 de Fevereiro, porque sai amanhã a gaíera *Woolloomooloo* com a mala do correio por cabo Horn. É verdade: falei antes de ontem com o rei das ilhas, Tonge Taboo, que fala bem espanhol. É um quidam que deixou a *nação* (!) entregue ao seu Cuaquiamo (espécie de ministro), para vir ver a cidade de Sydney! É uma originalidade aí, mas muito trivial aqui, em que estes pobrezitos chefes de ilhas do Pacífico, que se intitulam reis, andam passeando com todo o mundo. Aquele outro era um homem bem sensato e de bom pensar. Esta cidade é uma babilónia de raças. Quem mais línguas fala ganha bastante dinheiro como intérprete. Os telhados das casas todos são ou de madeira ou de lousa, o que mostra muito melhor resultado do que a telha. As casas, como em Inglaterra, são ou de tijolo ou de pedra. Há edificios bons, mas não se pode dizer que haja nenhum de merecimento. Para estes ou é ainda cedo, ou será costume de colónias. A única coisa admiravelmente extraordinária é o jardim público, não tanto por a arte, que não tem nenhuma, mas por os pontos de vista, arvoredos e prodigiosa vegetação de toda a espécie. Muito diria mais, mas guardo para um outro período, em que possa dizer de mim mais positivamente. Adeus, e não se esqueçam de mim. — Última novidade. Um capitão americano descobriu, há coisa dum mês, um pequeno novo arquipélago aqui, ao sudeste, no Pacífico.

Creswick, 10 de Setembro de 1856

Mano Bento

A última carta que lhe escrevi foi aquela que levou o meu bom amigo Dinis Gago da Câmara. Como tenciono ser bastante largo nesta, dir-lhe-ei o que sei acerca dele e de seu irmão Simplício, que aqui reside perto (1). No princípio de Agosto de 1853, Simplício Gago da Câmara saiu de S. Miguel para Geelong (Austrália), com uma sociedade de 44 homens e 4 mulheres. Ele abonou a maior parte das despesas, seu irmão Dinis abonou mil e tantos mil reis, e assim um outro. Simplício era o caixa da companhia, e com tais e tais condições a escritura de contrato os obrigava a conservarem-se reunidos durante três anos, que concluiriam no dia correspondente ao do seu desembarque na Austrália, e só nessa ocasião o caixa era obrigado a dar contas e reservaria para si um terço dos produtos. Eu vi a escritura, que mostra bastante parcialidade a favor do Simplício, o que naturalmente assim devia acontecer, porque todos os sócios eram trabalhadores de enxada, caseiros do mesmo Simplício, etc., que ele julgava fariam o que lhes fosse mandado. Realmente, era uma fortuna segura que fazia com 44 trabalhadores, ou fosse nas minas, estradas públicas, ou outros semelhantes trabalhos. Porém aquilo com que ele não contava foi o que realmente lhe succedeu. Os homens, pouco depois de chegarem aqui, aconselhados por marinheiros portugueses, que por cá encontravam, começaram a abandonar a sociedade uns após outros, até que afinal o Simplício valeu-se do seu grande tacto para apalpar aquella qualidade de gente (que o tem), e soube conservar uns 16 até 20 com contrato mais favorável a eles, contrato que acabará dentro de quatro meses. Desde o princípio, Simplício e sua gente pouco têm feito. Durante todo o tempo da sociedade, o único bom golpe de fortuna foi o arranjar, em dois a três meses, 2 ou 3000 libras esterlinas, mas isso tudo se vai embora no tempo em que nada se faz. Eu não sei a razão por que o Dinis se foi embora; mas creio que para isso muito concorreu algum desgosto com o irmão, e aborrecimento de aturar os brutos dos homens deles, que aqui faziam de iguais, se não de senhores... Ainda não há muitos dias que eu falei com

(1) Entre a carta 3.^a, datada de 3 de Fevereiro de 1854, mas só acabada passados dezoito dias, e esta carta, nenhuma outra se encontra no manuscrito. É de crer, pelo que adiante se lê, que os afazeres de Bernardo de Magalhães o tenham impedido de ser mais assíduo em dar noticias, apesar da boa vontade manifestada anteriormente. J. T.

AVENTURAS DE UM AVEIRENSE ILUSTRE

o Simplicio (eu residio a uma légua de distância dele), como quase todos os sábados falo, e ele me disse, conversando sobre os seus projectos, que, concluído em Novembro o seu contrato, no caso de lhe ficarem 500 libras ou daí para cima, ainda ia tentar por mais dois anos uma especulação sobre cultivo de terrenos. — Basta a respeito de Simplicio e sua gente.

O mano havia de estranhar o resumido da minha carta antecedente; mas tão mal tinha a contar do meu passado, tão pouco do presente e tão poucas esperanças do futuro, que o meu desejo era escrever o mais resumidamente possível. Agora, contarei o que daí por diante me tem acontecido. Depois que Dinis Gago da Câmara saiu daqui, eu deixei o lugar que verdadeiramente se chama Creswick e fui para um pequeno lugar, distante duas léguas e meia, onde me conservei desde Maio do mesmo ano (1855) até fins de Setembro. Aí alguma coisa arranjei. Esgotando-se, porém, o terreno aurífero ali, passei-me sete léguas mais distante, onde estive até Fevereiro deste ano. Neste último lugar, nada adiantei e voltei para Creswick, resolvido a mudar o sistema de trabalho. Aqui, pude arranjar o associar-me a uma companhia de mineiros⁽¹⁾, cujo método de trabalho terei ocasião de mostrar no que passo a dizer.

Eu desejo dar-lhe alguma ideia do que são hoje as minas de ouro de Austrália, e do que foram. A cerca de 100 milhas de Melbourne se descobriram os primeiros campos auríferos da colónia. Milhares de pessoas correram ali, e como por

(1) A Ex.^{ma} Senhora D. Maria da Conceição Faria de Magalhães, neta do Dr. Bento de Magalhães, facultou-nos recentemente, para estudo, várias cartas de José Estêvão, dirigidas a seu avô. Entre ellas, há uma cuja primeira parte diz respeito à estada de Bernardo Xavier de Magalhães na Austrália. Apesar de datada sem indicação de ano, supomos que terá sido escrita em 1857. Ei-la:

«Bento

9 de Fevereiro

Hontem encontrei (?) na rua do ouro um homem, que me chamou Magalhães. Chegando-se a mim pertendia (*sic*) que eu concordasse com elle em que tinha um Irmão na Australia. Não se mudava disso. Depois d'alguns reparos vim a conhecer que se tratava de seu Irmão.

Então apertei-o com perguntas a respeito d'elle. Á (*sic*) uns meses que esteve com elle. Tem saude, não lhe falta nada e parece que ultimamente deu com um veio rico, e que está formando uma companhia para o explorar. Ainda tem vendas, e não sei mais nada. O que ha d'importante é que eu estive com quem o vio. Estive para mandar o homem a Aveiro a sua may.

.....

Amigo

José Estevam > J. T.

encanto as imensas planícies de *Bendigo* se cobriram de homens de todas as nações, não em meses, mas em algumas semanas. Muito foi o ouro que se tirou em quatro ou seis meses naquela localidade. As escoltas do governo nunca levavam para Melbourne, semanalmente, menos de 80.000 onças de ouro (peso). Logo em seguida, o grande *Monte Alexandre*, que é junto a estas planícies, entrou em cena, e para aqueles sítios, vales e outeiros, campinas, margens de ribeiros, etc., todos *se desfaçiam* em ouro. Ninguém se contentava com um trabalho que lhe rendesse menos de 5 até 10 libras esterlinas diárias, porque se via frequentemente companhias de duas ou três pessoas tirarem em meio dia dezenas e mesmo centenas de onças de ouro. Como é de supor, todas as tripulações dos inumeráveis navios entrados diariamente desertavam e corriam às minas. Eis a razão por que ainda hoje uma grande porção do corpo de mineiros consta de marítimos. Esta e iguais classes da sociedade, desvairadas com a profusão do onro, juntavam uma sofrível fortuna em um mês, ou mesmo em um dia (!); corriam à beira-mar, às cidades, ali consumiam tudo em dissipações de todo o género, e por fim, sem real, voltavam às minas, a enriquecer-se de novo, o que a muitos acontecia. Chegava a tanto o desprezo da riqueza entre aquelas estúpidas cabeças transtornadas, que muitas vezes, para luxo, acendiam seus cachimbos com notas de 5 ou 10 libras, etc.! Na verdade, quem chegava naquele tempo fazia fortuna quase certa, se tivesse boa cabeça. No tempo em que eu aqui cheguei, já estava acabando, para assim dizer, a idade de ouro dos mineiros: o ouro diminuía, e os mineiros aumentavam. Nos sítios onde mais ouro se tinha tirado povoações fixas se estabeleceram, que serão as futuras cidades e vilas de Austrália, e neste andamento de tal forma tem crescido a população no interior, que já hoje é difícil atravessar um ou dois dias nas florestas sem encontrar alguma povoação ou estabelecimento de proprietários de carneiros. Digo proprietários, porque são estes os maiores capitalistas da colónia.

Antes de dizer alguma coisa acerca do método de trabalhar nas minas, é preciso dar uma ideia da posição geológica do ouro, porque da sua formação sòmente conjecturas se podem fazer. Nos terrenos onde há ouro acha-se primeiro uma camada, na superfície, de terra vegetal, ou humus, cuja profundidade varia de um até oito pés, misturada com areia e quartzo. Depois, segue-se uma camada de barro, com quartzo igualmente, e por fim uma outra que em geral é composta de cascalho, argila, algumas vezes areia fina e sempre muito quartzo. É nesta camada (que) está misturada a maior porção do ouro, porque toda a terra o tem mais ou menos. Por baixo desta última, encontra-se aquilo a que

nós chamamos *fundo*, isto é: uma camada compacta de fino e puro barro, abaixo da qual nada se encontra, por mais que (se) profunde através dela, e assim progressivamente vai endurecendo até tal ponto, que nada a pode vencer, nem mesmo o rompimento com pólvora. Esta é, pois, uma camada primitiva do solo, que se estende por baixo de todos os terrenos supostos auríferos; e é este chamado *fundo* aquilo que todos procuram, atingido o qual, o mineiro ali observa se há ouro. Algumas vezes, estas camadas primitivas são compostas de pedra de lousa, em folhas perpendiculares, ou duma espécie de granito, igualmente impenetráveis. A profundidade em que se encontra este *fundo* é inteiramente variável, porque muda, para assim dizer, de um pé abaixo da superfície até duzentos (no que está explorado).

Ora diferentes são os métodos de trabalhar, conforme as circunstâncias do terreno. Se o *fundo* não se encontra a mais de quatro ou cinco pés da superfície, ordinariamente toda a terra é lavada para extrair o pouco ou muito ouro que tem; se o *fundo* é mais abaixo de cinco ou seis pés, já não vale a pena aproveitar todo o terreno, e então o mineiro abre um buraco ou poço redondo, de quatro pés de diâmetro, bastante para trabalhar dentro, e perpendicularmente o vai profundando, até que chega ao *fundo*, e ali procura ouro; se o não encontra, abandona este e procura outro lugar. Porém, se no *fundo* do seu buraco viu ouro, começa então a *minar*, isto é, faz corredores ao nível do *fundo*, extraindo tanta altura de terra quanta lhe parece que tem ouro. É preciso notar que, quando se descobre um novo lugar, uma regular companhia de mineiros (entre 6 e 10) não pode tomar para si mais de 24 pés quadrados, ou 36, conforme a dificuldade do trabalho; e, quando começa, marca o seu terreno, no centro do qual abre o poço. Assim, se no fundo dele encontra ouro, pode trabalhar subterrâneamente o seu terreno, marcado à superfície. Sobre isto há muitas questões nos tribunais.

Há um lugar, distante daqui quatro léguas, chamado Ballarat, onde o método de trabalhar difere muito deste. Em 1851, em seguida às descobertas do Monte Alexandre e Bendigo, se descobriu ouro em Ballarat na superfície, e até 30 pés de profundidade; mas, à maneira que se foi trabalhando o terreno, os *fundos* foram descendo progressivamente, até que formaram *linhas* em diferentes direcções, cuja profundidade é hoje de 150, 200 e 220 pés. Estas *linhas* são como estreitíssimos vales, que correm naquela profundidade, e é nelas que se encontra acumulado mais ouro; mas as suas direcções são tortuosas, de forma que podem afundar-se dois buracos à distância de 40 ou 50 pés um do outro, e um deles encontrar o *fundo* em 150 pés, e o outro, a quem

a sorte destinou *que caisse sobre a linha*, sòmente chegar ao fundo em 200, que é a diferença da linha para as encostas dos outeiros subterrâneos que a bordam. Que trabalho, porém, não é aquele! Descreve-se um paralelogramo de cinco pés de comprimento por três de largura no solo, e este se começa afundando, segurando-o todo com fortes taboões que encaixam uns nos outros de certa maneira. Em geral, todos os buracos, chegando a certa profundidade, são assaltados por imensa quantidade de água que, subterrada, naturalmente se acha embebida em camadas de cascalho e areia, não raras vezes de 50 pés de espessura. Esta água é quase toda tirada hoje a vapor. Muitas vezes se encontram também camadas subterrâneas de rocha, algumas vezes tão dura, que mesmo com pólvora não se afunda mais de seis polegadas por dia! É o trabalho mais perigoso e violento que tenho visto. Contudo, tal tem sido a riqueza extraída de Ballarat, que não conta menos de 30 a 40.000 mineiros, afora o número de pessoas doutras occupações, o que faz hoje uma sofrível cidade da colónia. O ouro é quase todo em bocados, e é frequente encontrarem-se de 10, 20 e mais arráteis. Em 1853, se tirou em Ballarat o maior pedaço das minas de Austrália, e creio que de todas as conhecidas: 134 libras e 11 onças, peso de boticário.

Contudo, nunca me tentei a tais minas, porque conheço o perigo delas. Como não se têm descoberto lugares muito ricos modernamente, e a população das minas é mui grande — 300 a 400 000 habitantes —, tem-se ensaiado há tempos o método de extrair do terreno todo o ouro que se puder no mais curto espaço de tempo possível. Porém a Austrália é mui pouco cruzada de rios, e esses que tem são pobres. Quem, pois, se quizer dedicar a este método de extrair ouro tem algumas vezes de vencer obstáculos, como é, por exemplo, o conduzir água de rios por meio de longos canais a lugares onde o terreno é aurífero, e que ali não tem água. A água é indispensável para o que passo a dizer. Diferentes são as maneiras de extrair ouro do terreno, por o único meio que é a água. Se o ouro se encontra *a olho*, nada há mais a fazer do que pegar-lhe; se se vê, mas tão miúdo que não é possível tirá-lo à mão, *lava-se na bacia*. A *bacia* é uma espécie de peneira, com um fundo também chato, de lata ou estanho, com bordas, em vez de perpendiculares, oblíquas para o lado de fora. Esta se enche de terra, e assim se mergulha na água, segurando-a e vascolejando-a como quem peneira. De vez em quando, lança-se fora a água, que vai levando consigo parte da terra. Isto se faz repetidas vezes, até que a bacia tem lançado fora toda a terra, e no fundo aparece o ouro (se é que o há), que, em virtude do seu peso específico, tem, com a ajuda da água, passado para o fundo

da bacia através da terra. É isto o que se faz, quando o ouro é muito e a terra pouca; quando, porém, a terra é muito mais do que o ouro, a bacia, só por si, é insuficiente. Usa-se então duma dorna, na qual se deita terra até pouco mais de meia; acaba de se encher com água e depois, com uma pá de ferro de certo feitio, se mexe muito bem, no fim do que se tomba a dorna de lado para despejar a água e parte da terra de envolta com ela. Isto se repete tantas vezes quantas são necessárias para no fundo da dorna ficar uma pequena porção de terra, que se vaza numa pequena máquina, chamada *berço*, onde se lhe extrai todas as pedras que contém, e dali, passando-se à *bacia*, se conclui a operação, como acima disse. Hoje, porém, como já contei, o mineiro tem procurado diferentes meios para lavar grandes quantidades de terra em pouco tempo, e inquestionavelmente o mais rápido é o dos «*slurices*», ou canejas de água. É mui simples: canejas de madeira com um fundo chato se colocam, encaixadas umas nas outras, do comprimento que se quer (100 ou 200 pés), e com um pequeno declive. De espaço a espaço se coloca, atravessada no fundo das canejas, uma tabuinha de três ou quatro polegadas de altura. Uma sofrível quantidade de água corre constantemente dentro das canejas, e assim toda e qualquer porção de terra que se lhe lance dentro corre com a água, que a vai desfazendo; sai toda nas últimas canejas e deixa ficar o ouro depositado no fundo, encostado às tabuinhas. Isto é mui simples, como disse, mas é muito dificultoso o arranjar uma boa quantidade de água corrente, e bastantes vezes é preciso ir buscar correntes de rios a léguas de distância. Para isto, é indispensável o formar associações, grandes ou pequenas. Eu reuni-me a uma companhia destas (sete Portugueses e um espanhol). A nossa água tem meia légua de encaramento, e espero que o resultado não será mau.

Com a recepção das suas cartas, muito penhorado fiquei e confesso que todas as razões que me dá são demais para me convencer, e a mais forte de todas é a de nossa boa mãe. Mas eu hoje estou um pouco melhor e com mais esperanças e tenciono experimentar isto mais algum ano. Pode ser que a fortuna encarreire; e assim, ou bem ou mal, mais ano, menos ano, eu volverei com a esperança de os encontrar a todos vivos, satisfeitos e felizes. Se eu hoje abandonasse a parte que tenho nesta empresa, decerto que perderia, por isso que no princípio pouco valor tem, mas, *acreditando-se*, valem muito. Entendo por *acreditar-se* correr fama de que todos os terrenos que aquela água pode lavar são bastante-mente auríferos. Eu muito quereria dizer da Austrália, suas minas, comércio, agricultura, artes e geral progresso, porque hoje estou habilitado para isso, se não como muitos, ao menos

como a maior parte dos colonistas; mas conheço que não é assunto para encerrar em umas poucas de cartas. Não obstante, eu cá vou vendo, nas minhas horas de ócio, se arrependo alguma coisa a esse respeito, porque sei que deve ser curioso para quem for estranho à Austrália. Muita gente se persuadirá que ainda hoje se vive por aqui no centro das florestas como em meio de selvagens. Engano. O ouro é milagroso. Não há lugar de minas onde não hajam (*sic*) escolas de instrução pública, templos de diferentes religiões, hospitais, associações filantrópicas, bancos, teatros, hotéis (*sic*), livrarias, etc. Músicos, cantores, dançarinos de ambos os sexos, todos gostam de aqui vir admirar o metal luzente, e levá-lo, se podem. Ainda não há muitos meses que num dos teatros de Ballarat esteve a célebre Lola Montes. Enfim, a civilização vai penetrando através das florestas, e os aborígenes do país vão-se internando no interior, fugindo dela. Mui poucos aparecem nas povoações e esses, em vez de seguirem as virtudes do *homem branco*, só seguem os seus vícios. Inimigos do trabalho, vendem peles de animais indígenas, papagaios de diferentes espécies, para com o produto se embriagarem, fumar, etc. É raríssimo encontrar um que tenha ocupação, e mesmo, neste caso, é só a de pastor de carneiros. — Muito quisera contar; mas, *por mais que diga, mais me há-de ficar inda por dizer* ⁽¹⁾. Por isso, irei dizendo alguma coisa nas minhas cartas, que espero sejam muito mais frequentes do que até agora. Peço respeitosos e affectuosos cumprimentos para minha muito prezada mana, que não tenho o gosto de conhecer, e toda a sua família. Muitas saudades aos amigos, com particularidade sempre Crispiniano e Jerónimo, e o mano acredite-me sempre o etc.

Minha querida mãe

É com toda a alegria e amor filial que um filho pode ter por sua mãe que pego na pena para lhe dar notícias minhas, de 5000 léguas de distância. Atêgora, tenho escrito sempre à mãe e ao mano nas mesmas cartas, porque, fazendo-o separado, a ambos diria a mesma coisa, e mesmo agora lhe escrevo esta separadamente, não por o assunto ser diverso, mas porque, achando-me com mais oportunidade, é dever meu fazê-lo. Como estou certo que a mãe verá a carta para o mano Bento, escusado é copiar o que nela digo, e por ela verá a minha querida mãe que desde que estou na Austrália é hoje que me vislumbra uma luz de esperança e que por isso tenho assen-

(1) Palavras de CAMÕES, *Lusiadas*, Canto III, 5, 3-4. J. T.

tado em me demorar mais algum tempo, a ver a face que toma o destino. Há três anos que estou na Austrália. Porque não me demorar mais algum tempo, a ver o resultado disto? Ninguém da minha família precisa de mim; ao contrário, tenho precisado eu. A minha querida mãe tem cuidados sobre mim, mas peço-lhe que não os tenha. É verdade que já aqui me achei mal e por algum tempo, apesar dos abonos que tive; mas isso mesmo me tem servido: aprende-se muito com aquilo e, além disso, já passou. Quanto a saudades, também eu tenho muitas, mas lembro-me que quanto mais me demoro, maior prazer terei quando tornar a abraçá-los. Por isso, peço muito à minha querida e boa mãe que viva sem cuidados sobre mim, para que, quando eu volte, a encontre satisfeita. E, por eu ter gastado para aqui seis meses, e falar acima em 5000 léguas, não julgue a mãe que estamos muito e muito longe uns dos outros, porque os aperfeiçoamentos dos homens fazem com que uma viagem ordinária para aqui seja hoje de 60 a 70 dias, e dentro em algum tempo será por terra (?) de 40 a 45 dias! Agora, como sei muito bem que esta carta não é lida só por a mãe, dirijo-me à minha prezada madrinha e José Roque, expressando-lhes as minhas saudades e os meus sinceros desejos de que continuem a viver com a mesma felicidade com que sempre os conheci. Sei que têm galantes crianças e oxalá que Deus abençoe a sua família como eu desejo. O mesmo lhe peço também para a sua ⁽¹⁾ querida mana Ana e para o Mesquita, e a Deus praza que não seja tarde o dia em que tenha o gosto de abraçar toda a minha família. Vou concluir, desejando-lhes tão boa saúde como a que eu sempre tenho tido (!), e peço a minha mãe um viver livre de cuidados pela sorte do S. etc.

Um saudoso abraço ao José Reinaldo e recomendações à Clara ⁽²⁾ e ao José ⁽²⁾, que não sei se ainda lá estarão.

BERNARDO XAVIER DE MAGALHÃES

CORRECÇÃO — Na pág. 236 deste volume, nota (1), linha 2, onde está *dois anos* emende-se para *dez anos*. J. T.

(1) No original, por lapso, *tua*. J. T.

(2) Eram por certo criados da família de Bernardo de Magalhães.
J. T.

CURIOSIDADES DO PASSADO AVEIRENSE

III

ASPECTOS E MODIFICAÇÕES DO ROSSIO

OLHANDO retrospectivamente até aos meus tempos de gaiato, raros pontos de Aveiro, compreendidos no âmbito do meu circunscrito «mundo» explorado, me merecem tão íntima simpatia e me proporcionam tão vivazes e saudosas evocações como o Rossio. Vasto campo das minhas experiências e aventuras de tenteante descobridor das virtualidades pessoais em germe, dos primeiros contactos reveladores com as reacções alheias e das iniciais contrariedades de um dealbar de vida, a urdir e a forjar com algum vislumbre de iniciativa, impulso e responsabilidade próprios, foi a aberta e virilizante arena das minhas disputas fraternas com os parceiros de brinquedos. Lá me despertaram, novas e incitantes, as emulações, provei o travo da derrota e o gosto de vencer, comecei a temperar no viver de relação o ânimo amornecido no mimado aconchego do ambiente familiar, cimentei as primeiras amizades.

No Rossio travei as minhas batalhas de lídimo «cagaréu», ripostando à pedrada, por sobre o fosso do Canal Central, às provocações inocentes dos antagonistas «ceboleiros»; desarvorei em corrimaças desordenadas, repetidas até soltar pela boca ofegante os bofes exauridos, na guerra das «nações», na «bandeira» ou na «barra»; ensaiei os meus incertos pontapés, no alvorecer da investida definitiva do futebol, o jogo avassalador que, decorrido um quarto de século, absorveria as preferências e os entusiasmos das multidões, na sua perpétua, na sua insaciável gula circense. Para esse palco desatracado, franco às traquinices do rapazio, ilha de liberdade nos

domínios da burguesa compostura austeramente vigiada pela férula policial, transplantei com um grupo de camaradas constantes — já reduzido nestes cinco lustres com algumas baixas irremissíveis — as apaixonantes lutas de polícias e ladrões com que as emotivas fitas em séries estimulavam a nossa avidez de pelejas, algumas vezes menos incruentas do que as nossas intenções deixariam prever. A nossa propensão de gosto para os fictícios perigos teatralizados inspirava-se na intrepidez dos heróis da tela, avolumava-se nas imaginações desproporcionadamente férteis em comparação com as exíguas possibilidades efectivas dos protagonistas de palmo e meio, e por todo o largo desenrolavam-se as cenas mais puerilmente terríveis, de mistério fictício, de canibalesca crueldade fingida, de arrojada abnegação convencional.

No Rossio, tirante o período da «Feira de Março», tão pródiga de encantos e atractivos, era, aliás, o campo de largas fronteiras, ao mesmo tempo isento de aperreações e ao alcance dos zelos paternais, onde se consentia libérrima independência aos impulsos espontâneos do irrequietismo dos filhos famílias. Era o parque infantil, sem limitações regulamentares além das aceites pelo mútuo consenso e a geral compreensão das conveniências da comunidade, numa época em que as crianças não haviam merecido aos adultos a instituição de recintos adequadamente apetrechados ao seu divertimento e exercício, mas elas mesmas, com o próprio engenho e inventiva, com inesgotável imaginação criadora, com o recurso das suas intactas potencialidades, supriam sobejamente a falta. Sobejamente, digamos, porque bastavam às suas necessidades e planos de acção e, não raro, ultrapassavam o comedimento que aos adultos se afigura de acatar. Travessuras de toda a casta — travessuras que não maldades — corriam extensa gama, desde a simples variante dos jogos tradicionais, orientada em sentido de mais irrequieta vivacidade, até às partidas mais ou menos audazes, mais ou menos irreverentes, a qualquer morador das redondezas a quem presentíssemos o «pelo» mais sensível e propício a eriçar com alguma gaifona apalhaçada ou algum dichote atrevido.

O Rossio que então conheci, e tão nítido revive na minha memória, pouco difere do actual, apenas mais limpo de ervas e cardos, mais regularizado, emoldurado num renque de palmeiras — successoras mais afortunadas de umas pobres árvores sem viço que sucessivas vereações e as «festas da árvore», tão injustamente esquecidas e lançadas ao ridiculo, não lograram fazer vingar — e mais liberto das travessuras do rapazio. Pouco mudou desde então. Mas nem sempre foi o mesmo.

Sem retroceder a recuadas eras geológicas, ou sequer ao menos a épocas históricas muito longínquas, pode asseverar-se categoricamente, sem receio de desmentido de qual-

quer espécie, que o Rossio de Aveiro — tal como o direito romano, na expressão picaresca que ganhou voga — começou por não existir... Bastará remontar aos primeiros séculos da nacionalidade para, numa reconstituição da topografia aveirense, não só verosímil mas de evidente probabilidade, se notar a sua ausência. Mal começava então a definir-se a expansão do pequeno povoado de salineiros e pescadores que haveria de constituir o burgo comercial-marítimo, activo e próspero, da época quinhentista. Terreno baixo, aluvionar, se não permanentemente submerso, ao menos alagado nas marés altas, este trecho da povoação lagunar só lentamente adquiriria a feição de campo e logradouro mais ou menos aproveitável e desaproveitado que ainda hoje lhe encontramos.

MARQUES GOMES, fundado em documentos que teve ainda a felicidade de poder compulsar no caótico e descautelado arquivo municipal de há cinquenta anos, deixou a afirmação de que não existiam na primeira metade do século xv o largo do Cojo — chamado Praça da Princesa Amélia à data em que escreveu, e hoje quase inteiramente desaparecido sob numerosas construções —, em grande parte a rua de José Estêvão, e as dos Mercadores, do Tenente Resende, de João Mendonça e de Clemente de Morais, a Praça do dr. Joaquim de Melo Freitas, o Rossio, a Praça do Peixe e toda a restante parte baixa da freguesia de Vera-Cruz. Nessa zona estariam então situados «os estaleiros, onde se construíam as naus, caravelas e barcas e mais navios destinados à pesca do Banco da Terra Nova e às viagens de longo curso, ou o ancoradouro dos pequenos batéis de barra dentro» (1).

A conjectura do benemérito e erudito escritor aveirense, baseada certamente em fontes pouco explícitas que o induziriam em erro, carece, segundo creio, de exactidão. Não a controverterei no todo, pois não disponho de elementos que o permitam e antes se me afigura de aceitar nas suas linhas gerais, mas julgo-a errónea quanto ao Rossio. Este começou, sem dúvida, por não existir... Mas não exageremos: já existia em princípios do século xv e, provavelmente, nos finais da centúria anterior. Assim se conclui das disposições testamentárias de Afonso Domingues de Aveiro, o velho, varão de avultados bens, cujos restos mortais jazem na capela de Santo Ildefonso, que instituiu na Igreja de Sant'Iago, em Coimbra. Este abastado aveirense, que figurou como procurador nas cortes onde o mestre de Aviz foi aclamado rei, vinculou, com efeito, às capelas que mandou erigir na referida igreja, além de outros bens, «a marinha do *Resio*».

(1) MARQUES GOMES, *Subsidios para a História de Aveiro*, pág. 13.

O testamento de Afonso Domingues, datado de 7 de Abril de 1417, prescreve textualmente: «Item a marinha do *Resio* como iaz a vjnha do ospital e a coirella da molher do Pousam» (1). Se havia marinha do *Resio*, existia indubitavelmente o *Resio*, que a identificava. Poderá objectar-se, com fundamento nas diferenças de grafia que *Resio* e *Rossio* representariam, porventura, locais distintos. Não me parece de admitir a consistência de qualquer reparo formulado com essa intenção dubitativa. A marinha do Rossio persistiu até há menos de um século, como adiante se documentará, no local onde hoje se erguem os prédios do bairro de João Afonso de Aveiro. Demais, segundo mostra JÚLIO DE CASTILHO (2), nas páginas que dedica ao Rossio de Lisboa, antigamente escrevia-se ora *ressio*, ora *rescio* ou *recio*. Entre outros documentos cita o contrato de composição entre D. Diniz e o alcaide e alvazis de Lisboa, de 7 de Agosto de 1323, o qual menciona «os outros ressiios da villa», e a Ordenação de D. Afonso v, que refere «as terras e herdades que soyam a seer lauradas e semeadas e que som convinha-vees pera dar pam e outros fruytos per que se os povos ham de manter, som desemparadas em ressiios, sem prol e com grande damno do povo». Igualmente o autor da *Estatística de Lisboa de 1552* (3), aludindo à fundação do Hospital de Todos os Santos, escreve de idéntica forma: «e vendo (D. João III) como aquella parte do *Ressio* estava despejada e sitio bom para fazer tal obra como está edificada». O «Livro do Lançamento» da Câmara de Lisboa, referente ao ano de 1563, por seu turno menciona o Arco do *Recio*.

No estudo a que procede sobre a etimologia da palavra, o distinto ulissipógrafo JÚLIO DE CASTILHO chega às seguintes conclusões, que julgo interessante para aqui transcrever: «1.º A palavra *ressio*, ou *recio*, era adjectivo e significava baldio: *terreno ressiio*; 2.º Por abreviação, o povo substituiu o substantivo, e entrou a dizer em vez de *terreno ressiio*, apenas *ressio*; assim sucedeu, por exemplo, ao vocábulo *largo*; *campo largo*, *terreno largo*, *espaço largo*, *terreiro largo*, simplificou-se em *largo*, sub-entendendo-se um substantivo qualquer; 3.º Transformado em *rossio*, e aplicado propriamente aos logradouros junto das povoações, fixou-se esta palavra com o sentido restrito de terreno aplicado a certos fins».

(1) ANTÓNIO MACHADO DE FARIA, *O Dr. Pedro de Alþõe Partidário do Prior do Crato*, pág. 133.

(2) *Lisboa Antiga*, vol. x, 2.ª ed., págs. 25 e segs.

(3) Cit. por GOMES DE BRITO, *Ruas de Lisboa*, págs. 61 e 66, vol. 11.

De uma respeitada autoridade em matéria linguística ⁽¹⁾ recolhi e julgo útil citar estas passagens: ...«muitos lisboetas proferem naturalmente o *o* de *Rossio* quase como um *e* surdo. É certo que se ouve *Russio*, mas também é certíssimo que *Ressio* igualmente se ouve. Ora essa tendência glótica fortalece a hipótese de o vocábulo actual *Rossio* e o *ressio* (que teve, aliás, variantes) se relacionarem com o latim *residium* (Cf. Cortesão)».

Resio — decerto lido como *ressio* — seria apenas mais uma variante ortográfica do mesmo vocábulo e não deveria designar local diferente do nosso *Rossio* actual, pois entre os topónimos que em vários anos tenho apontado não encontro mais do que uma só referência a outro logradouro público que merecesse essa qualificação — o *Rossio* do Duque, depois *Rossio* das Carmelitas, mais tarde *Terreiro* das Carmelitas e hoje, embora correspondente apenas a uma parte, *Praça do Marquês de Pombal* ⁽²⁾. É evidente, porém, que o *Resio* de Afonso Domingues era outro muito distinto, pois naquele ponto não se conceberia a existência de uma marinha de sal.

Mais ao diante surgiria uma nova forma ainda — o *Roxio*. Quando, em 3 de Julho de 1580, durante as lutas que o Prior do Crato sustentou a favor das suas pretensões à coroa, se estabeleceram as disposições a tomar para a defesa de Aveiro, estatuiu-se ⁽³⁾: «§ q. fará hum forte de terra no roxio da villa para os espingardeiros defenderem e desembarcarem»... E este, sem sombra de dúvida, era o nosso *Rossio*.

No ponto de vista militar, acrescenta-se desde já, não ficaria por este facto o aproveitamento do espaçoso largo. Foi escolhido, no período das invasões napoleónicas, para acampamento de uma parcela das tropas inglesas, desembarcadas em Aveiro a 13 de Maio de 1809 ⁽⁴⁾. Nas festas comemorativas das datas nacionais mais solenes, depois de 1820, para lá era conduzida uma peça de artilharia, e às vezes duas, para dar as salvas do estilo, enquanto o batalhão de caçadores 10 e o batalhão de milícias efectuavam evoluções ou formavam em parada. Até há uns três lustres, aliás, serviu para campo de instrução de recrutas das unidades aquarteladas na cidade.

(1) VASCO BOTELHO DE AMARAL, *Problemas da Linguagem e do Estilo*, pág. 90.

(2) MARQUES GOMES, *Subsidios para a História de Aveiro*, pág. 306, in artigo de RANGEL DE QUADROS sobre as *Muralhas de Aveiro*.

(3) MARQUES GOMES, *ob. cit.*, pág. 339.

(4) ALBERTO SOUTO, *Um comboio marítimo inglês no porto de Aveiro, em 1809*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VIII, pág. 39; e MARQUES GOMES, *Memórias de Aveiro*, pág. 110.

A propósito do desembarque de tropas britânicas, e ainda que sem relação com o assunto capital destas notas, ocorre-me chamar a atenção para os pesadíssimos sacrifícios que a guerra custou então à gente das redondezas de Aveiro. Tudo se some pelas fauces insaciáveis desse monstro temeroso e indesejável; tudo se desorganiza, e é devastado e absorvido, mesmo quando se trata de ocorrer à subsistência de aliados. Metade dos férteis campos da região, sujeita a profundas depredações das suas reservas e do seu potencial alimentar, e porque o gado desaparecera inteiramente, consumido nas fartas rações dos filhos de Albion, ficara inculta. O problema tomou aguda gravidade e houve de fazer-se o repovoamento pecuário, insuflando estímulo à lavoura e dando-lhe solenes garantias — talvez mais platónicas do que concretizadas, mas, em todo o caso, expressas garantias. Demonstra-o uma deliberação camarária, da qual passo a transcrever um elucidativo trecho:

«Outro sim determinarão que visto ter sido necessário para o Auxilio pronto das Tropas Britanicas e Nacionais tirar aos lavradores os gados com que fabricavão as Terras, e estarem estas com mais de metade da sua cultura por fazer por falta de Gados não se chegando a ver huma só junta a trabalhar se fizesse saber por pregoens nesta cidade, e seu distrito que esta neccidade estava acabada, e que os labradores podião pasar a comprar novos gados para concluir as lavouras na certeza de que este Senado e o seu Prezidente averião toda a atenção a esta tão importante e publica neccidade unico meio de evitar a falta de vivres para ao diante e mesmo a deminição que a falta de lavouras viria a fazer nas Rendas Reais, publicas, e Ecleziasticas.» (1)

Encerrado o parêntese em que nos distraíu esta digressão, volvamos ao Rossio. Ignoro em que data começaria a utilizar-se como logradouro público. Creio, porém, que, conforme escrevi noutro ensejo (2), desde a sua criação lá se efectuou a Feira de Março. A ser verdadeira esta hipótese, como é minha convicção, e sabido que o velho mercado anual aveirense se realizava já no reinado de D. Duarte, a opinião de MARQUES GOMES, atrás apontada, seria desmentida por mais este motivo. Esta discordância, claro está, não implica que atribua correspondência da área actual do Rossio com o largo então existente. Bem ao contrário, o meu intento é esboçar a sua evolução, embora o considere

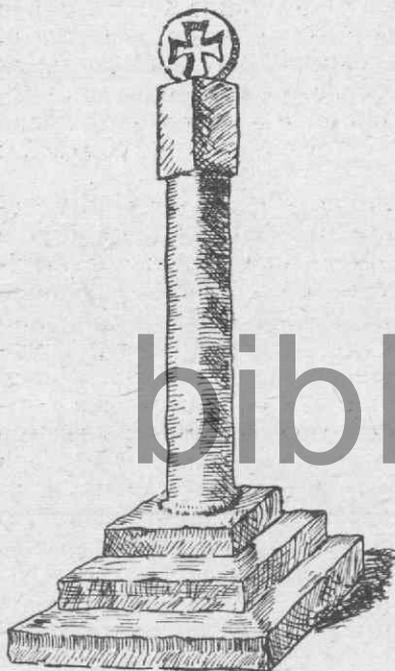
(1) Termo de vereação de 6-6-1809.

(2) *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIII, pág. 282.

mais provector do que deixa supor o prestimoso historiógrafo das antiguidades locais.

Nos princípios do século XVI apresentar-se-ia o vasto campo, presumivelmente, regularizado numa considerável extensão, pois o pelourinho da vila, segundo se crê, foi erecto pouco depois de D. Manuel ter concedido a Aveiro o foral novo, que é datado de 4 de Agosto de 1515. Este pelourinho — o único que a meu ver na cidade existiu, pois não encontro memória daquelle que SILVA LEAL (1) julga ter

havido no adro da igreja de S. Miguel — ficava situado à entrada do largo, em frente da actual rua de Trindade Coelho, a qual, como se sabe, foi denominada, por alturas do século XVII, rua de Venesa, e nos tempos da monarquia liberal, e até há pouco no uso das pessoas mais idosas, se chamou rua da Rainha. O sr. LUÍS CHAVES classifica-o entre os pelourinhos de «coluça» (2) e, ao contrário de MARQUES GOMES que o descreve em «forma de coluna torcida, ornada de labores, imitando assim o estilo gótico» (3), pretende que seria não decorado e liso o fuste da coluna. Alicerça a sua asserção num «desenho de reconstituição conjectural», que aliás lhe não inspira inteira confiança, executado por João Baptista Duarte Moreira, através de informações de algumas pessoas que ainda conheceram o vetusto símbolo



Reconstituição do pelourinho de Aveiro

da jurisdição municipal da velha vila de Aveiro. Quanto aos pormenores, salvaguardadas as reservas com que deve apreciar-se uma reconstituição efectuada naquelas inseguras circunstâncias, poderá fazer-se ideia pelo desenho que reproduzo de *Os Pelourinhos* daquelle consciencioso e operoso escritor.

(1) *Nossa Pátria*, de 15-8-1907.

(2) LUÍS CHAVES, *Os Pelourinhos*, págs. 35 e segs.

(3) MARQUES GOMES, *Memórias de Aveiro*, pág. III.

ASPECTOS E MODIFICAÇÕES DO ROSSIO

O pelourinho aveirense foi demolido em 1834, segundo as afirmações concordantes de MARQUES GOMES e de JOSÉ FERREIRA DA CUNHA E SOUSA (1), que era já adulto quando o destruíram, mas, infelizmente, dele nos legou uma notícia extremamente sucinta. Nela documenta com um testemunho incontestável o seu bom estado de conservação, o que apenas valerá como uma nova e flagrante demonstração da animosidade votada geralmente pelos homens do liberalismo aos pelourinhos, nos quais encontravam materializada uma pretensa injúria aos ideais de fraternidade humana por que haviam lutado e sofrido. A malquerença dos aveirenses seria agravada com a repulsiva lembrança, ainda muito viva, de o pelourinho ter sido o local indicado para a colocação dos postes em que se expuseram as cabeças de dois justicados liberais — Francisco Silvério de Carvalho Magalhães Serrão e Clemente de Moraes Sarmiento. O sentimento ferido por uma contraproducente barbaridade haveria concorrido, certamente, para, invertidos os rumos da política nacional, se descarregar a reivindicta no inofensivo e insensível monumento.

Também no Rossio se ergueu a forca. Lá se realizou a última das execuções registadas na cidade, com o enforcamento do Cospe Fora, condenado à pena de morte como autor do assassinato de um tio, que era conhecido pela alcunha de António das Más Horas. E, ao que parece, tristemente findou a pena capital em Aveiro, com um erro judiciário. Qualquer dissídio surgiu entre ambos, nesses tempos inquietos em que ainda andavam exacerbados os rancores entre liberais e absolutistas. De permeio intrometeu-se a perfídia do capitão Joaquim — Joaquim António Coelho de Almeida — miguelista odiento que na desinteligência entre os dois parentes vislumbrou um ensejo para se desembaraçar de dois adversários de ideal. Insinuou insidiosamente no fraco espírito do Cospe Fora que o tio o deserdaria. Explorando-lhe a cupidez, teceu, paciente e perseverante, com meditado cálculo, a teia malfazeja. Uma manhã, o António das Más Horas, teve a última das suas horas más. Apareceu morto à machadada, na casa do sobrinho, com quem, apesar das desavenças, continuara a viver. As suspeitas, quase tão claras como evidências, levaram à forca o Cospe Fora, se bem que ele se mantivesse na mais contumaz negativa até ao último momento. Muitos anos mais tarde o capitão Joaquim enlouqueceu. Assaltado por visões torturantes, roído de

(1) MARQUES GOMES, *loc. cit.*, e JOSÉ FERREIRA DA CUNHA E SOUSA, *Memórias de Aveiro no Século XIX*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VI, pág. 182.

remorsos, vivia na obsessão do trágico fim do *Cospe Fora*. E pedia perdão, contrito e aterrado: — «Estás inocente — bradava — Quem mandou matar o António das Más Horas, fui eu» (1).

No século XVII, provavelmente no ano de 1607 (2), edificou-se no Rossio a capela de S. João, modesto templo desprovido de qualquer interesse architectónico e de recheio artístico digno de nota. Nas *Informações Paroquiais de 1721* (3), atribui-se-lhe, sem rigores de data que obriguem a revisão, uma maior antiguidade e, bem assim, a invocação de S. Pedro Gonçalves, padroeiro dos pescadores. Enumerando as capelas existentes na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação indicava, com efeito, o padre cura MANUEL SIMÕES MANSO

...«hũa com o titollo de S. P.º goncaluez no Sitio do Roxio desta V.ª de Aur.º a qual foy Eréta pellos homenz Maritimos e pescadores e hé Izenta hé Sogeita a S. João de Latrão em Roma tem Juiz priuativo foy Ereta no tempo do conde de Pennaguão alcaide mor q. foy da çid.º do Porto Cuia tradição tenho de hũa Sn.ª q. me ueyo a mão da Sn.ª da Alegria a qual não tinha principio nem fim e por tradiçãõ Se prezume Ser Ereta á çento e Seçenta annos pouco menos.»

Como de S. João se tornou conhecida, porém, e assim lhe chamava já CRISTÓVÃO DE PINHO QUEIMADO, em 1687. Com essa designação permaneceu até ao corrente século. Passou o nome do Santo Percursor a andar ligado ao do largo — Rossio de S. João, para distinguir, porventura, do Rossio das Carmelitas — e o mesmo desafogado campo a ser escolhido para os esplendorosos festejos anuais em honra, digamos, do seu patrono. Realizavam-se outrora, segundo o testemunho daquele memorialista aveirense do século de seiscentos, «luzidas cavalhadas, onde apareciam e ainda agora aparecem os mais ricos telizes primorosamente bordados com bordaduras de ouro e prata, e sedas de várias cores e veludos ricos de terciopelo, com as suas armas brasonadas e divisadas, trajando (os nobres de Aveiro e Esgueira) os seus mais ricos vestidos de gala e plumas; e depois de praticarem com a maior destreza e a mais brilhante mestria diferentes jogos de cavalaria, correm a sina pela vila, e acabada esta vistosa função

(1) HOMEM CRISTO, *Notas da Minha Vida e do Meu Tempo*, vol. I, pág. 67.

(2) MARQUES GOMES, *O Distrito de Aveiro*, pág. 129.

(3) A. G. DA ROCHA MADAHIL, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol I, pág. 42.

ASPECTOS E MODIFICAÇÕES DO ROSSIO

seguem à estacada dos touros». Celebrações aristocráticas, movimentadas e espectaculares, habitualmente rematadas por «mui vistosos jogos de artifício com figuras como de bonifrates, de mui engenhosas invenções», foram decaindo com o tempo, desertaram depois do lugar tradicional, e reduzem-se hoje a umas funçanatas pelintras em torno de qualquer taberna, servindo de isco publicitário para a venda de qualquer rascante manhoso.

Nesta capela de S. João — registre-se desde já essa recordação macabra — estiveram depositados os cadáveres, mutilados e nus, dos Craveiros, das Quintãs. Eram malquistos da gente do lugar, estes Craveiros, talvez valentões e prepotentes, e, além do mais, miguelistas inflamados. Numa ocasião, o povo amotinou-se contra os seus desmandos. As tropas — tropas liberais, na altura — marcharam para os capturar. Bateram-se destemidamente, sustentando duas ou três investidas das forças. Por fim, foram colhidos de surpresa, vilmente denunciados por um compadre, em casa de quem se haviam refugiado numa noite tempestuosa. Tentaram ainda resistir, mas a chuva humedecera-lhes os cartuchos e destruíra todas as possibilidades de enfrentarem os atacantes. Traídos pela vilania do hospedeiro, indefesos perante a sanha implacável dos liberais fortemente armados, sucumbiram cruelmente varados a tiro. Conta-se que, quando já os cadáveres se encontravam na capela de S. João, um liberal exaltado «enterrou um punhal no corpo nu de um dos Craveiros e o levou à boca para beber as gotas de sangue que lhe caíssem sobre a língua» (1). A estes excessos arripiantes levavam nessa época os ódios políticos.

Voltemos, porém, propriamente ao Rossio. O sítio do Pelourinho, que atrás localizei, foi destinado durante largo tempo ao mercado local do peixe. Um acórdão da Câmara transferiu-o, a partir de 20 de Maio de 1816, para o «caizinho» — correspondente mais ou menos à margem norte do canal que hoje serve a Praça do Peixe — e estabeleceu «que no esteiro do mesmo sítio do caizinho portafsem os barcos do peixe e fardinha (então, como agora, uma coisa era peixe e outra muito diferente a sardinha... e, porventura, o bacalhau!) não se permitindo de forma alguma qualquer pescaria no Cais (esta designação reservava-se honorificamente ao cais daquele a que chamamos o Canal Central) e roxio com a pena de quinhentos reis a cada pescadeira que vender peixe fora do dito sítio do caizinho, e aos barqueiros e Mercanteis que se acharem fora do sítio do caizinho dois mil reis» (2).

(1) HOMEM CRISTO, *ob. cit.*, vol. I, pág. 70.

(2) Termo de vereação de 18-5-1816.

Também desde antigos tempos esteve instalado naquele largo um matadouro público. Em Março de 1817, o guardador de saúde expôs ponderadamente à municipalidade os prejuízos que adviriam para a cidade, no ponto de vista sanitário, de se conservar o açougue naquele local. Pensava a edilidade em adaptar a esse fim um prédio contíguo ao que vinha servindo há muito para a matança do gado. Uma nova construção equivaleria a estabelecê-lo, num ponto que àquele funcionário se afigurava contra-indicado, com um carácter de perduração que não havia a recear no pardieiro arruinado do açougue velho. Os médicos Luís Cipriano e José Pereira da Cunha, consultados sobre o problema, formularam um parecer diferente, de mais transitente elasticidade. Não dispondo a Câmara, para tal objecto, de ponto mais adequado na parte sul da cidade, poderia aquele utilizar-se, desde que se respeitassem as convenientes regras higiénicas, e até achavam o lugar bastante «apto para a limpeza, pela proximidade das águas e pela facilidade de inspecção dos Almotacés». O município, escudado na abalizada opinião dos conceituados facultativos, mandou, pois, construir o novo matadouro, com carácter provisório — o provisório tão de gosto nacional, as mais das vezes de duração longamente estirada.

Para uma estimativa sem excessivas preocupações de exactidão e pormenor, far-se-á uma satisfatória ideia das condições, mínimas embora, ao tempo exigidas para uma instalação desta natureza, pelos seguintes termos, que textualmente reproduzo da respectiva deliberação camarária (1):

...«cuja caza nova determinarão tivêfse de um pavimento de Nascente a Poente sefseta palmos, e de Norte a Sul se regulafse pela largura do Matadouro velho ahi proximo, com altura suficiente para se dependurarem nas alquitraves as rezes, com hum alicerce de pedra, e cal levantado á superficie da terra dois palmos, e de outros dois palmos de largura, sendo dañi para sima pregado, digo, para sima de madeira pregada á cavilha, como os Palheiros do mar, com telhado, e o pavimento calcado e argamassado com um boraco para a parte do Esteiro, por onde saiao as aguas quando se lavar, com huma porta voltada para o sul de grades com largura suficiente.»

E não esqueceu a vereação, postas estas regras para a construção a fazer, as recomendações dos médicos, prescrevendo taxativamente as normas de limpeza a observar pelo arrendatário e marchantes, e estipulando a multa de seis mil

(1) Termo de vereação de 22-3-1817.

ASPECTOS E MODIFICAÇÕES DO ROSSIO

reis «por qualquer vez que deixarem ou de tirar para fora os estrumes ou de lavar a casa das reliquias». Relíquias, entende-se aqui, obviamente, no sentido de sobejos ou resíduos, que, se outras fossem, não haveria, decerto, necessidade de as mandar limpar. Não seria precisa a lembrança, quanto mais uma determinação coerciva!... E já que estamos com a mão na massa, recorde-se que a casa do matadouro velho, atrás referido, pertencia à confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, ainda então existente.

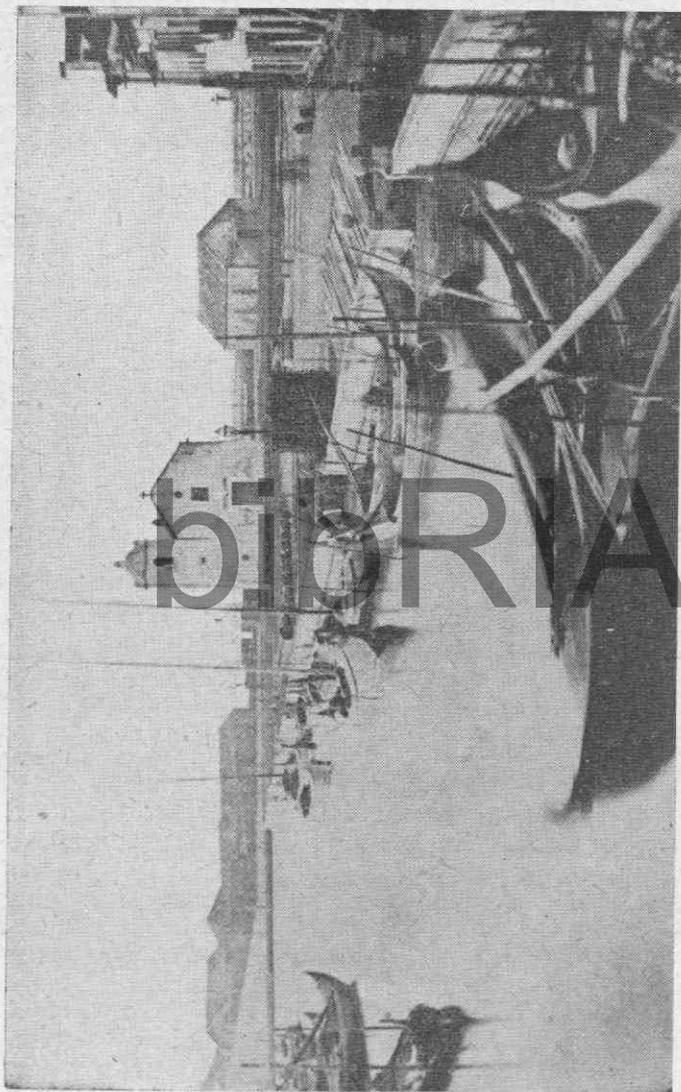
No mesmo ano de 1817, mercê de uma concessão alcançada por provisão de 17 de Junho de 1788, estabeleceu a Câmara uma feira mensal, no dia 7, a realizar no Rossio, escolhendo, no entanto, o Cojo para o negócio de gados e o Alboi para o das madeiras. Esta feira pouca concorrência atraiu, apesar de ter sido cometido ao procurador do concelho e ao alcaide o encargo de «tomar conta do Povo deste Termo que comparecesse e do que faltasse, para depois em conferencia da Camara serem condenados». Condenados os faltosos, evidentemente, pois, a interpretar-se doutro modo, a deliberação municipal equivaleria a... prender por ter cão e por não o ter! O novo mercado, falho de vitalidade desde a nascença, foi decaindo progressivamente. Doze anos mais tarde procurou o município insuflar-lhe revigorador alento, transferindo-o para o dia 30, pois confiava em que os feirantes do mercado realizado na véspera, na Palhaça, se tentassem a parar e viessem reanimá-lo. As louváveis intenções da vereação malograram-se outra vez, pois em 1831 ela própria, respondendo a uma representação da Câmara de Esgueira, em que esta solicitava ao soberano se não effectuasse a feira da cidade no mês de Setembro, visto coincidir com um mercado desde tempos imemoriais realizado na sua vila, confessava pungentemente o estado de definhamento a que declinara. Não causaria prejuízo algum à dos vizinhos esgueirenses «athe por ser hum Feirote ahonde apenas se vende pano de linho que se não costuma vender no mercado dos suplicantes». E o «feirote», de proporções cada vez mais reduzidas, acabou por extinguir-se. Não foi mais feliz a tentativa anos depois promovida por Francisco António do Vale Guimarães na malhada dos Santos Mártires e, falhada ainda essa, a Associação Comercial, em Março de 1899, «demonstrando as vantagens da criação de um mercado mensal em Aveiro, para artigos que não constituam o negócio habitual e diário do concelho, pede, a bem dos interesses locais» que a Câmara tome essa providência. A edilidade (1), reconhecendo o inte-

(1) Sessão de 20-3-1899.

resse da sugestão, deliberou realmente estabelecer esse mercado em 25 de cada mês, e precisamente no Rossio, salvo em Março. Nesse mês, em consequência da feira anual, deslocar-se-ia para as ruas da Alfândega e das Barcas, e para os Santos Mártires, já mais a desamão. Esse mercado principiou logo em 25 de Abril, mas transferir-se-ia, passados anos, para o dia 28, em que persistiu até hoje, embora há muito arredado do Rossio. Neste local fixou-se todavia, haverá uma vintena, a «feira das cebolas», cuja duração se prolonga por toda a segunda quinzena de Setembro. Fora antecedentemente na antiga praça do Comércio, local em que, por sua privilegiada situação cêntrica e conspícuo hierarquia cidadina, se considerou destoante e degradante expor à venda as plebeias rimas de campos e résteas. De futuro terá um lugar mais de harmonia com a sua feição: o largo do Cojo, contíguo ao novo mercado municipal. Assim decidiu a Câmara Municipal, avisadamente, nos começos do corrente ano.

Antes de atingida a metade do século passado, a municipalidade começou a dispensar certas atenções e pequenos cuidados ao arranjo e decência do Rossio. Os bons burgueses da Praça e dos Balcões estendiam até lá os seus pausados e graves passeios, a desmoer alguma refeição mais pesada, a dilatar ao fresco ar salino os pulmões mirrados no ambiente confinado e soturno das bafientas baiucas, a discurrir ponderadamente sobre algum insólito acontecimento local, ou qualquer palpitante novidade, fresca de apenas poucos dias, da alta, longínqua e mirífica capital do reino. Gente de relevo e algum contemplativo vate romântico vadiava os ócios, nos fins das tardes estivais, até ao miradouro da ponte de S. João, buscando o refrigério das brisas marinhas e enlevando os olhos na plácida paisagem lagunar — ampla, chã, apaziguadora.

A sua própria experiência pessoal de assíduos frequentadores do espaçoso campo, conduziu os zelosos vereadores a considerar o assunto atentamente. Assim, numa das «Posturas para regular a polícia e bom regimen da Cidade de Aveiro», aprovadas em sessão municipal de 13 de Maio de 1843, foi incluída uma ousada, uma desempoeirada determinação, proibindo... «apanhar minhoca, cabando a terra no Rossio». Sobejamente se justificava, aliás, a edificante providência municipal, até por uma razão a que hoje chamaríamos de natureza turística. O estabelecimento da época com requisitos de higiene e conforto satisfatórios para receber, sem desprimor para os brios do bairrismo aveirense, hóspedes de elevada condição, nacionais e estrangeiros, encontrava-se exactamente no nosso largo. O Príncipe LICHNOWSKY, descrevendo a sua passagem por Aveiro, for-



Um aspecto do Rossio, com a capela de S. João

(Fotografia tirada cerca de 1870)

nece esta esclarecedora informação ⁽¹⁾: ...«paramos junto a uma hospedaria, onde fomos recebidos, chamada a *Estalagem da Felícia*, na praça que fica fora da cidade e defronte ao cais». Ora esta estalagem ficava no ponto onde presentemente se encontra a residência da família Pessoa. Mesquinha coisa seria, na verdade, consentir um espectáculo tão retrógrado e desagradável como o apanhar minhocas, aos olhares indiscretos dos eventuais visitantes...

O velho logradouro dentro em breve sofreria uma profunda e valorizadora modificação. A cidade começara a beneficiar de diversos melhoramentos, a partir, sobretudo, da proficua administração de Domingos Carrancho. Umhas obras determinam outras; uma aspiração realizada é a mola que outra vem impelir. Estava arrumado, pelo menos no papel, o magno assunto das minhocas... Seguir-se-ia avante. A poente do Rossio, impedindo a sua desejada expansão e regularização, permanecia a marinha de Afonso Domingues, o velho — o leitor chamar-lhe-ia, certamente, «o rico» se tivesse ocasião de avaliar a soma excepcional de bens que deixou mencionada em testamento. O município, examinando a conveniência de expropriar a estorvante salina, obstáculo permanente à ampliação do largo — atravancado, demais, pela desgraciosa capela de S. João — decidiu reunir extraordinariamente em 13 de Agosto de 1851, para tratar da resolução do importante problema urbanístico. Com a edilidade, que não quis acarretar sobre seus próprios ombros apenas com a responsabilidade de tão grave deliberação, foram chamados a pronunciar-se e a emitir o seu experimentado e judicioso parecer os cidadãos do concelho «que costumavam servir na governança delle». O presidente da Câmara, António de Sá Barreto de Eça Figueiredo e Noronha, expôs os fins da convocação, observando que há muito unânimemente se reconhecia a vantagem de ser adquirida pelo município a marinha em questão, a fim de o respectivo terreno ser encorporado no campo do Rossio, tornando-o mais amplo e regular, conferindo-lhe melhores requisitos de sanidade e aformoseando-o. A aconselhar a compra, surgia naquele momento uma oportuna e favorável circunstância: proceder-se então à limpeza dos lodos do canal, até às Pirâmides, e poderem aproveitar-se no aterro da marinha, desonerando, assim, a Câmara de um avultado encargo. Os cofres municipais, porém, na sua tradicional e aperreante penúria, ainda mesmo aliviados da despesa com os aterros, não dispunham do quantitativo necessário para efectivar a

(1) Príncipe FELIX LICHNOWSKY, *Portugal — Recordações do ano de 1842*, Lisboa, 1946, pág. 168.

transacção. E por esse motivo, ocorrera-lhe alienar um faqueiro, dois cálices e uma patena de prata «próprios do Município, tanto por ser trastes inúteis, atendendo-se a que já se não carefse delles para o fim a que heram destinados, como tão bem para se evitar que em alguma ocazião eretica dezaparefão». Não será fácil descobrir agora a que falta de ortodoxia quereria referir-se o cauto presidente da municipalidade, mas não aludiria, decerto, às «heresias» do género praticadas pelas tropas napoleónicas no tempo das invasões. Porventura recearia antes que algum luso compatriota, menos aferrado a escrupulizar nos momentos de tentação, se deixasse imbuir pelo espírito de macaquear o gaulês rapinante.

Sem discrepância de que nos pudesse chegar algum eco remoto, pouco provável, aliás, em assunto que reuniria gregos e troianos num uniforme sufrágio, a iniciativa do presidente foi aprovada e, acto contínuo, deliberou-se cumprir as formalidades necessárias para negociar a compra da marinha. Assim o documenta a seguinte transcrição integral da

Acta da Secção Extraordinária de 13 de Agosto de 1851

«Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos e sinquenta e hum e aos treze dias do mes de Agosto do dito anno nesta cidade de Aveiro e cazas da Camara Municipal da mesma onde se achavão presentes o Prezidente, Fiscal e Vereadores abaixo assignados em vereação extraordinaria que fazião, sendo tão bem presentes os Cidadãos deste concelho que costumão servir na governança delle, com vocados pela Camara para serem consultados sobre o objecto desta secção, e egoalmente abaixo assignados ahi declarando-a elle Prezidente aberta, pafsou a fazer uma breue exposiçãõ do fim da presente Reonião que he o seguinte, a saber: — Que sendo de muito tempo reconhecida por todos os abitantes desta Cidade a conveniencia de se adquirir por parte do Municipio a marinha denominada — Rocia — sita junto do campo do Rocio, para ser o tereno dela onido e incorporado no mesmo campo afim de o tornar maior e mais regular, com inquestionavel vantagem para o aformoziamiento da Cidade e para a saude publica de seus abitantes; havia presentemente hum motivo que fazia dezejar se pasase sem demora a efectuar a compra desta propriedade, qual hera poder-se entulhar a marinha com a lama ou lodo extrahida do cais athe as piramadas que se acha ao longo do mesmo cais, e que pelo Governo Civil vai ser dali removida podendo sello para a Marinha

de que se trata, a qual por esta forma ficava entulhada sem a Camara fazer despeza e ao mesmo tempo vinha a despeza feita pela repartição das obras publicas do Distrito a ser muito menor do que sera a ter de removerse a sobre dita lama para qualquer outro local, que não seja a mencionada Marinha. Que por estas e outras razões a Camara não exzitaria em fazer a compra aludida se em cofre tivesse os fundos precizos; mas que não os tendo e havendose lembrado de vender para este fim, hum faqueiro, dous calis e hua patena de prata proprios do Municipio, tanto por ser trastes inuteis atendendo-se a que já se não carefse delles para o fim a que heram destinados, como tão bem para se evitar que em alguma ocazião eretica dezaparefsão; entendera toda avia dever consultar as pessoas ou Cida-daos abaixo afsignados e que presentes se achavão sobre se afsentavam ou não em que se vendefsem estes objectos para o seu preduto servir de ajuda a compra de que se trata. Entrando em discofsão esta porposta, falando sobre o objecto della varios dos que se achavão presentes por todos foi aprovada, conjuntamente com esta Camara. Em virtude do que deliberou e mandou esta dita Camara que esta Secção fosse por copia remetida ao Excelentissimo Governador do Distrito para ser submetida a aprovação do Concelho de Distrito, nos termos do artigo cento e vinte e quatro do Codigo Administrativo e que sendo aprovado ficafse desde ja authorizada a Camara para vender os ditos objectos de prata so depois do contracto pactuado da mencionada marinha fazendo entrar no cofre o produto daquella venda e de contrair um emprestimo com o juro legal para contratar a compra da mesma marinha pelo melhor modo possivel, que he o seu verdadeiro valor, ou a um cento, sendo necefsario, o preço legal da expropriação. E de tudo para constar mandarão labrar a presente acta que vão assignar depois de lhe ser lida por mim Jose Venancio da Silva Guimaraens Escrivão da Camara que o Escrevi. Noronha, Presid.º; Mesquita, Fiscal; Simões, Santos. João de Mello Freitas, João Ant.º de Moraes, Antonio Pereira da Cunha, Jose Antonio Glz Lomba, Francisco Joze de Oliveira Queiroz, Serafim Ant.º de Castro, Pedro José da Naya, Bento Aug.º de Moraes Sarmento, Luiz Cypriano Coelho de Mag.ºs, Bento José Rodrigues Xavier de Magalhães, Joze Antonio de Rezende, João Maria Regalla.»

Estranhar-se-á, porventura, que a Câmara contasse entre os seus bens, não diremos já a patena e os dois cálices, pois

sem esforço se lhe encontrará reais motivos de utilidade, recordando que ao município competia organizar as festividades de Corpus Christi e Santa Joana Princesa, mas um imprevisto e quase desconcertante faqueiro. Julgo conveniente elucidar que na ala norte dos Paços do Concelho se reservavam algumas dependências à chamada «aposentadoria». Nela se alojou, por exemplo, o marechal Beresford, nos dias 29 e 30 de Maio de 1819, numa visita de inspecção ao regimento de milícias de Aveiro.

E já que vem a talho de foice acrescenta-se que a cidade caprichou em acolher o categorizado hóspede com a máxima pompa e largueza. As despesas suportadas pelo município para receber com honras excepcionais senão com magnificência, a quem exercia no país um autêntico consulado — e, plausivelmente, mais por obrigação protocolar do que por espontâneo impulso de simpatia — ascenderam à vultuosa soma de 219.870 reis. Por menos de dois tantos comprava-se nesses bons tempos, como se viu, uma rendosa marinha de sal!

A existência do faqueiro de prata entre os bens do concelho, despropositada na aparência em relação aos costumes dos nossos dias, fica, assim, justificada. Mas, porque vamos em maré de diversões, juntemos mais uma conta ao rosário. Divagação atrai divagação, não porventura, com o matemático rigor da lei newtoniana, mas decerto com a persistente teimosia da cereja arrancada a um emaranhado de cerejas. Não tardaremos, todavia, a retomar o caminho recto, findo um novo devaneio pelas arcas e armários das arrecadações municipais. De lá foram retiradas todas as peças de prata, em 2 de Março de 1850, para o ourives da especialidade José Maria Ribeiro proceder à respectiva pesagem e avaliação. E⁽¹⁾

...«por elle dito José Maria Ribeiro foram efectivamente pezados os seguintes objectos: Primeiro. Dous pares de castifsais grandes pezando nove marcos e quinze oitavas a preço de sem reis a outava Importão em sinquenta e nove mil sem reis. Segundo. Hum par de castifsais mais pequenos pezando tres marcos e quatorze oitavas a preço de sem reis a oitava importão em vinte e tres mil e oito centos reis. Terceiro. Duas Barquinhas com suas espevitadeiras pezando dois marcos menos seis oitavas importão doze mil e duzentos reis. Quarto. Huma duzia de garfos e outra de colheres de sopa pezando sete marcos e meio e trinta e hua oitavas e meia importando sinquenta e hum mil sento e sincoenta. —

(1) Acta da sessão camarária de 2-3-1850.

Quinto. Doze facas pezando seus cabos digo Facas calculando-se valer cada huma mil e quatrocentos importão todas quatorze mil digo todas dezafseis mil oito centos. Seista — Huma colher de sopa pezando secenta e tres oitavas importa em seis mil e trescentos. Setima — Hum trinxador e faca de trinxar pezando quarenta oitavas importa quatro mil reis. Oitava. Huma dúzia de colheres do Xa pezando quarenta oito oitavas importa quatro mil e oito centos. Nona. Dous calis e hua patena pezando tres marcos e vinte e huma oitavas que importa vinte e hum mil e trescentos. Defsimo. Huma escrevaninha com todas as suas pertenças pezando honze marcos sin-cuenta tres oitavas e meia importa setenta e seis mil sete centos e sin-cuenta. E não havendo mais objectos de prata pertencentes a esta Camara se deu este acto por findo cujas declaracões vai afsignar o referido ourives Jose Maria Ribeiro.»

Não era um tesouro, mas, vamos indo, não poderia considerar-se um valor desprezível. Talvez algum leitor curioso repute de algum interesse calcular ao certo, pelas unidades de peso hoje em uso, o montante de todas aquelas peças de prata. Para prevenir a hipótese e poupar-lhe trabalho, aqui lhe deixo as equivalências, a título de reparação pelo estopante esforço de me ter acompanhado neste arrolar de ninharias até esta altura. Oitava chamava-se ao peso correspondente a um oitavo de onça; onça era um oitavo de marco; e este, usado especialmente para pesar oiro e prata, representava, por seu turno, metade de um arrátel. Ora o arrátel, sabe-o o leitor tão bem como eu, equivale a 459 gramas, e o marco, como acima se verifica, tinha 64 oitavas. Não chegaria, portanto, contando com os cabos das facas, cujo peso não foi mencionado, a um resultado muito distante dos dez quilos de prata. Encerre-se, porém, a accidental digressão, para regressar à compra da marinha Rossia, de que nos desviámos. Feche-se o parêntese.

O Conselho de Distrito, conforme lhe fora solicitado, concedeu autorização à Câmara para proceder à venda do faqueiro, dos dois cálices e da patena de prata e à aquisição da marinha. Efectuadas, em seguida, diversas negociações para obter um preço compatível com as possibilidades financeiras do município, os proprietários da Rossia propuseram a transacção pela quantia de quatrocentos mil reis, a pronto pagamento. Este preço, aliás, não era considerado excessivo, atendendo ao rendimento da propriedade e ao facto de haver quem se dispusesse a comprá-la por essa importância. Foi convidado a comparecer na sala das sessões o principal proprietário da marinha, Ricardo da Maia Rômão, na intenção

de procurar movê-lo a uma diminuição do preço proposto, mas resultaram infrutíferos todos os esforços feitos nesse sentido. O recurso à expropriação pareceu contra-indicado pela morosidade e dispêndio que acarretava e, por esses motivos, (1)

...«foi deliberado que se efetuasse a compra nos termos e nas condições expendidas e que para fazer fôrse a esta despesa votavão o preduto do faqueiro, cuja venda já estava deliberada, e poderá calcular-se em cento e quatro mil reis (afinal, um tanto mais do que o valor da avaliação); mais o preduto de um sino quebrado que foi vendido pela quantia de vinte e seis mil trezentos e setenta e sinco; mais o preduto dos fragmentos de hum altar vendido por doze mil reis; e para o resto que falta será este pago pelos predutos da receita do Orçamento da Camara; e que no cazo desta quantia fôr falta para as despesas para que está votada, sera preenchida pelo Excesso da receita que necessariamente ha de haver muito breve, proveniente do Real imposto sobre o Vinho Excesso mais que provavel em conseqüencia da maior abundancia da proxima colheita, que não podia calcular-se na época em que se fez o Orçamento. No cazo, porém, que tal aumento se não verifique a Camara quando necessario for, votará os meios necesarios.»

Efectuou-se, assim, a compra. Somente não pôde a municipalidade aceitar a cláusula do pronto pagamento. Nem mesmo a cobrança do imposto sobre o vinho viria a atingir as previsões optimistas que um ano de fartura fizera pressupor. Daí resultou apenas no ano immediato se acabarem de liquidar os encargos da compra. O orçamento para 1852-1853 incluia ainda a verba de 49.000 reis com a seguinte rubrica: «Para acabar de pagar a marinha Roxia»; e, numa chamada, esclarecia: «É a Marinha junto ao Campo do Rocio de S. João, cuja compra pactuou a Camara transacta». Foi orçada uma outra verba de 33.600 reis «para siza da mesma Escripura, e conselhos de familia necesarios para se vender a parte della (marinha) que pertence a orfaons». Uma nota elucidativa acrescentava que «alguns dos donos da referida marinha são orfaons e por isso não podem alienar sem consentimento do Conselho de familia que hade ser pago por esta Camara, a qual com o interessado o requereu».

A aquisição effectuou-se, pois, com todas as formalidades. E calcular-se-ia que a Câmara, solícita e empenhada no afor-

(1) Acta da sessão de 26-8-1851.

moseamento do largo, se lançaria à obra com atã, sem quebra de entusiasmo nem solução de continuidade. Vai certa diferença entre o querer e o poder. Estirados anos demorou o aterro da marinha—ainda estava por terminar em fins de 1875—apesar do aproveitamento das lamas resultantes da limpeza do canal, que animou a abreviar a sua aquisição. Caminhava-se devagar nesses invejáveis tempos, ronceiros e calmos.

Numa memória já atrás citada, devida à pena de quem ainda conheceu a marinha em plena laboração, encontramos confirmada essa longa demora e algumas informações que permitem uma reconstituição mais exacta do local (1): «Levou anos a aterrar; e enquanto se ia aterrando, pela Repartição de Obras Públicas foi aterrada a parte do esteiro da mesma Praça (do Peixe) compreendida entre o ponto onde ele hoje finda e as proximidades da casa da alquilaria que naquele tempo pertencia a um negociante por nome José Lourenço Pereira Branco... Cumpre notar que o esteiro da Praça do Peixe só tinha cortinas de pedra pelo lado nascente, e que pelo lado do poente era ladeado por um muro de torrão e lama que servia principalmente para fechar a marinha e que partia próximo da quina da sobredita casa, em direcção ao esteiro de S. Roque, seguindo depois até à ponte, de modo que quem quisesse ir da Praça do Peixe à ponte tinha de dar a volta pelo Rossio».

O aterramento da marinha determinou a construção do cais do lado poente, e a seguir que se traçasse a rua da praça para a ponte. Aí edificaram os primeiros prédios António Pereira Júnior, um amplo armazém, e Francisco António do Vale Guimarães, umas casas de habitação. Mas, à parte estas edificações, o largo, só lentamente ampliado, permaneceu como pouco mais de um chão raso, desobstruído, ou, como dizia com mais propriedade e vigor o cronista do século de quinhentos na *Estatística de Lisboa*, quase inteiramente «despejado» na sua parte nova. No mês de Janeiro de 1865, porém, o dr. Bento de Magalhães apresentou um requerimento à Câmara salientando a falta de casas com que especialmente se debatia a classe piscatória. No respectivo bairro, o mais denso e o mais genuinamente aveirense, havia moradias de capacidade manifestamente diminuta, onde se aglomeravam famílias numerosas em lamentáveis condições. Sugeria, por isso, que o mesmo bairro fosse acrescentado com a construção de novas habitações no terreno municipal alcançado à custa da marinha Rossia.

(1) JOSÉ FERREIRA DA CUNHA E SOUSA, *loc. cit.*

A Câmara reconheceu a falta de casas com que particularmente era afectada a classe piscatória. O terreno da marinha, pela proximidade do respectivo bairro pareceu-lhe, de facto, o mais adequado para alargá-lo. Não só fora esse um dos fins que a municipalidade visara ao comprar o mesmo terreno, mas também não podia menos prezar o facto de resultarem da abertura de novas ruas e do erguer de novas edificações, o aumento da cidade e, paralelamente, o dos réditos camarários. Deliberou, por conseguinte, «que se mandasse sem demora proceder ao estudo do terreno da marinha—Rocia—, e ao traçado das ruas que elle comportar, sem prejuizo do uso publico e aformoseamento da cidade, e que a parte destinada para edificações se dê de aforamento em hasta publica em glebas iguais; procedendo para tais aforamentos às competentes authorisações e formalidades legais, e sendo aquelles traçados e planos previamente examinados pela Camara» (1).

Entretanto, o município, julgando necessário ao desafortamento do Rossio expropriar e demolir um arruinado barracão que Manuel José Mendes Leite possuira junto ao cais e pouco antes vendera a António Pereira Júnior, decidiu que se procedesse à aquisição desse inestético armazém, «fazendo-se constar ao possuidor, inquilino da mesma municipalidade, que ella resolve advi-lo em beneficio publico, pagando-lhe o preço porque o tiver vendido» (2). Adquiriu-o, na verdade, pela quantia de 48.000 reis, satisfeita a pronto, e promoveu a imediata demolição e a venda em hasta pública dos materiais aproveitáveis.

Em Setembro de 1869 foi apresentado à Câmara um requerimento de José Leite Ribeiro, solicitando, pela primeira vez, a edificação com carácter permanente, no largo recentemente ampliado, de uma praça de toiros. Não encontrei elementos que permitam concluir se a petição foi ou não deferida. Antes, porém, da construção da praça de «pedra e cal» que pertenceu a José Joaquim de Oliveira Vinagre — ainda na memória de muitos aveirenses de hoje — realizaram-se no Rossio sensacionais corridas. De duas delas, desempenhadas por curiosos em beneficio do Asilo de José Estêvão, conforme a qualificação dos cartazes annunciadores, em 16 e 19 de Setembro de 1875, tenho noticia. Dirigiu-as o marquês de Castelo Melhor, figurando como cavaleiros o marquês de Belas, José Ferreira Pinto de Avilez e Gaspar de Castro e Lemos. Foram bandarilheiros Domingos António Pereira, Diogo e Rafael de Pina Manique, o visconde da Graça e Pedro António de Bitencourt Raposo, e moços de

(1) Acta da sessão de 7-1-1865.

(2) Actas das sessões de 18-1-1866 e 15-2-1866.

forcado D. Alexandre Saldanha da Gama, António de Velez Caldeira, Alfredo Tinoco da Silva, Eduardo e Inácio Rebelo de Andrade, Fernando da Silva Pereira, Rafael Lopes da Mota e João Meleças. Como «andarilhos» mencionava o programa Alberto Catalá e Alberto Leite Ribeiro. Os touros eram de José da Mota Gaspar e os preços os seguintes: camarotes, 6.000 reis; sombra, 700 reis; sol, 300 reis.

As «monas» foram oferecidas pelas senhoras da sociedade aveirense: D. Carlota Albora de Quiroga, D. Sofia Ferreira de Castro, D. Maria Bárbara Rangel de Quadros e Garcia, D. Emília Tíneo do Amaral Osório, D. Rita de Miranda Coelho de Magalhães, D. Eduarda Augusta do Amaral Osório, D. Doroteia Coelho de Magalhães, D. Laura e D. Fernanda do Amaral Osório e Catalá. Enfim, uma tourada de aristocratas e uma luzida festa mundana com fins beneficentes, que reuniu os mais distintos elementos da alta roda local.

A praça do José Joaquim Vinagre só veio a construir-se em 1876, e perdurou durante quase um quarto de século. Observe-se, no entanto, que não foi unânime a edilidade ao permitir a construção. O vice-presidente, Jerónimo Fernandes da Silva, assinou vencido. Suponho que o não movessem na sua opposição quaisquer razões de animosidade às touradas, mas antes o desejo de conservar o Rossio desafrentado. Essa razão havia de impor-se mais tarde à decisão dos vereadores. Perante a necessidade de alargar e regularizar o local da «Feira de Março», então no período de máximo esplendor, em Fevereiro de 1900 o município pediu autorização ao governo para adquirir aquela edificação por um conto e duzentos mil reis, quantia acordada com o respectivo proprietário. A escritura de compra lavrou-se cerca de três meses mais tarde e os materiais provenientes da demolição foram, como habitualmente, arrematados em hasta pública.

Um ano depois, Domingos João dos Reis requereu licença para construir uma praça de madeira e, embora o seu pedido não fosse dessa vez deferido, acabou por alcançar o seu intento. Nessa praça, e noutra de menores dimensões que se lhe sucedeu, organizaram-se numerosas touradas e garraizadas, até que as inclinações do público começaram a orientar-se em diferentes sentidos e a «aficion» tauromáquica se reduziu até quase extinguir-se. Os touros em Aveiro não passam hoje de uma recordação para uma pequena parcela da população e de uma saudade para alguns raros dos antigos amadores. Recordarei, entre todas, apenas uma tourada promovida em 30 de Agosto de 1908 pelo Clube Mário Duarte. Merece ser assinalada pela circunstância especial de nela ter participado a «cuadrilla de niños sevillanos», com os dois

ASPECTOS E MODIFICAÇÕES DO ROSSIO

jovens e esperançosos «diestros» Limeño e Gallito, o último dos quais viria a consagrar-se como o maior toureiro do seu tempo. Nos anais tauromáquicos da cidade a passagem do famoso espada marca uma data de relevância, um culminante acontecimento da perda tradição toureira.

Lançado um relance às praças de toiros, prossigamos no nosso esboço das transformações do Rossio. O aterro da velha marinha, como já disse, prolongou-se por tempos



Os toureiros que tomaram parte na corrida de 30 de Agosto de 1908

Da esquerda para a direita — 1.º plano: Firmino Picado, João Joaquim Gonçalves, Aparício Miranda e Raúl Ferreira de Matos; 2.º plano: Lino Marques, Francisco Ferreira da Encarnação, Alberto Azevedo, Gallito, El Chicorrito e Limeña; 3.º plano: Luís da Naia, Mário Moreira, cavaleiro (do Porto), N. N. (espanhol apoderado dos «Niños Sevillanos»), Jerónimo Peixinho, Bernardo Meireles (do Porto), António Rocha, Adolfo Meireles (do Porto), Alberto Fernandes (de Espinho), J. Gomes de Sousa e um auxiliar espanhol; 4.º plano: António Couceiro, Antenor F. de Matos, Abel Costa e A. Pinho Soares.

quase inconcebíveis para quem se habituou às celeridades modernas, numa demora que conduziria a insatisfação e indignação dos impacientes de hoje nem calculo a que clamorosas reacções. Tardou pelo menos um quarto de século a completar-se, e só perto de cinco lustros vólvidos sobre a compra da Rossia se resolveu decisivamente aproveitar para edificações a área obtida. Na sessão camarária de 2.º de Dezembro de 1875, Agostinho Pinheiro, então presidente do

município, apresentou ao exame da vereação uma proposta, na qual opinava que

...«achando-se quasi aterrado o largo do Rocio, e a marinha contígua, que dele faz parte, era conveniente aforar em volta da Praça do Peixe, até à Ponte de S. Gonçalo uma facha (sic) de terreno, para edificações urbanas, com o que não só ficava aformoseado e abrigado o largo, mas tambem se alargava o terreno do bairro das pescadeiras, onde a população se achava excessivamente aglomerada;

Que em consequência disto mandara confeccionar o plano que se achava presente, em que se via qual era o terreno destinado a edificações e o prospecto que elas deviam ter, afim de que os foreiros fossem obrigados a construir segundo o mesmo plano.

Passando a Câmara a deliberar a esse respeito, resolveu o seguinte: 1.º Que a planta do terreno para aforar fosse remetida ao Ex.º Governador Civil do Distrito para o submeter ao Conselho de Distrito pedindo-lhe a devida autorização para o aforamento; 2.º Que fosse mandado avaliar o terreno que na planta se acha designado para edificações, sendo a avaliação feita por cada lance de terreno que na mesma planta estava marcado, e que para esse fim nomeava como louvados João da Maia Romão, condutor da Repartição das Obras Públicas; Júlio Alvarenga, condutor da Repartição de Engenharia Distrital, e para desempate António Ferreira de Araujo e Silva, Engenheiro da Repartição das Obras Públicas, assistindo à referida avaliação o Presidente desta Câmara Municipal; 3.º Que avaliado o dito terreno e autorizado o aforamento, se passassem editais para ser posto em hasta pública e adjudicado em conformidade com a lei; 4.º Que os arrematantes seriam obrigados a construir pelos alçados aprovados, e juntos à planta, no praso de um ano da data da arrematação; 5.º Que desta acta se extrahisse cópia para conjuntamente com a planta ser enviada ao Governador Civil.»

A arrematação foi autorizada por acórdão do Conselho de Distrito, datado de 9 do mesmo mês, e, a 30, a municipalidade aprovou o auto de louvação, que attribuia os valores de 300 reis ao metro quadrado do terreno comprehendido entre o princípio do cais e o final do segundo quarteirão, isto é, na área próxima da Praça do Peixe; 240 reis ao terreno dos dois quarteirões a partir da volta para o Rossio; e, finalmente, 200 reis ao dos últimos quarteirões, os mais próximos da ponte de S. Gonçalo. Logo em princípios de Janeiro seguinte

se procedeu às primeiras arrematações, verificando-se a repetição destas nos anos subsequentes. Entre os arrematantes, para não me alongar, citarei apenas alguns mais conhecidos, como Agostinho Pinheiro, Miguel Ferreira de Araújo Soares, João Maria Pereira Campos, Manuel Homem de C. Cristo, Anselmo Ferreira, José António Pereira da Cruz, Rufino de Sousa Lopes e Angelo da Rosa Lima.

Ignoro se existirá ainda o plano de edificações do Rossio — ainda então estava por criar o termo *urbanização* — elaborado em 1875. Não pude, por conseguinte, analisá-lo. Possuía, porém, uma particularidade que merece referência. A planta aprovada estabelecia que na rua do Cais — segundo suponho o actual cais dos Mercantéis — todos os prédios tivessem primeiro andar, e fossem térreos os da rua da Ponte de S. Gonçalo — certamente o hoje chamado cais das Falcoeirras — e, provavelmente, os das artérias paralelas a esta. Tão imponderada determinação daria o inverosímil resultado de obrigar os proprietários que pretendessem edificar prédios com uma face para a rua do Cais e outra para qualquer das restantes a uma concepção architectónica de altas transcendências de imaginação, salvo se fosse consentido simular com a parede apenas o andar exigido para a artéria reputada mais importante. Seria, de outro modo, um autêntico quebra-cabeças, mais intrincado que o problema da quadratura do círculo, achar a solução para esta desconcertada exigência municipal. E nessa dificuldade, que parece não ter despertado à primeira vista a argúcia crítica dos munícipes, permanente e implacavelmente disposta ao disfrute dos deslises camarários, só cinco anos passados atentou o vice-presidente da municipalidade José Antunes de Azevedo, o qual apresentou o caso em sessão ⁽¹⁾ e lhe propôs, com a anuência dos vereadores, a correcção necessária.

Sucederam-se então as construções e, pouco a pouco, o bairro de João Afonso — designação que se deve a uma proposta apresentada ao município pelo dr. Elias Fernandes Pereira na sessão de 10 de Fevereiro de 1887 — acabou por ficar cheio de prédios, embora modestos, quer para habitações quer para armazéns, e por tomar a disposição topográfica ainda hoje mantida. Apenas no aspecto architectónico das moradias, algumas das quais altearam um pavimento, ou beneficiaram e azulejaram as fachadas, há a assinalar pequenas alterações.

Entretanto, surgiram as bicicletas. Aveiro, com as suas características de terra sem acidentes, rapidamente se interessou pelo novo veículo de fácil utilização numa região

(1) Sessão camarária de 20-11-1880.

plana, e o adoptou como meio de transporte acessível e cómodo. No ponto de vista desportivo, um movimento de entusiasmo pelo velocipedismo impeliu a gente moça e fez estabelecer uma modesta pista de corridas no Rossio — pomposamente designada como velódromo. Aí foram alvo dos aplausos do público e colheram os louros da fama e da glória como «azes do pedal», entre outros, Mário Duarte, José de Orey e odr. Lourenço Peixinho.

Mais tarde, por volta de 1922, aquele que havia de ser o «desporto-rei» — o futebol, absorvente e dominador — quando conquistou o indisputável primado dos gostos das massas desportivas, no Rossio instalou, temporariamente, os seus arraiais. O Sport Clube Beira-Mar, que progrediria até cotar-se como uma das mais representativas colectividades aveirenses, nasceu de um grupo de rapazes do bairro, arrastados pelo apaixonante jogo e que no desatravancado largo acharam o recinto adequado e franco para a prática da modalidade preferida. Aí se disputaram ardorosos prégios para a conquista dos primeiros troféus instituídos em torneios futebolísticos, e pela primeira vez jogou um grupo de categoria e nomeada — «Os Belenenses». Revestiu foros de grande acontecimento a visita do afamado grupo lisboeta, a pontos de justificar a dispensa dos alunos do liceu à última aula da tarde. Era o prestígio da novidade, num tempo de saudosas facilidades...

O bairro do Rossio, servido desde as últimas décadas do século passado pelo chafariz da Praça do Peixe, possuiu durante certo tempo um «lavadouro» público. A sua existência é ainda hoje atestada pela manutenção desse nome numa rua e numa travessa⁽¹⁾, traçadas na área da antiga marinha.

Vejamos, enfim, a derradeira modificação de tomo sofrida pelo amplo logradouro. Um memorialista, a cujas informações já neste trabalho desvalioso tenho recorrido⁽²⁾, preconizando em 1908 o desafrontamento do Rossio, aconselhava a demolição definitiva da praça de toiros ainda então existente, e acrescentava: «Outro tanto diria da capela de S. João, se não ofendesse com isso a devoção de muitos que o levariam a mal, como acto de impiedade. É, porém, certo que esta capela, não se recomendando como monumento de architectura, nem pelas suas belezas externas ou internas, servindo apenas para umas festividades que ali se fazem anualmente à custa dos devotos, já foi causa de que o canal

(1) Aveiro — *Roteiro da cidade*, ed. da Comissão Municipal de Turismo, 1945, pág. 19.

(2) JOSÉ FERREIRA DA CUNHA E SOUSA, artigo cit., pág. 99.

ASPECTOS E MODIFICAÇÕES DO ROSSIO

que vem da Ria para o centro da cidade não viesse em recta desde as pirâmides». . . Embora pondo de remissa esta última informação, que julgo não merecer inteira confiança e pouco importa ao caso, consideremos o remate deste insuspeito e autorizado depoimento pessoal: «Naquele estado é triste que se conserve, pois desfeia a cidade, principalmente a quem vem do mar (do lado do mar, compreende-se), e sem inspirar a devoção a que tem jus, não tem outra coisa que o recomende».

■ A capela estava condenada: mais dia, menos dia, seria demolida. A comissão paroquial republicana da freguesia



Aspecto do Rossio, em 1911, com a Capela de S. João quase demolida

da Vera-Cruz, nomeada após o advento do novo regime, estava liberta de quaisquer impedimentos de natureza piedosa e ardia, decerto, no desejo de se mostrar empreendedora e solícita. Logo em 30 de Outubro de 1910 decidiu apeá-la, por proposta do vogal Manuel Rodrigues da Paula Graça. Apreciemos as razões invocadas. O Rossio era o largo mais espaçoso da cidade, muito frequentado, mormente de verão, tanto por naturais como por estrangeiros. Carecendo de ser devidamente cuidado e aformoseado, não seria possível alcançar esse propósito enquanto se mantivesse a capela de S. João—templo sem valor artístico e que desfeava o largo, onde raramente se exerciam actos de culto, e cuja conservação nada recomendava. Alegava ainda o proponente o facto

de «desde largos anos estar demonstrado que em volta desse templo existem permanentemente depósitos de substâncias em decomposição, e, verdadeiro vazadoiro de imundícies, o terreno que o circunda se haver transformado em improvisadas retretes e mictórios—o que nos rebaixa perante os visitantes e constitui um perigo para a hygiene e salubridade públicas». A opinião generalizada, aliás—e em certa medida está a comprová-lo a opinião, digamos desinteressada, atrás transcrita—insistentemente viria reclamando a demolição da capela, trabalho que «por ser de interesse não só da paróquia, mas da cidade se torna necessário, urgente e inadiável». As precedentes Juntas de paróquia assim o haviam já reconhecido, como o atestavam as actas de diversas sessões, e a própria municipalidade tinha também efectuado diversas diligências com a mesma intenção. Propunha, em conclusão, «que discutida e aprovada a presente proposta e depois de observados os trâmites legais, e votada em orçamento suplementar, se preciso for, a necessária verba, cumprindo-se o preceituado no artigo 370 (do Código Administrativo, de 6 de Maio de 1870) citado, se proceda por empreitada, e com a máxima urgência, à demolição da referida capela, entregando-se depois ao município o terreno que a mesma presentemente ocupa, ficando nulas e de nenhum efeito as deliberações das Juntas antecessoras, pelas quais se obrigavam à construção de uma capela em substituição da actual».

A comissão paroquial, depois de detidamente apreciados os argumentos aduzidos, e tendo com eles manifestado concordância o prior da freguesia, Manuel Ferreira Pinto de Sousa, que se encontrava presente à sessão, aprovou a proposta por unanimidade e resolveu que a deliberação fosse submetida à sanção superior, para ser executada sem perda de tempo (1). E tudo correu sem delongas, conforme os votos daquele órgão administrativo. Em curto prazo estava elaborado o orçamento suplementar, em que figurava a seguinte rubrica: «Despeza a realizar com a demolição da capela de S. João, sita no Rossio desta cidade—70.000 reis» (2). No ano immediato foi inscrita ainda, também em orçamento suplementar, a verba de 8.000 reis para gratificar «um indivíduo que foi encarregado da venda em hasta pública dos materiais provenientes da demolição da capela de S. João».

Com o desaparecimento da capela em 1911, o Rossio tomou, praticamente inalterada, a feição que hoje mantém. Surgiu-se mais de uma vez o seu ajardinamento. Nunca

(1) Livro das actas das sessões da Junta de Freguesia da Vera Cruz, de 1909 a 1916, fls. 10 e 11.

(2) Acta da sessão de 11-11-1910.

ASPECTOS E MODIFICAÇÕES DO ROSSIO

essa ideia vingou, especialmente pela dificuldade de conciliar o traçado de um jardim, aliás de custosa manutenção, com a disposição do abarracamenro e das diferentes instalações da «Feira de Março». E é também devido ao secular mercado anual que uma ou outra pequena beneficiação se tem lá efectuado; e que, igualmente, se conserva, há mais de uma dezena de anos, a afrontá-lo como um trambolho, um pavilhão de muito duvidoso gosto, bem mais inestético que a anodina capela de S. João, mas cuja perduração, apesar da sua reconhecida fealdade, as necessidades da feira e a impossibilidade de o substituir por uma construção mais consentânea com o local têm imposto.

Poderia citar, além dos factos registados, um elevado número de acontecimentos de maior ou menor realce local, desenrolados no mais vasto logradouro da cidade: paradas de vária natureza e intenção, missas campais, ajuntamentos populares, a exposição do Congresso Beirão de 1928, festivais como o que foi integrado no programa de homenagens aos aviadores franceses que instalaram o centro de aviação de S. Jacinto, durante a primeira guerra mundial. Demorar-me-ia numa longa enumeração, incompatível com os propósitos destas desambiciosas notas. Coordenei-as, apenas, com a intenção de referir alguns dos capitais elementos para a história — história caseira, só para contar em família — do Rossio. E, embora conscio de não haver esgotado o assunto neste longo arazoado, mais certo estou de ter esgotado... a paciência dos leitores de mais benévola atenção.

EDUARDO CERQUEIRA

ÍNDICE, POR AUTORES,
DE TODA A COLABORAÇÃO
CONTIDA NOS VOLUMES I A XV
DO «ARQUIVO DO DISTRITO
DE AVEIRO»

REGISTAM as páginas que se seguem o índice total, referenciado a autores, alfabeticamente dispostos pelos seus apelidos, da colaboração inserta nos quinze primeiros volumes do Arquivo do Distrito de Aveiro, no período que decorre de 1935 a 1949.

Quinze anos de actividade ininterrupta na vida duma publicação periódica não noticiosa, qualquer que seja a latitude onde eles se tenham verificado, constituem lapso de tempo que, medido pela fugacidade da vida humana e pela simples circunstância do seu decurso, sob vários aspectos se reveste de significado insofismável.

Num meio, então, como em matéria de investigação histórica o Distrito de Aveiro se apresentava à data em que a revista iniciou carreira, com ambiente restrito (quase localizado, apenas, à sua capital, onde, de facto, existia apreciável tradição historiográfica), os quinze anos de vida que nesta data se perfazem excedem, em muito, as previsões mais optimistas que no seu início nos era lícito formular.

E se avultadas e repetidas foram, desde o primeiro contacto do Arquivo com o público, as canseiras, os anseios, as desilusões e, sobretudo, a insatisfação dos seus directores, algumas alegrias também esse continuo trabalho de quinze anos nos proporcionou: solidariedades vindas até nós que não esquecem mais, relações que se estreitaram, melhor conhecimento das grandes riquezas espirituais e das importantes fontes de informação desta magnífica unidade que é, sem dúvida alguma, o nosso Distrito, e que um dia virá a ter, também, como é de justiça, a sua história de conjunto.

ÍNDICE

Desfiando os cinco milhares de páginas, a bem dizer totalizados já nestes quinze volumes da colecção, consagrados, na quase totalidade, à história dessas terras onde, de Norte a Sul, se não extinguiu por completo ainda o eco deixado pelos passos de nossos Maiores, uma dupla convicção nos domina: por um lado, o reconhecimento leal, sem velaturas de espécie alguma, de que apenas uma pequena parte do programa esboçado em 1935 foi possível realizar; por outro, porém, o conhecimento pleno de que, mesmo assim, não terá sido inteiramente perdido o esplêndido esforço dispensado à revista pelos seus dedicados colaboradores.

Alguma coisa, positivamente, se avançou, e a eles por completo se deve: ao seu trabalho desinteressado, ao sacrifício que nos fizeram dos seus ócios e do seu tempo também.

É dever que não declinamos — reconhecê-lo; e, mais do que isso — proclamá-lo abertamente.

*

No intuito de mais um serviço se prestar ao leitor, facilitando-lhe, até certo ponto, o aproveitamento dos elementos de estudo dispersos pela revista, e, ainda, para de alguma forma se poder proceder a uma espécie de estimativa, sempre conveniente, do caminho percorrido, elaborou-se então o índice que estas palavras antecedem.

Não é, como desejáramos e como conviria mais, índice ideográfico, única modalidade susceptível de dar plena satisfação à curiosidade do leitor e de valorizar ao máximo todo e qualquer texto, desfiando-o nas múltiplas rubricas que ele comporta; assim como o Arquivo do Distrito de Aveiro tem, resignadamente, limitado o seu programa à apresentação do que humanamente lhe é possível, também forçoso se torna, ao menos por agora, contentarmo-nos apenas com este singelo índice por autores.

Diremos unicamente que, tal como ele é, representa já não pequeno sacrifício que neste momento não poderíamos, de forma alguma, levar mais longe.

*

Perto duma centena de boas vontades — noventa e seis colaboradores directos (excluindo portanto da contagem, como é evidente, os meramente apresentados em comentário alheio) — deu o seu contributo aos quinze volumes referidos, emprestando-lhes os fulgores das suas penas, o brilhantismo das suas ideias, os ensinamentos do seu muito saber; quinze deles ficaram já, infelizmente, pelas asperezas do caminho que esta vida

é, e não mais os teremos com o seu conselho amigo e a sua vontade pronta, lado a lado do Arquivo, a cuja actuação e leais intenções sempre dedicaram palavras de indulgente encómio e de cordial incitamento.

O Arquivo porém, obra comum, deles e de todos nós — colaboradores e assinantes — continuará; o espirito de toda essa magnífica pleiade de amigos do Distrito permanecerá ligado à vida que as circunstâncias tornarem ainda possível à revista; o índice geral a todos memora, e, por nossa parte, ao trabalho de cada um aqui se presta homenagem de muito reconhecimento por tão leal camaradagem.

A orientação seguida até hoje condicionará a revista a do futuro; com respeito absoluto pelos ideais de cada um, com não menor respeito por si próprio, o Arquivo do Distrito de Aveiro deseja constituir demonstração real de que é possível servir a cultura espiritual com dignidade, sem forçosamente se descambar para o fragor das paixões políticas, para adulações de formadoras do verdadeiro sentido das proporções, ou para a lamentável transformação, infelizmente muito corrente, dum debate de ideias em mera questão pessoal.

Em quinze anos de vida, documentada através de cerca de cinco milhares de páginas, o Arquivo não disse mal de ninguém, não alimentou uma só questão.

Não nos é indiferente reivindicar para a nossa revista o reconhecimento do facto, que se implica atitude intelectual, é, da mesma forma, verdadeira atitude social, a registar também, na conturbada época que atravessamos. Foram o que, em boa e sã verdade se pode dizer — quinze anos ao serviço do Distrito, e nada mais.

ÍNDICE, POR AUTORES, DOS VOLUMES I A XV

ALMEIDA DE EÇA (Manuel de)

Espinho e o Mar — XI, 235

ALVES DA CUNHA (Luís)

1 — *Homens de Mogofores* — X, 168

2 — *31 (O) de Janeiro em Anadia* — XI, 110

AREDE (João Domingues)

1 — *Ainda o «ubi» da Talábriga* — VIII, 75

2 — *Amuleto fálco, da época neolítica, do castro de Recarei* — I, 111

3 — *Breves apontamentos sobre a terra de Loureiro* — XV, 8

4 — *Estradas romanas do Distrito de Aveiro e, nomeadamente, a de Lisboa ao Porto e a de Aveiro a Viseu e sua identificação por documentos escritos e monumentos históricos* — IV, 25

5 — *Identificação do Rio Antuã e do seu afluente Rio Ul* — X, 269

6 — *José Luciano de Castro e Camilo Castelo Branco* — VII, 33

7 — *Judeus ou hebreus no Caramulo* — XIV, 71

8 — *Mais um subsídio para a história de Macieira de Alcoba do concelho de Águeda* — VIII, 247

9 — *Memórias (Esboço de uma autobiografia)* — XIII, 129

10 — *Migalhas da história regional: morgadio de Sener do Vouga* — IX, 245

11 — *Mosteiro de Cucujães* — III, 269

12 — *Para a história da igreja do Couto de Cucujães — Contribuições eclesiásticas paroquiais em Cucujães e suas alterações no tempo decorrido desde o século XII até ao século XX* — XII, 113

13 — *Santiago de Riba de Ul, outrora Sanctus Jacobus de Uilla Coua Dul* — V, 75

14 — *Subsídios para a história da cidade de Aveiro — Aveiro e a sua afeição pela Ordem Beneditina, no século XVI* — II, 221

15 — *Subsídios para a história de Macieira de Alcoba* — VI, 245

16 — *Um pouco de história local de que beneficiam S. Martinho da Gandra e S. Vicente de Pereira* — XI, 206

17 — *Vestígios da dominação romana e goda em Nogueira do Cravo, de Oliveira de Azeméis* — II, 109

18 — *Vila Chã (S. Roque)* — III, 65

AZEVEDO (Alfredo Gonçalves de)

Por terras da Feira — XIII, 226

BAPTISTA (Augusto Soares de Sousa)

1 — *A propósito do Rio Águeda* — XV, 3

2 — *Capela (A) dos Lemos da Trofa* — XII, 245

3 — *Duarte de Lemos* — XIV, 241

4 — *Estradas romanas no concelho de Águeda* — XIV, 3

5 — *Pontes de Vouga e do Marnel* — XIII, 81

6 — *Santa Maria de Lamas* — XIII, 165

7 — *Senhores do Marnel* — XIII, 270

8 — *Talábrica* — XIV, 214

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

BAPTISTA (Joaquim Soares de Sousa)

- 1 — *Fontes de Arrancada* — VII, 217
- 2 — *Foral (O) de D. Manuel I na vila do Préstimo em 1824* — IX, 287
- 3 — *Nova (A) igreja de Lamas* — IX, 91
- 4 — *Pateira (A) de Fermentelos* — XI, 250
- 5 — *Ponte (A) do Alfusqueiro* — VII, 42
- 6 — *Previsão (A) do tempo na região da Ribeira do Vouga* — VI, 221
- 7 — *Recordações do Marnel* — IX, 24
- 8 — *Terras de Valongo do Vouga* — X, 141
- 9 — *Vestígios de vias romanas no concelho de Águeda* — VIII, 93
- 10 — *Vidais do Rossio, de Arrancada* — XII, 297

BINGRE (Francisco Joaquim)

Sombras (As) — XIV, 66

BORRALHA (Conde da)

- 1 — *Águeda (Subsídios para a sua história)* — I, 49, 171
- 2 — *Águeda (Uma transcrição necessária)* — IV, 309
- 3 — *Como el-rei D. Afonso coutou Barrô e Águeda* — III, 307
- 4 — *Hospital (O) de Águeda (Apontamentos para a sua história)* — V, 119
- 5 — *Inquirições de D. Afonso II no distrito de Aveiro* — II, 243, 285
- 6 — *Subsídios para a história de Aveiro desde o século XV* — II, 231
- 7 — *Subsídios para a história de Aveiro no século XVI* — III, 105, 281
- 8 — *Subsídios para a história de Recardães* — II, 29

CAMPOS (Agostinho de)

Na morte do justo — II, 46

CANEDO (Fernando de Castro da Silva)

- 1 — *Bastardo (Um) do último Duque de Aveiro* — XIII, 267
- 2 — *Quem tem actualmente direito ao uso do título de Duque de Aveiro* — XI, 51

CARNEIRO DA SILVA (Armando)

Imprensa periódica do Distrito de Aveiro (algumas adições ao artigo do Sr. Dr. António Zagalo dos Santos) — IX, 296

CARRINGTON DA COSTA (João)

- 1 — *Fósseis (Os) de Aveiro e algumas considerações geológicas* — VI, 83
- 2 — *Neocretácico (O) da Beira-litoral* — III, 185

CARVALHO (Luís Gomes de)

Memória descritiva do plano e processo dos trabalhos hidráulicos empregados na abertura da barra de Aveiro — XIII, 34, 94

CASCAIS (Joaquim da Costa)

Judas (Um) hermafrodito — IX, 96

CERQUEIRA (Eduardo)

- 1 — *A propósito do centenário da iluminação pública da cidade* — XII, 214
- 2 — *Aspectos e modificações do Rossio* — XV, 268
- 3 — *Auto (O) de aclamação de D. Maria II e de juramento à Carta Constitucional de 1834, em Aveiro* — XIII, 185
- 4 — *Casas (As) de Verdemilho e Aveiro onde teria decorrido a infância de Eça de Queiroz* — XI, 316
- 5 — *Duas cartas do Arcebispo Bilhano sobre a procissão de Corpus Christi de 1863, em Aveiro* — XIV, 103
- 6 — *Relance sobre a evolução da secular «Feira de Março»* — XIII, 279

ÍNDICE

- CHAVES (Luís)
Viagem (Uma) pelo Distrito de Aveiro no século XIX — XIV, 267
- CHAVES DE ALMEIDA (Lourenço)
Um túmulo de rara importância arqueológica da escola coimbrã
— XIII, 124
- COELHO (Eugénia)
Memória descritiva do quadro «Morte da Princesa Santa Joana»
— IX, 273
- CORBIN (Solange)
Livres (Les) liturgiques de Aveiro — VIII, 308
- CORDEIRO DE SOUSA (J. M.)
1 — *Campas (As) das fundadoras do Mosteiro de Jesus de Aveiro*
— XIII, 3
2 — *Colocação (A) das campas das fundadoras e prioresas do mosteiro de Jesus na Casa do Capitulo* — XIII, 182
3 — *Últimas (As) campas que estavam no carneiro das fundadoras do Mosteiro de Jesus* — XIV, 206
- CORREIA (Fernando da Silva)
Causa (A) da morte da Infanta Santa Joana (uma história clínica do século XV) — VII, 283
- COSTA (Celeste)
1 — *D. Brites de Lara e Meneses, padroeira do convento do Carmo de Aveiro* — IV, 53
2 — *Magia da floresta* — III, 246
- COSTA (Manuel Pereira da)
S. Pedro de Vila-Chã ou Vila-Chã de S. Roque (no concelho de Oliveira de Azeméis) — XV, 161
- COSTA E SILVA (José Inácio da)
Caldas de São Jorge — VI, 225
- COUCEIRO DA COSTA (Jorge Manuel)
Pessoas e factos de outros tempos — XII, 156
- COUTO (Alberto)
Éça de Queiroz e Oliveira de Azeméis — XI, 145
- CRISTO (António)
1 — *Antónia Rodrigues — a heroína de Mazagão* — XIV, 161
2 — *Carta (Uma) do Comandante Rocha e Cunha sobre a defesa da praia de Espinho* — XV, 145
- DIRECÇÃO DA REVISTA (artigos colectivos)
1 — *Algumas notas biográficas de D. João Evangelista de Lima Vidal*
— IV, 257
2 — *«Arquivo» (O)* — II, 3
3 — *«Arquivo» (O), a Imprensa e o público* — I, 81
4 — *Arquivo do Distrito de Aveiro* — I, 3
5 — *Arquivo do Distrito de Aveiro* — IV, 323 — corrigenda et addenda
6 — *Caminhando sempre* — III, 3

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- 7 — *Distrito de Aveiro — Distâncias entre sedes dos concelhos* — I, 87
- 8 — *Distrito de Aveiro — Gráfico da actual rede de estradas do Estado* — I, 28
- 9 — *Dr. Jaime de Magalhães Lima* — II, 45
- 10 — *Limiar (No) de novo ano* — V, 3
- 11 — *Mais um aniversário* — VIII, 3
- 12 — *Mais um ano* — X, 3
- 13 — *No terceiro aniversário do «Arquivo»*, — IV, 3
- 14 — *Prosseguindo* — VII, 3
- 15 — *«Sursum corda!»* — VI, 3
- 16 — *Volume novo* — IX, 3

EGAS MONIZ

Mauricio de Almeida, escultor — IX, 161

FARIA DE CASTRO (Adolfo)

- 1 — *Ex-libris do Distrito — I. D. Fernando de Tavares e Távora (Feira)* — I, 47
- 2 — *II. Américo Rodrigues da Costa Ferreira (S. João da Madeira)* — I, 289

FERNANDES (Álvaro)

- 1 — *Castilho e os seus conhecimentos arqueológicos* — VIII, 181
- 2 — *Cisne (O) do Vouga — Francisco Joaquim Bingre* — V, 187, 289
- 3 — *Notas sobre Fermedo* — VI, 149
- 4 — *Recordações de Aveiro* — XII, 129

FERREIRA BAPTISTA (Joaquim José)

- 1 — *Alcunhas da Murtosa* — XIV, 231, 252; XV, 117
- 2 — *Loquela dos povos da Beira-Ria* — XII, 91, 236; XIII, 86, 194, 308; XIV, 26
- 3 — *Memórias de uma viagem de Macinhata do Vouga a Lisboa e volta, no ano de 1848* — XIV, 108

FERREIRA DA CUNHA E SOUSA (José)

Memória de Aveiro, no século XIX — VI, 83, 177, 259.

FERREIRA LIMA (Henrique de Campos)

- 1 — *A propósito do artigo «Pessoas e factos de outros tempos»* — XII, 209
- 2 — *Francisco Joaquim Bingre. Algumas notas bibliográficas e iconográficas* — X, 29

FERREIRA NEVES (Francisco)

- 1 — *Auto da aclamação da Rainha D. Maria II em Oliveira de Azeméis* — III, 289
- 2 — *Auto (Um) de juramento à Carta Constitucional em 1842* — XII, 136
- 3 — *Barra (A) de Aveiro e a pesca de bacalhau na Terra-Nova e na Groenlândia: Estatística de 1934* — I, 287. *Estatística de 1935* — I, 288
- 4 — *Breve história da barra de Aveiro* — I, 219
- 5 — *Capela (A) do Senhor das Barrocas em Aveiro* — II, 317
- 6 — *Carta (A) de brasão de armas de Manuel Alberto da Rocha Tavares* — I, 257
- 7 — *Carta (Uma) de José Estêvão sobre a passagem da via férrea em Aveiro* — VIII, 99

*

(Comentários bibliográficos aos livros:)

- 8 — *Angeja e a região do Baixo Vouga*, de RICARDO NOGUEIRA SOUTO. 1937 — IV, 79

ÍNDICE

- 9 — *Breve monografia de Duas-Igrejas*, de MANUEL FERREIRA DE SÁ. 1936 — II, 326
- 10 — *Da Enfiteuse. Soluções necessárias*, de ANTÓNIO DE SOUSA MACHADO. 1935 — I, 240
- 11 — *Defendei vossas terras*, de ANTÓNIO FERREIRA PINTO. 1936 — II, 325
- 12 — *Impressões de Arte*, de ADOLFO FARIA DE CASTRO. 1936 — II, 78
- 13 — *Lume Novo*, de CELESTE COSTA. 1936 — III, 88
- 14 — *Monografia de Paramos*. 1937 — III, 322
- 15 — *Noites brancas*, de CARLOS VILAS BOAS DO VALE. 1930 — II, 326
- 16 — *O marco miliário da milha XII*. 1948 — XV, 79
- 17 — *Porto e Ria de Aveiro — Notícia sobre o seu valor económico*, de JOÃO RIBEIRO COUTINHO DE LIMA. 1936 — III, 87
- 18 — *Santa Maria de Fiães da Terra da Feira*, de MANUEL DE SÁ. 1939 a 40 — VIII, 319

*

- 19 — *Como se formou e transmitiu a lenda da fundação de Aveiro pelos gregos* — IV, 200
- 20 — *Correspondência dos irmãos Passos para José Estêvão* — XI, 132
- 21 — *Descrição (Uma) das Igrejas e Capelas da Freguesia de São Miguel de Aveiro no século XVIII* — VII, 182
- 22 — *Distrito escolar de Aveiro — Mapa sintético do recenseamento escolar organizado no ano de 1935* — I, 264
- 23 — *Documentos para a história política do Distrito de Aveiro (1835-1847)* — III, 233
- 24 — *Documentos para a história política do Distrito de Aveiro (1847-1862)* — IV, 37
- 25 — *Duques (Os) de Aveiro* — VIII, 241
- 26 — *Efemérides aveirenses* — II, 161, 323; III, 315; IV, 314
- 27 — *Elevação (A) da vila de Aveiro a cidade em 1759* — I, 21
- 28 — *Expedição (Uma) marítima inglesa no porto de Aveiro em 1809* — IX, 283
- 29 — *Farol (O) da barra de Aveiro* — IX, 89
- 30 — *Fundação (A) da Associação Comercial de Aveiro em 1858* — XIV, 99
- 31 — *Genealogia dos Maias, de Aveiro* — VI, 47
- 32 — *Gráfico da pressão atmosférica em Aveiro, nos dias 24 a 31 de Janeiro de 1937, obtido num barógrafo registador Richard do posto meteorológico do Liceu de Aveiro* — III, 81
- 33 — *Imprensa periódica do distrito de Aveiro, em publicação* — I, 79
- 34 — *Incêndios (Os) dos edifícios do Governo Civil de Aveiro* — VIII, 283
- 35 — *Inventário (O) das pratas e outros objectos do extinto convento de Serém* — II, 191
- 36 — *Lista dos Secretários Gerais do Governo Civil de Aveiro desde 1864 até à actualidade* — II, 77
- 37 — *Mapa dos concelhos e freguesias do distrito de Aveiro* — I, 16
- 38 — *Marinha (A) mercante de Aveiro no século XVI* — V, 213
- 39 — *Memória (A) sobre Aveiro, de Pinho Queimado* — III, 89
- 40 — *Memória (A) sobre Aveiro, do Conselheiro José Ferreira da Cunha e Sousa* — VI, 81
- 41 — *Navios que possui o porto de Aveiro no ano de 1942* — VIII, 307
- 42 — *Notícia de um busto de Jano no Museu de Aveiro* — XI, 48
- 43 — *Origem e etimologia de Aveiro* — II, 81
- 44 — *Projecto (Um) de Luís Gomes de Carvalho para o melhoramento de Aveiro em 1818* — XII, 148
- 45 — *Relação dos Governadores civis do distrito de Aveiro desde 1864 até à actualidade* — II, 75
- 46 — *Resumo histórico da barra de Aveiro* — XIII, 20
- 47 — *Saudades da Salineira, de Bernardo de Magalhães* — VIII, 222
- 48 — *Subsídios para a história da revolução liberal de 1828* — I, 57, 115

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- 49 — *Talábriga e a descoberta da ara de Esturãos* — XV, 39
50 — *Trasladação (A) do túmulo de João de Albuquerque* — XII, 99
51 — *Túmulo (O) de João de Albuquerque em Aveiro* — IV, 101
52 — *Vale de Maceira e Pero Maceira, em Aveiro* — I, 321
53 — *Vida e testamento do humanista Aires Barbosa* — XIV, 42
- FERREIRA PINTO (António)**
1 — *Colegiada ou Colégio do Espírito Santo na Vila da Feira* — IV, 81
2 — *Cónegos e beneficiados da Sé do Porto, naturais do Distrito de Aveiro* — V, 231; VI, 58
3 — *São Pedro de Canedo, no concelho da Feira* — IV, 161
- FERREIRA DA SILVA (Felismino)**
Qual dos rios banha Cucujães, o Rio Antuã ou o Rio UI? — XIV, 81
- FERREIRA DE SOUSA (José)**
Corrigenda et Addenda — IX, 324
- FIGUEIREDO (Fidelino de)**
XI Ano... — XI, 3
- GIRÃO (Aristides de Amorim)**
1 — *Aspectos geográficos do Distrito de Aveiro* — I, 9
2 — *Distrito (O) de Aveiro em face da nova divisão provincial* — III, 5
- GOMES (Dinis)**
1 — *(Costumes e gente de lhavo): Bicarada (O)* — I, 73
2 — *Devocões populares — «Alminhas»* — VI, 215
3 — *Dito (Um) da «Tãfecto»* — VII, 109
4 — *«Er-votos» (Os) da sua igreja* — III, 117
- GRAÇA (José Pais)**
1 — *Engenheiro (O) Silvério Augusto Pereira da Silva* — XI, 214
2 — *Estradas (As) previstas pelo Engenheiro Luís Gomes de Carvalho no seu relatório de 1805* — XII, 118
- KENNEDY-FALCÃO (Alfredo de)**
D. José Xavier Cerveira e Sousa — IV, 49
- KLINGER (Michel)**
A propos de Sainte Jeanne, Infante du Portugal — VI, 278
- LEITÃO (António Nascimento)**
1 — *Bacia (A) de Arcachon e as ostras da laguna de Aveiro* — X, 5
2 — *Capela (A) do Senhor das Barrocas (Aveiro) e os baptistérios de Pisa e de Florença* — XI, 155
3 — *É a laguna de Aveiro um Haff?* — VII, 175
4 — *Paisagem (A) holandesa e a da região de Aveiro* — IX, 261
5 — *Secção (Uma) oriental no Museu de Aveiro* — XII, 76
- LEITÃO (Joaquim)**
Como criei a «canção do regresso» — VII, 259
- LEITE (Serafim)**
São João da Madeira na Idade-Média — Documentos inéditos da Torre do Tombo — II, 65
- LIMA (José de)**
O Distrito de Aveiro na Ouvidoria de Montemor-o-Velho — II, 265

INDICE

- LIMA VIDAL (D. João Evangelista de)
Documentos para a história da diocese de Aveiro — IV, 249
- LOBO (José Luciano)
1 — *Duas palavras* — I, 67
2 — *Restauração (A) da Diocese de Aveiro* — IV, 241
3 — *Sever do Vouga* — I, 143, 261
4 — *Sever do Vouga e seus costumes* — II, 131
5 — *Sever do Vouga e suas indústrias* — III, 67
6 — *Sever do Vouga e suas obras ou monumentos* — V, 45
- LOPES PEREIRA
Couto e julgado de Antuã — XI, 241; XII, 259
- LUCENA E VALE (Alexandre de)
Convento (O) de Serém — VII, 58
- MAGALHÃES (Bernardo Xavier de)
1 — *Cópia das minhas cartas, mandadas para a Europa a minha família*
— XV, 236, 249
2 — *Salineira (A)* — II, 15
3 — *Saudades da Salineira* — VIII, 223
4 — *Viagem do Porto para Sydney* — XV, 231
- MAGALHÃES (Luís de)
Eça de Queiroz — XI, 12
- MAGALHÃES LIMA (Jaime de)
Fecundidade das reliquias — I, 5
- MARQUES GOMES (João Augusto)
Aveiro na obra e relações de Camilo — «O olho de vidro» — I, 209
- MARTINS DA SILVA MARQUES (João)
Foral de Esgueira — I, 271
- MATIAS (Joaquim)
Apontamentos sobre o gafanhão e a areia — IX, 317
- MATOS (Armando de)
Armas (As) da cidade de Aveiro — IX, 5
- MELO (Laudelino de Miranda)
1 — *Da região de Vouga: Indumentária, marmeleiros e romarias*
— IX, 280
2 — *Feira (A) da Fontinha* — XII, 141
3 — *Lendas da região de Vouga: Tocas das mouras encantadas. Os ossos de Pilatos* — X, 33
4 — *Novas expressões do linguajar do povo da região do Vouga* — XI, 210
5 — *Ramboia na areal — Região do Vouga* — XV, 48
6 — *Região de Vouga. A noite de Judas em Travassô* — X, 207
7 — *Senhora de Almieira* — XIII, 75
8 — *Termos usados na região do Vouga e a sua significação* — X, 264
9 — *Três quadros da nossa terra — Alminhas das encruzilhadas — Ermidas — Cruzeiros* — XIV, 264
10 — *Velhos costumes dos Povos na região de Vouga* — IX, 113
- MELO E CASTRO (António Cardoso de Albuquerque Moreira de Sá)
1 — *Canalização do Rio Vouga* — V, 283
2 — *Último (O) morgado de Couto de Esteves* — VIII, 121

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

MELO DE MATOS (José Maria)

Exposição alusiva à Ria de Aveiro — XIII, 251

MENDES CORREIA (António Augusto)

Recordações de Vagos — I, 83

MENDES DA COSTA

Indústria (A) mineira nos últimos anos do distrito de Aveiro
— XV, 241

MIRA (Raúl)

Restauração (A) da Diocese de Aveiro — VI, 135

MOURA COUTINHO (Francisco de)

1 — *Breves apontamentos sobre os Mouras Coutinhos, de Esgueira*
— XI, 177

2 — *Casa Solar da Oliveirinha* — X, 243

3 — *Costas (Os) e Almeidas, de Aveiro* — X, 199

4 — *Getas (Os), de Aveiro* — XI, 17

5 — *Linhagens dos Pintos, de Águeda* — XII, 40

6 — *Minha (A) ascendência pelos Godinhos* — X, 223

7 — *Nótulas genealógicas aveirenses:*

— *O familiar do Santo Ofício Bento de Mariz Pinheiro*

— *Motas, administradores da capela de Santo Amaro de Vilar*

— *Os Vieiras Guedes aveirenses* — XII, 161

8 — *Pachecos e Cardosos da região aveirense* — X, 106

9 — *Pedro Vaz de Eça* — X, 63

10 — *Picados, Pericões e Migalhas, de Aveiro* — XI, 93

11 — *Pintos, de Águeda* — XI, 264

OLIVEIRA (Miguel A. de)

1 — *Breviário (O) dum pároco de Avanca no século XII* — II, 217

2 — *Campanha (A) de entre Douro e Vouga na segunda invasão francesa* — XI, 161

3 — *Cortegaça e a «Ribeirinha»* — IX, 266

4 — *Igrejas na Terra de Santa Maria, no ano de 1320* — VI, 284

5 — *Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria* — II, 71

6 — *Mosteiro (O) de Cucujães e o seu fundador* — VIII, 12

7 — *Nossa Senhora de Entráguas* — II, 261

8 — *Passais da Igreja de Salreu no ano de 1076* — II, 129

9 — *Piratas argelinos na praia de Esmoriz há 200 anos* — IV, 139

10 — *Privilégios do barqueiro de Esgueira em 1363* — I, 153

11 — *São João de Ver nos documentos do «Livro Preto» da Sé de Coimbra*
— III, 101

12 — *Talábriga* — IV, 117

13 — *Talábriga (De) a Lancóbriga pela via militar romana* — IX, 44

14 — *Vila (A) de Ovar (Subsídios para a sua história até o século XVI)*
— I, 241; II, 21, 111, 309; III, 125; IV, 61; VIII, 66

PATRÍCIO (Amílcar)

(Comentário bibliográfico ao livro:)

As formações geológicas mais antigas da Orla Mesozoica Ocidental de Portugal, de GASPAR SOARES DE CARVALHO — XIII, 164

PERY (Gerardo)

Apontamentos de Viagem — XIV, 268

PIMENTA (Belisário)

1 — *Barra (A) de Aveiro em 1809* — VIII, 161

ÍNDICE

- 2 — *Invasões francesas (mais notas para a sua história no Distrito de Aveiro)* — XIII, 203
 - 3 — *Lembranças duma campanha no Vouga (1919)* — II, 245
- PINHO (António de)**
O convento e a vila de Serém — I, 199
- PINTO (Ercília)**
Costumes e tradições da região de Águeda: A abertura solene da pateira de Fermentelos à apanha do molico — XIII, 240
- PINTO LOUREIRO (José)**
 - 1 — *Comarca (A) de Esgueira* — II, 199
 - 2 — *Evolução do senhorio de Angeja, Pinheiro da Bemposta e Assequins* — III, 249
 - 3 — *Senhorio (O) de Vagos* — V, 81
- RAMOS (Mário)**
 - 1 — *Casas brasonadas de Oliveira de Azeméis* — VIII, 110; X, 92
 - 2 — *Divisão de águas no concelho de Oliveira de Azeméis* — XIV, 93
 - 3 — *Doações e privilégios das terras de Santa Maria* — X, 213
 - 4 — *Lemos (Os) de Goes e de Trofa* — XV, 225
- REIS (André dos)**
 - 1 — *Aveiro (poesia — versão do italiano)* — II, 321
 - 2 — *Costumes de Aveiro — As entregas* — VI, 155
 - 3 — *Documento (Um) histórico de 1822, de Aveiro* — VII, 49
 - 4 — *Preito do Olimpo* — III, 303
 - 5 — *Relembrando a Curia* — I, 149
- RESENDE (João Vieira)**
 - 1 — *Diocese (A) de Aveiro — Legislação diocesana* — XIV, 23
 - 2 — *Diocese (A) de Aveiro — Um documento de 1778* — XIII, 236
 - 3 — *Marinhas (As) de sal de Aveiro* — X, 51, 293, 295; XIII, 317
 - 4 — *Morgadio (O) de Vila da Feira* — XI, 114; XIII, 317
- ROCHA BRITO (Alberto da)**
O aveirense Aires Barbosa, o italiano Pedro Martir e a sífilis — XII, 281
- ROCHA E CUNHA**
[*Carta ao Dr. António Cristo, sobre a defesa da praia de Espinho*]
— XV, 145
- ROCHA MADAHIL (António Gomes da)**
 - 1 — *A propósito da visitação do delegado episcopal à igreja de Sangalhos em 1587* — X, 132
 - 2 — *A propósito dos forais manuelinos do Distrito* — IX, 119
 - 3 — *Ainda a marinha de sal em Vale de Maceira* — I, 155.
 - 4 — *Ainda o foral da Vacariça e Meulhada* — XI, 34
 - 5 — *Alguns aspectos do traço popular da Beira-Litoral* — IV, 145, 213; V, 59, 247; VII, 115
 - 6 — *Antigo (O) selo municipal de Esgueira* — I, 315
 - 7 — *Breve notícia da crónica da fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e da Infanta Santa Joana, filha del Rei D. Afonso V* — III, 209
 - 8 — *Cartório (O) do Mosteiro de Arouca* — IX, 330; X, 37, 149; XIV, 141
- *
- (Comentários bibliográficos aos livros:)
- 9 — *A freguesia da Pocariça do concelho de Cantanhede, por VIRIATO DE SÁ FRAGOSO. 1939* — V, 322

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- 10 — *A Igreja de Recardães*, por SERAFIM GABRIEL SOARES DA GRAÇA. 1938 — V, 79
 - 11 — *A lição do «Senhor João Semana»*, por FERNANDO MAGANO. 1939 — VI, 243
 - 12 — *A minha terra: breves apontamentos sobre Romariz*, por M. FERNANDES DOS SANTOS. 1940 — VII, 173
 - 13 — *Árvore de linhagem dos Fermentelenses no século XIX*, por ARTUR NUNES VIDAL. 1942 — X, 80
 - 14 — *Aveiro e sua laguna*, por ANTÓNIO NASCIMENTO LEITÃO. 1944 — X, 330
 - 15 — *Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil*, colecção da Livraria Civilização — XI, 80
 - 16 — *Boletim de trabalhos históricos*, do Arquivo de Guimarães — VI, 334
 - 17 — *Cancioneiro de Entre Douro e Mondego (Douro-Litoral e Beira-Litoral)*, por ARLINDO DE SOUSA. 1945 — XI, 240
 - 18 — *Cancioneiro minhoto*, por GONÇALO SAMPAIO. 1940 — VIII, 318
 - 19 — *Coimbra e os estudantes*, por ERCÍLIA PINTO. 1943 — IX, 342
 - 20 — *Diogo Cão em Cabo Negro (auto do padrão)*, por MANUEL LÍRIO. 1935 — I, 159
 - 21 — *D. António Barroso*, por ANTÓNIO FERREIRA PINTO. 1941 — VIII, 77
 - 22 — *Extractos dos processos para Familiares do Santo Ofício*, por EDUARDO DE MIRANDA e ARTUR DE TÁVORA. 1937 — V, 322
 - 23 — *Faria de Castro et ses dessins*, por ÉMILE SCHAUB-KOCH. 1941 — VII, 173
 - 24 — *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* — I, 160, 240, 334, etc.
 - 25 — *História de Portugal*, por LUÍS GONZAGA DE AZEVEDO. 1937 — III, 321
 - 26 — *Hora vermelha*, por ALVARO FERNANDES — IV, 329
 - 27 — *João Pedro Ribeiro, professor e cônego doutoral*, por ANTÓNIO FERREIRA PINTO. 1938 — IV, 79
 - 28 — *Le dessin et la méthode du Prof. Faria de Castro*, por PAUL MONFORT. 1940 — VIII, 77
 - 29 — *Lendas e tradições de Castelo de Paiva*, por ADRIANO M. STRECHT DE VASCONCELOS. 1938 — VIII, 78
 - 30 — *Monografia da Gafanha*, por JOÃO VIEIRA RESENDE — VIII, 79
 - 31 — *Na Restauração de Portugal. D. Nicolau Monteiro, Bispo do Porto*, por ANTÓNIO FERREIRA PINTO. 1940 — VI, 334
 - 32 — *O Cabido da Sé do Porto*, por ANTÓNIO FERREIRA PINTO. 1940 — VI, 243
 - 33 — *Padres do Arcebispado de Braga — Primaz, do século XVII*, por ARTUR MENDES DE ALMEIDA PACHECO DE ANDRADE e TÁVORA. 1939 — V, 80, 240, VI, 80
 - 34 — *Poesias*, por FILINTO ELÍSIO. 1941 — VIII, 79
 - 35 — *Poesias escolhidas*, por JOÃO CABRAL DO NASCIMENTO — IV, 239
 - 36 — *Publicações dos Congressos comemorativos do Duplo Centenário realizados em 1940* — VIII, 319
 - 37 — *Revista de Portugal* — III, 322
 - 38 — *Travassô e Alquerubim, e outras localidades da Região Vouga, etc.*, por LAUDELINO DE MIRANDA MELO. 1942 — VIII, 316
 - 39 — *Um centenário*, por ANTÓNIO FERREIRA PINTO — IV, 239
 - 40 — *Vale de Cambra*, por ANTÓNIO MARTINS FERREIRA. 1942 — IX, 342
- *
- 41 — *Conde da Borralha* — III, 82
 - 42 — *Cruz (A) processional de prata, da igreja de Rocas* — V, 209
 - 43 — *Doações, privilégios e confirmações régias do Mosteiro de Arouca* — IV, 121
 - 44 — *Documentos medievais inéditos, ou pouco conhecidos, do Norte do Distrito — Macieira de Cambra* — XIV, 75
 - 45 — *Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos* — VI, 46
 - 46 — *Doutor Fernando da Silva Correia* — VII, 312

ÍNDICE

- 47 — *Dr. Alberto Souto* — I, 126
 48 — *Dr. Jaime de Magalhães Lima* — I, 15
 49 — *Estação luso-romana do Cabeço do Vouga — I. Terrço subjacente à ermida do Espírito Santo, ou da Vitória* — VII, 227, 313
 50 — *Estudantes miguelistas do Liceu de Aveiro, de há setenta e tal anos* — VIII, 226
 51 — *«Exposição (A) alusiva à Ria de Aveiro» projectada em 1896 pelo Barão de Cadore e pelo Engenheiro Melo de Matos* — XIII, 245
 52 — *Forais novos do Distrito de Aveiro: Foral de Anadia* — VI, 42
 53 — *Foral de Antuã* — X, 22
 54 — » » *Arouca* — VIII, 274
 55 — » » *Aveiro* — I, 69, 89
 56 — » » *Avelãs do Caminho* — VI, 37
 57 — » » *Avelãs de Cima* — VII, 66
 58 — » » *Carvalhais, Ferreiros, Fontemanha e Vale de Avim* — VIII, 49
 59 — » » *Eixo e Requeixo* — X, 101
 60 — » » *da Feira* — V, 15, 103, 167
 61 — » » *de Ilhavo* — IV, 179
 62 — » » *Mogofores* — VI, 231
 63 — » » *Ois do Bairro* — VII, 208
 64 — » » *Ois da Ribeira, Espinhel e Fermentelos* — IX, 34
 65 — » » *Ovar* — IX, 306
 66 — » » *Paos* — XI, 104
 67 — » » *Pereiro* — VI, 39
 68 — » » *Préstimo* — X, 20
 69 — » » *Sangalhos* — XI, 123
 70 — » » *São Lourenço do Bairro* — VI, 234
 71 — » » *Soza* — III, 179, 299
 72 — » » *Terra de Pavia* — XI, 300
 73 — » » *Vacariça e Mealhada* — X, 221
 74 — » » *Vagos* — I, 167
 75 — » » *Vila Nova de Monsarros* — II, 207
 76 — » » *Vilarinho do Bairro* — IV, 91
 77 — *Genealogista (O) Francisco de Moura Coutinho de Almeida de Eça e o Distrito de Aveiro* — X, 58
 78 — *Índice, por autores, de toda a colaboração contida nos volumes I a XV do «Arquivo do Distrito de Aveiro»* — XV, 298
 79 — *Informações (As) Paroquiais de Ilhavo de 1758* — II, 298
 80 — *Informações paroquiais do Distrito de Aveiro de 1721: Agadão* — VIII, 203
 81 — *Aguada de Baixo* — VIII, 202
 82 — *Agueda* — V, 147
 83 — *Albergaria-a-Velha* — VIII, 196
 84 — *Alquerubim* — VIII, 187
 85 — *Arcos de Mogofores* — IV, 305
 86 — *Aveiro* — I, 37, 325; II, 151
 87 — *Avelãs de Cima* — IV, 21
 88 — *Belazaima* — VIII, 201
 89 — *Bemposta* — VIII, 200
 90 — *Cacia* — V, 140
 91 — *Eixo* — V, 139
 92 — *Esgueira* — VIII, 192
 93 — *Espinhel* — VIII, 189
 94 — *Fermelã* — VIII, 188
 95 — *Ilhavo* — II, 237, 293; III, 29
 96 — *Lamas do Vouga* — III, 317
 97 — *Macieira de Alcoba* — VI, 210
 98 — *Moita* — VI, 213

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- 99 — *Préstimo* — VI, 211
 100 — *Sangalhos* — VI, 203
 101 — *São João de Loure* — VIII, 191
 102 — *Talhadas* — V, 146
 103 — *Trofa* — II, 175
 104 — *Vagos* — VI, 207
 105 — *Valongo* — V, 141
 106 — *Vila Nova de Monsarros* — VIII, 198
 107 — *Vilarinho do Bairro* — VIII, 197
 108 — *João Augusto Marques Gomes* — I, 134
 109 — *Joaquim Leitão* — VII, 311
 110 — *Marinha de sal em Vale de Maceira em 1459* — I, 77
 111 — *Museu (O) Municipal de Ilhavo e a escultura «O Homem do Leme»* IV, 289
 112 — (Nota sobre a iconografia de) *Francisco Joaquim Bingre (Francélio Vouguense)* — V, 186
 113 — *Museu (O) regional de Cucujães e a acção do reverendo João Domingues Arede* — I, 309
 114 — *Notícia de alguns ilhavenses familiares do Santo Officio da Inquisição* — I, 291; III, 311
 115 — *Para a história da Inquisição em Aveiro no século XVI* — X, 81
 116 — *Para a história das terras da Feira, Ovar e Cabanões — Falsificação da doação de D. Fernando* — I, 135
 117 — *Pintor (O) Alípio Brandão, de Santiago de Riba-Ul* — I, 103
 118 — *Professor Amorim Girão* — I, 102
 119 — *Relação e mapa das rendas do Mosteiro de Arouca* — VI, 71
 120 — *Relíquias da administração da justiça em Couto de Esteves* — I, 61
 121 — *Relíquias paleográficas do Distrito — (A carta de doação de Alquerubim em 1090)* — IV, 71
 122 — «Representação» (A) «*aprovada no comício que em 3 de Abril de 1893 se realizou na cidade de Aveiro com o fim de pedir o estabelecimento de um serviço de dragagens na Ria da mesma cidade*» — XIV, 119
 123 — *Rol (O) das «Cavalerias» do Vouga* — VIII, 453
 124 — *Subsídios para o estudo da propriedade alagada na zona de influência da Ria de Aveiro: «A legitimidade da propriedade particular em terrenos alagados pela Ria de Aveiro»* — XII, 177
 125 — *Tombo das águas de Ilhavo organizado pelos donatários da vila mediante provisão régia de 1772* — I, 183
 126 — *Tráfego marítimo da barra de Aveiro no ano de 1815* — XV, 192
 127 — *Velhas poesias regionais — A Salineira, de Bernardo de Magalhães* — II, 15

RODRIGUES (Francisco Marques)

Santa (A) Inquisição no Distrito de Aveiro — XIV, 292; XV, 60, 148, 209

RODRIGUES DA SILVA (Joaquim)

- 1 — *Antuã (O)* — X, 77
 2 — *Beduido* — VIII, 44
 3 — *Literatura regional — Concelho de Estarreja — «Sete Instrumentos» (O)* — VII, 222
 4 — *Ria* — XII, 139

ROSA (Acácio)

Em ronda pelo passado. I — VIII, 81; *II* — VIII, 292

SÁ (Manuel F. de)

- 1 — *A propósito do inquérito linguístico — Falares do nosso povo* — VIII, 230, 261

ÍNDICE

- 2 — *Mais um subsidio para a «história regionalista» da freguesia de Duas-Igrejas — Os votos de Sant'Iago — III, 79*
 - 3 — *Subsídios para a história de «Duas Igrejas», da Feira — VII, 203*
 - 4 — *Subsídios para a história de Fiães da Feira — V, 155, 237; VI, 65*
 - 5 — *Vila (A) da Feira e o seu termo há 410 anos — IV, 141*
- SÁ NOGUEIRA (Salvador)
Nau «Portugal» — VII, 5
- SAMPAIO (Álvaro)
(Comentário bibliográfico ao livro:
Volfrâmio e Estanho, do Engenheiro MENDES DA COSTA, 1942 —
VIII, 317)
- SILVEIRA (Joaquim da)
1 — *Inquirição na «Terra de Vouga» em 1282 — IX, 81*
2 — *Topónimos do Distrito: Alquerubim, Brazulaia, Sôza — X, 161*
- SIMÕES JÚNIOR (Manuel Rodrigues)
1 — *Couto de Arouca — Freguesia do Salvador — V, 309*
2 — *Couto de Arouca — Moldes — Subsídios para a sua história lidos no 1.º centenário da sua independência (30 de Junho de 1946) — XV, 81*
3 — *Maciço de Fuste. Sua razão histórica — XI, 81*
4 — *Mosteiro de Arouca — Trasladação da Rainha Santa Mafalda — VIII, 174*
- SOARES DE AZEVEDO (A. G.)
Preciosa escultura encontrada em S. Miguel do Mato (Arouca).
- SOARES DE CARVALHO (Gaspar)
1 — *Considerações sobre dois perfis geológicos da região de Oliveira de Azeméis — XII, 81*
2 — *Subsídios para o estudo das formações geológicas do Distrito de Aveiro: — Considerações sobre alguns estudos de geólogos portugueses relativos à região de Oliveira de Azeméis — XII, 313*
3 — *Depósitos de sopé no concelho de Oliveira de Azeméis — XV, 139*
- SOARES DA GRAÇA (Serafim Gabriel)
1 — *Antigas (As) procissões de Águeda — XIV, 277*
2 — *Caça (A) da Graciosa — VIII, 16*
3 — *Castilho na Castanheira do Vouga — A casa onde viveu; o cedro que plantou — V, 33*
4 — *Curia — Sua estância e aro turístico — XI, 62*
5 — *Dom Francisco Manuel de Melo em Espinhel — II, 307*
6 — *Ecos das lutas liberais no concelho de Águeda — VIII, 178*
7 — *Embaixador (O) Aires de Sá e Melo — IX, 254*
8 — *Gente da Bairrada nas guerras da Restauração — III, 151*
9 — *Machado de Castro em Aguiçem — Suas relações de família com gente dali: Castilhos e Cerveiras — VI, 161*
10 — *Rasto das invasões francesas por terras de Anadia — V, 183*
- SOUSA (Arlindo de)
Langóbriga — VIII, 129, 206
- SOUTO (Alberto)
1 — *(Arqueologia prehistórica do Distrito de Aveiro). Arte rupestre. As insculpturas do Arestal e o problema das combinações circulares e espiralóides do Noroeste peninsular — IV, 5*

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- 2 — *Fichas e nótulas: Aveiro arqueológico, artístico e monumental: A Misericórdia — Um mestre azulejista de 1607* — VI, 143
- 3 — *Castro (O) de Arões* — VI, 282
- 4 — *Guerras napoleónicas — Um comboio marítimo inglês no porto de Aveiro em 1809* — VII, 39
- 5 — *Geologia do Distrito de Aveiro. I — artigo preambular* — I, 161, 265; II, 137
- 6 — *Geologia (A) do Quaternário e o homem paleolítico do Vale do Cértima* — V, 49
- 7 — — — *Orla sedimentar meso-cenozóica. I — Triássico* — V, 161
- 8 — — — *II — Jurássico* — XII, 3
- 9 — *Museu de Aveiro* — III, 83
- 10 — *Retrato (O) de Santa Joana do Museu de Aveiro* — III, 161

SOUTO (E. Almeida)

Sua Alteza o príncipe D. Miguel, hóspede de Angeja — VI, 59

SOUTO (Ricardo)

Doutor Francisco Ferraz de Macedo, insigne antropologista, glória máxima do Distrito de Aveiro — I, 249

TAVARES (José)

- 1 — *Aveiro e Alexandre Herculano* — X, 127
- 2 — *Aveiro na obra de Gil Vicente* — XIII, 324
- 3 — *Aventuras de um aveirense ilustre* — XV, 227
- 4 — *Centenário (No) de Júlio Dinis. Júlio Dinis e o distrito de Aveiro. Júlio Dinis e Aveiro. Comemorações do centenário* — V, 241

Comentários bibliográficos aos livros:)

- 5 — *A Itália de hoje (s. a.)* — VI, 160
- 6 — *Anais de D. João III*, por FR. LUÍS DE SOUSA. 1938 — V, 79
- 7 — *Cartas*, pelo CAVALEIRO DE OLIVEIRA. 1942 — VIII, 315
- 8 — *Cartas*, por JOSÉ DA CUNHA BROCHADO — XI, 79
- 9 — *Cartas*, por MADAME DE SEVIGNÉ. 1939 — V, 321
- 10 — *Cartas para El-Rei D. Manuel I*, por AFONSO DE ALBUQUERQUE. 1942 — VIII, 160
- 11 — *Cartas familiares*, por FRANCISCO MANUEL DE MELO — IV, 159
- 12 — *Cartilha ortográfica*, por ARTUR NUNES VIDAL. 1946 — XII, 323
- 13 — *Casamento perfeito*, por DIOGO DE PAIVA DE ANDRADE — XI, 79
- 14 — *Corte na aldeia*, por FRANCISCO RODRIGUES LOBO — XI, 79
- 15 — *De perfil!...*, por MANUEL MENTARFA. 1947 — XIII, 328
- 16 — *Décadas*, por DIOGO DO COUTO. 1947 — XIV, 159
- 17 — *Décadas*, por JOÃO DE BARROS — XI, 79, 323, XIV, 158
- 18 — *Diálogos*, por Fr. AMADOR ARRAIS — XI, 79
- 19 — *Discurso do Método e tratado da paixão da alma*, por DESCARTES — IV, 160
- 20 — *Documentos do tempo — Galeazzo Ciano na Câmara dos Fâscios e das Corporações, etc.* 1939 — VI, 160
- 21 — *Fruto da Terra*, por LUÍS BARRADAS. 1939 — IV, 317
- 22 — *Guia do Professor*, por A. COSTA FERREIRA — I, 333
- 23 — *Heroísmo e martírio da Polónia*, por LUÍS BARRADAS. 1939 — V, 321
- 24 — *Íliada*, de HOMERO — XI, 79
- 25 — *Imagem da vida cristã*, por Fr. HEITOR PINTO. 1940 — VI, 242, 333
- 26 — *Inéditos — cartas e outros escritos*, pela MARQUESA DE ALORNA. 1941 — VIII, 78
- 27 — *Início da leitura*, por A. COSTA FERREIRA — I, 333
- 28 — *Marília e mais poesias*, de DIRCEU — IV, 160

INDICE

- 29 — *Mussolini*, por GIORGIO PINI. 1939 — VI, 160
 30 — *O soldado práctico*, por DIOGO COUTO — IV, 160
 31 — *Obras completas de DIOGO BERNARDES* — XI, 323, XIV, 158
 32 — *Obras completas de GIL VICENTE*. 1942 — VIII, 315, IX, 260, X, 329,
 XI, 79
 33 — *Obras completas de LUÍS DE CAMÕES*. 1946 — XIV, 158
 34 — *Obras completas de SÁ DE MIRANDA* — IV, 159
 35 — *Odisseia*, de HOMERO. 1938 e 39 — V, 79
 36 — *Os caracteres*, de LA BRUYÈRE — VIII, 160
 37 — *Os estranhos costumes do Continente Negro*, por FRED BLANCHOD.
 1946 — XII, 244
 38 — *Os meus bonecos*, por A. COSTA FERREIRA — I, 333
 39 — *Os meus exercícios*, por A. COSTA FERREIRA — I, 333
 40 — *Os meus jogos*, por A. COSTA FERREIRA — I, 333
 41 — *Panegíricos*, por JOÃO DE BARROS — IV, 160
 42 — *Paulo Freire, um incompreendido*, por LUÍS BARRADAS. 1940 —
 VI, 79
 43 — *Poemas lusitanos*, por ANTÓNIO FERREIRA. 1940 — VI, 79
 44 — *Poemetos e Fragmentos*, de HOMERO. 1947 — XIV, 159
 45 — *Poesias*, de BOCAGE. 1943 — IX, 260
 46 — *Poesias*, de FRANCISCO RODRIGUES LOBO. 1940 — VI, 333
 47 — *Poesias*, pela MARQUESA DE ALORNA. 1940 — VIII, 78
 48 — *Romarias de Portugal — Para a história do Santuário de N. S. da
 Saúde da Serra, em Castelões de Vale de Cambra*, por JOAQUIM
 MANUEL TAVARES. 1941 — VIII, 77
 49 — *Roteiro dos monumentos militares portugueses*, por JOÃO DE ALMEIDA.
 1946 e 48 — XIV, 159
 50 — *Simplificação da escrita da língua portuguesa*, por ARTUR NUNES
 VIDAL. 1946 — XII, 324
 51 — *Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, por Fr. LUÍS DE SOUSA.
 1946 — XIV, 159
- *
 B I O G R A F I A
- 52 — *Costumes aveirenses de outrora, descritos numa composição poética
 de Joaquim da Costa Cascais* — IX, 96
 53 — *Doutor Egas Moniz* — X, 325
 54 — *Escritor (Um) e um apóstolo* — II, 50
 55 — *Estátua (A) de José Estêvão, em Aveiro (subsídios para a história
 do monumento)* — V, 127, 227
 56 — *Filarmonias do Distrito* — VII, 99, 195; VIII, 39, 106, 287
 57 — *Foral de Figueiredo e Bemposta* — II, 35, 119
 58 — *História do Liceu de Aveiro* — III, 47, 137, 221, 273
 59 — *Indústrias do Distrito — Fábrica do papel do Caima* — I, 157
 60 — *Inédito (Um) do poeta Francisco Joaquim Bingre (1763-1856)*
 — XIV, 65
 61 — *Informação paroquial da freguesia da Bemposta (hoje Pinheiro da
 Bemposta) de 1758* — XIV, 136
 62 — *Joaquim da Costa Cascais* — IX, 286
 63 — *Literatos do Distrito — I. João Afonso de Aveiro* — V, 9
 64 — — — *II. Fr. Pantaleão de Aveiro* — VI, 139
 65 — — — *III. Joaquim da Costa Cascais* — IX, 15
 66 — *Literatura regional — concelho de Oliveira de Azeméis: Entre-
 mez (O)* — I, 29
 67 — — — *Saltimbancos (Os)* — V, 97
 68 — *Outra carta de Oliveira Martins* — IV, 297
 69 — *1.º Centenário de Eça de Queiroz* — XI, 6
 70 — *1.º Centenário de Eça de Queiroz — As três redacções de «O Crime
 do Padre Amaro»* — XI, 227

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- 71 — 1.º Centenário de Eça de Queiroz — Eça e a Igreja — O anti-patriotismo de Eça — XI, 290
- 72 — 1.º Centenário de Eça de Queiroz — O Tesoiro (adaptação cénica) — XI, 27
- 73 — Tradições de Aveiro: a festa de S. Gonçalinho — I, 127
- 74 — Tradições do Distrito de Aveiro: Romaria de Nossa Senhora da Saúde da Serra — XII, 304
- 75 — Três autógrafos de Camilo — X, 260
- 76 — Uma carta de Oliveira Martins — IV, 137
- 77 — Vésperas (Nas) do 5 de Outubro — XI, 257

TAVARES DE SOUSA (Tomás)
Os Moliços — II, 57, 177

TÁVORA (D. Fernando de Tavares e)
Senhores de Mira — IV, 277

TEIXEIRA (Carlos)
Subsídios para o estudo da Geologia do Distrito de Aveiro — Notas sobre NEUROPTERIS ZEILLERI W. DE LIMA do antracólítico de Portugal — VI, 53

URBANO (Abel)
A costa, o porto e a região de Aveiro na defesa de Portugal — III, 73

VASCONCELOS (António de)
1 — *Dignidades do Cabido de Coimbra — O Arceediagado do Vouga* — VI, 5
2 — *Inscrições do Distrito de Aveiro — I. Inscrição lapidária comemorativa da sagração da Igreja de S. Lourenço do Bairro (25 Outubro 1181)* — VII, 55

VAZ CRAVEIRO (Eduardo)
1 — *Literatura regional — Costa Nova do Prado — Ilhavo: Ida ao mar* — I, 19
2 — *Desejo inicial* — VI, 145
3 — *Temporal* — V, 223

VAZ FERREIRA
1 — *Brasão de Justas, D. Inês de Castro e o calendário romano* — XIII, 114
2 — *Castelo da Feira* — IV, 259
3 — *Convento da Feira — Lista dos Reitores — Capela-Mor* — XV, 129
4 — *Donatários (Os) de Grijó* — VII, 200
5 — *Junqueira, concelho de Cambra, em 1254* — VI, 229
6 — *Marnel, Serém e Estêvão Gonçalves* — VIII, 102
7 — *Marquês (O) de Pombal oriundo da Feira* — XI, 174
8 — *Misericórdia da Feira* — XII, 171
9 — *Onde nasceu Portugal* — V, 5
10 — *Onde nasceu Portugal, foi no Castelo da Feira* — VI, 101
11 — *Princípio do Condado da Feira* — XI, 44
12 — *Santa Luzia do Castelo da Feira* — VIII, 5
13 — *Terras de Santa Maria — Duas cartas inéditas de doação* — VII, 76

VIDAL (Artur Nunes)
Filarónicas do Distrito — X, 56

VIEIRA (Manuel Rodrigues)
1 — *Farrapos de memória e de História* — IV, 209, 301
2 — *Lembranças e esquecimentos* — V, 151
3 — *Migalhas para a História — Lembranças e esquecimentos. Os povos da Oliveirinha e da Granja. Origens: derivações* — IV, 131

ÍNDICE

- 4 — *Pessoas e cousas velhas, ou doutro tempo* — II, 227, 279; III, 157, 293;
IV, 75
- VILAS-BOAS (Joaquim Sellés Pais de)
Região (A) de Aveiro e as olarias — XII, 33
- VILHENA (João Jardim de)
1 — *António (Dr.) Luis de Seabra (Visconde de Seabra)* — II, 99
2 — *Conselheiro (O) José Luciano de Castro* — VIII, 59
3 — *Júlio de Vilhena no Distrito de Aveiro* — IX, 248
- VITORINO (Pedro)
1 — *Mosteiro (O) de Arouca* — II, 5, 165
2 — *Mosteiro (O) de Arouca — O Museu* — III, 11
- ZAGALO DOS SANTOS
1 — *Brasão (O) e carta de armas dos Brandões* — IV, 111
2 — *Imprensa periódica do Distrito de Aveiro* — IX, 69, 121
3 — *Oratório (Um) do século XVIII* — X, 11
4 — *Pigeiros — Garfa de Ovar* — XII, 21
- WLOSZCZEWSKI (Stefan)
Histoire de Mogofores — VI, 289

A. G. DA ROCHA MADAHIL
bibRIA

bibRIA

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES

	Págs.
AREDE (João Domingues)	
— <i>Breves apontamentos sobre a terra de Loureiro</i>	8
BAPTISTA (Joaquim José Ferreira)	
— <i>Alcunhas da Murtosa</i>	117
CERQUEIRA (Eduardo)	
— <i>Curiosidades do passado aveirense — III — Aspectos e modificações do Rossio</i>	268
COSTA (Manuel Pereira da)	
— <i>S. Pedro de Vila-Chã ou Vila-Chã de S. Roque</i>	161
CRISTO (António)	
— <i>Uma carta do comandante Rocha e Cunha sobre a defesa da praia de Espinho</i>	145
FERREIRA NEVES (Francisco)	
— <i>Talábriga e a descoberta da ara de Esturãos</i>	39
MELO (Laudelino de Miranda)	
— <i>Rambóia no areal — Região de Vouga</i>	48
MENDES DA COSTA	
— <i>A indústria mineira nos últimos anos no distrito de Aveiro</i>	241
RAMOS (Mário)	
— <i>Os Lemos de Goes e da Trofa</i>	225
ROCHA MADAHIL (A. G. da)	
— <i>Índice por autores de toda a colaboração contida nos volumes I a XV do «Arquivo do Distrito de Aveiro»</i>	298
— <i>Tráfego marítimo da barra de Aveiro no ano de 1815</i>	192
RODRIGUES (Francisco Marques)	
— <i>A Santa Inquisição no distrito de Aveiro</i>	60, 148 e 209
SIMÕES JÚNIOR (Manuel Rodrigues)	
— <i>Couto de Arouca — Moldes — Subsídios para a sua história lidos no primeiro centenário da sua independência, 30 de Junho de 1946</i>	81
SOARES DE CARVALHO (Gaspar)	
— <i>Subsídios para o estudo das formações geológicas do distrito de Aveiro — Depósitos de sopé no concelho de Oliveira de Azeméis</i>	139

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

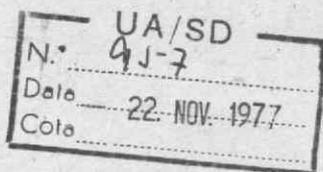
	Págs.
SOUSA BAPTISTA (Augusto Soares de)	
— <i>A propósito do Rio Águeda</i>	3
TAVARES (José)	
— <i>Aventuras de um aveirense ilustre</i>	227 e 249
VAZ FERREIRA	
— <i>Convento da Feira — Lista dos Reitores — Capela-mor</i> . . .	129

NOTAS, ARTIGOS DA REDACÇÃO,
E OUTROS NÃO ASSINADOS

<i>Bibliografia</i>	79
-------------------------------	----

FIM DO VOLUME XV

bibRIA



ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICHU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICHU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DE LOURENÇO FELIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA, *A propósito do Rio Agueda.*

P.º JOÃO DOMINGUES AREDE, *Breves apontamentos sobre a terra de Loureiro.*

FRANCISCO FERREIRA NEVES, *Talábriga e a descoberta da ara de Esturãos.*

LAUDELINO DE MIRANDA MELO, *Rambóia no areal. — Região do Vouga.*

FRANCISCO MARQUES RODRIGUES, *A Santa Inquisição no distrito de Aveiro. Bibliografia.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . . 40\$00

NÚMERO AVULSO . . . 15\$00

Cada número tem normalmente 64 páginas

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores

*Visitai a linda cidade
de Aveiro*

R i a

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISA-
GEM SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRACÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa.

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livraria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia.

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100
LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»
LISBOA

M Á R M O R E S

: : : : : D E : : : : : :

Sousa Baptista, L.^{da}

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

: : : : : E : : : : : :

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

— L I S B O A —

Sòmente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármore polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cozinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

**NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE
TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SIN-
GELOS AOS DE ARTE ELEVADA**

Dão-se orçamentos quando solicitados

Empresa Cerâmica Vouga, L.^{da}

AVEIRO

Telefone 19

Cerâmica — Telhas da melhor qualidade. Tipos: *Marselha*, *Progresso* e *Vouga*. Todos os acessórios para telhados. A telha *Vouga* imita a antiga portuguesa e tem encaixes como a de Marselha

Fábrica de telhas e tejos. Fundição é serralharia mecânica, civil e forjas

.....

Máquinas agrícolas
- - e industriais - -

EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS
COM A MAIOR PERFEIÇÃO E POR PREÇOS MÓDICOS

Pedir informes ao Director-Gerente da Empresa

Banco Regional de Aveiro

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 4.000.000\$00 ♦ Capital emitido: Esc. 2.000.000\$00

Transferências e cobranças — saques sobre o país.
Cobrança e pagamentos. — C/ corrente em moeda portuguesa. — Depósitos à ordem e a prazo.

Telegramas: REGIONAL

Telefone 31

Rua de Coimbra Praça de Luís Cipriano AVEIRO

Oficina de reparações de automóveis
de

Manuel dos Santos Garmelas

Rua da Corredoura AVEIRO Telefone 111

Serviço de Pronto-Socorro (carro-guindaste), etc.

Reparações mecânicas e em carroseries

Soldadura eléctrica e Oxi-acetilénica

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA -- RUA DO CANAL DA FONTE NOVA
FÁBRICA GERÇAR -- RUA DAS OLARIAS

AVEIRO

TELEF. 22

biblioteca

DR. MANUEL SOARES
MÉDICO

CONSULTAS
das 14 às 18 horas

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO

AVEIRO

Testa & Amadores

*Comissões, consignações. Cereais,
ferragens e mercearia. Vidraça.*

Depositários de petróleo
e gasolina SHELL.

RUA DE EÇA DE QUEIROZ
AVEIRO

Pascoal & Filhos, L.^{da}

PESCA DO BACALHAU E SARDINHA

TRAINEIRAS { *Pascoal Velho*
Pascoal Novo
Mira

LUGRES { *Rainha Santa Isabel*
D. Dinis

AVEIRO

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Telef. { *Seca — 245*
Escritório — 52
Filial em Matozinhos — 519

Filial em MATOZINHOS

Seca na GAFANHA

bibRIA

LUZOSTELA FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electrokorundum — Papel e garnet — Lixa impermeável «Hermes», para polissagem de carroseries de autos para pintura a Duco.

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — Prefiram a nossa excelente qualidade «Luzostela».

PÓ LUZOSTELA — Produto de 1.^a qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de talheres.

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. Especial «Transparente», para pintura e decorações.

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.

Ferreira & Irmão, Sucrs. — AVEIRO — Telefone 37

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa.

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livraria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia.

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

*Visitai a linda cidade
de Aveiro*

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISAGEM
SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRACÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

bibRIA

N.º 58

Abril, Maio e Junho

AVEIRO

1949

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 433, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

MANUEL RODRIGUES SIMÕES JÚNIOR, *Conto de Arouca—Moldes. — Subsídios para a sua história liídos no primeiro centenário da sua independência, 30 de Junho de 1946.*

JOAQUIM JOSÉ FERREIRA BAPTISTA, *Alcunhas da Murtosa.*

VAZ FERREIRA, *Convento da Feira. — Lista dos Reitores — Capela-mor.*

GASPAR SOARES DE CARVALHO, *Subsídios para o estudo das formações geológicas do distrito de Aveiro. — Depósitos de sapê no concelho de Oliveira de Azeméis.*

ANTÓNIO CRISTO, *Uma carta do comandante Rocha e Cunha sobre a defesa da praia de Espinho.*

FRANCISCO MARQUES RODRIGUES, *A Santa Inquisição no distrito de Aveiro.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 40\$00

NÚMERO AVULSO 15\$00

Cada número tem normalmente 64 páginas
A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA -- RUA DO CANAL DA FONTE NOVA
FÁBRICA GERCAR -- RUA DAS OLARIAS

AVEIRO

TELEF. 22

DR. MANUEL SOARES

MÉDICO

CONSULTAS
das 14 às 18 horas

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO

AVEIRO

Testa & Amadores

*Comissões, consignações. Cereais,
ferragens e mercearia. Vidraça.*

Depositários de petróleo
e gasolina SHELL.

RUA DE EÇA DE QUEIROZ
AVEIRO

Pascoal & Filhos, L.^{da}

PESCA DO BACALHAU E SARDINHA

TRINEIRAS { *Pascoal Velho*
Pascoal Novo
Mira

LUGRES { *Rainha Santa Isabel*
D. Dinis

AVEIRO

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Telef. { *Seca — 243*
Escritório — 52
Filial em Matozinhos — 519

Filial em MATOZINHOS

Seca na GAFANHA

bibRIA

LUZOSTELA FABRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — *Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electrokorundum — Papel e garnet — Lixa impermeável «Hermes», para polissagem de carroseries de autos para pintura a Duco.*

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — *Preferam a nossa excelente qualidade «Luzostela».*

PÓ LUZOSTELA — *Produto de 1.^a qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de talheres.*

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. *Especial «Transparente», para pintura e decorações.*

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — *Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.*

Ferreira & Irmão, Sucrs. — AVEIRO — Telefone 37

M Á R M O R E S

: : : : : : : D E : : : : : : : :

Sousa Baptista, L.^{da}

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

: : : : : : : E : : : : : : : :

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

— L I S B O A —

Sòmente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármore polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cozinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE
TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELLOS AOS DE ARTE ELEVADA

Dão-se orçamentos quando solicitados

Empresa Cerâmica Vouga, L.^{da}

A V E I R O

Telefone 19

Cerâmica — Telhas da melhor qualidade. Tipos: *Marselha*, *Progresso* e *Vouga*. Todos os acessórios para telhados. A telha *Vouga* imita a antiga portuguesa e tem encaixes como a de Marselha

Fábrica de telhas e tejos.
Fundição e serralharia mecânica, civil e forjas



Máquinas agrícolas
- - e industriais - -

EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS
COM A MAIOR PERFEIÇÃO E POR PREÇOS MÓDICOS

Pedir informes ao Director-Gerente da Empresa

Banco Regional de Aveiro

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 4.000.000\$00 ♦ Capital emitido: Esc. 2.000.000\$00

Transferências e cobranças — saques sobre o país.
Cobrança e pagamentos. — C/ corrente em moeda portuguesa. — Depósitos à ordem e a prazo.

Telegramas: REGIONAL

Telefone 31

Rua de Coimbra Praça de Luís Cipriano AVEIRO

Oficina de reparações de automóveis de Manuel dos Santos Gamelas

Rua da Corredoura AVEIRO Telefone 111

Serviço de Pronto-Socorro (carro-guindaste), etc.
Reparações mecânicas e em carroseries
Soldadura eléctrica e Oxi-acetilénica

L I V R O S

*nacionais e estrangeiros para todas as escolas
do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa.*

Mobiliário e material escolar

*o melhor e o mais económico; peçam o catálogo
ilustrado.*

Literatura antiga e moderna

*nacional e estrangeira; peçam os catálogos
respectivos.*

Livros científicos e técnicos

*nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos
respectivos.*

*A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única
que reúne todas as secções de livraria.*

Encomendas para o estrangeiro

*mantemos um serviço diário de encomendas, para
todos os países, da maior rapidez e economia.*

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

Visitai a linda cidade
de Aveiro

R i a

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISA-
GEM SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRAÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

bibRIA

N.º 59

Julho, Agosto e Setembro

AVEIRO

1949

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICIU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICIU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

P.º MANUEL PEREIRA DA COSTA, *S. Pedro de Vila Chã ou Vila-Chã de S. Roque.*

A. G. DA ROCHA MADAHIL, *Tráfego marítimo da barra de Aveiro no ano de 1815.*

FRANCISCO MARQUES RODRIGUES, *A Santa Inquirição no distrito de Aveiro.*

M. RAMOS, *Os Lemos de Goes e da Trofa.*
JOSÉ TAVARES, *Aventuras de um aveirense illustre.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 40\$00
NÚMERO AVULSO 15\$00

Cada número tem normalmente 64 páginas
A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA -- RUA DO CANAL DA FONTE NOVA
FÁBRICA GERCAR -- RUA DAS OLARIAS

AVEIRO

TELEF. 22

DR. MANUEL SOARES
MÉDICO

CONSULTAS
das 14 às 18 horas

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO

AVEIRO

*Testa &
Amadores*

*Comissões, consignações. Cereais,
ferragens e mercearia. Vidraça.*

Depositários de petróleo
e gasolina SHELL.

RUA DE EÇA DE QUEIROZ
AVEIRO

Pascoal & Filhos, L.^{da}

PESCA DO BACALHAU E SARDINHA

TRAINEIRAS { *Pascoal Velho*
Pascoal Novo
Mira

LUGRES { *Rainha Santa Isabel*
D. Dinis

AVEIRO

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Telef. { *Seca — 243*
Escritório — 52
Filial em Matosinhos — 519

Filial em MATOZINHOS

Seca na GAFANHA

bibRIA LUZOSTELA FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — *Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electrokorundum — Papel e garnet — Lixa impermeável «Hermes», para polissagem de carroseries de autos para pintura a Duco.*

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — *Prefiram a nossa excelente qualidade «Luzostela».*

PÓ LUZOSTELA — *Produto de 1.ª qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de talheres.*

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. *Especial «Transparente», para pintura e decorações.*

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — *Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.*

Ferreira & Irmão, Sucrs. — AVEIRO — Telefone 37

M Á R M O R E S

: : : : : D E : : : : : :

Sousa Baptista, L.^{da}

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

: : : : : E : : : : : :

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

— L I S B O A —

Sòmente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármore polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cozinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

*NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE
TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELOS
AOS DE ARTE ELEVADA*

Dão-se orçamentos quando solicitados

Empresa Cerâmica Vouga, L.^{da}

AVEIRO

Telefone 19

Cerâmica — Telhas da melhor qualidade. Tipos: *Marselha*, *Progresso* e *Vouga*. Todos os acessórios para telhados. A telha *Vouga* imita a antiga portuguesa e tem encaixes como a de Marselha

Fábrica de telhas e tejos.
Fundição e serralharia mecânica, civil e forjas



Máquinas agrícolas
- - e industriais - -

EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS
COM A MAIOR PERFEIÇÃO E POR PREÇOS MÓDICOS

Pedir informes ao Director-Gerente da Empresa

Banco Regional de Aveiro

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 4.000.000\$00 ♦ Capital emitido: Esc. 2.000.000\$00

Transferências e cobranças — saques sobre o país.
Cobrança e pagamentos. — C/ corrente em moeda portuguesa. — Depósitos à ordem e a prazo.

Telegramas: REGIONAL

Telefone 31

Rua de Coimbra

Praça de Luís Cipriano

AVEIRO

Oficina de reparações de automóveis

de

Manuel dos Santos Gamelas

Rua da Corredoura

AVEIRO

Telefone 111

Serviço de Pronto-Socorro (carro-guindaste), etc.

Reparações mecânicas e em carroseries

Soldadura eléctrica e Oxi-acetilénica

L I V R O S

*nacionais e estrangeiros para todas as escolas
do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa.*

Mobiliário e material escolar

*o melhor e o mais económico; peçam o catálogo
ilustrado.*

Literatura antiga e moderna

*nacional e estrangeira; peçam os catálogos
respectivos.*

Livros científicos e técnicos

*nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos
respectivos.*

*A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única
que reúne todas as secções de livraria.*

Encomendas para o estrangeiro

*mantemos um serviço diário de encomendas, para
todos os países, da maior rapidez e economia.*

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

*Visitai a linda cidade
de Aveiro*

R. i a

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISA-
GEM SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRAÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO
bibRIA

N.º 60

Outubro, Novembro e Dezembro

AVEIRO

1949

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTONIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICIU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICIU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO FREIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

MENDES DA COSTA, *A indústria mineira nos últimos anos no distrito de Aveiro.*

JOSÉ TAVARES, *Aventuras de um aveirense ilustre*

EDUARDO CERQUEIRA, *Aspectos e modificações do Rossio.*

A. G. DA ROCHA MADAHIL, *Índice, por autores, de toda a colaboração contida nos volumes I a XV do «Arquivo do Distrito de Aveiro».*

Índice alfabético dos autores do vol. XV.

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 40\$00

NÚMERO AVULSO 15\$00

Cada número tem normalmente 64 páginas

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA -- RUA DO CANAL DA FONTE NOVA
FÁBRICA GERCAR -- RUA DAS OLARIAS

AVEIRO

TELEF. 22

DR. MANUEL SOARES

MÉDICO

CONSULTAS
das 14 às 18 horas

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO

AVEIRO

*Testa &
Amadores*

*Comissões, consignações. Cereais,
terragens e mercearia. Vidraça.*

Depositários de petróleo
e gasolina SHELL.

RUA DE EÇA DE QUEIROZ
AVEIRO

Pascoal & Filhos, L.^{da}

PESCA DO BACALHAU E SARDINHA

TRAINEIRAS {
Pascoal Velho
Pascoal Novo
Mira

LUGRES {
Rainha Santa Isabel
D. Dinis

AVEIRO

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Telef. {
Seca — 243
Escritório — 52
Filial em Matosinhos — 519

Filial em MATOZINHOS

Seca na GAFANHA

LUZOSTELA FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electrokorundum — Papel e garnet — Lixa impermeável «Hermes», para polissagem de carroseries de autos para pintura a Duco.

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — Prefiram a nossa excelente qualidade «Luzostela».

PÓ LUZOSTELA — Produto de 1.ª qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de talheres.

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. Especial «Transparente», para pintura e decorações.

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.

Ferreira & Irmão, Sucrs.—AVEIRO—Telefone 37

M Á R M O R E S

: : : : : D E : : : : : :

Sousa Baptista, L.^{da}

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

: : : : : E : : : : : :

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

— L I S B O A —

Sòmente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escola, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármore polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cosinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE
TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELOS AOS DE ARTE ELEVADA

Dão-se orçamentos quando solicitados

Empresa Cerâmica Vouga, L.^{da}

A V E I R O

Telefone 19

Cerâmica — Telhas da melhor qualidade. Tipos: *Marselha*, *Progresso* e *Vouga*.

Todos os acessórios para telhados. A telha *Vouga* imita a antiga portuguesa e tem encaixes como a de Marselha

Fábrica de telhas e tejos.
Fundição e serralharia mecânica, civil e forjas



Máquinas agrícolas
- - e industriais - -

EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS
COM A MAIOR PERFEIÇÃO E POR PREÇOS MÓDICOS

Pedir informes ao Director-Gerente da Empresa

Banco Regional de Aveiro

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 4.000.000\$00 ♦ Capital emitido: Esc. 2.000.000\$00

Transferências e cobranças — saques sobre o país.
Cobrança e pagamentos. — C/ corrente em moeda portuguesa. — Depósitos à ordem e a prazo.

Telegramas: REGIONAL

Telefone 31

Rua de Coimbra Praça de Luís Cipriano AVEIRO

Oficina de reparações de automóveis

de

Manuel dos Santos Gamelas

Rua da Corredoura AVEIRO Telefone 111

Serviço de Pronto-Socorro (carro-guindaste), etc.

Reparações mecânicas e em carroseries

Soldadura eléctrica e Oxi-acetilénica